



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROGÉRIO PAES DE OLIVEIRA

TRABALHO, CORPO E FORMAÇÃO HUMANA: UM EXAME SOBRE O
COMPLEXO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONCEPÇÕES
PEDAGÓGICAS NO BRASIL

FORTALEZA

2022

ROGÉRIO PAES DE OLIVEIRA

TRABALHO, CORPO E FORMAÇÃO HUMANA: UM EXAME SOBRE O
COMPLEXO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS
NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira.

Orientação: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O51t Oliveira, Rogério Paes de.

Trabalho, corpo e formação humana : um exame sobre o complexo social da educação física em concepções pedagógicas no Brasil / Rogério Paes de Oliveira. – 2022.
237 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes.

1. Trabalho. 2. Educação Física. 3. Corpo e Consciência. 4. Ontologia do Ser Social. 5. Materialismo Histórico. I. Título.

CDD 370

ROGÉRIO PAES DE OLIVEIRA

TRABALHO, CORPO E FORMAÇÃO HUMANA: UM EXAME SOBRE O
COMPLEXO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS
NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira.

Aprovado em 03/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dra. Josefa Jackline Rabelo
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dra. Maria Eleni Henrique da Silva
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dra. Betânia Moreira Moraes
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Aos meus pais, dona Bê e senhor Zezé.

Amo vocês.

Ao Sírius e Pub, meus pets, sempre presentes nos momentos de escrita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Dona Bê e Seu Zezé, pela educação a mim proporcionada, e aos meus irmãos, pelas palavras de força e apoio.

Ao Instituto de estudos e pesquisa do movimento operário (IMO), e ao Emancipa (sempre E-luta) e seus professores, que se dedicam para nos formar dentro de uma perspectiva emancipatória que não perde de vista o horizonte revolucionário. Profa. PhD Maria Susana Vasconcelos Jimenez, Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo, Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo, Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos, Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes, Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho. Os (as) senhores (as) sempre terão minha admiração e continuarão sendo a fonte do meu espelhamento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes, ou carinhosamente Mário, pelos ensinamentos, pela paciência que possibilitou a construção dessa pesquisa, mesmo em um contexto de ataques aos trabalhadores e pandêmico. Sempre gentil, atencioso, que me transmitia a calma necessária para desenvolver essa árdua tarefa de pesquisa. Quis o destino, ou melhor dizendo, a causalidade posta pelos nexos causais, que o meu primeiro contato já cursando mestrado, com um professor da linha, fosse exatamente com meu orientador. Foi a Mário que me dirigi em 2018 para cursar uma disciplina como aluno especial, e o este logo me acolheu e me convidou também para o grupo de pesquisa.

A banca examinadora, composta por três grandes professoras, mulheres, lutadoras que contribuíram na reflexão e construção desse esforço teórico.

A profa. Dra. Maria Eleni Henrique da Silva, pelas enormes contribuições desde a primeira qualificação, a paciência e o carinho com as sugestões, expressas em frases contundentes e carinhosas.

A Profa. Dra. Betânia Moreira Moraes, pelas contribuições na reta final do texto, mas que puderam solucionar problemáticas importantes para as minhas análises do objeto.

A profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo, por toda a contribuição no meu crescimento teórico, desde 2016, nas disciplinas da linha. Pela demonstração de afeto e carinho. Pude ainda acompanhá-la no estágio de docência, com minha inesperável amiga Cristina, o que foi de grande aprendizado.

As causalidades postas pelos nexos causais me trouxeram também a profa. Dra. Maria de Ruth de Paula Gonçalves. Estava na minha banca de seleção do mestrado, em todas as qualificações de mestrado e doutorado, na defesa de mestrado e agora, fechando com chave de ouro, na defesa de doutorado. À Ruth, não tenho outras palavras a não ser pegar emprestadas as de Neruda, “não te quero senão porque te quero”. Obrigado pelos ensinamentos, pelo carinho.

A Profa. Dra. Rosângela Aparecida Mello, e Prof. Dr. Ademir Quintilio Lazarini por continuarem contribuindo no meu processo de formação, me acompanhando desde a graduação até os dias de hoje, tornando as manhãs de sábado mais prazerosas ao lado de O' Capital, nesses mais de 12 anos de grupo de estudos.

A turma de doutorado 2018.2, companheiros que entramos juntos para trilhar essa nossa fase de nossas existências, em especial a pessoa que mais me fez refletir nesse processo, Ana Paula, que com agitação de seu inseparável leque e suas contribuições serenas nos afasta do odor do pensamento pós-moderno que paira pela universidade e, também, pela pós-graduação.

Ao Felipe (antes irmão da Natasha), sempre disposto a ajudar nas inúmeras dificuldades. Não poderia de deixar de falar a própria Natasha (agora, irmã do Felipe), pelas sempre palavras de apoio, de indignação e dos planos de diversão.

A Cristina, minha inseparável amiga desde os tempos de Mestrado, pelo apoio, pela amizade, e principalmente pelo incentivo de galgar esse objetivo agora alcançado.

A todos e todas, um grande beijo e abraços fraternos.

“O prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho”.

(Karl Marx)

RESUMO

A educação física brasileira apresenta um variado cardápio de concepções e preposições na tentativa de responder o que é educação física e qual a sua função social. Dentre essas concepções e abordagens, podemos notar que emergem três grandes grupos. O primeiro diz respeito à determinação biológica do corpo e da função social da educação física, o segundo se refere à determinação da consciência; e o terceiro grupo, à educação física enquanto linguagem corporal. Nesse sentido, discutir a educação física como um complexo do ser social significa compreender, nos seus pormenores, a gênese ontológica da educação física e como ela passa a integrar a atividade de formação do ser social, o que nos coloca concretamente a questionar: A ação corporal na atividade vital do trabalho torna a educação física um complexo social? E qual a relação de autonomia e dependência ao complexo do trabalho que possui a educação física? A presente pesquisa possui como objetivo examinar a educação física como um complexo social, perscrutando como a participação da ação corporal no ato do trabalho, torna o trabalho fator determinante na produção do corpo. Para alicerçar esse entendimento, possuímos com embasamento teórico-filosófico-metodológico os pressupostos do Materialismo Histórico, fundado por Karl Marx e Friedrich Engels, assim como a sua recuperação ontológica, feita pelo teórico revolucionário húngaro György Lukács. Desse modo, defendemos a presente tese da necessidade corporal e da educação física como necessária no ato do trabalho. Na esteira de Marx e Engels, acreditamos que a produção da existência é a chave para compreendermos a essência histórica e provisória do ser social.

Palavras-chave: trabalho; educação física; corpo; consciência; ontologia do ser social; materialismo histórico.

ABSTRACT

Brazilian physical education presents a varied chart of concepts and prepositions in an attempt to answer what is physical education and what is its social function. Among these conceptions and approaches, we can notice that three large groups emerge. The first concerns the biological determination of the body and the social function of physical education, the second refers to the determination of consciousness; and the third group, to physical education as body language. In this sense, discussing physical education as a complex of the social being means understanding, in its details, the ontological genesis of physical education and how it becomes part of the activity of forming the social being, which makes us concretely question: The action body in the vital activity of work makes physical education a social complex? And what is the relation of autonomy and dependence to the work complex that physical education has? This research aims to examine physical education as a social complex, scrutinizing how the participation of bodily action in the act of work makes work a determining factor in the production of the body. To underpin this understanding, we have, with a theoretical-philosophical-methodological foundation, the assumptions of Historical Materialism, founded by Karl Marx and Friedrich Engels, as well as its ontological recovery, made by the Hungarian revolutionary theorist György Lukács. Thus, we defend the present thesis of bodily need and physical education as necessary in the act of work. Following Marx and Engels, we believe that the production of existence is the key to understanding the historical and provisional essence of social being.

Keywords: work; physical education; body; conscience; ontology of the social being; historical materialism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MEU CAMINHO AO MATERIALISMO HISTÓRICO E O ONTO-MÉTODO DA PESQUISA.....	28
2.1	O pesquisador	28
2.2	O onto-método: a apreensão do movimento do real e sua reprodução ideal.....	34
2.3	Método de exposição: a apresentação sistematizada da pesquisa...45	
3	GÊNESE ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL: O TRABALHO ENQUANTO PRÁXIS FUNDANTE	52
3.1	A formação do corpo <i>hominídeo</i> e sua relação ininterrupta com a natureza: o longo período de preparação para o salto ontológico....	55
3.2	O trabalho como determinante na existência do ser social	75
4	GÊNESE ONTOLÓGICA DO COMPLEXO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA: O PAPEL DO CORPO NA REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL .	96
4.1	A educação física enquanto complexo do ser social: a busca por uma compreensão de corpo onto-materialista da história.....	102
4.1.1	<i>Trabalho e atividade corporal em diferentes modos de produção ..</i>	113
5	A COMPREENSÃO DE CORPO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	129
5.1	A educação física no Brasil: as concepções de corpo em diferentes abordagens.....	131
5.2	A subordinação do corpo à consciência e a determinação biológica do desenvolvimento humano	152
5.2.1	<i>A determinação biológica na compreensão de corpo na obra Compreendendo o Desenvolvimento Motor.....</i>	154
5.2.2	<i>A compreensão de corpo na perspectiva biológica: a falsificação enquanto falso socialmente necessário</i>	164
5.2.3	<i>A subordinação do corpo à consciência na obra Educação Física Cuida do Corpo e... Mente</i>	172
5.3	A educação física crítica: a educação física como prática social na obra metodologia do ensino de educação física	182

6	PRESSUPOSTOS GERAIS DO FUNDAMENTO ONTOLÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA HUMANAMENTE EMANCIPADA	189
6.1	Trabalho e emancipação humana como pressupostos gerais para uma educação física humanamente emancipada	190
6.2	Pressupostos gerais dos sentidos e significados de uma educação física humanamente emancipada.....	209
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS.....	231

1 INTRODUÇÃO

Na apresentação e defesa da presente tese, nos utilizaremos de um arcabouço de termos presentes na literatura, ora como coisas diferentes, ora como sinônimos. Contudo, para melhor expor o estudo, explicaremos em linhas gerais a utilização de termos e dos motivos pelos quais em determinados momentos o faremos de uns e em outros momentos de outros.

Na esteira de Marx, primeiros nos manuscritos econômicos e filosóficos e na ideologia alemã, e posteriormente no *Capital*, utilizaremos o termo mais amplo para demonstrar que o movimento do trabalho é a atividade vital de qualquer ser social, seja qual for a sua sociabilidade humana.

Essa atividade vital, é condicionada pelo metabolismo com a natureza, uma relação entre homem e natureza, no qual as capacidades humanas (corporais e psíquicas) entram em movimento para transformar a natureza e realizar a atividade vital. Ou seja, é necessário para que aja uma atividade vital, uma ação corporal. Nesse sentido, já explicamos o segundo termo, ação corporal, momento *hic et nunc* (aqui e agora) da atividade corporal.

A relação do trabalho, ao dar origem ao ser social (o que será explicado mais adiante) não finda o desenvolvimento humano, pelo contrário é sua origem e condição de existências do ser humano, livre agora para desenvolver-se fora dessa relação primeira. Dentre as coisas que o ser humano desenvolveu fora das relações do trabalho, foram os jogos, as brincadeiras, a dança, elementos que foram sendo sistematizados ao longo da história da humanidade. Para essas sistematizações, chamamos nesse estudo de práticas corporais, seja o jogo, o esporte, a dança, a ginástica. O coletivo de autores denomina essas sistematizações de cultura corporal, “uma expressão corporal como linguagem” (2009, p. 62).

No presente estudo, defenderemos o trabalho como categoria fundante do ser social, e como determinante na produção das práxis corporais. Esse último termo (práxis corporal), é a compreensão de que as atividades corporais afastados do trabalho ocorrem pela unidade indissociável entre corpo e consciência e possui autonomia relativa, determinação recíproca ao momento predominante do trabalho, e dependência ontológica a ele.

Figura 1 – Exemplificação dinâmica dos termos



Fonte: Produção própria

Ao anunciar o trabalho como fator determinante na formação do corpo, trata-se tanto de uma defesa da categoria chave para compreensão do ser social, tradição inaugurada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) e recuperada por György Lukács (1885-1971), quanto um embate teórico hegemônico que trata a educação física¹ à luz do paradigma biológico e positivista, que mesmo com outras vestes, permanece em sua essência.

Com a derrocada do socialismo no leste europeu e a falta de um espectro revolucionário, as tendências teóricas antimarxistas se fortaleceram, sobretudo com as análises pós-modernas e neopositivistas e suas características gnosiológicas. Nesse sentido, assumimos que tomar esse referencial como matricial é de suma importância nos dias atuais, assim como fez o autor húngaro. Portanto, concordamos com a afirmação de Lima (2018, p. 65) que diz: “A ontologia do Ser

¹ No presente texto, fizemos uma opção na escrita para diferenciar a educação física enquanto área do conhecimento da Educação Física enquanto disciplina da educação escolar. Quando escrevemos com as iniciais em letras minúsculas, estamos nos referindo a essa educação física enquanto área, enquanto conhecimento e práticas corporais, no sentido mais geral. Quando escrevemos com as iniciais em letras maiúsculas, estamos nos referindo à disciplina escolar, a Educação Física como componente curricular da escola.

Social, de György Lukács, para além de uma densa produção teórica, trata-se de um trabalho de intervenção, cujo autor, como intelectual ligado à vida do movimento operário, procura contribuir na luta pelo socialismo”.

Essa árdua tarefa de intervenção realizada por Lukács é produzida em dois eixos: o primeiro relacionado ao desenvolvimento contemporâneo do capitalismo não visualizado por Marx em vida, e o segundo pelo crescimento dogmático e as deturpações realizadas no pensamento do revolucionário alemão após a morte de Lênin. Assim, se faz necessário retomar o pensamento marxiano como referencial basilar para compreender o corpo e a educação física para além das explicações gnosiológicas.

Predominantemente, também na particularidade da educação física, o corpo é compreendido como elemento que possui funções fisiológicas e seus movimentos de alterações são explicados a partir das leis naturais e biológicas. Marx e Engels e, portanto, o materialismo histórico fundado por eles, nos ajudam a compreender de maneira científica e ontológica a possibilidade de superação desses paradigmas, ao passo que nos esclarecem que essas formulações são históricas e possuem caráter de transitoriedade, tal qual a sociedade que as cria. Segundo Mello (2014), Marx desvela em seus estudos que o desenvolvimento humano, os entendimentos e formulações teóricas em determinada sociedade, correspondem, na verdade, à forma assumida por essa sociedade.

Com esse entendimento, a educação física, mesmo que possua ainda um entendimento à luz dos pressupostos biologicistas e positivistas, é produto das relações sociais estabelecidas no plano do desenvolvimento da sociabilidade capitalista, como produto histórico e passível de transformações. Mello (2014) evidencia essa afirmação quando constata que a própria gênese moderna da educação física não está mais relacionada às práticas guerreiras e cortesãs, mas se vincula a um processo mais geral de expansão do capital. Segundo a autora, a educação física, tal qual conhecemos, nasce e se desenvolve com o próprio modo de produção capitalista.

Desde o princípio do desenvolvimento do sistema metabólico capitalista de produção da existência, há uma preocupação com o corpo saudável – capaz de produzir mais valor – que possa suportar longas e extenuantes jornadas de trabalho. Assim, se cria socialmente uma valorização da educação física para o

aprimoramento dos corpos saudáveis. A formação de homens aptos para o funcionamento dessa sociedade (MELLO, 2014) perpassava por um homem biologicamente salutar. Portanto, na preocupação com a formação do corpo era evidenciada a prioridade biológica no seu trato, limitadas, dessa forma, ao desenvolvimento biológico e às suas barreiras.

Contudo, a preocupação neste estudo é, sobretudo, evidenciar que as práticas corporais² não estão limitadas às barreiras biológicas do desenvolvimento e reprodução humana. Nossa ocupação está centrada sob a base estruturante no qual o trabalho é a categoria-chave para compreensão de que o homem, um ser da natureza, se constitui socialmente em um novo patamar de ser, que não é mais determinado somente pelas leis biológicas.

Isso de forma alguma é uma negação dos aspectos biológicos do sujeito, mas a afirmação de que esses aspectos são modificados pela ação cotidiana socialmente determinada. A constante ingestão de fármacos, o aparecimento de doenças com aumento de lipídios e açúcares na corrente sanguínea, não são elementos naturais, são processos sociais determinados por escolhas entre alternativas postas, reflexos da nossa forma de organização social capitalista, posição de classe.

Dito de outra maneira, mesmo as alterações mais simples no corpo orgânico do sujeito já foram transformadas pela própria ação do trabalho de forma mediata ou imediata. Asseguramos, novamente: não se trata de negar a existência do fator natural, mas afirmar que o fator predominante, no mundo dos homens, é o elemento social. As modificações biológicas com incremento de itens naturais no corpo orgânico do sujeito já perpassaram por suas respectivas cadeias de nexos causais nas quais a ação do homem, consciente e ativo, está na chave mestra que põe vida a esse desenrolar de processos.

² As inúmeras concepções de educação física, com bases teóricas, metodológicas, filosóficas e políticas distintas, muitas vezes antagônicas, tonam a utilização de termos um processo de andar sobre cacos de vidros. Extremamente minucioso e cauteloso a escolha de sua utilização. Nesse sentido, justifico nesse primeiro momento, a utilização de determinados termos, que possui sentidos e significados próprios à luz de teorias específicas. Assim, quando utilizamos o termo práticas corporais, estamos nos referindo a toda sistematização corporal, cuja em seu momento histórico possuiu sentidos e significados próprios, ou seja, os jogos fúnebres gregos (TUBINO, 1992), nesse entendimento são tão prática corporal, como o esporte capitalista (BROHM, 1982).

Aparentemente, as doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade são compreendidas à luz das explicações biológicas. Isso porque há em curso um movimento de naturalização do que é socialmente produzido pelo percurso do desenvolvimento histórico.

Desde o primeiro processo de afastamento das barreiras biológicas, ou seja, do salto ontológico, as condições básicas para estar vivo, comer e beber, são essencialmente supridas por escolhas entre alternativas postas, por uma ação consciente. Existe uma distância histórica da fome que se sacia pela procura imediata de alimentos na natureza, como frutas e legumes, da fome que é saciada pedindo a comida em um menu cheio de opções. Marx argumenta que “fome é fome, mas a fome que sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente” (2011a, p. 47).

As possibilidades de práticas corporais – ação corporal³ intencional – cada vez mais ampliadas e menos relacionadas com ato de sobrevivência imediata só podem existir quando os elementos sobre os quais estão fincados forem saciados, ou seja, “não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 29). Por conseguinte, determinados progressivamente pelas relações de intercâmbio entre os homens, afastando-o das barreiras limitadas do desenvolvimento biológico, é que podemos pensar na ampliação maior em quantidade e qualidade de práticas corporais tornando-as, depois de serem postas, relativamente autônomas.

A formação do corpo do sujeito que ingere *fast-food* não é igual à do homem que caçava diariamente para se manter vivo. Não era necessário discutir com esse acerca do sedentarismo, visto que sua sobrevivência dependia da sua atividade corporal⁴ – atividade vital, ação que necessitava de preparação e aplicação de técnicas corporais para, em potencial, alcançar êxitos na sua tarefa e ação do trabalho. A ação corporal sempre foi necessária no processo de produção do ser social e continuará sendo importante na manutenção de homens saudáveis – o

³ Usaremos o termo ação corporal, quando nos referirmos ao *hic et nunc* do metabolismo com a natureza, ou seja, a atividade corporal no momento do trabalho.

⁴ Utilizaremos o termo atividade corporal como sinônimo de atividade vital, tal qual Marx faz nos “manuscritos” e como Lentotiev trata em “o homem e a cultura”.

suficiente para produzir capital – para continuar o intercâmbio material com a natureza.

Compreender o corpo com prioridade biológica, ou mesmo dividindo a prioridade entre os condicionantes biológico e social, com funcionamentos fisiológicos e estruturas anatômicas, como resposta por eles mesmos, além de limitado, colabora para a estagnação da compreensão do que é o homem, e na particularidade da educação física, do que é o corpo e seus desdobramentos nas práticas corporais historicamente produzidas.

Nesse sentido, é resultado da sucessão de gerações que se desenvolvem de acordo com as necessidades alteradas. Possui em sua base de desenvolvimento a esfera orgânica e, portanto, o ser biológico. Nesse caso, o papel da compreensão material da educação física está substancialmente e inexoravelmente conectado, além da compreensão, da determinação concreta da existência do próprio ser social e, portanto, da existência do próprio homem.

Cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada [...]. Por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado. (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Partindo desse pressuposto, é mister entender que o complexo social da educação física não é uma práxis⁵ social isolada, mas participa de uma teia de relações sociais, que Marx denomina de totalidade social. Em nosso entendimento, assim como já afirmado por Mello (2014) e Oliveira (2018), a educação física é uma atividade que participa na própria construção do ser social através de atividades corporais, do controle corporal⁶ consciente na ação do trabalho e, por conseguinte, com sentidos e significados que se alteram socialmente e historicamente.

⁵ A práxis originária é a produção material, o trabalho humano (VÁZQUES,1997).

⁶ Controle corporal, em Marx (2011b) é a síntese ontológica entre subjetividade e objetividade, entre corpo e consciência. Na ação humano do trabalho, o homem põe ao seu controle as capacidades presentes no corpo, sejam elas físicas ou espirituais. Assim, quando usamos o termo a categoria controle corporal, estamos nos referindo a esse momento indissociável entre corpo e consciência, na qual as ações humanas só podem existir como produto da consciência, ao passo em que a consciência só pode existir em um corpo que pensa.

Assim, a educação física não só é um complexo social da totalidade social, mas um complexo social criado no ato do trabalho, basilar para a existência da própria ação corporal fundante: o trabalho. Segundo Lessa (2016b), a totalidade social está numa teia de nexos nos quais os complexos parciais se relacionam e se articulam com o próprio ser em geral, como observamos:

Portanto, o ser geral é composto por diferentes complexos ontológicos que operam, ao mesmo tempo, de modo articulado e relativamente autônomo. A evolução biológica não é determinada pelo devir-outro do ser inorgânico, embora dependa dele. A reprodução social não é determinada pela reprodução biológica, embora não possa ocorrer sem ela (LESSA, 2006, p. 69)

A educação física como complexo social já nasce com uma autonomia relativa frente ao processo de metabolismo ininterrupto com a natureza. Para isso, o trabalho já se apresenta com um nível relativamente elevado:

Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais atividades do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2008, p. 348)

O desenvolvimento do ser social, não ocorre sem que as capacidades e potencialidades corporais estejam em movimento na atividade vital e, portanto, ação corporal do trabalho:

Dessa forma, a totalidade social no processo de reprodução é o momento predominante de todos os complexos parciais que surgem no processo de desenvolvimento do ser social. Esses complexos se reproduzem sempre com uma autonomia relativa em relação à totalidade social, isto é, constituem estrutura ou até instituições com fins próprios. (MELLO, 2014, p. 86).

Destarte, a educação física não é um mero produto do desenrolar natural, dependente de causalidades da natureza, como uma pedra que sem ação do homem pode se tornar poeira. Ao contrário, é síntese de múltiplas determinações de um processo histórico contraditório, mediado pelo controle do processo de trabalho e pela produção ininterrupta do ser social. Dessa forma, compreendemos que esse complexo social acompanha desde o ato fundante o processo de reprodução humana e, portanto, do ser social.

É somente o trabalho, categoria intermediária, que possui os elementos para entendermos que a totalidade do corpo é muito maior que a soma de suas

partes e de suas funcionalidades orgânicas, anatômicas e fisiológicas. O entendimento por parte dos teóricos da educação física acerca do que é o corpo e como ele se forma, percorre, em última instância, pela própria compreensão do que é o homem e do que é o mundo. Isso se justifica, pois é o trabalho que funda e cria todas as outras possibilidades humanas, ou seja, está contido do ato do trabalho a possibilidade de práxis essencialmente humanas, com as objetivações das suas escolhas entre alternativas.

O que funda o mundo essencialmente humano, conforme indica Lukács, é a própria práxis social do trabalho, pois é pelo pôr teleológico do trabalho que o homem, sujeito da práxis, depara-se com a necessidade de realizar escolhas entre duas ou mais alternativas e, conseqüentemente, materializar aquela que se tornou objeto de sua ação. (BARBOSA; RABELO; JIMENEZ, 2018, p. 88).

Estando engendrada na sociedade burguesa e fruto dela, a educação física é determinada ontologicamente pelas relações de trabalho dessa forma de organização social e, portanto, ao trabalho produtor de *mais valia*. Nessa forma de organização social metabólica do capitalismo, o trabalho fundante do ser social, está subsumido aos processos históricos do trabalho produtivo de capital.

A educação física como produto determinado, não se relaciona a um entendimento mecânico, ou uma análise determinista, pelo contrário, essa determinação ontológica, só situa a posição da educação física frente a sua práxis originária de que, entre as duas, existe um momento predominante, ou seja, uma determinação ontológica do trabalho em relação à educação física. Assim, no momento da processualidade do salto ontológico, a prioridade ontológica já está expressa.

De este modo, la prioridad ontológica se expresa em la naturaleza del salto de una esfera del ser a otra, que busca reflejar aquél proceso real e histórico, que se extendió durante miles de años y, del cual, emergen y se contituyen las jerarquias del ser, que como ya se señaló, aluden a la naturaleza inorgánica, la naturaleza orgánica y el ser social. (GIANNA; COSTA, 2016, p. 158).⁷

⁷ Dessa forma, a prioridade ontológica se expressa na natureza do salto de uma esfera do ser para outra, que busca refletir aquele processo real e histórico, que duraram milhares de anos e do qual emergem e são constituídos as hierarquias do ser, que como já apontado, refere-se à natureza inorgânica, natureza orgânica e o ser social (Tradução própria).

Em síntese, essa afirmação de determinação não possui nenhum determinismo entre as categorias trabalho e educação física, entre essas formas de ser, determinações da existência, a educação física, relativamente autônoma, se desenvolve e busca respostas aos seus problemas. No Brasil, pelo próprio contexto de provocação das ideais, à luz dos acirramentos de classe na década de 1970, a educação física começa um processo de autoquestionamento sobre sua identidade. Esse movimento faz a roda da história girar e desenvolver novas formas de compreensão do que é educação física e sua função social.

Em um contexto de Ditadura Civil-Militar de caráter burguês⁸, as concepções de educação física se afluíram, ficando demarcadas várias perspectivas teóricas que influenciaram e influenciam a atuação docente, dentro ou fora da escola, até os dias atuais.

Depois de duas décadas – tendo 1964 como referência – de submissão à “ditadura da burguesia fardada”, respiram-se, na década de 1980, os ares da redemocratização. Esses ares só foram possíveis em virtude, no final da década de 1970, do esgotamento do chamado “milagre brasileiro” e do processo de reorganização do movimento operário. (HÚNGARO, 2013, p. 136).

Na contramão das diferentes formulações pedagógicas, a prática da Educação Física na escola, continua quase imutável, desde a proliferação do esporte como conteúdo hegemônico e com características de reprodução do esporte de rendimento, com aulas que parece o treinamento esportivo, ou com o famoso “rola bola”.

Mesmo com esse leque de abordagens e concepções pedagógicas publicadas a partir dos anos de 1980, no entanto, a educação física esteve atrelada durante boa parte de sua história à perspectiva da aptidão física, tendo como foco de trabalho nas aulas, principalmente, o conteúdo esportivo. (BARBIERE; PORELLI E MELLO, 2008, p. 225).

Mesmo aquelas mais bem-intencionadas abordagens e concepções de educação física, que tratam o corpo não meramente nos seus aspectos biológicos

⁸ O golpe dos militares em 1964 foi conduzido por uma falsa justificativa do perigo do espectro do comunismo que adentraria as terras tupiniquins. Com apoio da burguesia nacional, os militares conduziram um processo para o Brasil de alinhar cada vez mais com a grande potência capitalista da época – e ainda, nos dias atuais –, os Estados Unidos com diferentes acordos, entre eles o MEC-USAID.

de determinação, ainda assim, apresenta limitações em dois grandes aspectos. O primeiro é que mesmo possuindo na sua compreensão o trabalho como momento predominante, considera a educação física e as práticas corporais integrantes do complexo social da linguagem. Por isso, não vê a educação física como complexo fundado e fundante do próprio trabalho.

Para o Coletivo de Autores (1992), a Educação Física possui a cultura corporal como objeto de estudo e é uma disciplina na escola que tematiza os elementos da cultura corporal vinculado à função social da linguagem como jogos, lutas, esportes, dança e ginástica. Portanto, os elementos da cultura corporal cumprem a função social de transmissão de algo, com sentidos e significados nos quais essas práticas corporais são historicamente e socialmente construídas e culturalmente apreendidas.

O segundo ponto limitante é a ideia de que a consciência possui prioridade em relação ao corpo, não compreendendo que, em última análise, a consciência só existe por meio da ação do corpo no ato do trabalho. Segundo Marx e Engels (2007), isso acontece pelo distanciamento que se cria na relação natureza *versus* história, como se fossem coisas separadas, na qual os produtos do trabalho ganham uma conotação de produtos de uma autoconsciência, significando que a história não seria uma produção do próprio processo material de transformação da natureza, mas um elemento da consciência.

A determinação equivocada da consciência subordinando o corpo se desdobra em conclusões que apontam a necessidade de educação para o “corpo”, nasce a intenção de criar profissionais para educar esse “corpo”. Essa separação entre corpo e mente/consciência legitima a fragmentação da formação em educação física e, conseqüentemente, a criação do “educador físico” cuja premissa básica é a de educar o corpo a ser saudável, e para tal, a invenção da “necessidade” de práticas corporal atléticas para o sujeito garantir obrigatoriamente a sua “saúde individual” e manter seu corpo saudável segundo os padrões estéticos e sociais em vigor.

Para Mello (2014), desdobramentos no entendimento equivocado da consciência produzem uma dicotomia entre corpo e consciência, em que a segunda subordina a primeira. Corroborando, sobretudo com Mello (2014) e Oliveira (2018),

Fernandes nos esclarece que o movimento do real, analisado e explicado pelo materialismo histórico, confrontado pela própria prática social,

[...] demonstram em seus fundamentos teóricos a concepção da existência de uma relação indissociável, ineliminável, entre corpo e consciência, objetividade e subjetividade. Apresentam uma ruptura no desenvolvimento puramente biológico para um desenvolvimento cultural que, ainda que se mantenham em uma base biológica, é determinado por fatores históricos e sociais. (FERNANDES, 2016, p. 68).

Justifica-se, com essa cisão entre corpo e mente, a inclusão da educação física na área da saúde, além de uma formação fortemente pautada em disciplinas de cunho biológico. O entendimento de educação física fica prioritariamente pautado em uma corrente do pensamento bastante diluída e difundida no Brasil que possui David L. Gallahue como sua expressão principal.

Para Gallahue (2005), o ponto central da análise é o desenvolvimento motor. Aquilo que para ele aparece no nascimento e finda com a morte. Estão ligados fatores ambientais, individual e as tarefas. Para o autor, os elementos individuais são: a hereditariedade, a biologia, natureza e fatores intrínsecos. Os elementos do ambiente são as experiências, o aprendizado, o encorajamento e fatores extrínsecos. Já os fatores da tarefa, de suma importância para Gallahue, são os fatores físicos e mecânicos. Para ele, o desenvolvimento é determinado pelas exigências da tarefa em si, ao afirmar que:

Cada indivíduo tem um tempo peculiar para a aquisição e para o desenvolvimento de habilidades motoras. Embora o “relógio biológico” seja bastante específico quando se trata da sequência de aquisição de habilidades motoras, o nível de extensão e o desenvolvimento são determinados individual e drasticamente pelas exigências da tarefa em si. (GALLAHUE, 2005, p. 5-6).

Nessa compreensão de educação física, há uma busca pela aptidão física através do desenvolvimento motor e do movimento. Para essa abordagem, assim como as demais que se utilizam do elemento biológico como determinante, o movimento humano é meramente um movimento das partes do corpo que atuam em conjunto para que se desenvolva flexibilidade, força muscular, resistência, agilidade, coordenação. “[...] movimento refere-se alteração real observável na posição de qualquer parte do corpo. O movimento é o ato culminante dos processos motores subjacentes” (GALLAHUE, 2005, p. 19).

Tal entendimento, só soma na aparente dicotomia entre corpo e mente. A educação física, nessa perspectiva, pode ocorrer fechada não nela mesma, mas como diz o próprio autor, fechada na tarefa em si, ou seja, nas atividades físicas e exercícios físicos, para desenvolver as capacidades motoras de locomoção, manipulação e equilíbrio (GALLAHUE, 2005), em outras palavras, os fatores físicos e mecânicos.

Cabe ressaltar que a problemática não é que a educação física não deve se preocupar com a saúde do corpo e seus aspectos biológicos. Ao contrário, deve dar importância ao corpo saudável do indivíduo singular na medida em que entende a totalidade desse corpo, pois a vida do gênero humano está condicionada pela ação eterna de metabolismo com a natureza. Em outras palavras, o desenvolvimento humano está alicerçado pela existência do ser biológico vivo.

Afirmar a importância biológica aqui, não se relaciona em nada com a compreensão biologicista presente na educação física, pelo contrário, só reafirma por um lado a necessidade social da produção da existência, produto de uma ação corporal, de uma atividade consciente e vital, que sintetiza a relação homem *versus* natureza, a saber, o trabalho e por outro, que o homem pertence, em última instância, de forma ineliminável a esfera de determinação biológica.

Mas, para formular de modo sensato essa questão, ainda que apenas de forma aproximativa, não se deve ignorar os problemas gerais do ser, ou melhor dizendo, a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos do ser (as naturezas inorgânicas e orgânicas e a sociedade) Sem compreender essa conexão e sua dinâmica, não se pode formular concretamente nenhuma das questões autenticamente ontológicas do ser social, muito menos conduzi-las a uma solução que corresponda à constituição desse ser. Não precisamos de conhecimentos eruditos para ter a certeza de que o ser humano pertence direta e – em última análise – irrevogavelmente também a esfera do ser biológico. (LUKÁCS, 2010, p. 35-36).

Nesse sentido, a manutenção diária da base de desenvolvimento humano, ou seja, do ser biológico⁹, é cada vez mais social. Cada ação, mais simples que ela parece, só demonstra o grau de desenvolvimento social em que chegamos e,

⁹ Segundo Lukács, a própria relação com a natureza, ou seja, todas as manifestações de vida, interna ou externa, só são possíveis com uma interação com ser inorgânico de forma incessante. Ao passo que “sem uma interação ininterrupta com essa esfera, seria ontologicamente impossível, não poderia de modo algum desenvolver-se interna e externamente como ser social”. (2010, p. 36).

portanto, demonstra o quanto estamos afastados das barreiras limitantes do desenvolvimento natural e biológico.

Isto posto, o corpo que dança zumba para perder calorias, nada, joga, corre, pedala e caminha é o mesmo corpo que pensa. Essas atividades são feitas porque tem consciência que faz e ao passo em que se tem consciência é porque esse corpo está vivo. Para Mello (2014), é a relação do caráter insuprimível entre uma unidade da consciência e do corpo. Relação entre diferentes que só pode ser compreendida na sua totalidade, ou seja, como uma unidade indissociável.

Nas condições concretas, históricas do presente momento, com recuo dos processos revolucionários e os avanços contrarrevolucionários, conservadores e reacionários, um momento delicado para a classe trabalhadora frente às ideias e crenças de impotência diante do mundo, de impossibilidades de mudanças e transformações da ordem social vigente, a dicotomia da unidade corpo/consciência não só é muito presente na educação física, como ganha força.

Quando mais se busca a legitimação da educação física em relação às outras formações, mais se cai nesse abismo sem saída dessa dicotomia, tratando o corpo ora como instrumento da consciência, ora como independente a ela, tornando o corpo a própria subjetividade. Contudo, consciência é tardia, por isso produto da realidade e não o contrário.

A compreensão do corpo por uma determinação biológica de prioridade faz com que a educação física naturalize discursos sociais que possuem em sua base o fator biológico. Neste estudo, nos preocuparemos com as especificidades dessa naturalização nas práticas corporais, o que não significa que essas particularidades não desenvolvam articuladas à totalidade social.

Essa naturalização assume posturas e se vincula a discursos sociais dominantes. As diferenças de elementos biológicos como a cor da pele, por exemplo, foram usadas e difundidas para justificar a política social de eugenia de raça durante o movimento nazista liderado pelo general Adolf Hitler (1899-1945). Nessa política segregacionista, Hitler utilizava a falsificação e o discurso de que os povos germânicos possuem descendência de uma raça nórdica que se sobrepunha sobre as demais, constituindo-se em uma verdadeira e pura raça ariana.

Na década de 1970, para justificar a supremacia branca, Martin Kane (1971), escreve um artigo no qual tenta justificar o mal desempenho dos negros em

provas de natação e um bom desempenho em provas de atletismo. Segundo ele, estava na predisposição genética dos negros, por terem quadris longos a performance no atletismo, e com isso, não eram flexíveis o bastante para irem bem nas provas de natação. Sua pseudociência, não explicava o fenômeno, nem na sua aparência, mas serviu para justificar o racismo e a condição social do negro, norte americano e como falsificação ideológica, até nos dias atuais, são difundidos esses estereótipos.

Entretanto, é válido ressaltar que não queremos dizer que os fatores biológicos não influenciam, como, por exemplo, a altura, o peso, para desenvolver uma determinada prática corporal, mas sim contestar a afirmação de que o determinante nas práticas corporais, historicamente produzidas, seja condicionado aos fatores biológicos e limites, portanto, naturais.

Partiremos do pressuposto de que o trabalho é a categoria chave para nossa análise, isso porque é no trabalho que podemos vislumbrar o fundamento ontológico de todas as demais categorias e complexos do ser social. O trabalho não é categoria matricial, por arbitrariedade, ou gosto do pesquisador, é categoria basilar porque faz a síntese entre a relação homem e natureza e, portanto, é responsável pela transformação e o salto do homem biologicamente determinado, ao homem socialmente determinado.

Assim, é na compreensão da passagem do ser natural para o ser social, que buscaremos a essência e a especificidade do ser social, mesmo que de forma aproximativa, rastreando a gênese ontológica da educação física nesse processo de a torna um complexo social, relativamente autônomo.

É sobre essa problemática e inquietações que produzimos concretamente os seguintes questionamentos: A ação corporal na atividade vital do trabalho torna a educação física um complexo social, e qual a relação de autonomia e dependência ao complexo do trabalho que possui a educação física? Qual a relação entre o entendimento do corpo com prioridade de determinação biológica e as formulações teóricas sobre o desenvolvimento humano na educação física? Como a compreensão do corpo como elemento de prioridade biológica contribui para a naturalização de determinadas práticas sociais (entre elas a própria prática corporal)? Qual a relação existente entre o complexo do trabalho e a passagem do "corpo natural" ao corpo socialmente produzido? Como a necessidade de produção

da própria existência cria necessidades para o corpo? Qual a relação entre a unidade corpo e consciência com o trabalho, protoforma do gênero humano?

Na busca de respostas para essas inquietações, o presente estudo possui como objetivo geral **examinar as principais perspectivas de corpo e educação física, formuladas pela área reverberadas nas abordagens e concepções de educação física no Brasil.**

No caminho a ser trilhado na pesquisa pela compreensão do real, emergiram três objetivos específicos, a saber: perquirir o papel do trabalho na passagem do corpo biologicamente determinado para o corpo socialmente determinado; examinar a educação física como um complexo social que possui autonomia relativa, dependência ontológica e determinação recíproca ao processo metabólico da produção da existência perscrutando como a participação da práxis corporal no ato do trabalho, torna o trabalho fator determinante na produção do corpo; assim como, entender o corpo como produto sócio-histórico, como síntese indissociável das capacidades humanas (físicas e mentais), necessárias para o salto ontológico e, portanto, a educação física, como um complexo social.

Essas inquietações não devem ser entendidas e compreendidas por elas mesmas. Entendemos que essa problemática da educação física e seu entendimento do corpo, em regra, nos seus aspectos físicos/biológicos, só pode ser mais bem compreendida por uma explicação ontológica, na qual seus determinantes partem sempre de um processo real e concreto e, desse modo, de uma síntese de múltiplas determinações.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência também o ponto de partida da instituição e da representação. (MARX, 2011a, p. 54).

As inquietações a serem discutidas servirão tanto para reflexões da área no que diz respeito ao que é o corpo, assim como um acerto de contas necessário para o próprio pesquisador. Alertamos que com essa pesquisa não buscamos nenhum tipo de neutralidade, pelo contrário, compreendemos que essa pesquisa deve estar vinculada a um processo maior que se arquiteta no horizonte da emancipação humana. Uma vez que o próprio pesquisador está incluso e rodeado pelo estudo, já exclui de partida qualquer possibilidade de neutralidade. Entendemos

que o acerto de contas se faz necessário justamente porque o conteúdo majoritário da formação em educação física, no qual o pesquisador estava inserido, possuía, e ainda possui a determinação biológica no entendimento sobre as práticas corporais, o corpo e a educação física.

O relatório dessa pesquisa e a defesa da nossa tese estão sistematizados, principalmente nos itens de três a seis. Isso porque o ponto um se diz respeito a introdução e o ponto dois a caminho percorrido até a chegar na problemática de pesquisa. A sistematização detalhada e apresentação dos itens será realizada no item 2.3. Contudo, apresentaremos de forma breve o que está em cada item desse estudo. No item terceiro, construímos os pressupostos que vão permear todo o estudo, a saber, a compreensão do Materialismo Histórico sobre a essência histórica do ser social. Já no item quarto, contém a defesa da educação física como complexo social produzido e produtor do trabalho. No item quinto, apresentamos a compreensão da educação física, segundo concepções e abordagens pedagógicas. Por fim, no item sexto, apresentamos os pressupostos gerais para uma educação física com sentidos e significados com vistas a emancipação humana.

2 MEU CAMINHO AO MATERIALISMO HISTÓRIO E O ONTO-MÉTODO DA PESQUISA

2.1 O pesquisador¹⁰

Como anunciei nos parágrafos finais do item anterior, essa pesquisa surge das minhas inquietações sobre o trato da Educação Física como componente curricular, acerca do que é o corpo e de como esse assunto é permeado por explicações biológicas de determinações dessas práticas.

Minha própria formação inicial de graduação em licenciatura plena em educação física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), no período de 2009-2013, estava impregnada por uma gama de análise na qual ao se falar de desenvolvimento humano, corpo, saúde, entre outros temas, possuía uma teoria para explicar e justificar os acontecimentos e responsabilizar os indivíduos singulares pelas condições de suas vidas. Essa perspectiva que envolvia a predominância de análise possuía sua expressão na teoria de desenvolvimento humano de David Gallahue, muito bem ajustada na formação em educação física que tive acesso.

Desde aquela época, 2009-2013, já tratava com estranheza as explicações da famosa ampulheta de Gallahue, assim como as explanações para as doenças que apontavam o sedentarismo como causa e a prática de educação física como salvadora de todos. O sedentarismo, nesse sentido, mais se parece com a cruz que a educação física carrega até o calvário¹¹.

¹⁰ Esse item em específico, por se tratar do momento que apresento a minha trajetória estudantil e como essa me levou ao objeto de estudo, escolhi escrevê-lo em primeira pessoa do singular. Os demais itens desse relatório de pesquisa, a partir do item 1.2 no qual apresento a compreensão de onto-método marxiano, assim como os escritos anteriores ao ponto 1.1, foram escritos em primeira pessoa do plural.

¹¹ Na tradição religiosa do cristianismo, Jesus Cristo “ofertou” sua vida ao carregar a cruz até o monte calvário para ser crucificado e “dar” sua própria vida para salvar todas as outras. Para as correntes hegemônicas da educação física, pouco se discute a raiz do problema da não prática de atividades físicas e do exíguo tempo livre para realizar essas práticas, basta carregar do discurso que um evidente sedentarismo, para demonstrar importância social que possui a educação física nesse contexto. Assim, essas análises acabam abandonando também o fator central que se apresenta na sociabilidade capitalista: a força de trabalho e, portanto, a vida do trabalhador, só interessa na medida em que produz valores e mais valores para serem apropriados pelo capitalista. O capitalismo utiliza a força vital do trabalhador, ficando os dentes sobre as jugulares dos trabalhadores, suga até a última gota de sangue de trabalho produtivo de capital.

Com análises rasas e fenomênicas que não analisam a raiz do problema, o bom desenvolvimento humano estava atrelado às atividades motoras, assim como práticas sistemáticas de atividade física, independente das relações concretas nas quais os sujeitos históricos estão inseridos.

Predominantemente, os sujeitos oriundos da classe trabalhadora para manter sua vida orgânica, nem sempre plena, em funcionamento, para desenvolver-se socialmente sob condições muitas vezes precárias, trocam sua força de trabalho, capacidades físicas e mentais, em troca de salário que será revertido em meios de subsistência. No processo de produção dentro de uma jornada de trabalho, os trabalhadores produzem valores (recebidos na forma de salário) e mais valores (mais-valia) que são apropriados pelo capitalista comprador da força de trabalho. Fora da jornada de trabalho, o trabalhador deve se recuperar da extenuante jornada de trabalho, recompondo sua força de trabalho para uma nova jornada.

Sobre essa condicionante, a classe trabalhadora, regida pelo trabalho produtivo de capital, deve cuidar do seu corpo, realizar três atividades por semana¹², comer pelo menos três frutas por dia e manter-se no padrão estético social de beleza – como é popularmente propagando e abordado por corrente de estudiosos vinculados as determinações biológicas do treinamento como Guedes e Guedes (2006), Nahas (2010) – durante a recomposição da sua força de trabalho. Ir caminhando para o trabalho, fazer agachamento enquanto limpa a loja que trabalha, ao passo em que o desenvolvimento de alguma doença pode cair sobre seus ombros com a responsabilidade. Como se não fosse suficiente, deve incluir na cesta básica alimentos saudáveis para uma dieta balanceada, mesmo que o salário que recebe pelo seu trabalho, mal seja suficiente para manter-se vivo.

Mesmo que a premissa seja verdadeira, que as atividades físicas¹³ contribuem para prevenção de doenças, melhora na qualidade de vida do sujeito, em outras palavras, auxiliam na manutenção da vida orgânica que está na base para o desenvolvimento da vida social, as causas e soluções são, na melhor das hipóteses, limitadas. E na pior, são falsificadas para justificar as mazelas sociais

¹² Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), questiona os níveis de sedentarismo, recomendando-se a prática de exercício físico pelo menos três vezes por semana.

¹³ Toda ação corporal de elevação dos batimentos cardíacos a cima dos níveis de repouso.

resultantes de uma sociedade de classes que responsabiliza o indivíduo pelas suas condições precárias de vida.

Com essas inquietações e impulsionado por uma breve suspensão das aulas em decorrência da pandemia da gripe A em 2009, causada pelo vírus H1N1, decidi, entre as possibilidades postas, concluir a disciplina de fundamentos da educação física, ministrada pela professora Rosângela Aparecida Mello, com resenhas acerca da compreensão do que era saúde, dentre temas que estavam disponíveis para escolha.

No ano seguinte, 2010, iniciamos o grupo de estudos de O Capital de Karl Marx, com orientações dos professores Ademir Lazarini e Rosângela Mello para servir de base de análise para as reflexões singulares de cada participante do grupo. Na universidade, me vinculei ao Grupo de Estudos do Trabalho e Educação (ESTE/UEM), que chamamos de espaço Marx. O grupo de estudos existe ainda hoje, são 12 anos de estudos coletivos sobre a obra com várias “turmas” de leitura. Atualmente, o grupo original de 2010 está na leitura do livro terceiro, volume quarto e o grupo de 2012, ou segundo grupo, encontra-se nas leituras do livro segundo.

Estes grupos de estudos supracitados e a militância no Coletivo “Da Luta Não Me Retiro” balizaram todos os meus estudos e minha prática no movimento estudantil. A necessidade de estudar e compreender o real passava a ocupar uma centralidade na minha vida.

Concomitantemente ao grupo O’ Capital, estava inserido também no coletivo de estudantes da universidade que disputou e venceu naquele ano as eleições para o Diretório Central dos Estudantes – DCE. A chapa se chamava Movimento-se UEM e era composta por partidos de esquerda e movimentos sociais organizados, além de estudantes independentes.

Ainda em 2010 a UEM sediou o **Encontro Regional de Estudantes de Educação Física do SUL** (EREEF/SUL). Lá, presenciei discussões que relacionavam a educação física e a conjuntura social, e tinham como base de análise o próprio entendimento da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista como ponto de partida. Bastante diferente do que a maior parte das disciplinas do curso me direcionava. Foi nesse momento que me aproximei das discussões sobre a formação em educação física, deixando um pouco de lado a análise da

determinação biológica da educação física para um outro período, especialmente o tema da regulamentação da profissão e sua relação com a formação.

No mesmo ano, integrei a chapa de esquerda *Movimente-se UEM* para DCE, integrada por correntes independentes, partidárias (PSOL, PSTU, PCB), Anarquistas, Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL) e ExNEEF-Maringá. Fazíamos oposição à chapa *Bonde do Amor*, que era integrada majoritariamente pela UJS e UNE, apelidada por nós de chapa laranja da reitoria.

2011 foi um ano recheado de cortes na educação superior do Paraná promovidos pelo então governador tucano, Beto Richa, chamado de “mãos de tesoura” com referência aos cortes que ele realizou. Com o aumento do número de cursos, a quantidade de estudantes na universidade aumentou. Com esse crescimento e com os cortes para o custeio das universidades, tornou-se mais visível a precariedade, sucateamento e abandono que se encontrava a UEM, como exemplo a debilidade do restaurante universitário (RU) que era o lugar mais visitado pelos estudantes, bem como a biblioteca. Uma campanha puxada pelo DCE, “RU a fila que não anda”, culminou na ocupação da reitoria pelos estudantes para barrar os cortes e solucionar as pautas mais imediatas. Também reivindicávamos a construção de prédios para os novos cursos e contratação imediata de professores para suprir as demandas e defasagens existentes há décadas. Lutas que, por sinal, ainda estão sendo enfrentadas pelos estudantes nos atuais dias, não somente na UEM, mas no conjunto das universidades públicas brasileiras.

Na particularidade da educação física, o debate sobre reformulação de currículo ganhava força demonstrada pelas próprias monografias de curso que analisavam esse tema no período de 2011-2013. Entre essas monografias, encontra-se a de minha autoria que foi intitulada: ***Educação Física e Formação Profissional: reordenamento nas relações de produção e a regulamentação da profissão.***

Após a cerimônia de colação de grau no começo de 2014, retornei para o Ceará, para casa dos meus pais, em Antonina do Norte, município do interior cearense. Ingressei no mesmo ano como professor da educação básica fundamental II no município de Santana do Cariri. Simultaneamente, comecei a preparar um projeto de pesquisa que dava continuidade às discussões da monografia. No ano seguinte, em 2015, participei da seleção para o Programa de Pós-Graduação em

Educação na Universidade Estadual do Ceará na linha Marxismo e Formação do Educador no Núcleo de Ontologia do Ser Social. Aprovado e já nos estudos, o projeto foi reformulado, para responder novas inquietações.

Na produção dessa pesquisa, iniciei como aluno especial, assistir e participar das disciplinas do E-luta, da linha de pesquisa Marxismo e Luta de Classes do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, ministradas pelo conjunto dos professores da linha, Valdemarin Coelho, Jackline Rabelo, Maria Das Dores, Derivaldo Santos, Osterne Maia, Ruth Maria e Suzana Jimenez. Concomitantemente, cursava as disciplinas do PPGE-UECE, principalmente as vinculadas à linha Marxismo e formação do educador.

Com a orientação do professor Frederico Costa, defendi em 2018 a dissertação de mestrado intitulada: “***A Participação da Educação Física na Formação Humana: uma necessidade onto-histórica para além da particularidade do capital***”. Nesse estudo, buscamos demonstrar a educação física como parte do ato de produção da existência do ser social, não só elemento fundado pelo trabalho, mas como um complexo que participa na própria fundação do ser social e, portanto, participa do salto ontológico.

Após a defesa, as lacunas apontadas pela banca para estudos futuros me incentivaram objetivamente a estudar o corpo na sua determinação social, utilizando a ontologia materialista como referencial matricial e discutindo as mazelas sobre esse corpo no modo de produção capitalista, apontadas de forma introdutória na dissertação. A escolha para elaboração do projeto de doutorado que submeti ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, na linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, e eixo Ontologia Marxiana e Educação, foi o segundo, com o título de “O complexo da educação física e a reprodução social na particularidade da sociabilidade burguesa: a possibilidade histórica da emancipação humana”.

Já com andamento do doutorado, nas discussões na linha de pesquisa, nos encontros, debates – e nesse sentido, como se esquecer das grandes conversas com Ana Paula – nas disciplinas e conversas sempre fraternas com o orientador professor Valdemarin Coelho Gomes, ou simplesmente Mario, notamos que a opção que aparecia discretamente no projeto acerca da compreensão de corpo poderia ter um potencial de análise que eu não havia enxergado antes.

Com o seguimento dos estudos, essa opção se mostrou adequada em razão das lacunas que existem no campo da educação física sobre essa matriz teórica e para enfrentarmos a contínua produção de formulações que sugerem que a determinação biológica do ser é a prioridade na análise do desenvolvimento humano. Assim, o presente estudo possui em sua matriz de análise o resgate de uma ontologia de novo tipo para compreender o corpo que possui em sua base de sustentação o ser orgânico, mas a sua determinação é puramente social, até mesmo as que mantêm o ser biológico vivo.

Essa ontologia de um novo tipo busca a compreensão dos objetos da forma como eles são em movimento nas relações sociais, procurando capturar esse movimento de forma sempre aproximativa, seus determinantes de qualquer natureza, na qual o momento da prática social passa a ser o período predominante para a análise. Além disso, compreendo que somente com uma leitura concreta e objetiva, dos fundamentos dessa ordem social, podemos não só compreendê-las, mas transformá-las. Nesse sentido, a compreensão do real sobre a perspectiva da ontologia de novo tipo, ou melhor, sobre a análise materialista da história, não se pode perder de vista o horizonte da emancipação humana.

Ademais, os escritos dessa tese não pretendem construir abstratas verdades ou conceitos universais. É, sobretudo, um esforço intelectual empregado de um processo de aproximação ao referencial teórico metodológico, que se inicia em 2009 na disciplina de fundamentos da educação física, ministrada pela professora Rosângela Mello e, de forma mais sistematizada, no grupo de estudos/pesquisa do O' Capital, e continuam a ter novas sínteses na dissertação de mestrado e agora na tese de doutoramento. Por outro lado, o texto não nega a sua finalidade e sua vinculação a uma perspectiva revolucionária. Assim, toda formulação aqui expressa se vincula a um projeto de transformação radical da sociedade, ou seja, se exclui, de início, qualquer forma de neutralidade. Aqui, empregamos uma síntese desse acúmulo de estudos e reflexões, na tentativa de aproximação do movimento do real e, portanto, estão contidos neste texto os resultados a que cheguei.

Desse modo, na intenção de compreender o complexo social da educação física e o que é o corpo enquanto totalidade, no qual seu momento predominante está na determinação do trabalho, faz-se necessário abriremos um

preâmbulo para explicarmos os pressupostos teóricos-científicos dos quais partimos, a saber, as formulações onto-metodológicas do materialismo histórico, formuladas por Marx e Engels e recuperadas por Lukács.

2.2 O onto-método: a apreensão do movimento do real e sua reprodução ideal

A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria de versa levanta contra elas as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado. (MARX, 1867, prefácio da 1ª edição de *O Capital*).

A investigação sobre o funcionamento das coisas existe em consonância com a existência do ser social. Mesmo que pareça óbvio, necessita ser dito. A busca pela compreensão de um objeto significa, e aparenta ser trivial, que este objeto existe na realidade social, como “uma lebre que exista pode ser caçada, só uma amora que exista poder ser colhida” (LUKÁCS, 2010, p. 37) ou que as possibilidades para realização já estejam postas. Assim, para que Phileas Fogg¹⁴ cumprisse sua missão de dar uma volta ao mundo em 80 dias no ano de 1872¹⁵, as condições concretas já estavam postas para tal feito.

Phileas Fogg obtinha conhecimento sobre as ferrovias, embarcações, respectivas condições e o tempo gasto para o seu deslocamento. Tudo isso o levou a afirmar que a diminuição do tempo de dar a volta no globo terrestre já era possível em 80 dias, desde a inauguração de um trecho da *Great Indian Peninsular Railway*¹⁶, mesmo que um dos seus colegas atribuísse a diminuição do tempo de

¹⁴ Personagem de ficção científica de Júlio Verne na obra *A volta ao mundo em 80 dias*.

¹⁵ Mesmo se tratando de uma obra de ficção científica, o produto de Júlio Verne, é a prova cabal dos determinantes históricos sociais que possibilitaram escrever tal obra. Todo o desenvolvimento tecnológico e, portando, desenvolvimento das forças produtivas na época, davam suporte concreto a suas afirmações. Assim como a mitologia grega, não pode ser produzida fora das relações concretas da antiga Grécia e do modo de produção escravo, a volta ao mundo em 80 dias não poderia ser escrita e se tornada como uma missão, em um contexto diferente do que estava se passando em Londres, berço da revolução industrial.

¹⁶ Ferrovia da Grande Península da Índia, que foi utilizado por Phileas Foog e seu fiel empregado Passeparout, para chegar até Suez. A data de operação dessa ferrovia é de 1849. E a inauguração do canal de Suez é de 1869. A história se passa no ano de 1872.

percorrer o globo como uma diminuição do tamanho da terra. Ou seja, uma aparente diminuição no tamanho da terra.

Em constante movimento, o inesgotável real só pode ser compreendido em forma de aproximações, isso porque é “próprio do ser humano de que nunca somos capazes de ter um conhecimento total de todos os componentes de nossas decisões e suas consequências” (LUKÁCS, 2010, p. 36). O desenvolvimento de teorias explicativas desse movimento torna-se, portanto, sempre provisório e histórico-concreto. Isso significa que o movimento do real, ou seja, as relações sociais e de produção, não podem ser compreendidas como uma essência *a priori*. Ao contrário, as relações sociais e de produção como produto histórico-concreto só podem ser compreendidas como passíveis de mudanças objetivas nas relações humanas e sociais que as produzem e são, dialeticamente, produtoras.

Diferentes explicações do que é o homem, o mundo e seu funcionamento foram dadas durante o percurso do desenvolvimento humano e, conjuntamente, ao desenvolvimento das capacidades humanas de produzir a sua existência. Nesse sentido, o aumento das capacidades de produção possibilita a existência de apreensões da aparência do movimento do real cada vez mais singular e próxima da essência desse movimento.

Em vista disso, discutir a forma de apropriação do objeto, ou seja, discutir o método de apropriação do real, transposto para a cabeça do pesquisador em forma de reprodução ideal, faz-se necessário essencialmente por dois grandes motivos. O primeiro diz respeito ao movimento pseudointelectual do tudo depende: depende, sobretudo, do olhar do sujeito, da narrativa que se dá ao objeto. Com isso a centralidade passa a ser não o objeto, mas a subjetividade do pesquisador. Assim, o subjetivismo assume papel central e o objeto a ser investigado fica renegado a um segundo plano.

Nessa perspectiva pseudointelectual que dá forma, sentido e significado a ciência e, portanto, a busca pelo conhecimento, o pesquisador está fadado a ficar flutuando e ser levado a um cheiro que lhe agrada assim como o Pica-Pau¹⁷ é atraído pelo cheiro de comida e flutua em direção a ela. É traído pelos seus próprios

¹⁷ Pica-Pau é um personagem antropomórfico de um desenho estadunidense que recebe o mesmo nome.

sentidos e fica somente na mais superficial aparência do ser de seu objeto investigado. O segundo motivo diz respeito ao movimento contra intelectual de provisoriedade do conhecimento e afirmação do fim da história, ou seja, da impossibilidade de mudanças históricas do modo de produção capitalista. Neste segundo caso, surgem as inúmeras teorias ditas pós marxistas que vão de encontro a uma tentativa de humanizar o capital, visto que essa forma de organização seria o máximo do desenvolvimento humano e, por causa disso, insuperável. Nesse mesmo balaio, encontramos também as teorias pró capitalismo. Não tentam humanizar o capital, mas sim fazer defesa da existência dele pela naturalização das relações sociais e pela necessidade histórica de existência de um egoísmo, individualismo como essência humana. Assim, surgem os movimentos para produzir a maior conformidade possível atrelada à responsabilização individual pelos problemas sociais existentes.

Destarte, a compreensão metodológica que será referencial matricial para elaboração deste estudo não parte simplesmente de um olhar do pesquisador. Olhar esse que determina a “essência” do objeto e, por isso, já traça uma abordagem sobre o objeto, as ferramentas a serem utilizadas na pesquisa, os métodos e as técnicas. Ao contrário, reconhecemos que pontos de partida e de chegada são dialeticamente o objeto, seu movimento tal como se expressa cotidianamente nas relações sociais, sua estrutura e dinâmica é que evidenciam e estabelecem as respostas de si próprio.

Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência”. (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).

Com esse entendimento é que compreendemos que o método de análise que melhor explica e se aproxima do movimento real é o materialismo histórico de caráter ontológico. Por esse motivo, reafirmamos que existe um método em Marx, porém não como receita pronta, e sim como concepções, pressupostos e tendências históricas observadas por Marx e Engels que necessitam ser recuperadas, como Lukács, sobretudo, na obra da Ontologia do Ser Social I e II e nos Prolegômenos

para uma Ontologia do Ser Social. Acerca desse último volume, Tertulian nos esclarece que:

Os Prolegômenos não são de modo nenhum simples repetição das ideias [sic] desenvolvidas no grande corpus da Ontologia do ser social; ao invés disso, eles comportam novos acentos e até contribuições inéditas. Embora apoiando-se nas aquisições obtidas com o imenso esforço na redação da sua obra principal, Lukács se propõe, aqui, a iluminar os próprios fundamentos da sua concepção e a esclarecer os problemas a partir dessa perspectiva fundamental. (TERTULIAN, 1996, p. 67)

Quando nos propomos a tão árdua tarefa de assumir a ontologia marxiano-lukasciana enquanto método de análise, foi necessário o entendimento do que Marx e Engels compreendiam acerca das categorias econômicas fundamentais para o entendimento do movimento do real, assim, compreender a sua interpretação materialista da história.

A interpretação “materialista” ou “econômica” da História feita por Marx, nada tem a ver, absolutamente, com um suposto anelo “materialista” ou “econômico” considerado o impulso mais fundamental do homem. Ela significa que o homem, o homem real e total, os “indivíduos vivos reais” – e não as ideias [sic] produzidas por estes [sic] “indivíduos – são o tema da História e da compreensão das leis desta”. (FROMM, 1962, p. 23).

Destarte, nos apegamos a uma síntese do pensamento exposto na *Introdução à Crítica da Economia Política*, como caminho a percorrer no exame do real, pois nesse excerto Marx evidencia o seu objeto fundamental de análise (a sociedade burguesa) e aquilo que as categorias deveriam expressar, ou seja, “exprimem formas de vida, determinações de existência” (MARX, 2008a, p. 265). E isso é feito por meio de uma captura intelectual do movimento do real, ou seja, “a consciência humana e a referida capacidade que dela advém são tão reais quanto uma pedra ou uma relação social dos homens entre si e destes com as pedras para construir casas, por exemplo” (LAZARINI, 2010, p. 94) que se reproduz na forma conceitual elaborada.

Segundo os termos de Marx:

[...] Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo – que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é

de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. (MARX, 2008a, p. 259).

Deste modo, entendemos que todo o processo de pesquisa científica é difícil, pois nosso objeto de pesquisa, em constante movimento, não se apresenta em sua totalidade com sua aparência, que apesar de fazer parte da sua essência, necessita do crivo da análise científica e do próprio pesquisador¹⁸. Diferentemente das experiências realizadas para demonstrar que água e óleo não se misturam, por possuírem em sua essência moléculas de polos contrários que se repelem, nas ciências humanas, torna o processo duplamente difícil.

Por mais esse motivo, o alicerce metodológico e sua ontológica recuperação se mostra mais uma vez como o caminho a ser trilhado. Marx nos educa a compreender as categorias como possíveis de serem abstraídas em seus determinantes e sintetizá-las teoricamente, pelo fato dessas categorias serem formas do ser, serem determinações da existência.

[...] sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto exprimem formas de vida, determinações de existência [...] é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, nesse caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade objetiva quanto no cérebro; que as categorias exprimem, portanto, formas de modo de ser, determinações da existência. (MARX, 2008a, p. 265).

Considera-se que Marx e Engels fundaram um novo materialismo, uma nova forma ontológica de compreender o real. Trata-se de uma nova Ontologia Materialista da História, articulada a uma compreensão científica e não utópica da

¹⁸ Críticas que atribuem a Marx, uma caracterização de que sua análise não considera a subjetividade do indivíduo. Quando não são equivocadas, essas críticas são levianas. Poderíamos identificar no próprio Marx, em O Capital, ao explicar a força de trabalho, que a subjetividade já está contida e indissociável à objetividade do processo de trabalho, isso porque toda ação humana é produto de um pôr da consciência. Mas recuperamos a contribuição de Jose Paulo Netto para desmistificar as críticas feitas a Marx. Diz o autor: “Para Marx, ao contrário, **o papel do sujeito é essencialmente ativo**: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. **O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa**” (NETTO, 2011, p. 25, **grifos nossos**).

realidade social, confirmadas em alguns momentos de suas obras. O primeiro, presente no livro escrito em conjunto de Engels, *A Ideologia Alemã*, afirma os pressupostos que são norteadores das suas análises e, portanto, um método de pesquisa. Dizem Marx e Engels:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. (2007, p. 86-7).

Em outro momento, no supracitado livro, Marx e Engels, reafirmam a concepção de história que os guia ao pressuposto de que a materialidade é o momento preponderante para compreensão inequívoca do movimento do real. Acontece mediante o processo de desenvolvimento real de produção e, nesse sentido, pelo intercâmbio material com a natureza. Em seus termos:

Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceder a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, que dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como teorias e formas de consciência [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Segundo Marx e Engels (2007), sua análise não está centrada na busca de categorias apriorísticas, mas preocupa-se em sempre estar fincada sobre o alicerce da história real. Assim, não busca explicar o homem e o mundo partindo de ideias elaboradas, ao contrário, intenta explicar as formulações ideais a partir da própria práxis material.

Nesse sentido, para Marx o método de fazer análise sobre o movimento do real está centrado no trabalho enquanto base para essa compreensão de movimento – realiza essa compreensão à luz de suas abstrações teóricas acerca do movimento do real e, portanto, podemos afirmar que são abstrações concretas, ou seja, uma recomposição/reprodução ideal do concreto, do movimento, da realidade social – e tem como resultado a produção da vida real, que confere ao homem um desenvolvimento, um suceder de gerações, determinando um caráter especial com o qual as circunstâncias produzem o homem assim como fazem suas próprias circunstâncias.

Um terceiro momento que confirma que Marx e Engels formularam um novo modo de compreensão da realidade é evidenciado no *Posfácio da Segunda Edição d' O Capital*. Texto em que Marx explicita a diferença da dialética hegeliana, método dialético idealista de Hegel, da dialética materialista, histórica e ontológica:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia [sic] – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (MARX, 2011b, p. 28)

Em síntese, as argumentações acima expressam o caráter ontológico materialista no qual estão enraizados os pressupostos, compreensões e formulações da obra marxiana, ao passo em que demonstra a forma pela qual Marx compreendia a ciência, a necessidade de uma pesquisa detalhada do objeto e sua posterior forma de exposição de suas análises, nesse sentido, toda a produção de Marx, estava alicerçada de uma totalidade conceitual, construída pela “leitura” pormenorizada do movimento real e concreto, uma análise, portanto, da sua estrutura e sua dinâmica.

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso- cf. Marx, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: **o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica** - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. (NETTO, 2011, p. 20, **grifos nossos**).

No *Posfácio da Segunda Edição d' O Capital*, ao diferenciar método de pesquisa e método de exposição, Marx deixa clara sua bússola teórica que o guiava nas suas investigações ao afirmar que:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar as suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (MARX, 2011b, p. 28, *itálicos do autor*).

Como fica revelado, Marx não atribuía a ele mesmo uma receita minuciosa, um passo a passo, ou sequer um método mirabolante de pesquisa e análise do seu objeto que era a sociedade burguesa moderna. Ou seja, Marx não elabora ou afirma que seu método de pesquisa está centrado em uma forma infalível, uma receita secreta de ingredientes utilizados para compreensão do objeto pesquisado, buscando captar a essência do objeto e, portanto, seu complexo de determinações.

[...] a essência, na acepção lukácsiana, **é o complexo de determinações que permanece ao longo do desdobramento categorial do ser**; a essência são os traços mais profundos que articulam em unidade os heterogêneos momentos que se sucedem ao longo do tempo. A essência é o *locus* da continuidade. (LESSA, 2016a, p. 53, *itálicos do autor*, **negritos nossos**).

Acerca do que é a análise marxiana do objeto e sobre qual pilar está fundada, Gonçalves, Moraes e Jimenez (2012, p. 65) expressam de forma inequívoca a compreensão.

[...] a análise marxiana capta a essência dos indivíduos em sua objetividade dinâmica, como um movimento autoconstrutivo, que tem por núcleo a interação autopropulsora entre atividade e carecimento, na qual, cada elemento é transformado pela mediação do outro – um movimento que se dá sempre sobre um novo patamar, a partir do desenvolvimento alcançado nos estágios anteriores. Esse é o fundamento da processualidade autoprodutiva do mundo dos homens – da produção material, assim como da forma de existência social e individual que a ela se vincula – sendo, portanto, potencialmente eliminado em seu devir, posto que não está preso à reprodução passiva, cega das formas naturais. Marx apreende, assim, a centralidade do trabalho no mundo dos homens evidenciando-o, por sua processualidade essencial, como motor onto-histórico da produção e reprodução das condições objetivas de existências dos indivíduos e da formação e transformação da individualidade humana.

Sendo assim, o materialismo histórico, que possui um caráter ontológico, não é a garantia, por si só, do entendimento correto ou assertivo na compreensão dos complexos sociais, aos seus formuladores, assim como não é e não pode ser garantia para assertivas *a priori* aos que se filiam a essa tradição teórico-metodológica.

Essa compreensão acima, contudo, passou longe de autores vinculados à Segunda Internacional Comunista e em sua culminância mais perversa, na ideologia stalinista. Deformaram o pensamento de Marx sobre a influência de causa e efeito

de pensamento positivista. Dessa leitura deformada das formulações marxianas, surgiu uma explicação simplista definindo o *materialismo dialético* como sendo uma espécie de saber total articulado a uma teoria geral do ser, e o *materialismo histórico* como sendo a sua especificação em fase da sociedade (NETTO, 2011).

Assim, a dialética deixa de ser o processo do movimento real, produto das relações concretas na quais as categorias se expressam, por serem expressões desse movimento. Com essa deformação, a dialética se apresenta como princípio, como fundamento, em última instância, *a priori*. Ou seja, pode ser utilizada como método aplicável, numa lógica que independe das relações concretas e objetivas, bastando que sejam conhecidas idealmente.

Evidentemente que o conhecimento é necessário, as escolhas entre alternativas e, conseguinte os atos teleológicos só podem existir como produtos prévios da consciência e objetivados na realidade concreta. Isso porque os produtos que estão na cabeça, são apropriações do movimento real, mas nunca o próprio movimento real.

O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. (MARX, 2011a, p. 55).

Marx em nenhum momento autoriza ou deixa transparecer que sua concepção e sua dialética podem ser aplicáveis. Ao contrário, se busca compreender as categorias no interior das relações concretas e objetivas do ser social, seja as categorias mais complexas, produto do trabalho, seja as categorias mais simples, o próprio trabalho.

Com essa concepção ontológica fundamental, dispomos também da direção e do método para compreender geneticamente, no interior de uma esfera do ser, o desenvolvimento das categorias superiores (mais complexas e mais mediadas), tanto de tipo contemplativo quanto prático, a partir das categorias mais simples, fundantes. (LUKÁCS, 2013, p. 117).

Destarte, a não recuperação ontológica do materialismo histórico deixa a compreensão do objeto real e concreto com maior chance de serem equivocadas e limitadas. Dito de outra forma, sobretudo ao examinarmos mais atentamente o nosso

objeto de estudo, ao anunciar os pressupostos de Marx e Engels e a sistemática recuperação ontológica feita por Lukács, não garante por si só a compreensão do que é o corpo e como o trabalho é fator determinante na passagem do corpo e suas determinações naturais e biológicas para o corpo determinado pelas relações sociais de produção e, portanto, relações sociais de processos e controle do trabalho. Assim, a análise que tornaremos evidente neste estudo não parte dos nossos desejos sensoriais ou meras formulações e pensamentos como os sonhos de Bobby¹⁹ e seu fantástico mundo. Parte do corpo como elemento que existe empiricamente e que só pode ser compreendido por ele mesmo em sua relação com a totalidade social.

Desde modo, a totalidade social e todos os seus complexos de complexos, é a comprovação social da existência de um ato posto, que não só produz o homem, ao mesmo tempo, enquanto gênero e indivíduo, como é o ato fundante de toda a totalidade social. A recuperação do Materialismo Histórico de caráter ontológico, só pode ser possível ao passo da reafirmação do trabalho enquanto categoria chave, intermediária da mediação homem e natureza, em suma, categoria fundante do ser social e dos seus complexos sociais.

Reafirmar o trabalho como ato fundante do ser social, não é um mero preciosismo academicista. É uma necessidade histórica, sobretudo pela contínua falsificação e deturpação do pensamento marxiano. E na educação física, essa necessidade dobra, visto a hegemônica e quase impositiva perspectiva de uma educação física para o movimento humano – a-histórico – e uma busca incessante pela aptidão física e saúde, de responsabilização individual e de determinação biológica.

Resgatar o trabalho, como categoria central de análise, é compreender também, que está na forma como a sociedade organiza historicamente esse trabalho, a chave para desvelarmos as concepções de corpo e de educação física, como produtos históricos, produzido na própria sociedade capitalista. E como também é histórica essa forma de organização social, tanto ela como a próprio sentido e significado dado a educação física, na atual conjuntura, pode ser

¹⁹ Bobby é um personagem de um desenho estadunidense chamado de O fantástico mundo de Bobby, que retrata a vida de um menino com uma grande imaginação, tornando quase realidade os seus sonhos.

transformado. A educação física e o modo de produção capitalista, assim sendo, são expressões da existência, e, portanto, produtos da ação de indivíduos vivos, produto da história, no qual seu primeiro ato está na relação metabólica homem *versus* natureza.

Não é nossa pretensão esgotar tamanha discussão e polêmica discussão acerca do método em Marx, tampouco aprofundar esse debate, sobretudo porque não é nosso objetivo fazê-lo com quantidade e principalmente com a qualidade necessária a ser realizado. Contudo, queremos demarcar, mesmo que de forma breve e introdutória, o alicerce teórico-metodológico sobre o qual empreendemos nossas investigações e formulações de nossas análises.

A presente investigação pode ser caracterizada como uma pesquisa teórica bibliográfica, na qual suas fontes primárias são livros e formulações de teóricos acerca da temática central. Para Severino (2016), a pesquisa teórica bibliográfica é aquela que usa de registros disponíveis em pesquisas anteriormente realizadas, em documentos, como livros. Nesse sentido, os escritos e formulações nesses livros tornam-se fontes a serem pesquisadas.

A base teórica, ou seja, o referencial matricial na elaboração do texto são as formulações do Materialismo Histórico fundador por Karl Marx e Friedrich Engels, assim como a sua refundação²⁰ ontológica realizada por György Lukács. Pois, compreendemos que é a teoria social que melhor explica o movimento do real quando confrontada com a realidade concreta e objetiva.

Como técnica de pesquisa, ou seja, “os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas” (SEVERINO, 2016, p. 132), foi utilizada a documentação, que se refere aos registros sistematizados nas fontes e, portanto, nos livros. Nesse sentido, foram realizados estudos em obras compatíveis com a temática central e com os pressupostos teóricos filosóficos que partimos.

As obras primeiras que alicerçam as formulações aqui presentes são: *O’ Capital* (2011; 1985), *A ideologia Alemã* (2007), *Manuscritos econômico-filosóficos*

²⁰ A obra de Lukács é a demonstração cabal que o materialismo histórico de Marx e Engels possui um caráter ontológico. Concordamos com Tertulian quando afirma que a ontologia de Lukács é “mais ambiciosa e a mais importante reconstrução filosófica do pensamento de Marx” (1996, p. 57).

(2006), *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (1986) e *Para uma ontologia do ser social* (2018; 2013).

Foram realizadas leituras, fichamentos e exames minuciosos na busca de responder às perguntas inerentes ao tema central da pesquisa. Não obstante, carregando esse mesmo fardo, foram realizados os estudos nas obras de Mello (2014), Soares (2012), Coletivos de Autores (2009), Medina (2013), Gallahue (2005), na busca por examinar e compreender a especificidade da educação física e de suas formulações, abordagens/concepções sobre a formação do corpo.

Contudo, não trataremos as diferentes concepções de educação física em seus pormenores, apontando o que cada teoria possui em particular, pois não é objetivo deste trabalho.

Apresentaremos de forma sucinta, três elementos chaves das concepções de educação física e corpo a partir de três obras. A escolha por essas obras se justifica primeiramente por possuir elementos particulares nelas que são difundidos por toda a educação física brasileira. O texto de Medina é a viragem crítica, já o texto de Gallahue não é só a nova roupagem da aptidão física e o ponto de choque com Medina, como é a maior disseminação e, portanto, a teoria hegemônica quando se pensa educação física. Por fim, o Coletivo de Autores, que aparece como uma possibilidade materialista histórico-dialética, apresentando o objeto de estudo da cultura corporal, que na escola, por ser ensinado à luz de uma perspectiva dialética.

2.3 Método de exposição: a apresentação sistematizada da pesquisa

Com a clareza de que o método de exposição é ontologicamente diferente do método de pesquisa, Marx, na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, sempre realizou a defesa de uma investigação detalhada do objeto. Sobretudo, como uma necessidade de uma melhor explicação do movimento do real. O revolucionário alemão apresenta no *Posfácio à Segunda Edição d' O Capital*, escrito em 1873, de forma inequívoca a diferença substancial do método de investigação e do método formal de exposição. Sua preocupação em uma boa exposição, ou seja, a forma como o texto é apresentado e explicado, e a finalidade para quem e para quem ele escreve. Enfim, para os trabalhadores compreenderem, a partir dos seus estudos, o funcionamento da sociedade capitalista com o horizonte

de sua superação. O método de exposição contribuiu para que os escritos de *O Capital* ganhassem as massas dos trabalhadores e fossem, portanto, compreendidos em sua totalidade²¹. Destarte, explicaremos a seguir, a nossa organização de exposição.

A presente pesquisa está sistematicamente organizada em sete momentos, a saber: na introdução, mais cinco partes e nas considerações finais. Na introdução, primeira parte do trabalho, apresentamos de forma sucinta a problemática de pesquisa, principalmente os motivos que a tornam academicamente relevantes e, sobretudo, socialmente relevantes. A concepção de corpo e de educação física pelos pesquisadores na área e seus desdobramentos na realidade concreta e objetiva.

O ponto de partida dessa problemática surge na aparência de como a Educação Física se mostra no cotidiano e se desenrola pelos nexos causais, da totalidade social e de seu fundamento produtor das contradições sociais. Nesse sentido, a sociedade capitalista está no foco das análises, assim como os determinantes ontológicos da própria constituição da educação física enquanto complexo social.

Assumimos já na introdução, o pressuposto que essa pesquisa possui, assim como algumas afirmações que defenderemos ao longo de toda a exposição da pesquisa, a saber: a educação física enquanto um dos complexos sociais.

Na segunda parte, meu caminho ao Materialismo Histórico, apresentamos o caminho percorrido pelo pesquisador até se deparar com seu objeto de análise, reafirmando a postura metodológica do pesquisador, a ontologia materialista da história, mas não só como fundamento basilar na análise do objeto de pesquisa, como meio que vislumbra no horizonte a emancipação humana.

Para desobnubilar nosso objeto de pesquisa, no ponto 2.2 discutimos sobre o método e, portanto, da forma sobre a qual realizamos nossa análise. A compreensão do método materialista histórico, em nada se relaciona com uma

²¹ Marx faz um estudo minucioso do modo de produção capitalista, para que essa obra sirva como ferramenta revolucionária na luta contra o capitalismo e com horizonte da emancipação humana. Para ele, ver sua obra síntese, *O' Capital* sendo compreendida em um amplo círculo da classe trabalhadora foi a melhor recompensa do seu trabalho. Diz ele: "A melhor recompensa para o meu trabalho é a compreensão que *O' Capital* rapidamente encontrou em amplos círculos da classe trabalhadora alemã" (Karl Marx, 1873, Prefácio da 2ª edição de *O' Capital*). (MARX, 2011b, p. 22).

receita de bolo ou uma aplicação dele ao objeto, pelo contrário, o método de Marx, nos educa a compreender o real e examinar o objeto de pesquisa em seu movimento concreto e objetivo. Nesse sentido, a explicação dos pressupostos que partimos se faz necessário.

Já no item 2.3, o presente item, fazemos a apresentação da pesquisa, a forma pela qual acreditamos ser a melhor para apresentar o estudo. Ou seja, o método de exposição.

Na terceira parte da pesquisa, apresentamos o desenvolvimento social do homem ao longo da história à luz da sua mediação com a natureza. Demonstramos como foi longo período de evolução e adaptação biológica no ser da natureza, que foram necessários para a existência da possibilidade do salto. E a confirmação do salto com o próprio desenvolvimento social dos homens e mulheres, reafirmando o trabalho como determinante, ontologicamente, no processo de existência social.

A quarta parte da pesquisa é uma leitura da educação física à luz da ontologia materialista da história, possuindo como base a Ontologia do Ser Social de Lukács, assim como as formulações de Marx, sua síntese em O' Capital, e em obras que consideramos chaves, como a Ideologia Alemã que nos permite compreender a educação física diante do processo de produção da existência. Nesse sentido, está contida nessas obras a fundamentação para afirmamos a educação física como um complexo do ser social e as práxis corporais, fundadas do trabalho, como elemento de relativa autonomia.

Na quinta parte da pesquisa mergulhamos em produções sociais da educação física e de como compreensões de educação física, educação do físico, formação do corpo, se apresentam de forma anacrônica a realidade concreta e objetiva, contudo, estão reafirmando papéis ideológicos de conflitos sociais para resolver problemáticas de forma a atender aos anseios de seus interesses, em regra, enquanto classe dominante.

Nesse sentido, apresentamos uma desmistificação sucinta da história da educação física, para além de uma história que não se conta, demonstrando de forma inequívoca, sua íntima relação como o desenvolvimento do capitalismo, não somente como suporte ideológico, mas como aspecto necessário no processo de produção e reprodução do capital.

Nesse sentido, a conformação da classe trabalhadora e sua relação com a educação física, com a implementação das políticas eugênicas-militares, dos métodos de ginástica e da massificação dos esportes, cumpriram uma dupla função social, de impulsionar a produção e valorização do valor, e a de justificar a ordem vigentes e tornar a ideia da classe dominante, a ideia dominante, que por sua vez, só faz sentido se servir a primeira.

Como autonomia relativa, a educação física não fica só a reboque dos interesses das classes dominantes, pode produzir atividades não atreladas ao processo do capital e pode, inclusive, questionar seu papel no bojo das relações capitalista de produção.

Esses questionamentos iniciam com a “crise de identidade” da educação física no Brasil e, conseguinte, produção e publicação de textos que questionavam a forma, em regra, que seguia a educação física no seu desenrolar histórico social. Texto que sintetizam ou dão pontapé inicial nas conhecidas abordagens pedagógicas da educação física. Essas abordagens, demonstram a concepção de deferentes ou grupos de pesquisadores acerca do que é educação física? – pergunta que continuará aberta ao final deste trabalho.

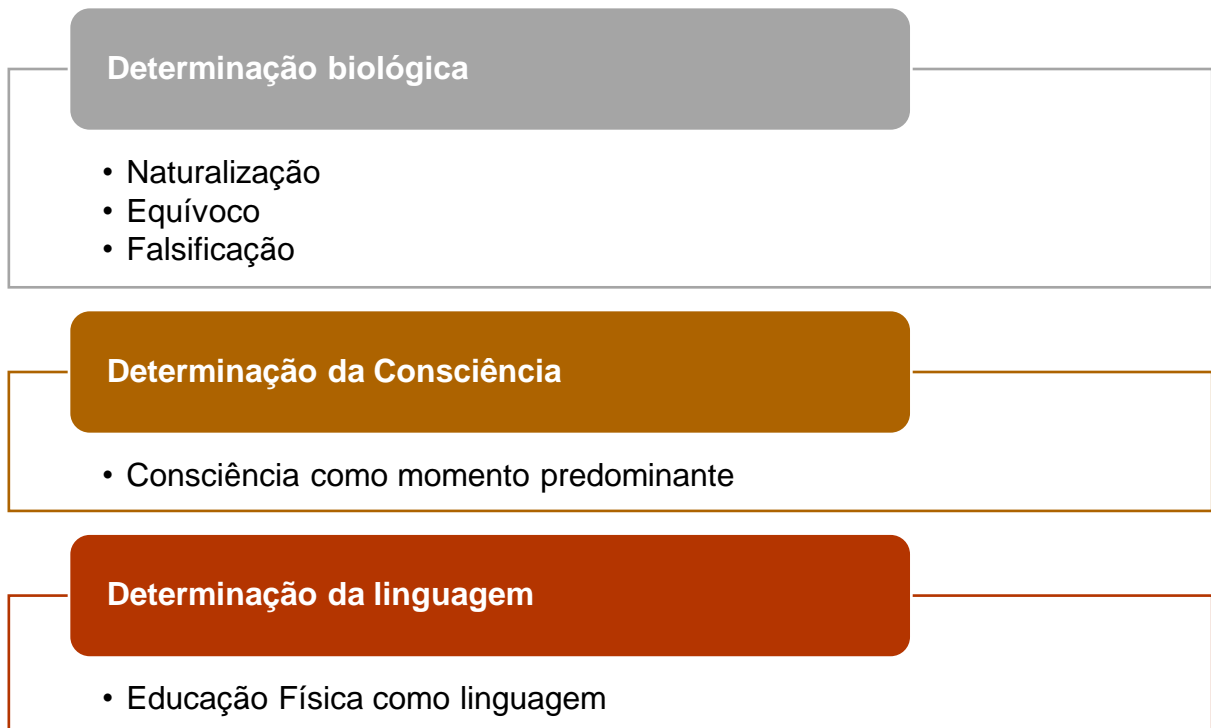
Como não existe um consenso acerca dessa problemática, inúmeras formulações são realizadas, e deram início na década de 1980 e continuam até os dias atuais (2022). Evidentemente que as diferentes abordagens carregam sua impressão digital, particular e singular a elas. Contudo, também é inegável fato de que há inúmeras convergências entre algumas dessas abordagens e concepções, principalmente quando examinamos separadamente a sua concepção de corpo que, em regra, continua a ser considerado unicamente como biológico, mesmo pelas teorias culturalista, antropológicas, que trazem os elementos sociais como externo ao corpo e, portanto, continuam a reafirmar a dualidade entre corpo e mente.

Nesse sentido, optamos não por apresentar as abordagens pedagógicas e suas particularidades, mas para debater o fundamento que as tornam unidas no bojo de celeumas teóricas, que se apresentam sempre como o novo, como a nova concepção, em outras palavras, como questiona Mello (2014, p. 173), “Mudar para que tudo permaneça como está?”.

Assim, compreendemos que as abordagens pedagógicas assumem três posições distintas perante a educação física, mas que no seu plasma estão contidos

os anticorpos capazes de aglutina-las, formando um aglomerado de pequenas massas de concepções, divididas em três posições distintas, que será foco do nosso crivo.

Quadro 1 – Caracterização das concepções de educação física



Fonte: Produção própria

A primeira posição trata o corpo como algo biológico o objeto da educação física é o movimento produzido por esse corpo, nesse sentido, o movimento é determinado biologicamente, pelos fatores da maturação, hereditariedade, idade e afins. Surgem como falsificações biológicas as teorias de raças, por exemplo.

A segunda posição até compreende o corpo como unidade indissociável da mente. Entende também que a ação corporal só pode ser realizada como algo intencional e, portanto, como fruto da consciência, contudo, não compreende que a própria consciência é fruto de uma ação corporal no trabalho. É a falta dessa compreensão que faz essa segunda posição da educação física e afirma a determinação da consciência à prática. Nesse sentido, seus desdobramentos vindos numa posição na qual a consciência subjuga o corpo. Assim, a problemática real e

concreta da educação física é, em última análise, um problema de consciência e não da prática que funda essa consciência.

A terceira posição é a posição do Coletivo de Autores, que vincula sua análise à luz da pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani e dos fundamentos do “*Materialismo Histórico-Dialético*”. Para o Coletivo de Autores, a linguagem o trabalho e o poder são as categorias-chaves para afirmar que o objeto de estudo da educação física é a cultura corporal. Nesse sentido, a educação física não é um complexo social, e está subsumida ao complexo da linguagem. Para essa terceira posição, a educação física é uma linguagem que deve ser ensinada com os princípios fundamentais da dialética.

Na tentativa de justificar a Educação Física na escola, apontando qual seria seu objeto de estudo, e a ausência²² de uma explicação ontológica do que é educação física, o melhor de cada abordagem se desdobra na Educação Física escolar, na atualidade, vinculada aos conhecimentos da área da linguagem e, como tal, subsumida a área da Linguagem e suas tecnologias²³ – leia-se Língua Portuguesa.

Por fim, na sexta parte, lançamos as bases gerais que compreendemos ser o horizonte da humanidade com posse da emancipação humana, a conquista do tempo livre e das possibilidades de apropriação e desenvolvimento mais ampliado das capacidades humanas, não mais condidas na força de trabalho, mas nos corpos livremente e socialmente humanos.

É aqui que apresentamos os pressupostos gerais para a emancipação humana, e os princípios para uma educação emancipatória, à luz das atividades educativas de caráter emancipador. Além disso, apontados os cinco princípios gerais para o desenvolvimento da práxis corporal da educação física, que emergiram durante a pesquisa. Obviamente que não como receita, mas como pressupostos

²² Vidalcir Ortigara (2002, p. 33), em sua tese intitulada “*Ausência sentida nos estudos em educação física: a determinação ontológica do ser social*” já evidenciava que “às preposições pedagógicas da Educação Física, e as reflexões sobre o corpo, em que autores diversos, com explicações até mesmo antagônicas relativas à formação do ser social, são utilizados como complementares”. Com esse entendimento, o autor argumenta a ausência e, portanto, a necessidade de estudos das bases ontológicas do ser social para “projetar um pouco de luz sobre a concreticidade ontológica do corpo e do movimento como específico da atividade do ser social”.

²³ Texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf, Acesso em: 04/02/2022.

com vistas a emancipação humana e, portanto o fim das deformações corporais presente nas sociedades de classe.

Mediante a totalidade desse trabalho, a sétima é a última parte, traz as considerações finais acerca do estudo, da pesquisa e a reafirmação da emancipação humana como horizonte a ser perseguido pela classe trabalhadora.

3 GÊNESE ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL: O TRABALHO ENQUANTO PRÁXIS FUNDANTE

Discutir a formação do ser social à primeira vista aparenta ser uma tarefa repetitiva, principalmente se considerarmos o vasto material produzido acerca dessa temática. Contudo, é primordial que retomemos essa discussão para que fique clara a nossa posição com relação às tendências biologicistas, ainda muito fortes no campo da educação física. Assim, a análise partirá do trabalho por duas razões que consideramos essenciais.

A primeira é que essa categoria é uma chave para compreendermos a produção dos complexos sociais. É a categoria fundante, não por ser a primeira, mas porque nela estão contidas em germe as determinações de existências das demais categorias, ou seja, possui um caráter intermediário. O segundo motivo diz respeito à ação corporal no ato do trabalho. Todo trabalho é uma ação consistente em que é necessário pôr em movimento as capacidades mentais, físicas para realização do trabalho e, nesse sentido, compreender o que é o corpo, perpassa o entendimento do que é a ação do trabalho.

Contudo, não podemos negar a existência de uma base biológica sobre a qual não seriam possíveis o salto ontológico e a passagem para outro patamar. A esse respeito compreendemos com Marx e Lukács, que se tratando do ser social, existe uma ineliminável relação, ou seja, uma necessidade ontológica de reprodução, desenvolvimento e evolução continuada da esfera anterior, a saber, a esfera biológica.

A possibilidade de transformação consciente da natureza exigiu uma adaptação lenta, limitada aos determinantes naturais e biológicos. “Para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica” (LUKÁCS, 1978, p. 04).

Lewis Henry Morgan (1818-1881) caracteriza em seus estudos esse longo período de transformações e desenvolvimento do gênero humano. Dos períodos de transformações realizadas pelo homem no contato direto e mediado pela natureza, Morgan (2014) caracteriza dois grandes períodos, selvageria e barbárie. Ambos

possuem fases iniciais, intermediárias e finais. E aponta ainda um último período, que ele chama de civilização, subdividindo em duas: antiga e moderna.

A fase inicial da selvageria, ou segundo Morgan (2014), *status inferior de selvageria*, foi uma etapa na qual a humanidade estava subsistindo com frutas e castanhas e finda com o consumo de peixes.

Como explica Lukács (2013) que os saltos são sempre rupturas, a humanidade rompe com essa forma estrutural de vida quando inicia na sua dieta a ingestão de peixes. Veremos mais adiante, no próximo item, a importância do consumo de carne para o aumento da capacidade intelectual do homem.

Ao saltar para o *status intermediário de selvageria* a humanidade consolida a “aquisição de uma dieta de subsistência baseada em peixes e com um conhecimento do uso do fogo, e terminou com a invenção do arco e flecha” (MORGAN, 2014, p. 15). O salto para essa nova fase, contudo, não ocorre de forma homogênea. O autor nos alerta que tribos australianas, que ainda existiam quando realizou seu estudo, por volta de 1870, encontravam-se no estágio intermediário de selvageria. Nesse novo salto, o homem já produz ferramentas, transforma a natureza a partir das necessidades impostas pela própria natureza. Características encontradas como veremos mais adiante, no *Homo habilis*.

O *status superior de selvageria* inicia com a fabricação de ferramentas, como é o caso do arco e flecha e termina com a produção de arte, o que encerra o período de selvageria (MORGAN, 2014).

Para o autor, a arte se transforma no divisor de águas para caracterizar se uma tribo “saltou” de uma fase para outra imediatamente superior. Ou seja, a passagem da selvageria para a barbárie, assim como, para ele, está na fonética e escrita, a saída da barbárie. O autor afirma: “Todas as tribos que nunca alcançaram a arte da cerâmica serão classificadas como selvagens, e aquelas que possuem essa arte, mas nunca chegaram a um alfabeto fonético e ao uso da escrita, serão classificadas como bárbaras” (2014, p. 16).

Segundo o teórico, na fase primeira, inferior da barbárie, estão as tribos que alcançaram a arte da cerâmica, construção de casas e usos de tijolos. O seu salto ocorreu pela domesticação de animais (pecuária em germe) no hemisfério oriental e cultivo irrigado de milho e plantas (agricultura em germe) no hemisfério ocidental (p. 16).

O *status intermediário de barbárie* pode ser caracterizado tanto com a domesticação de animais, quanto a agricultura de irrigação nos hemisférios oriental e ocidental, respectivamente, e seu “término pode ser fixado pela invenção do processo de forjar o minério de ferro” (p. 16).

A fase final da barbárie, chamada de *status superior de barbárie*, inicia-se na manufatura do ferro e termina com o desenvolvimento do alfabeto e da escrita. Inicia-se então, segundo Morgan (2014), o *status da civilização*, subdividida em *antiga e moderna*.

O supracitado autor esclarece a dificuldade de um elemento preciso que diga o ponto inicial e final de cada período. Para o autor, para o objetivo de seus estudos e em seus termos: “Será suficiente que as principais tribos da humanidade possam ser classificadas, de acordo com o grau de seu progresso relativo, em condições que possam ser reconhecidas como distintas” (IBID, 2014, p. 15).

Em outras palavras, somente com a consumação do ato posto de distinção de um período ou de fase do desenvolvimento posto, é que se torna possível dizer que há diferenças entre eles. Mesmo que óbvio, a diferença entre os períodos, quando começa um e o término de outro, só pode ser evidenciada como momento depois do ocorrido. É a evidência posta da diferença que se pode dizer que é diferente, assim, os períodos e fases apontados por Morgan em seus estudos, puderam ser comprovadas *post festum*²⁴, pelas existentes diferenças apresentadas pelas inúmeras tribos humanas existentes.

O que nos leva a adiantarmos uma conclusão do presente estudo. O salto ontológico e a passagem do ser natural para o ser social, não são só um momento, mas um processo contínuo de transformações pelo qual o homem, ao ir transformando a natureza com a sua vontade consciente, transforma a sua própria vida e suas determinações biológicas também são transformadas nesse percurso.

Nesse sentido, demonstraremos esse lento processo de adaptação com a passagem do ser puramente determinado pela natureza para o ser determinado, em

²⁴ Lukács utiliza esse termo no capítulo do trabalho para explicar que os fundamentos para demonstrar que o trabalho é a categoria chave para a produção do ser de novo tipo, o ser social, não pode ser através de experimentos o que de antemão impede de ser reconstruído o momento *hit et nunc* (agora ou nunca). Nesse sentido, a reconstrução desse momento só pode ser realizada intelectualmente e filosoficamente, porque o fato já foi ocorrido, ou seja, depois da comprovação de sua existência por meio de um conhecimento *post festum*. (LUKÁCS, 2013).

última instância, pelas relações sociais. Evidenciaremos que o longo processo de adaptação e de transformação do próprio corpo foi sempre mediado, mesmo que de forma inconsciente, pela mediação com a natureza e, portanto, a germe ontológico do trabalho.

3.1 A formação do corpo *hominídeo* e sua relação ininterrupta com a natureza: o longo período de preparação para o salto ontológico

Segundo Leontiev (1978), o processo de passagem do ser animal para o homem, trata-se de um longo período de preparação biológica, no qual seus representantes, como, por exemplo, os australopitecos, levaram uma vida gregária, conheceram a posição vertical e se serviram de utensílios não trabalhados para atender suas necessidades em um primeiro estágio.

Um segundo estágio chega ao homem de Neandertal, que foi caracterizado pela produção de ferramentas e pelas primeiras formas, embrionárias, de trabalho, submetidas a determinação biológica (LEONTIEV, 1978). “A formação do homem estava ainda submetida, neste estágio, às leis biológicas, quer dizer que ela continuava a traduzir-se por alterações anatômicas, transmitidas de geração em geração pela hereditariedade” (LEONTIEV, 1978, p. 261).

Ao mesmo tempo, elementos novos apareciam no desenvolvimento desses homens, que começaram a desenvolver-se, segundo Leontiev (1978), com a contribuição do trabalho e da comunicação, na qual o homem passa por uma dupla determinação, em primeiro lugar pelas leis da biologia e em segundo lugar pelas leis sócio-históricas do processo de produção [da existência e, portanto, da vida].

Contudo, somente em um terceiro estágio é que acontece a viragem na qual a determinação biológica e o desenvolvimento do homem deixam as amarras da hereditariedade e das mudanças lentas. Somente os processos ou as leis sócio-históricas conduzirão de agora em diante a evolução do homem (LEONTIEV, 1978).

[...] a reprodução da vida em contraposição ao simples tornar-se outra coisa; a adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente, em contraposição à adaptação meramente passiva etc. Ademais, tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma, mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser

simplesmente “deduzida” da forma mais simples. (LUKÁCS, 1969, p. 3-4).

O salto ontológico propiciado pelo trabalho, no qual o homem, meramente determinado pelas condições naturais e biológicas, passa a um estágio superior do ser que é determinado cada vez mais pelas relações sociais, implicando em um afastamento das barreiras naturais, contudo não a eliminando, demonstra a cada dia a irreversibilidade do caráter histórico do ser social. Sendo assim, não se pode por via de experimentação, reconstruir esse momento, o que Lukács (2013) chama de *hit et nunc* (agora ou nunca) de transição e de passagem do ser natural para o ser qualitativamente superior, o ser social.

O que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual um estágio do ser imediatamente superior contém as explicações do ser imediatamente inferior. Ou seja, é no ser mais complexo que estão guardadas as respostas para compreendermos o estágio do ser menos complexo. Em outras palavras, como afirma Marx (2008a), a anatomia do homem fornece a chave para compreensão da anatomia do macaco. Assim sendo, o estágio anterior/inferior pode ser reconstituído – intelectualmente – a partir do estágio superior. É possível verificar seu desenvolvimento e suas tendências históricas nesse processo de constante movimento como produtos do processo histórico e como forma material, “formas do existir, determinações da existência”.

É inegável que o homem continua a pertencer à natureza, tal qual a natureza só pode existir pela quantidade de transformações químicas e físicas na esfera inorgânica. A totalidade da vida social, portanto, só pode existir com a contínua inter-relação com as esferas do ser. Não são elementos isolados, pelo contrário, formam uma unidade indissociável que possibilita a vida. Nesse sentido, esses momentos só podem ser separados como uma abstração a fim de traçarmos uma explicação conceitual sobre o que são esses três momentos dessa totalidade indissociável. Em outras palavras, as três esferas do ser.

Segundo Lessa (2016), acima de tudo, o ser inorgânico não possui vida, seu processo é de constante transformação, nada está perdido, tudo está em processo de evolução e transformação, ao passo que a pedra pode se transformar em areia, montanhas em vales. Nessa esfera não há indícios de que existirão

animais, homens. Contudo, existe a potência necessária para o desenvolvimento da vida.

Na esfera orgânica, por sua vez, possui vida, possibilitada por acontecimentos químicos e físicos na esfera inorgânica que serão necessários para manutenção da vida. A respiração, a água, o fogo são produtos de transformações na esfera inorgânica na qual uma coisa se transforma em outra coisa totalmente diferente, como os gases de hidrogênio e oxigênio que, ligados na proporção de duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio, produzem água, uma necessidade básica para o desenvolvimento da vida.

Com a produção da vida há uma ruptura no processo gradual de desenvolvimento e sobre a base da esfera inorgânica origina-se a esfera orgânica. Sua existência é determinada pelas contínuas transformações existentes na esfera inorgânica assim como sua reprodução enquanto esfera orgânica, uma contínua produção de si mesmo.

Em síntese, essa esfera de ser é caracterizada pela contínua reprodução deste. A mangueira vai produzir mangas, que por sua vez produzirão sementes, que produzirão mangueiras em um ciclo infinito de produção deste. Essa mangueira só pode existir sobre a condição de estar em local adequado de reprodução no qual suas necessidades químicas sejam atendidas. Isto é, esse vegetal necessita estar exposto a radiação solar (síntese pela luz, processo pelo qual plantas utilizam a energia luminosa para produzir matéria orgânica), consome tanto CO_2 (dióxido de carbono é uma molécula formada pela ligação covalente entre átomos de C e O, cuja fórmula molecular é CO_2) e H_2O (dois átomos de hidrogênio ligados por meio de ligação covalente a um átomo de oxigênio), quanto libera e consome O_2 (o oxigênio é encontrado na natureza comumente sob a forma de dois isótopos do mesmo tipo combinado). Relações que só podem acontecer pela constante transformação e evolução de elementos que formam outros elementos dentro das transformações na esfera inorgânica. Ao mesmo tempo, essa esfera orgânica não possui as explicações sobre a qual se produz incessantemente o novo.

Acerca dessa outra esfera, que produz continuamente o novo, a saber, a esfera do ser social, nos dedicaremos a explicação dela no próximo item. Porém, podemos adiantar que nesse novo estágio do ser podemos visualizar tanto os

elementos contidos na esfera biológica como verificamos que esse ser possui também os elementos da esfera inorgânica ao aproximarmos a lupa.

Lopes (2018) ao analisar as determinações do ser orgânico que possibilitaram a base anatômico-fisiológica do ser social, nos demonstra como o ser mais complexo é que possui a condição de explicar o menos complexo. Sua análise sobre os *hominídeos* é realizada de forma inequívoca e clara acerca de como essas três esferas do ser formam uma unidade do diverso ao passo que só podem existir se coexistirem em uma contínua inter-relação. Afirma o autor:

Pensemos que partículas subatômicas agregadas formam um átomo e estes podem se ligar em quantidades e configurações espaciais diversas. Agora, imaginemos um indivíduo humano. Neste, encontramos uma quantidade de átomos suficientes para garantir a sua materialidade específica. Há átomos no indivíduo, mas não há indivíduos no átomo. Sem o átomo não há indivíduos, mas sem indivíduos há átomos. O *devir* do átomo, em suas propriedades imanentes possibilitam o surgimento do indivíduo humano, mas é impossível se deduzir do átomo a humanidade. Daqui, temos inicialmente dois supostos fundamentais: 1) há unidade entre átomo e humanos; 2) é possível se chegar ao átomo a partir da humanidade, não o contrário (p. 66).

A maior aproximação nos é trazida pela arqueologia, antropologia; porém, o salto continua sendo um salto que por sua vez só pode ser esclarecido, em última análise, conceitualmente.

O trabalho, necessidade ontológica do ser social, possui em sua essência duas características. A primeira nasce por meio da luta pela existência e a segunda é que todas as formas de seu estágio são produtos da autoatividade humana.

Não é por causalidade dada, ou por objetivação de escolhas entre alternativas como uma vontade da própria subjetividade humana, que o trabalho aparece como central para nossa análise e, portanto, desempenha papel chave no processo gênese do ser social. Em termos ontológicos, os demais complexos sociais, como a educação, a educação física, a linguagem, a política, a arte, já pressupõem um salto estabelecido e como tal já são categorias puramente sociais.

Somente o trabalho possui, ontologicamente, o caráter de transição. Sendo assim, o trabalho não se torna a chave porque é a primeira categoria. Mas pelo fato de que somente no trabalho encontramos as condições de transição para intermediação de uma esfera do ser (natural) para uma outra esfera qualitativamente e quantitativamente superior (social). Dessa forma, esse caráter de intermediário do

trabalho faz com que nossas análises, para compreender a formação do corpo, possuam como centralidade a categoria do trabalho, ou seja, a relação ininterrupta entre o homem e a natureza, e transição entre a determinação biológica, do ser orgânico, para a determinação social, do ser social.

Antes, contudo, de adentrarmos na explicação conceitual do surgimento do ser social, discorreremos de forma breve, a respeito do longo período de adaptação e evolução biológica que foi necessário na produção das condições históricas para o salto ontológico. Não é nosso objetivo descrever a história da humanidade, sua evolução e transformações biológicas, estudos que já foram feitos em maior ou menor quantidade já o fizeram. Pretendemos demonstrar que o homem mais primitivo, como ser da natureza, estava preso a uma relação incessante com a natureza e o processo de mediação com a natureza, mesmo que primitivo, transformou a vida dos homens animais, criando as condições e, portanto, as possibilidades para uma elevação de patamar do ser, para um salto entre a esfera orgânica para a esfera social do ser.

[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde na fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Assim, na vida orgânica já estão contidas a potência para o salto ontológico. Todo salto constitui-se, portanto, por uma mudança qualitativa e estrutural do ser. Na fase inicial, estão contidas, certamente, as possibilidades das fases superiores. No entanto, o salto só pode ser consumado com uma ruptura na forma de desenvolvimento gradual simples e retilínea continuidade.

Evidentemente, esse processo de adaptação e evolução biológica, mesmo acontecendo de forma lenta, é de suma importância para o momento do salto. E a forma de se alimentar, ou seja, como esse ser da natureza de mantém vivo, se apresenta como a primeira necessidade natural e será, por isso, apresentada mais adiante, como a primeira necessidade histórica e, portanto, como primeiro ato histórico. Mas, no homem da natureza, a forma de se alimentar acontecia com as coletas, de forma causal. Segundo Souza:

A forma mais antiga de se alimentar é aquela oriunda do trabalho de coletar. Antes da caça, já se coletava na natureza, além da água, inúmeras partes de plantas, cogumelos e caracóis, (que alguns não se conhecem mais), ou que ainda são consumidas. Denomina-se ancestral, pois é um tipo de alimentação de longa data, há alguns milhões de anos que essa forma de alimentação é utilizada. Foram os primeiros conhecedores dos alimentos que transmitiram para outras gerações as técnicas de coleta, caça e hábitos envolvidos no preparo e consumo da comida. (SOUZA, 2018, p. 68).

As mudanças lentas nas mãos dos primatas chegaram ao ponto de segurar pedra, galhos, construir ninhos para sua sobrevivência, se protegendo de feras e das variadas temperaturas. Essas necessidades biológicas, naturais, criam necessidades no campo de inúmeras possibilidades para suas resoluções.

Nesse sentido, somente com um ato consciente posto, que fizesse com que esse primata saltasse para uma nova esfera de ser qualitativamente superior, causaria uma ruptura com o desenvolvimento lento, limitado e determinado pela natureza. O salto não só possibilitou que essa nova mão produzisse machados, casas, edifícios, celulares, como potencializou o afastamento das barreiras naturais ao ponto de o homem natural, que se encontrava de joelhos perante a natureza, se pôs em pé colocando agora a natureza sob sua vontade, desejos e, portanto, afastando-se dos limites meramente biológicos e naturais de determinação, mesmo não os eliminando.

Do mesmo modo, o processo de reprodução assume na natureza orgânica formas cada vez mais correspondentes à sua própria essência, torna-se cada vez mais nitidamente um ser *sui generis*, ainda que jamais possa ser eliminado o seu enraizamento nas bases ontológicas originárias. (LUKÁCS, 1978, p. 4, *itálicos do autor*).

O trabalho, nesse sentido, atende não só as necessidades imediatas, mas cria novas possibilidades a serem transformadas em novas necessidades. Com esse entendimento, Engels (1986), afirma que o trabalho cria o próprio homem, ou seja, transforma a espécie de homem natural em homem social.

Engels (1986), ao se utilizar dos estudos de Darwin, relata que uma raça de macacos antropomorfos do período terciário vivendo em árvores, cobertos inteiramente de pelos, sempre em manadas, suas mãos já apresentava função diferente das dos pés, pois necessitavam se firmarem nos galhos. Lentamente, as mãos deixaram de tocar o solo para se locomover, assumindo uma postura ereta.

Souza (2019) esclarece que os seres humanos são evolutivamente próximos aos macacos antropomorfos. A autora afirma que a compatibilidade do material genético chega a ser entorno de 98%, além da grande identidade morfológica.

Esses macacos, com as mãos livres, podiam construir telhados de galhos, empunhavam pedaços de madeira para sua defesa, possuem disposição de ossos e músculos semelhantes, contudo, essa mão do macaco nunca conseguiu criar a mais rudimentar de todas as ferramentas que fosse. Não conseguiu jamais produzir um machado de pedra e ganho ou simplesmente uma cadeira de madeira para sentar-se. Essa transformação de um elemento puramente da natureza para algo que não existe na natureza data e, portanto, só pode existir como elemento posto, é a diferença substancial entre os diferentes tipos de hominídeos, assim como os demais seres da natureza, para o homem social.

Determinados pelos aspectos naturais, os hominídeos evoluíram lentamente, o que sugere que a linhagem humana, ou seja, a base ontológica para o salto, surgiu sob pressões e desafios climáticos e naturais para sua adaptação e transformações corporais até que o homem estivesse pronto para a passagem e transposição a nova esfera de ser. Dito de outra forma, esteve pronto para superar o estágio da esfera social, de determinação biológica, na qual o homem é uma parte da natureza.

[...] “o homem é parte da natureza”, ou seja, ele é um ser sensorial, físico, natural, trazido à existência por processos da natureza causais e não conscientes. Ademais, o homem é um ser natural vivo, que subsiste somente através do constante metabolismo com a natureza, realizado e garantido por sua própria atividade vital. (MÁRKUS, 2015, p. 21).

De acordo com Souza (2011), a África Oriental, por apresentar tais características de desafios e pressões naturais, foi cenário de uma diversidade importante de hominídeos. O hominídeo *Ardipithecusramidus* tem confirmando as tendências evolutivas na forma de padrões de locomoção, estrutura craniana etc. O *Gigantopithecus*, é o maior hominídeo conhecido, cujos ossos estão em camadas datadas entre 9,5 milhões e 7 milhões de anos. Os *Australopithecus*, bípedes, com a cabeça semelhante à dos chimpanzés atuais, possuíam uma formatação corporal aproximada já com as dos homens modernos, têm sido ícones da hominização.

Esses homínídeos são caracterizados pelo andar ereto, maior estatura e robustez que outros primatas contemporâneos, aumento do volume encefálico relativo e redução do aparato mastigador. O *Australopithecus* mais famoso é 'Lucy', um esqueleto bem conservado que permitiu o primeiro estudo detalhado dos membros inferiores deste gênero, ajudando a confirmar a semelhança morfológica e funcional de seu esqueleto com o do gênero *Homo*. (SOUZA, 2011, p.74, *itálicos da autora*).

Ao se colocarem em posição ereta, os *Australopitecos* parecem ter representado uma vantagem adaptativa. Essa condição modificou a forma de locomoção resultando em menos gasto energético, além de reduzir a área do corpo exposta ao sol, minimizando o aquecimento do corpo, visto sua localização geográfica nas savanas africanas (SOUZA, 2011).

De acordo com Souza (2018), os *Australopitecíneos* apresentavam um tipo de arcada dentária e seus respectivos molares, que sugere que sua alimentação era em regra do tipo vegetariana, ou seja, de forma rudimentar e inicial "os grupos de homínídeos nômades dependiam quase que exclusivamente da coleta de vegetais" (p. 72).

Para Lopes (2018), a versatilidade de locomoção, como saltos, corridas, caminhadas, escaladas, demonstram uma tendência evolutiva que levou os primatas a uma postura ereta, determinado pela sua estrutura anatômico-fisiológica, ou seja, compatíveis anatomicamente com a bipedia. Diz o autor:

Entendemos a bipedia, em suas variadas expressões, como uma especialização dos primatas frente às necessidades de adaptação adequadas ao meio ambiente natural. Portanto, dentro do escopo biológico-causal de modificações aleatórias.

O bipedalismo não possui relações diretas com a fabricação de ferramentas, tampouco com a complexidade cerebral. Qualquer que tenha sido a força das leis do *ser orgânico* a impulsionar a locomoção ereto-vertical não permitiu a liberação das mãos para o manuseio da natureza. Como vimos anteriormente, as respostas adaptativas sempre procuram a adequação às presentes necessidades, representando uma vantagem imediata, mesmo que, com o passar do tempo, tal alteração se configure em um obstáculo para a sobrevivência do indivíduo, lançando-o para o beco-sem-saída da extinção. A partir de observações aos grandes símios antropóides atuais e da constatação de que os primatas, mesmo os quadrúpedes, manipulam com as mãos a natureza, afastamos a relação imediata entre a bipedia e as mãos liberadas para a fabricação de ferramentas. (LOPES, 2018, p. 77)

Assim, as mudanças corporais, subjugadas à natureza, evoluíram e se modificaram pela pura e simples causalidade. Ao ponto que o aparecimento do homínideo do gênero *Homo*, segundo Souza (2011), tenha sua emergência ligada a um ciclo de aquecimento da Terra, expandindo-se as florestas, reduzindo-se os desertos, aumentando o nível do mar na qual sua aparência de era mais delicada do que seus ancestrais, com crânio mais leve, dentes delicados e plenamente adaptados ao andar ereto e produção rudimentares de ferramentas de “pedras lascadas”, que inicialmente serviam para cortar os achados casuais, de carcaças de animais mortos, do que uma transformação consciente na natureza.

Eram, por assim dizer, um bando de humanoides onívoros e carniceiros oportunistas. Disso presumimos que, muito provavelmente, os primeiros machados de mão, com cerca de 2,5 milhões de anos, serviriam muito mais convenientemente para cortar e desmembrar carcaça encontrada do que como instrumento apropriado para a caça. (SOUZA, 2018, p. 74).

Concordando com Engels (1986), o passo decisivo já estava dado. A mão estava livre para construir a mais rudimentar das ferramentas para atender suas necessidades. O novo primata poderia evoluir suas destrezas motoras e habilidades, transmiti-las por hereditariedade e aumentar essas capacidades a cada nova geração.

De acordo com Souza (2011), tinham esse potencial de criar ferramentas e ensinar e modificar seu comportamento em função de suas experiências. Portanto, como enorme potencial de características adaptativas para a evolução da espécie humana, sobretudo por fabricarem sistematicamente instrumentos, tem-se exemplos dos Olduvai e do lago Turkana que foram chamados de *Homo habilis*.

Para Lopes (2018), enquanto os *Australopithecus* mantinham uma dieta a base de frutas, vegetais, insetos e, ao acaso, consumo de carne, no *Homo habilis*, o consumo de carne aparece com destaque, o que acarreta em inúmeros nexos causais como a modificação da arcada dentária, forma de digestão, as relações de grupo, além do aumento do tamanho do cérebro.

Contudo, essa dieta carnívora se dá de forma causal, na qual o *Homo habilis*, coloca a carne em sua dieta quando encontra carcaça de animais mortos em decomposição e, mesmo assim, deve lutar para conseguir essa carne, principalmente com animais de garras e picos afiados. Nas palavras de Lopes (2018, p. 79, *itálicos do autor*).

O *Homo habilis* ao introduzir uma dieta carnívora com maior frequência em relação aos hominídeos anteriores o faz, inicialmente, como um oportunista comensal que se alimenta da carne em decomposição de animais mortos. A competição por este tipo de alimento se dava contra necrófagos com presas, garras ou bicos afiados.

Nas palavras de Engels (1986, p. 27):

[...] a adaptação aos alimentos que são obrigados a ingerir para sua sobrevivência vai modificando a composição química de seu sangue, transformando conseqüentemente toda sua constituição física. Desta forma, desempenha um papel importante na transformação gradual das espécies, que se sucedem umas às outras. [...]. Podemos dizer simplesmente que a alimentação cada vez mais variada contribuía com deferentes substâncias para o organismo, criando novas condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos.

Segundo Souza (2011), a ingestão de alimentação variada era, predominantemente, o uso regular de tutano e gordura animal. Essa ingestão estava associada inicialmente com o que estava à disposição nas savanas, a saber: as carcaças de animais, encontradas no percurso de “viagem”.

Com sua atividade vital, os hominídeos mais primitivos, atendiam suas necessidades e alteravam sua composição química e física. Deste modo, alterava-se a formatação de seus corpos, não como vontade consciente do homem moderno que vai a uma academia de musculação diariamente para aumentar o volume do seu bíceps, mas, como causalidade natural de encontrar, em determinados momentos históricos, alimentação diferentes.

Apesar de várias hipóteses sobre o desenvolvimento humano, o consumo de alimento é sempre tido como elemento importante na evolução do *Homo*. Mesmo que essa análise ignore o fato essencial que essa busca por alimento e alterações decorrentes a ele só é possível com a relação ininterrupta com a natureza, mesmo que de forma primitiva.

Os estudos apontam a alimentação como um fator relevante na evolução humana. Apesar de existirem várias hipóteses, os alimentos mostraram ser uma das forças motrizes mais importantes para a evolução dos hominídeos. Com as florestas se transformando em savanas na África, houve a necessidade de ampliação na busca por alimentos, já que as árvores não estavam mais perto uma das outras como antes. Assim, a anatomia de pernas curtas e braços longos que eram ideais para a locomoção em meio às árvores, não eram eficientes no solo. Para a locomoção terrestre e o percurso a

longas distâncias, a anatomia privilegiada era a de pernas mais compridas que os braços. (TELES; BELO; SILVA, 2017, p. 95).

Não libertos da determinação biológica, sua ingestão de alimentos estava determinada pelo acaso, ao passo que não produziam conscientemente os alimentos que consumiam. Ingeriam alimentos que encontravam pelo seu caminho, não os escolhiam entre uma variedade de produtos como o homem moderno ao parar em frente a uma prateleira de queijos e escolher desde os variados tipos de queijos, ao mesmo tipo só que de diferentes produtores, marcas e empresas fabricantes, pois eram “[...], incapazes de produzir novos alimentos, utilizando-se somente daquilo que a terra generosamente lhes oferecia, executando-se a colaboração inconsciente de adubar o solo com seus próprios excrementos” (ENGELS, 1986, p. 26).

Engels (1986) afirma que os animais eram grandes destruidores das reservas alimentares. Consumiam até o germe de novas gerações de vegetais e animais. Quando o homem se torna um caçador, ele já respeita a matriz geradora. Quando caça cabritos, nunca come a cabra geradora de novos cabritos. O autor afirma que esse fato contribui nas mudanças corporais do homem, devido à amplitude que se ganhou ao que se referem os alimentos disponíveis na nova dieta.

As mudanças necessárias no corpo, para depois serem transmitidas por hereditariedade possui na necessidade de manter-se vivo a sua raiz. Logo, as necessidades a serem atendidas, mesmo ainda limitadas pela determinação biológica, pressupõem uma ação metabólica com a natureza. Destarte, esse longo processo gradual e longo de adaptação e/ou preparação corporal do homem para o salto, não só produz a possibilidade do salto, como produz o corpo físico e mentalmente preparado para esse salto.

A ingestão de carne, por exemplo, contribuiu na formatação do metabolismo melhorando, entre outras coisas a capacidade intelectual, pela ingestão de proteínas provindas da carne, assim como a simplificação dos processos de digestão. A dieta do homem era trocada de uma alimentação, prioritariamente, vegetal para uma alimentação, predominantemente, animal. Mas, segundo Engels:

[...] foi o cérebro que mais se beneficiou com essa dieta carnívora, pois passou a receber maior quantidade de substâncias necessárias ao seu desenvolvimento e adquiria, assim, maior e mais rápido aperfeiçoamento de geração em geração. [...] a alimentação à base de carne ajudou o homem a ser homem (1986, p. 28).

Souza (2011, p. 76), à luz das contribuições de Leonard e Robertson (1994), reforça o acerto dos estudos de Engels. A autora afirma que:

[...] a disponibilidade de alimentos altamente energéticos teria permitido também o desenvolvimento de cérebros maiores, vorazes consumidores de 20 a 25% da demanda energética diária. Em outros mamíferos, os cérebros consomem apenas de 3 a 5% da energia produzida em uma dieta normal. Entre outros primatas, esse consumo situa-se na faixa de 8 a 10%. Cálculos apresentados por Leonard (2008) propõem que para um *Australopithecus* sem repouso, 11% da energia seria consumidos pelo cérebro, taxa que aumentaria para 16% no *H. erectus*. Isso significa que pelo menos 250 Kcal diárias eram necessárias para o bom funcionamento do cérebro dos primeiros representantes do gênero *Homo*. A associação de cérebros com maior demanda de energia com a mudança de dieta é coerente com a rapidez da expansão de *H. erectus* dentro e fora da África. A demanda por maior quantidade de carne e gordura animal, assim como o desenvolvimento de hábitos carnívoros, carniceiros ou caçadores, aumentaria a pressão por maiores territórios, mas também permitiria maior flexibilidade adaptativa, uma vez que o consumo de carnes ou carcaças torna a dieta mais universal: bisões, gnus, cavalos, mamutes, lobos, ursos, como tantos outros mamíferos de grande, médio ou pequeno porte tornam-se apenas sangue, carne, gordura, vísceras e ossos a serem aproveitados (*itálicos da autora*).

A capacidade da atividade cerebral aumentou também seu gasto energético se fazendo necessário uma quantidade cada vez maior de consumo de proteínas. Do mesmo modo, o homem em evolução, para manutenção da sua vida enquanto gênero, não podia mais regredir a uma dieta, prioritariamente, vegetal. Não se pode negar que a ingestão de carne impactou no aumento do cérebro assim como em sua atividade, ou seja, uma complexidade maior, tornando a alimentação, em germe, uma resposta consciente.

Estes fenômenos engendrados passam a transformar a natureza em instrumentos para a caça e, concomitantemente, transformar-se a si mesmo, no seu corpo biológico e social. A alimentação deixa de ser apenas uma mera resposta de uma consciência epifenomênica para ser uma resposta conscientemente ativa, ainda que de forma muito natural espontânea. (SOUZA, 2018, p. 75)

Lopes (2018, p. 79), ao analisar as mudanças no corpo à luz da *variação correlativa* do organismo, nos explica que:

É inegável o impacto que a dieta com carne frequente causou sobre o aumento e complexidade cerebral. Há uma ação recíproca entre o maior consumo de carne e a expansão do cérebro: à medida que se

consumia carne o cérebro aumentava de tamanho e precisava de mais energia, o que por isto, necessitava ingerir mais carne. Dois órgãos que consomem muita energia no organismo do *gênero Homo* são o cérebro e o intestino. Como a necessidade energética do cérebro aumentou em função de seu tamanho expandido, a *variação correlativa* do organismo tendeu a diminuir o tamanho do intestino. Um intestino longo é importante para a digestão de diversos tipos de vegetais, como a dieta passa a ser mais rica em carne, o tamanho desta parte do sistema digestivo poderia ser abreviado.

A ingestão de carne passa a ser um caminho sem volta. Diferentemente dos seus antecessores, coletores de folhas e vegetais, a ingestão de proteína no organismo a partir do consumo constante de carne, ocasionou um aumento na capacidade cerebral, proporcionando uma qualitativa mudança nas conexões neurais em expansão, assim, o *Homo Habilis* começa uma procura de rotas de carcaças para se alimentar, bem como esconderijos de animais rapinadores. (LOPES, 2018).

O Sistema Nervoso Central se desenvolve com a constante ingestão de proteínas ao ponto de proporcionar o aparecimento da bainha de mielina de células fundamentais para o aumento da capacidade cognitiva, os neurônios, resultando em uma maior variabilidade de transmissão de informação com sinais elétricos – sinapses. Nas palavras de Lopes (2018, p. 80, *itálicos do autor*):

Os neurônios mielinizados, na condição de importante parte constitutiva das normativas legais do *ser orgânico*, cumprem um papel fundamental anátomo-fisiológico para a complexidade do cérebro. Acrescido a este fato, os cérebros sob condições ricamente proteicas e circunstâncias estimuladoras possibilitam um desenvolvimento cognitivo não registrado antes do *Homo habilis*. Poderíamos realizar um experimento abstrativo, declinando do mais complexo ao menos complexo para compararmos as possibilidades proporcionadas por um cérebro aumentado e complexificado.

É inegável o aumento dessas capacidades cognitivas, a consciência do ser orgânico/animal, dos animais mais desenvolvidos e também os que se reproduzem diariamente com o contato do homem, como animais domésticos. Porém, permanecem como um momento parcial subordinado às determinações de reprodução biológica. Essa consciência animal, essas capacidades cognitivas aumentadas, mesmo que necessária para o salto ontológico, ainda está sendo formada pelas mudanças crescentes na biologia do ser da natureza, resultantes,

entre outras coisas, pela crescente complexidade dos organismos cada vez mais refinados na sua inter-relação com o seu ambiente (LUKÁCS, 2013).

As inter-relações dos organismos primitivos com o seu ambiente desenrolam-se predominantemente sobre a base de legalidades biofísicas e bioquímicas. Quanto mais elevado e complexo é o organismo animal, tanto mais tem necessidade de órgãos refinados e diferenciados a fim de manter-se em inter-relação com o seu ambiente, para poder reproduzir-se (LUKÁCS, 2013, ps. 62-63).

A ingestão de carne cumpre o papel de suprir uma necessidade. Concomitantemente, abre outros leques de possibilidades e aparece como uma nova necessidade. Com uma dieta alimentar rica energeticamente, alterações anatômicas e fisiológicas ocorreram e foram hereditariamente transmitidas. Quando mais o Homo alterava sua composição orgânica, mais se alterava a forma para manter-se vivo. Nesse contexto, Engels (1986) afirma que o consumo de carne leva o homem a um novo patamar com avanços importantes na continuidade do processo de hominização, a saber: o uso do fogo e a domesticação de animais.

Nas palavras de Souza (2011, p. 78, **grifos nossos**):

Mas, ao longo da evolução humana, nem tudo se acumulou na forma de genes. Parte importante de nosso processo adaptativo vem de memórias e experiências culturais. **O domínio do fogo e seu uso para cozinhar, por exemplo, estariam entre as técnicas mais antigas e úteis desenvolvidas pela humanidade. Esse elemento seria usado não apenas para aquecer-se e defender-se de predadores, mas também para permitir a conservação e aumentar o aproveitamento dos alimentos.** [...] podem ser mais bem digeridos e assimilados.

A domesticação de animais, ao lado da caça e pesca, aumentou a reserva de alimentos, como a carne, e contribui ainda com a ingestão de leite e seus derivados, tão ricos energeticamente na sua composição química quanto a carne rica em proteína (ENGELS, 1986).

Esse domínio do fogo, domesticação de animais, desenvolvimento da caça e pesca, nos coloca frente a outro determinante, e de fundamental importância na mediação com a natureza, *do Homo habilis*, a saber: sua capacidade de criar ferramentas.

O fogo trouxe, provavelmente com os homínídeos, algo que ficou como legado histórico para os *Homo sapiens*, para além da proteção contra predadores e o frio, mas igualmente um alimento cozido, e com isso uma maior facilidade de digestão, proporcionando uma quantidade maior de energia e nutrientes, principalmente de glicose

para ser utilizada no cérebro, além de permitir um dispêndio de tempo menor para mastigar e assimilar. (SOUZA, 2018, p. 77).

Durante o mesmo período, duas espécies, *Homo habilis* e *Homo rudolfensis*, chegaram a conviver na savana com espécies de *Australopithecus*, antes que seus últimos desaparecessem. Por sua vez, o *Homo ergaster*, começou a ser encontrado há cerca de 2 milhões de anos (SOUZA, 2011).

A existência dessa nova espécie, cuja aparência é de um crânio muito pesado e estrutura óssea mais robusta, com tendência evolutiva para corpos e cérebros maiores, só teria sido possível com um aumento da disponibilidade de alimentos energéticos, ou seja, por uma dieta rica de alimentos de alto valor calórico (SOUZA, 2011), como a ingestão de carne e, sobretudo, com a extração do tutano dos ossos das carcaças de animais encontrados no caminho e rotas traçadas.

A extração do tutano, por seu turno, não poderia ser realizada por seres com dentes delicados, como os do *Homo ergaster*, visto que eram encontrados dentro da medula dos ossos longos não facilmente quebrados por mordidas. Segundo Souza (2011), as hienas com mandíbulas e dentes extraordinariamente fortes eram capazes de quebrar os ossos para comer a medula. Assim, a sua dieta era composta de uma alimentação rica caloricamente.

Desse modo, o *Homo ergaster*, – cujos sítios arqueológicos sugerem que tenha desenvolvido essa atividade de extração do tutano – manejava ferramentas de pedra que possibilitaram a quebra dos ossos e a ingestão de elevadas porções de gordura animal. Uma dieta que traria enormes vantagens nutricionais e metabólicas, assim como alterações no processo evolutivo com mais mudanças químicas e físicas no seu corpo. Conforme explica Souza:

O impacto do uso de ferramentas certamente mudou o acesso a alguns recursos alimentares de alto valor energético, como o tutano dos ossos, por exemplo, sendo um marco diferencial para a dispersão dos grupos por maiores distâncias. Acredita-se, portanto, que não foi uma coincidência que a primeira grande expansão humana, tendo como protagonista o *H. erectus*, tenha acontecido apenas após o desenvolvimento de padrões nutricionais mais vantajosos. (SOUZA, 2011, p.76, *itálicos da autora*)

O consumo cada vez maior de carne e gordura criou uma nova rotina e fixou um padrão modificado de alimentação aos *Homo*. Inicialmente como carniceiro, e depois como caçador, sua alimentação, antes, exclusivamente vegetal, passou a

ser mista. A caça e a pesca contribuíram para essa mudança no padrão de alimentação, o que representou um novo e importante passo para a “*transformação do macaco em homem*”.

Assim, esse novo processo e progresso evidenciam o avanço desses *Homo* em relação ao seu domínio sobre a natureza, uma consciência que o torna mais adaptativo às condições climáticas, por exemplo. Contudo, mesmo sendo um avanço, esse domínio ainda é exíguo, visto que mesmo passando a ser um caçador, um pescador, ou seja, uma melhora a serviço da imediata sobrevivência, sua relação com a natureza continua a se revelar próxima e imediata e sua consciência não é mais do que um epifenômeno. Deste modo, “a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e, por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico” (LUKÁCS, 2013, p. 63).

No *Homo erectus* é possível identificar diferenças na sua formação corporal, sobretudo pelas questões de adaptação climáticas, a biodiversidade disponível e, como afirma Engels (1986), que pela adaptação aos alimentos necessários para a sobrevivência, ocorreram transformações na composição química do sangue e conseguinte, transformando toda sua constituição corporal.

Neste período, os avanços do trabalho, tanto da caça quanto na coleta, realizaram-se pelo domínio, controle e manipulação do ser inorgânico, encontrado nos 79 seixos na produção instrumentos para a caça. **Essa forma de transformação da natureza transformou o corpo dos hominídeos** e possibilitou uma capacidade teleológica mais aguçada, ao ponto de conseguir ser capaz de produzir uma atividade mais complexa que é o domínio de como se fazer uma fogueira. (SOUZA, 2018, p. 78-9, **grifos nossos**).

Novamente, esse processo de adaptação à biodiversidade disponível só é possível mediante intercâmbio metabólico com a natureza, ainda que de forma primitiva, colocando no mundo elementos que não existem na natureza, como ferramentas a base de pedra, madeira e cipó.

Conforme aponta Souza (2011, p. 75):

O aumento da estatura, a maior capacidade craniana, a compleição mais robusta e o progresso tecnológico na fabricação de ferramentas com o lascamento bifacial da pedra, conhecida como indústria acheulense, são característicos dessa etapa evolutiva humana. Dotados de mais acumulação cultural, esses homens arcaicos ampliaram consideravelmente seus territórios, chegando ao Oriente Médio, Europa e Ásia (Cervera *et al.*, 2001; Foley, 2003; White *et al.*, 2009). Colonizaram uma diversidade de ambientes e atravessaram

barreiras geográficas relativamente importantes. Ocuparam tanto áreas tropicais chuvosas quanto terras altas e frias, tornando-se praticamente pandêmicos. Nesse processo, foram expostos a novos ciclos adaptativos e condições de biodiversidade, em climas completamente diferentes da savana. As transições sofridas pelos homens arcaicos em seu processo evolutivo, bem como as diferentes pressões seletivas a que estiveram sujeitos, certamente contribuíram para a diversidade genética. (*itálicos da autora*).

Para Souza (2011), há cerca de 300.000 anos os cérebros dos homens arcaicos já possuíam o volume superior a mil centímetros cúbicos. Entretanto, homens chamados *Homo rhodesiense* *Homo heidelbergensis* (Souza, 2011, apud, Balter, 2009) teriam “aparecido” na Terra por volta de 700.000 anos. Assim, a diferença de anos do aparecimento do *Homo* até o desenvolvimento do seu cérebro demonstra como foi lento o processo de evolução dos hominídeos até estarem prontos para deixarem a esfera de determinação biológica e passarem para a esfera de determinação social.

Somente por volta de 250.000 anos que o desenvolvimento animal propiciou o aparecimento do *neandertal*. Souza (2011) afirma que foi o hominídeo mais bem adaptado fisicamente, sobretudo aos climas glaciais, no qual seu volume cerebral médio variava entre 1.520 cm³ a 1.750 cm³.

O *Homo neanderthalensis* aumentou a capacidade de produção de ferramentas dos seus ancestrais, necessárias para sua sobrevivência não só em quantidade, mas, principalmente, na qualidade de como a produzia. “[...] desenvolveram artefatos polidos em osso, chifre e madeira, bem como áreas de habitação adaptadas em cavernas” (SOUZA, 2011, p. 79).

Como as transformações corporais nesses hominídeos eram transmitidas de forma hereditária, segundo Engels (1986), os aperfeiçoamentos adquiridos lentamente nos músculos, nos ligamentos, assim como nos ossos, abririam a possibilidade de novas atividades que se tornariam exclusivamente complexos sociais, ou seja, exclusivamente práxis humanas.

É incontestável que em algum momento houve a necessidade de se comunicar, contudo, essa precisão só poderia ser consumada, ou seja, posta e objetivada concretamente, mediante esse longo processo lento de adaptação biológica do homem. Destarte, a necessidade de comunicar-se – no sentido de uma linguagem falada – só pôde ser objetivada quando o homem passou a possuir um

potencial anatômico para o desenvolvimento dessa comunicação. Esse potencial, desenvolvido por uma necessidade, pode ser atestado com a “conformação da base do crânio, pelo osso hioide e pelo desenvolvimento da área de Broca no cérebro” (SOUZA, 2011, p. 79).

O aumento da capacidade encefálica pode ser o indicativo, segundo Souza (2011), de que a atividade dos neandertais demandaria um alto consumo energético que poderia ser suprido com as atividades corporais oriundas, predominantemente, da caça, até que suas principais fontes de nutrientes, ficassem escassas devido às condições climáticas do degelo.

Uma hipótese defendida mais recentemente sugere que o grande desenvolvimento do cérebro nessa espécie também levaria a uma necessidade de dieta que provesse grande aporte energético, o que seria facilmente obtido nas caçadas de megafauna, mas que deve ter se tornado mais difícil, à medida que as mudanças climáticas do degelo fizessem desaparecer suas principais fontes de alimentos. (SOUZA, 2011, p. 79).

Presos aos determinantes naturais, os neandertais sucumbiram às transformações climáticas. Adaptados às baixas temperaturas e às dietas ricas de energéticos, predominantemente de origem marinha, viveram até 30.000 anos em regiões mais amenas (SOUZA, 2011), contudo, precárias. Situação que se complicou ao disputar o mesmo espaço com outro hominídeo que possuía as condições, construídas ao longo do processo lento de adaptação biológica, de se desprender das amarras da natureza e, portanto, dos ditames da causalidade, afastando-se das barreiras da determinação biológica da sua existência.

O *Homo sapiens*, morfologicamente mais adaptado aos ambientes tropicais e temperado, se disseminam por todo o globo terrestre a uma velocidade nunca antes perceptível. Segundo Souza (2011), a expansão populacional do *Homo sapiens* foi avassaladora, sobretudo pelas poucas dezenas de anos que levou a uma mudança enorme no cenário demográfico, saindo da África para povoar a Europa e a Ásia.

Dominando e impondo sua vontade à natureza, os homens produziram tecnologias cada vez mais avançadas, transpondo os limites dos oceanos com técnicas de navegação para chegarem à Oceania e às Américas. A vida dos novos hominídeos já demonstra o domínio deles perante a natureza. Demonstravam as capacidades e potencialidades da produção que não pode ser visualizada em

nenhum outro lugar da natureza, senão na própria ação humana mediada pelo intercâmbio material com a natureza.

Os homens de Cro-Magnon não só construíram abrigos como os decoravam. A necessidade de moradia já tinha sido alterada pela qualidade de se morar, como fica evidente nos escritos de Souza (2011, p. 80) quando afirma que os “chamados Homens de Cro-Magnon mostram uma cultura sofisticada, que incluía expressões de arte²⁵ parietal como a Levantina. Suas cavernas pintadas estão em sítios conhecidos como Altamira, na Espanha, e Lascaux, na França”.

Assim, tinham um domínio maior sobre a natureza, desenvolvendo ferramentas, mesmo que as mais simples, juntando pedra, madeira e cipó. Porém, só poderiam ser construídas com uma ação idealizada e objetivada mediante a materialidade posta, não visualizada em nenhum outro local na natureza. Contudo, esses homens ainda eram limitados pelas capacidades de obter alimentos naturais, ocupavam terras e exploravam sua potencialidade, até pôr fim a sua capacidade de produzir o que era necessário para a sobrevivência. Esse estágio no desenvolvimento humano ainda é tão baixo, visto sua capacidade de domínio sobre a natureza, que mesmo afastada dos determinantes meramente biológicos, se mostravam ainda escravos da natureza ao ponto em que seu desenvolvimento social era lento, quase estagnado.

Ao passo que os homens primitivos desenvolveram a agricultura e a criação de animais, a sua produção social aumentou. A produção do que é necessário para a manutenção individual e coletiva, passa não apenas pela busca direta de alimentos, mas pela organização e divisão do trabalho realizada pela própria comunidade. Os homens desenvolvem suas capacidades cada vez mais, aprendendo a manejar plantas, domesticar animais, aumentando suas capacidades tecnológicas com o desenvolvimento social, portanto, de suas forças produtivas, afasta-se cada vez mais dos determinantes biológicos.

²⁵ A arte produzida nesse momento, mesmo que primitiva, rudimentar, é prova cabal desse afastamento cada vez mais evidente da práxis originária. Não é outra coisa senão a práxis originária transformando a natureza humana ao ponto de criar novas necessidades, agora não mais para só saciar o estômago, mas também à fantasia. Destarte, não é intenção deste estudo debater o complexo da arte e seu potencial uso do tempo livre dos sujeitos cada vez mais afastados da determinação ontológica de mediação com a natureza.

As modificações introduzidas na técnica – especialmente a domesticação dos animais e o seu emprego na agricultura – aumentaram de tal modo o poder do trabalho humano que *a comunidade, a partir desse momento, começou a produzir mais do que o necessário para o seu próprio sustento*. Apareceu um excedente de produtos, e o intercâmbio desses bens, que até então era exíguo, adquiriu tal vulto que se foram acentuando as diferenças de “fortuna”. (PONCE, 2015, ps. 27-8, *itálicos do autor*)

Segundo Engels (1986), juntamente com o desenvolvimento do trabalho primitivo, a linguagem se constituiu como categoria-chave para a saída do homem dos determinantes da natureza, para desenvolver-se, agora, pelos determinantes sociais. Para o autor, a cooperação da mão com os órgãos da linguagem e do cérebro, não apenas em cada indivíduo, mas na sociedade como um todo, acarretou em um desenvolvimento cada vez maior dos homens, tornando-os capazes de executar operações complexas e alcançar objetivos mais elevados (ENGELS, 1986, p. 29) e essencialmente sociais.

O constante metabolismo com a natureza não atende apenas necessidades de forma imediata, como, ao mesmo tempo, cria novas necessidades à luz dos objetos postos. O aperfeiçoamento, nesse sentido, foi constante no processo de metabolismo com a natureza. A agricultura desenvolvida mostra-se como alternativa para a caça, pesca e para a colheita de frutos e vegetais disponíveis na natureza. A manipulação de metais aparece como alternativa mais eficiente²⁶ na construção de ferramentas cada vez mais diversificadas. Um machado de metal amolado com cortes de maior precisão passa a ser mais vantajoso e menos desgastante do que o uso de um machado de pedra para a realização do mesmo trabalho. Criações essas, segundo Engels (1986), frutos do cérebro humano. E não poderia ser diferente, visto que toda ação humana é um pôr teleológico, como explicaremos, à luz da contribuição de Lukács, o que é o trabalho.

Dessa maneira, foi longo o caminho de preparação biológica para o salto e a passagem da esfera do ser natural para a esfera do ser social. Todavia, nos escritos neste item, não queremos apontar o momento que tal salto aconteceu, mas

²⁶ A eficiência que tratamos aqui, está relacionada a capacidade humana de produção. Uma produção para satisfazer necessidades humanas. Nas sociedades de classe, como por exemplo, a sociabilidade capitalista, essa utilização tecnológica e mais avançada produção humana, só será usada caso produza taxas de mais-valias e taxas de lucros maiores do que o uso de uma tecnologia anterior.

sabemos que ele acontece. Sabemos exatamente que ele aconteceu, pois é a partir da sua consumação que todo desenvolvimento do homem social se deu. Assim, não sabemos quando aconteceu, mas sabemos que a vida cotidiana, desde as comunidades mais primitivas, tem sua existência atrelada a consumação deste salto ontológico mediado pela transformação consciente da natureza, a saber, pelo trabalho.

“[...] por meio do trabalho, a espécie humana, pela determinação própria de sua atividade vital, consciente e ativa, se liberta dos estreitos limites da reprodução cega das formas biológicas, constituindo-se, por isso, numa nova forma de ser, numa nova gradação ontológica – o ser social”. (GONÇALVES; MORAES; JIMENEZ, 2012, p. 61).

Portanto, concordamos com Lukács (2013), ao afirmar que mesmo com todo desenvolvimento e descoberta arqueológica, antropológica, a passagem da animalidade para as relações determinadas socialmente, ou seja, o salto ontológico continua só podendo ser esclarecido, em última análise, conceitualmente.

A subordinação da realidade concreta, social e histórica, tanto pela determinação biológica, quanto pela determinação da consciência, necessita ser compreendida e superada. Para isso, é fundamental a compreensão do que é o homem e o corpo nesse contexto, compreendendo o que é o ser social, qualitativamente diferente dos seres biológicos e produzido pela realidade, considerando a consciência como elemento tardio, mas ativo, produzida pela própria realidade e não o contrário. Sendo assim, discutiremos no próximo item a gênese do ser social que possui uma ação corporal consciente como determinante, a saber, o trabalho.

3.2 O trabalho como determinante na existência do ser social

Como podemos notar no item anterior, a passagem do ser meramente biológico para um ser puramente social demandou muito tempo de adaptação até a realização do salto. E colocou em um patamar qualitativamente superior o indivíduo humano e a totalidade do seu gênero.

Esse ato novo para realização do salto, aparece primeiramente pela necessidade de uma luta para existir como um ser da natureza e, como tal, necessita de elementos para sua subsistência que ele não produz e, portanto, deve

retirar da natureza. O que nos coloca a uma segunda característica. Para atender a essa primeira, esse novo ato deve ser puramente exercício de sua própria autoatividade, assim, para manter sua existência, sempre será necessário que essa atividade parta de si. Deste modo, esse novo ato que põe o homem em um novo patamar: o trabalho. Necessidade ontológica do ser social para atender às suas necessidades pela luta da sobrevivência e sempre com ações de sua própria atividade, independentemente do estágio do desenvolvimento que esteja inserido.

Seja o trabalhador camponês ou um trabalhador moderno, a existência deles e a manutenção do seu gênero são sempre fruto de uma autoatividade. Ou seja, de uma práxis originária que servirá de protoforma para o desenvolvimento de outras práxis sociais, produzindo elementos que vão satisfazer suas necessidades, “coisa útil e produto do trabalho humano” (MARX, 2011b, p. 62).

O trabalho, como criado de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2011b p. 64-65).

O homem só pode atuar e produzir elementos úteis para suprir suas necessidades como a própria natureza, transformando sua matéria, pondo em movimento cadeias e nexos causais. É ajudado pelas próprias forças naturais. Nesse sentido, uma atividade pensada para um fim e sempre com a contribuição das próprias forças naturais. (MARX, 2011b).

Evidentemente, o processo de adaptação e evolução biológica, mesmo acontecendo de forma lenta, é de suma importância para o momento do salto. As mudanças lentas nas mãos dos primatas chegaram ao ponto de conseguirem segurar pedras, galhos, construir ninhos para sua sobrevivência e proteção, criando possibilidades dessas mãos construírem ferramentas que atendem suas necessidades e com isso criar novas necessidades.

Mas o salto qualitativamente superior, que fez com que o ser da natureza, especificamente a espécie *Homo*, transpusesse as barreiras naturais para se desenvolver socialmente, não se justifica pela mera criação de ferramentas, como adverte Lukács.

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não

pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica (LUKÁCS, 1969, p. 05).

Nesse sentido, somente um ato consciente posto pode ter feito com que os primatas saltassem para uma esfera de desenvolvimento qualitativamente superior, causando uma ruptura com o desenrolar lento e gradual limitado pelas causalidades da natureza. O salto não só possibilitou o afastamento das barreiras naturais. O homem natural que estava de joelhos perante a natureza se pôs em pé colocando agora a natureza de joelhos para suas vontades de transformações, atendendo suas necessidades e criando novas.

Com esse entendimento, Lukács (2013) afirma que todo o salto se constitui por uma mudança qualitativa e estrutural do ser. Na fase inicial estão contidas, certamente, as possibilidades das fases superiores. Contudo, o salto só pode ser consumado com uma ruptura na forma de desenvolvimento gradual simples e retilínea continuidade.

Destarte, o que podemos afirmar é que os determinantes passam agora a ser determinações estruturantes da sociedade/sociabilidade humana e não mais pela constituição biológica dos seus membros.

Para Lukács (2010), a busca para evidenciar a essência e a especificidade do ser social, ainda que apenas de forma aproximada, não deve ignorar as determinações e conexões das diferentes grandes esferas do ser. O que demonstramos no item anterior, é a potencial forma do ser biológico saltar para o ser social, ao passo de sua interação ininterrupta com a natureza, estando sua gênese na esfera do ser biológico, como fica evidenciada pela sua própria necessidade de estar vivo para manter-se sobre a vida social.

Dessa forma, a comprovação do ser biológico como gênese para o ser social só pode ser comprovada pela própria existência de vida do ser social. Outrossim, o ser biológico só pode ser concebido em todas as suas manifestações de vida, interna e externamente, pela coexistência e incessante interação com o ser da esfera inorgânica. Nesse sentido, as existências das três grandes esferas do ser representam, em última análise, o próprio desenvolvimento do ser social.

Tal coexistência dos três grandes tipos de ser – suas interações, bem como suas diferenças essenciais aí incluídas – é, assim, um fundamento tão invariável de todo ser social que nenhum conhecimento do homem, poderia ser possível sem o

reconhecimento de uma base tão múltipla como fato fundamental. (LUKÁCS, 2010, p. 36.)

A produção incessante do novo, ou seja, a superação da retilínea continuidade, só pode acontecer enquanto um pôr teleológico. O novo é uma objetivação teleológica, consciente, intencional, planejada previamente, mediata por uma ação corporal, o que torna essa ação, a saber, o processo de trabalho, a categoria protoforma de desenvolvimento das demais práxis sociais.

O trabalho é ao mesmo tempo categoria fundante do ser social e das demais práxis, assim como modelo de desenvolvimento delas. A ação humana de qualquer natureza e especificidade só existem enquanto objetivação de um pôr teleológico, assim como o próprio trabalho.

O fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia. (LUKÁCS, 2013, p. 47).

A colocação do trabalho nessa posição privilegiada, não se dá meramente por vontade do pesquisador, nem pela vontade dos teóricos de uma tradição ontomarxista que defendem essa categoria como pilar para entendimento da produção/reprodução do gênero humano. O trabalho encontra-se nessa posição pela própria prática real, histórica e concreta da vida social, pois é o único lugar que podemos demonstrar ontologicamente o pôr teleológico do homem. Em nenhum outro lugar da natureza, qualquer que seja a categoria de análise, podemos demonstrar o patamar superior que se desenvolve agora o gênero humano, sem que não se tenha uma ação corporal intencional como pôr objetivado e, portanto, um processo de trabalho consciente, intencional e objetivado.

A esse respeito, diz Lukács (2013, p. 51):

[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material [...]. Antes de qualquer outra coisa, a característica real decisiva da teleologia, isto é, o fato de que ela só pode adquirir realidade enquanto pôr, recebe um fundamento simples, óbvio, real: nem é preciso repetir Marx para entender que qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal pôr, que determina o processo em todas as suas etapas.

É decisiva a compreensão do pôr teleológico como produto exclusivo do homem. Isso não elimina de forma alguma as outras esferas do ser. Ao contrário, significa dizer que o ser de mais alto grau de desenvolvimento, ou seja, o ser social, ao se elevar do grau no qual está baseado a sua existência, ser orgânico, se torna autônomo a ela. Isso pelo fato de conseguir operar a realidade concreta por meios de atos teleológicos e, portanto, “seu tornar-se autônomo baseia-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Em síntese, o ato de objetivação de um pôr teleológico, pressupõe indivíduos que se elevem de sua condição orgânica e possam, com isso, produzir incessantemente o novo, tornando-se autônomos frente à condição primeira de manutenção de suas vidas, mesmo que nunca eliminando-as.

Nesse sentido, discutiremos mais adiante a autonomia das práticas corporais frente à necessidade do trabalho, ao passo que somente com o trabalho é possível ter essas necessidades de realização de uma atividade corporal, intencional, planejada, objetivada.

Assim, somente com uma ação consciente de transformação da natureza, torna-se possível a existência de um ser que esteja regulado por outros determinantes. Que seja, portanto, qualitativamente superior aos demais seres orgânicos. Estes que já eram superiores aos seres inorgânicos.

Acerca dessa tríade de seres, Lessa (2016b) afirma a existência de uma processualidade que distingue as esferas do ser, mesmo que continuem indissociáveis ontologicamente, pois “sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social” (p. 20).

Dessa forma, o autor demonstra a ininterrupta relação entre as esferas, que mesmo continuando em contato permanente, desenvolvem sobre a outra uma processualidade totalmente nova, ao passo que igualmente se distanciam. Uma pedra, mesmo possuindo a potencialidade de tornar-se casa, não se torna e não se reproduz enquanto pedra, pode mudar a sua forma física, sem a intervenção consciente, somente por obra do acaso. Diferente da goiaba que possui a potencialidade para tornar-se um suco, mas também não se torna, contudo, consegue se reproduzir a si própria sem uma intervenção consciente, por obra do acaso, e só pode continuar a existir nesse ininterrupto movimento de reprodução deste.

O homem, por sua vez, consegue objetivar tanto a potencialidade da pedra quanto a potencialidade da goiaba. Torna a pedra parte de uma casa, faz um suco, um doce com a goiaba, tornando sua consciência fundamental para responder sempre de forma nova às situações postas pela sua vida e, para continuar a sua existência continua com a necessidade, assim como a goiaba, de se reproduzir a si mesmo. Todavia, se reproduz a si mesmo de outra forma, não mais por obra do acaso, reproduzindo a sua vida orgânica à luz de uma processualidade não existente nem na pedra e nem na goiaba. Uma intervenção consciente que passará a ser o momento predominante, uma ação de reprodução da vida orgânica puramente social. Nos termos de Lukács (2013, p. 54):

No *ser-em-si* da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado. Ela só pode adquirir tal função de ferramenta quando suas propriedades objetivamente presentes, existentes em si, forem adequadas para entrar numa combinação tal que torne isso possível.

Como já afirmado anteriormente, esse momento do salto só pode ser compreendido de forma conceitual, um processo de abstração consciente de separar as esferas que possuem dialeticamente, ao mesmo tempo, uma distinção e articulação. Compreender isso, significa, pois, identificar o momento predominante de ruptura entre as esferas, ao passo da continuidade do desenvolvimento delas. Entender qual esfera vai dar o sentido para o processo de desenvolvimento e, portanto, passa a ser o momento predominante da interação entre as duas esferas. Segundo Lessa (2016b), a cada momento de interação entre as esferas, uma delas vai conferir dinamicamente uma direção do processo.

O salto qualitativo entre as esferas significa um rompimento ontológico de direção do curso normal de desenvolvimento que a esfera anterior estava a possuir. Não existe vida, ou seja, esfera orgânica, sem as moléculas de oxigênio necessárias para a respiração, não existe vida sem as moléculas combinadas, em uma determinada proporção, de oxigênio e hidrogênio para formar a água, ao passo que a vida não é mais uma infinita transformação de uma coisa em outra coisa. A vida é um processo contínuo de tornar-se a mesma coisa e, portanto, este passa a ser o momento predominante e, conseguinte, o momento de ruptura entre a esfera inorgânica e a esfera orgânica.

As moléculas de oxigênio, de água, passam a integrar a reprodução orgânica, biológica da vida. O seu torna-se outra coisa, fica subsumido ao processo de torna-se a mesma coisa. Continua a existir transformações na esfera inorgânica, contudo, essas transformações passam a integrar o processo mais amplo de reprodução da vida, ou seja, da esfera orgânica.

O salto é, portanto, essencialmente constituído “por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser” (LESSA, 2016b, p. 23).

O longo desenvolvimento e preparação do ser orgânico, da espécie dos *Hominídeos*, possibilitou um novo salto. Um salto que colocou a processualidade da vida em outro patamar. Uma ruptura com o processo contínuo de torna-se sempre o mesmo, biologicamente determinado. Com isso, entre a esfera orgânica e a esfera social, passa a ter um novo momento predominante, na qual a reprodução biológica só vai existir, como fundamento necessário para o desenvolvimento da nova esfera. O salto da esfera biológica para a esfera social finda o tornar-se o mesmo como momento predominante, sendo que sua continuidade vai ser determinada pelo produzir incessantemente o novo, e, conseguinte, torna-se o novo momento predominante. Nas palavras de Lessa (2016b, p. 25, *itálicos do autor*):

Tal como *a reprodução do mesmo* se constitui em momento predominante do salto ontológico que deu origem à vida, *a reprodução do novo*, através da transformação conscientemente orientada do real, se constitui no momento predominante do salto que marca a gênese do ser social.

Destarte, esse momento predominante, gênese do ser social, diferencia esse novo ser dos demais animais. Uma ação conscientemente controlada, mediada pelo seu próprio corpo e, portanto, suas capacidades físicas e mentais, para transformar a suas necessidades em produto de sua autoatividade. Segundo Marx (2006), é a atividade vital de transformação consciente da natureza, que passa a determinar na nova esfera do ser, ou seja, o trabalho. Em outros termos, a gênese do ser social só pode ser conferida pelo distanciamento da sua própria base, intermediada pelo trabalho numa contínua realização de pores teleológicos.

[...] o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando

concebemos que sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu torna-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos. (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Assim, com o aparecimento do ser social, as três esferas não só coexistem, como fazem parte de uma unidade indissociável presentes na vida do ser social, na qual a nova esfera terá sobre sua base física de existência a esfera anterior. Nas palavras de Marx:

Assim como para o homem como para o animal, a vida genérica possui a sua base física no fato de que o homem (como animal) vive da natureza inorgânica, e uma vez que o homem é mais universal do que o animal, também mais universal é a esfera da natureza inorgânica de que ele vive. Com plantas, os animais, os minerais, o ar, a luz, etc., constituem, do ponto de vista da teoria, uma parte da consciência humana, na condição de objetos da ciência natural e da arte – são a natureza inorgânica espiritual do homem, os seus meios de vida intelectuais, que ele deve primeiro preocupar-se para a posse e efemeridade –, da mesma forma, do ponto de vista prático, formam uma parte da vida e da atividade humanas. (MARX, 2006, ps. 115-116).

Nesse sentido, o trabalho, ou seja, o intercambio material entre homem e natureza, só pode existir na iminente relação de autoprodução humana, ou seja, a existência de homens vivos, qualitativamente superior aos demais animais e, por conseguinte, enquanto um ser socialmente determinado. Sendo assim, o primeiro ato histórico-social dos homens é o fato de produzirem sua própria existência.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, ps. 32-33).

O desenvolvimento das capacidades humanas, dentre elas as práticas corporais, por exemplo, possuem em seu momento predominante a ação corporal de produção dos meios para satisfazer as necessidades e a produção de sua própria vida material. Assim, o homem transforma conscientemente a natureza, transformando a realidade ao passo que no final do processo de metabolismo com a

natureza, sua ação já possuía idealmente na cabeça do seu produtor, igualmente o produto objetivado e os meios para essa objetivação. Esse processo conduz os homens a novas necessidades a serem satisfeitas em outras ações corporais conscientes.

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Ao satisfazer as necessidades de comer, beber, vestir, ou seja, de estar vivos, os homens, enquanto gênero, são alçados a um novo patamar de necessidades. Depois de comer carne o homem melhora no preparo, cozinha os alimentos. Novos temperos, gostos diferenciados, paladar mais aguçado, cheiro dos alimentos são importantes no momento da refeição. Em suma, diferentes novas necessidades historicamente criadas ao passo de atendida a primeira necessidade histórica social do homem reproduzir o ser natural, socialmente, para desenvolver-se socialmente.

Desse modo, a condição de estar vivo rege o homem a se relacionar com as condições concretas, até então produzidas e pensar em novas formas de objetivações, ou seja, abre-se um leque de possibilidades humanas para serem objetivadas a partir da primeira condição humana encontrar-se realizada/efetivada. Homens vivos podem se relacionar e produzir ciência, educação, cultura, arte, esporte. Atividades que vão contribuir na formação desse ser humano, individual e genérico.

A busca para satisfazer o primeiro ato histórico é dialeticamente a produção do primeiro. Sem estar vivo e, portanto, não satisfazer suas necessidades de sobrevivência, o homem é incapaz de buscar novas formas de satisfazer suas necessidades e novas necessidades criadas. Do mesmo modo que não é possível satisfazer a necessidade de estar vivo sem buscar meios para essa satisfação. Com isso, aparece a terceira condição de realização desse trabalho, a saber, a necessidade de sociabilidade humana desenvolvida e, portanto, a família. A necessidade de reproduzir e/ou renovar a própria existência enquanto gênero humano, nesse sentido, a relação homem e mulher.

Essa terceira condição faz com que aumente a quantidade de pessoas, criem novas necessidades, novas relações, gerem novas buscas para atender a primeira condição, de produzir a partir dos meios, as condições de estar vivos. Três condições que só podem existir coexistindo de um mesmo momento social que é a produção do ser social.

Ademais, esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, a fim de escrever de modo claro aos alemães, como três “momentos” que coexistiram desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

A produção da história é uma ação intencional, coletiva, um suceder-se de gerações. Por um lado, os homens continuam a história anterior, assim como sobem nos ombros das gerações imediatamente anteriores, e produzem e criam novas necessidades sob as condições que lhe foram dadas. Assim, o processo de trabalho passa a ser cada vez mais social, um processo que participa o homem e a natureza e o produto do trabalho passa a ser natureza transformada sob a qual as novas gerações vão partir, enquanto forças produtivas, no percurso do desenvolvimento histórico na qual o homem é o produtor, ao passo que é produto.

Nos termos de Marx e Engels: “[...] as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modificam com uma atividade completamente diferente as antigas condições” (2007, p. 40).

No capítulo quinto de O’ Capital, Marx (2010) refina o seu pensamento acerca do seu entendimento do que é o processo de trabalho, afirmando que uma ação do próprio homem em contato com a natureza de forma que ele regula e controla essa interação metabólica, transformando a natureza a partir de sua vontade, e se tornando um novo ser a cada novo processo, apreendendo, socializando as experiências, desenvolvendo novas capacidades e potencialidades que somente o ser social é capaz de realizar e, portanto, uma atividade exclusivamente humana. Para ele, esse metabolismo com a natureza em nada tem a ver com as formas instintivas, animais, de transformação da natureza.

Entre o *Homo habilis*, que fabricava sistematicamente ferramentas apenas para atender suas necessidades imediatas, e o homem que pega um ônibus lotado para ir ao seu posto de emprego, vendendo, em troca de um salário, sua força de

trabalho, há um abismo histórico que medeia tal condição. Esse trabalho exclusivamente humano é o condutor do homem natural a um patamar de homem social, qualitativamente superior os demais animais da natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como umas de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2011b, p. 211).

Qualquer que seja a forma de organização da vida, o homem manterá de forma eterna o metabolismo com a natureza. Uma mediação ininterrupta para satisfazer suas necessidades do estomago a fantasia. Para Marx, a categoria que medeia essa relação é o trabalho.

Nesse sentido, o processo de trabalho pressupõe uma prévia idealização da ação corporal, tornando toda atividade humana – que possui no trabalho o seu modelo – uma ação adequada a um fim, os objetos para realização e os meios para essa realização.

Para Marx (2011b), esses três elementos são componentes na ação corporal – ato consciente – do trabalho na qual o homem se possibilita a “aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais”, subordinando a natureza a sua vontade e não com “um ato fortuito” (p. 212).

O homem modifica sua natureza, já não é o mesmo da atividade anterior, adquire novos conhecimentos, que foram necessários também na sua ação corporal anterior. A atividade adequada a um fim possui maior índice de acerto, quanto maior for o conhecimento prévio do homem sobre a natureza na qual irá transformá-la.

Quando o homem das origens escolhe uma pedra para usá-la, por exemplo, como machado, deve reconhecer corretamente esse nexos entre as propriedades da pedra – que nas mais das vezes tiveram uma origem casual – e a sua respectiva possibilidade de utilização concreta. (LUKÁCS, 2013, p. 54).

Nesse sentido, o homem “utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira” (MARX, 2011b, p. 213).

Para atender à necessidade de estar vivo, os homens necessitam entrar em metabolismo com a natureza e produzem valores de uso, objetos fruto do processo de trabalho, adaptados conscientemente pela ação humana e para as necessidades humanas. Nas palavras de Marx:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumento de trabalho. [...]. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. (2011b, p. 214).

Para Marx (2006) nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, é uma atividade livre, consciente que constitui o caráter genérico do homem, diferenciando-se assim dos demais animais. Pode querer diferenciar os homens pelo que se queira, mas, é na atividade vital, na forma metabólica de ação sobre a natureza que fica evidenciada essa diferença e, somente com essa atividade vital qualitativamente superior é possível constatar essa diferença e, portanto, o trabalho não só produz um novo ser, como torna-se o modelo para as demais atividades e práxis sociais que, assim como o trabalho, são essencialmente humanas. O homem se diferencia dos demais seres da natureza pela forma como produz sua existência vinculada ao trabalho.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece o resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2011b, p. 212).

Como é evidente nas palavras de Marx, a atividade vital de transformação da natureza pelos demais animais, não parte idealmente deles, não estão livres para escolher o que é mais necessário dentre as necessidades.

O animal identifica-se prontamente com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz a atividade vital seu objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida. Ela não é uma deliberação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais (MARX, 2006, p. 116).

Os animais produzem basicamente o necessário para sua sobrevivência e de seus filhotes, produz em uma única direção, sobre a dominação de sua necessidade física imediata, o animal se reproduz individualmente, seu produto pertence ao seu corpo físico, produzindo e construindo de acordo e determinado pelo padrão de sua espécie (MARX, 2006).

Engels (1986) evidencia que mesmo o macaco mais desenvolvido que conseguiu empunhar com sua mão um pedaço de material para defender-se de inimigos e jogar pedras e frutas com essa mesma intenção, contudo nunca foi capaz de transformar a natureza criando algo não existente, ou seja, um produto exclusivo da atividade vital humana. “Nenhum macaco conseguiu, por exemplo, construir um machado de pedra por mais rudimentar que fosse” (p. 21), somente o homem em metabolismo com a natureza cria esse objeto não existente na natureza. Existia pedra, cipó, madeira, mas o homem transforma esses elementos naturais em um produto social novo, o machado de pedra, que por mais simples e rudimentar que seja, abre possibilidades novas para o desenvolvimento do ser social.

O ser social, determinado pelos elementos sócio-históricos, conseguiu chegar a um processo produtivo de um excedente que triplica a quantidade de alimentos que possibilita a sobrevivência de sete bilhões de pessoas – mesmo que mais de 820 milhões de pessoas continuam com fome atualmente, como evidenciado no último relatório sobre a fome produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019²⁷, e com uma renda familiar que coloca em xeque a capacidade de reprodução da existência²⁸. Produz universalmente, quando se encontra livre das necessidades físicas imediatas e, portanto, a produção humana está verdadeiramente da condição de afastamento nas barreiras naturais. Seu produto não só lhe pertence, pertence e é apropriado pelo conjunto do gênero humano – mediante a relação entre as classes sociais, como é o caso da

²⁷After decades of steady decline, the trend in world hunger – as measured by the prevalence of undernourishment – reverted in 2015, remaining virtually unchanged in the past three years at a level slightly below 11 percent. Meanwhile, the number of people who suffer from hunger has slowly increased. As a result, more than 820 million people in the world are still hungry today, underscoring the immense challenge of achieving the Zero Hunger target by 2030. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, FAO).

²⁸ Atualmente cerca de 1,2 bilhão de seres humanos mantêm sua vida com uma renda diária de menos de 1,25 dólar e, segundo critérios do Banco Mundial, vivem em “extrema pobreza” (ZINGLER, 2013).

sociabilidade capitalista. Não se limita a padrões de sua espécie, constrói controlando as leis da natureza, mas sobre um olhar estético. Assim, o ser natural, salta a um patamar de ser social e passa a ser quantitativamente e qualitativamente superior aos demais animais.

Contudo, para que possamos compreender bem a relação trabalho e corpo, precisamos examinar de forma cautelosa e minuciosa dois elementos contidos no trabalho, a saber, teleologia e causalidade.

Segundo Lukács (2013), a teleologia é uma categoria essencialmente posta na qual todo processo teleológico implica pôr um fim, uma consciência que põe finais. Em outras palavras, a teleologia implica necessariamente a objetivação de uma previa-ideação à luz de uma finalidade.

Enquanto a causalidade possui como princípio o auto movimento, que mesmo depois de uma ação consciente, continua sobre esse mesmo caráter. Mesmo com ação do trabalho, cria novas ações na natureza, essa natureza, continua um auto movimento na qual as consequências do pôr não podem ser controladas pelo sujeito que realizou o pôr.

A ação corpórea no processo de trabalho, previamente idealizada, com uma finalidade estabelecida e posteriormente objetivada, não garante por si só o sucesso dessa ação. Isso, pois o homem ao realizar essa ação, ao entrar em metabolismo com a natureza, não controla todos os determinantes, predominantemente a cadeia de processos causais existentes na natureza, que se regulam pelo próprio auto movimento e pelos determinantes puramente naturais dos seres orgânicos que estão na natureza. Nesse sentido e respectivamente, o pôr objetivado sempre encontra nas suas relações a causalidade da própria natureza. Com o desenvolvimento cada vez maior, com a incessante produção do novo, com aparecimento de inúmeros outros complexos sociais, a ação teleológica esbara também em ações teleológicas de outros indivíduos, que por sua vez, mantiveram um curso de auto movimento depois do pôr, ou seja, uma causalidade fundada no próprio ato do pôr, assim, a própria causalidade passa a ter um caráter posto. Esse entrelaçamento – processo de trabalho – possui como produto final, um objeto unitariamente homogêneo, fruto, portanto, da indissociável relação teleologia e causalidade – produto do trabalho.

Desse modo, as mudanças nas categorias naturais, só podem ser existentes na materialidade da vida cotidiana, quando estas tornam-se, ontologicamente, postas. Esse caráter, evidencia a subordinação que passa a ter os elementos da natureza ao pôr teleológico. Em outras palavras:

[...] a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas em sentido ontológico – tornam-se postas; esse caráter de terem sido postas é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico determinante, [...] ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo. (LUKÁCS, 2013, p. 55).

Essas duas categorias são necessariamente opostas, contudo, apenas no interior de um processo unitário e indissociável. Nessa oposição que torna o trabalho uma unidade do diverso, síntese do pôr teleológico e da causalidade da natureza ou mesmo quando essa categoria assume essencialmente o caráter de ser posta.

[...] como em Marx, a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, estas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta. (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Nesse sentido, o trabalho é uma unidade entre os opostos. É ao mesmo tempo os atos do pensamento e sua objetivação (pôr teleológico) e os nexos causais desses atos, assim como a própria natureza (causalidade posta/data). Através disso, os homens no processo de pôr fim, se utilizam de meios adequados para essa efetivação, no qual são puramente sociais, produção histórica dos homens históricos forjados particularmente por circunstâncias sociais das relações sociais. Nesse sentido, “não há dúvida que o momento social não pode deixar de ser o momento predominante” (LUKÁCS, 2013, p. 58).

Lukács (2013) afirma que a compreensão de trabalho como unidade do diverso já estava clara em Aristóteles, que compreende o trabalho como dois momentos distintos, a saber: o pensar (nóesis) e o produzir (poíesis). O primeiro momento é a finalidade da ação, seu planejamento e a busca pelos meios de realizar o segundo. O segundo é o ato de objetivação, o fim posto, realização do primeiro.

Nos termos de Aristóteles (2002), em seu livro intitulado *Metafísica, livro Z (sétimo)*, adverte que tudo que se gera, é gerado pela natureza, pela arte ou pelo acaso. Pela natureza são geradas as substâncias, ou seja, tudo que provém da natureza, como as plantas. As gerações das coisas geradas segundo a natureza são as produções, que ocorrem ou por obra da arte, ou por obra de uma faculdade ou obra do pensamento. Ou seja, na natureza já estão contidas as potencialidades dessa matéria, que pode vir a ser ou não potencializada. E são caracterizadas em dois distintos momentos, nas palavras do grego: “nas gerações e nos movimentos existem dois momentos: o primeiro é dado pelo pensamento, o segundo pela produção; o pensamento parte do princípio da forma, enquanto a produção parte do último termo a qual chega o pensamento” (p, 163).

Segundo Lukács (2013), Nicolai Hartmann torna mais concreta a reflexão de Aristóteles ao dividir o pensar. Ou seja, o primeiro componente em dois atos, o pôr do fim e as investigações dos meios. Para o filósofo húngaro, essa divisão é de máxima importância para a compreensão do processo de trabalho, especialmente nos termos da ontologia do ser social. É nesse momento que “se revela a inesperável ligação daquelas categorias, causalidade e teleologia, em si mesmas opostas e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente” (LUKÁCS, 2013, p. 53-54).

Nessa perspectiva, as investigações dos meios devem ter como ponto de partida o conhecimento objetivo da realidade que possa levar esses processos ao pôr fim. Contudo, o conhecimento da realidade, a investigação dos meios não produz nada de novo enquanto a realidade permanecer como antes do processo de investigação. Nesse sentido, as investigações devem conduzir e desencadear possibilidades para pôr em movimento ações que se efetivem a um fim teleologicamente posto.

Esse movimento Lukács (2013, p. 54) caracteriza como uma dupla função da investigação dos meios, sendo que:

[...] de um lado evidencia aquilo que se governa os objetos em questão, independentemente de toda a consciência; de outro, descobre neles aquelas novas conexões, aquelas novas possibilidades de funções através do cujo pôr-em-movimento tornam efetivo o fim teleologicamente posto.

A ação por uma faculdade ou pelo pensamento, como afirmou Aristóteles, só pode partir do movimento do real. Nesse sentido, as potencialidades da matéria já devem existir para o pôr fim ser, primeiramente pensado e posteriormente objetivado. Desse modo, não podemos idealizar uma práxis corporal intencional não ligada ao trabalho, sendo que é com o trabalho que o ser social se afasta das estreitas limitações da natureza. “O trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 61).

Essa explicação fica evidente quando Lukács (2013) afirma que sem uma ação intencional a pedra jamais tornar-se-ia faca ou machado. Essa afirmação só é possível pela inexistência de indícios que a pedra tenha a intenção de ser usada como faca ou como machado. Essa função da pedra só existe quando um ato teleológico posto faz a pedra adquirir a função de torna-se uma faca ou um machado. A produção do mais primitivo machado de pedra é a prova cabal, no plano ontológico, no qual esse ser está em um estágio superior aos demais seres da natureza. O trabalho é, pois, a atividade vital para o homem, na qual a vida produtiva. Ou seja, um eterno *ad infinitum* metabolismo com a natureza para manter-se vivo dia após dia.

O ser social não só transforma a natureza, transforma conscientemente a natureza, ou seja, a consciência impulsiona tal ato, pondo em movimento suas capacidades físicas e espirituais e, portando, seu corpo. “Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho” (MARX, 2011b, p. 212).

Em síntese, somente o ser social consegue pôr finalidade ao que planeja idealmente e somente no ser social é possível saber que houve essa intencionalidade. Como consequência, a consciência humana, com o metabolismo com a natureza, deixa de ser, ontologicamente, um epifenômeno (LUKÁCS, 2013).

Luria (2007), a esse respeito, evidencia a falsa afirmação que a consciência humana são percepções dos órgãos sensoriais. Categoricamente, o autor afirma que o órgão, na qual a consciência se desenvolve e, portanto, o cérebro, é incapaz de sentir sensações em seus processos fisiológicos, em regra, sequer são percebidos, assim como não são percebidos os processos que ocorrem

nos receptores [nos neurônios receptores, que se comunicam através de sinais elétricos – sinapse]. Ou seja:

Não são os processos internos nas estruturas receptoras que se refletem na consciência, mas é o mundo exterior que sempre se reflete. Está é a razão pela qual a consciência, como um reflexo da realidade objetiva, tem uma função biológica essencial, habilitando o organismo a encontrar seus propósitos, a analisar a informação que chega a ele e armazenar seus traços. (LURIA, 2017, p. 195-196).

Por essa razão, é a materialidade objetiva e concreta das relações essencialmente humanas e, portanto, relações mediadas pelos diferentes complexos sociais, que ativa a esteira dos nexos e das funções biológicas da funcionalidade do ser social. As sinapses não acontecem findadas nelas mesmas, “não existe uma consciência autônoma” (FERNANDES, 2021, p. 143). Pelo contrário, só pode existir impulsionada pela materialidade objetiva, capturada pelos órgãos dos sentidos e refletidas na consciência do ser social, o mais elevado reflexo da realidade.

Alinhando-se com pensamento de Marx e Lênin, a psicologia soviética sustenta que **a consciência é a forma mais elevada de reflexo da realidade**: ela não é dada a *priori*, nem é imutável e passiva, mas sim **formada pela atividade e usada pelos homens para orientá-los no ambiente, não apenas adaptando-se a certas condições, mas também se reestruturando**. (LURIA, 1994, p. 23, *itálicos do autor, negritos nossos*)

Para Marx, a consciência é tardia, como fica claro e evidenciado por Luria. Mas como produto tardio, a consciência não passa a ser um produto de menor valor no plano ontológico. Apenas uma constatação de quem possui a prioridade ontológica da realidade, e quem se aparece como reflexo dela.

É somente no trabalho, como protoforma para os demais complexos sociais, que a consciência rompe a barreira da simples adaptação ao ambiente e, portanto, da determinação biológica, para executar modificações na própria natureza, inconcebíveis e inexistentes no animal. Do ponto de vista ontológico, quando a consciência exprime transformações, impulsiona tal processo, ela deixa de ser um epifenômeno (LUKÁCS, 2013). Passa a ser um produto social, formulador de conceitos no quais pode saber as propriedades das coisas por essas formulações e não sendo necessária captar somente através dos sentidos, e “só podem ser encontradas e demonstradas na práxis” (2013, p. 64).

Na esteira de Marx, Fromm, escritor da tradição marxista, na obra *O conceito marxista de homem* ao utilizar os escritos de Marx, afirma que “os sentidos do homem, por se tratar de sentidos animais grosseiros, têm somente um significado restrito” (FROMM, 1962, p. 40).

Em outras palavras, os sentidos humanos só podem ser formados pelos objetos externos, confirmação, portanto, da produção de faculdades do indivíduo, que, segundo o autor, não são produtos apenas dos cinco sentidos, mas também dos sentidos espirituais (FROMM, 1996). Este, por sua vez, produto da consciência humana e, portanto, produto das relações históricas de produção da existência, evidenciadas na práxis.

Não é necessário chegar perto de uma fogueira para saber que ao seu redor a temperatura está quente, muito menos colocar a mão no fogo para saber que queima. Não precisa beber ou tocar na garrafa de cerveja recém-tirada do congelador, comumente chamada de véu de noiva, para saber que está gelada, ao passo que o ser biológico só pode captar as propriedades através do sentido, nestes dois casos, pelo tato.

Assim, o ser social, diferentemente dos animais, consegue se distanciar do objeto. “Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e ao mesmo tempo a base para o modo de existência especificamente humano” (LUKÁCS, 2013, p. 65).

Esse distanciamento necessário, entre sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, aparece ao passo em que o homem confronta o seu ambiente. Precisa realizar uma abstração da realidade concreta, transformando-a numa realidade consciente, ou seja, em um espelhamento da realidade objetiva, na consciência do ser social, tornando esse espelhamento da realidade, uma reprodução ideal. Para o revolucionário húngaro, uma realidade reproduzida na consciência e, como tal, “coagulando-se numa “realidade” própria da consciência” (2013, p. 65).

Sobre a realidade produzida na consciência, Lukács (2013) nos adverte que se trata apenas de uma forma de objetivação do real na cabeça do ser social, ou seja, em um espelhamento, que nasce uma nova forma de objetivação, contudo não nasce uma nova realidade. Exatamente por esses motivos, que jamais o produto da consciência se identifica prontamente com a realidade objetivada. Diz Lukács (2013, p. 68): “no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos

heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência”.

A produção humana mediata pela ação metabólica com a natureza é um ato posto. Um ato que só é possível pelo distanciamento entre o ser e o seu espelhamento na consciência. É por meios dessa relação dual, que o homem deixa as determinações biológicas da esfera do ser social e seus resultados acontecem sempre nos complexos sociais, determinadas pelos pores de finalidade que possui sua gênese no trabalho.

A consciência assim é resultante da atividade vital humana da ação corporal metabólica entre homem e natureza, ou seja, do trabalho. Mas não é mera adaptação ao processo de reprodução social, assim, o resultado das reproduções, “jamais possam ser cópias quase fotográficas, mecanicamente fiéis da realidade” (2013, p. 67). É fundada por ele ao passo em que o orienta em sua própria ação. A consciência é produto dessa atividade e, dialeticamente o orienta em suas finalidades, ao passo que espelha a realidade, se apresenta com um caráter de possibilidade.

Nesse sentido, o espelhamento tem uma natureza peculiar contraditória: por um lado, ele é exato oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é espelhamento, não é ser; por outro lado, e ao mesmo tempo, é veículo através do qual surgem novas objetividades no ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto. Desde modo, a consciência que espelha a realidade adquire o caráter de possibilidade. (Ibid, 2013, p. 67).

Evidentemente que o trabalho se desenvolve e manifesta-se de forma diferente em formações sociais diferentes. Isso porque ao atender as primeiras necessidades, o homem cria novas necessidades e, conseguinte, precisam de novas formas de intercâmbio com a natureza. Desse modo, o “trabalho humano mede-se pelo dispêndio de força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (MARX, 2011b, p. 66).

Nesse sentido, a realização do processo de trabalho, ou seja, objetivação da atividade vital do ser social se solidifica, como resultado do espelhamento, enquanto uma práxis e estruturada em termo de escolhas entre alternativas historicamente postas, num processo ininterrupto de uma cadeia de nexos causais e de alternativas sempre novas, produzindo causalidades cada vez mais postas.

Está contida nas capacidades presentes no próprio corpo do trabalhador, ou seja, presentes no seu organismo, enquanto potencialidade que pode vir ou não a se desenvolver e objetivar. Em outras palavras, a realização do processo de trabalho é a efetivação de uma força contida no trabalhador a qual Marx a chama de força de trabalho que ele compreende como sendo uma unidade indissociável entre corpo e mente. Em seus termos:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o **conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano**, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. (MARX, 2011b, p. 197, **grifos nossos**).

O trabalho é, assim, uma ação corporal – atividade atlética – na qual “sua capacidade de trabalho tenha exigido determinada quantidade de meios de subsistência para sua produção e continue a exigí-los para a reprodução” (MARX, 2011b, p. 204), teleológica – intencional, consciente, lúcidas, com finalidades previamente definidas – sobre uma cadeia de nexos causais – postas e dadas, que servem de protoforma para o desenvolvimento, em escala cada vez mais ampliada, de práticas corporais não limitadas ao processo de trabalho e, portanto, com uma relativa autonomia.

4 GÊNESE ONTOLÓGICA DO COMPLEXO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA: O PAPEL DO CORPO NA REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL

Compreender as práxis corporais como autônomas só é possível quando compreendemos a sua íntima relação de dependência com o processo de trabalho. Por motivos ontológicos, no qual o trabalho é o modelo de todas as práxis sociais. Nesse sentido, assim como no trabalho, as práxis corporais são produto de uma unidade corpo e consciência que só pode existir como ato posto entre alternativas postas.

Toda práxis social, se considerarmos o trabalho como seu modelo, contém em si esse caráter contraditório. Por um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação [sic]. (LUKÁCS, 1969, p. 07).

Ou seja, compreender o que é o complexo social da educação física e suas práticas corporais autônomas pressupõe o intercâmbio com sua base material de existência e, portanto, continuidade do processo histórico de um suceder-se de gerações, dependendo cada vez mais das atividades já desenvolvidas.

O homem, mediante atividade vital do trabalho, entra em metabolismo com a natureza, agindo sobre ela, transformando-a, ao passo que também se transforma nessa relação. Ao final do processo, nem a natureza e nem o homem são os mesmos do início da relação.

O próprio processo de controle da natureza afasta o homem das necessidades e barreiras biológicas, mas, não de forma imediata. Necessitou-se de um longo período de produção de práticas corporais diárias ligadas à pesca, caça e à luta pela sobrevivência para o homem conseguir utilizar essas práticas fora da relação imediata de intercâmbio com a natureza. Desenvolveu-se essas práticas com sentidos e significados antes não existentes, e que passam cada vez mais a serem determinadas pela forma de organização social.

Naturalmente, a produção somente para saciar as necessidades e desejos diários condiciona o homem a uma relação diária com a natureza, produzindo sua existência e sua reprodução enquanto gênero humano na escassez

da alimentação e de forma diária e imediata. Assim, somente com uma produção que excedeu os limites diários abriu-se a possibilidade, existente em potencial, para o desenvolvimento de práticas corporais, baseadas no processo de trabalho. Isso implica dizer que o ser social não é produto de um simples ato aleatório, mas uma produção social e histórica.

Do ponto de vista ontológico, a práxis, atividade exclusivamente humana, realiza-se à medida que pelo trabalho o homem se livra das determinações naturais. A partir desse salto, a atividade humana se orienta de forma cada vez mais decisiva para a constituição das categorias (BARBOSA; RABELO; JIMENEZ, 2018, p. 101).

Ou seja, com o processo de trabalho enquanto protoforma, orienta e cria as possibilidades para o desenvolvimento de práxis humanas cada vez mais autônomas à produção material da existência e, portanto, afastadas das barreiras naturais do intercâmbio material entre homem *versus* natureza, sendo uma prática social e direcionada pelo intercâmbio da relação homem *versus* homem.

O homem começa a desenvolver-se cada vez mais em escala ampliada, tão logo consegue saciar suas necessidades imediatas. Comer e beber, vestir e morar são necessidades que precisam ser saciadas para deixar o homem em condições de desenvolver outras atividades que, mesmo dependendo dessa primeira, estão relativamente autônomas e conseguem desenvolver-se como complexos puramente sociais.

[...] até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com as partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos os processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações. (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Com o salto ontológico estabelecido, o homem não fica simplesmente numa relação metabólica com a natureza. Ele está livre para produzir algo novo, de forma relativa, possui autonomia nos seus diferentes complexos sociais parciais. O ser social está pronto para, fora da esfera de produção, desenvolver capacidades corporais novas, mas que, em última instância, estão condicionadas à práxis

originária e fundante. Isso porque a reprodução social possui, em seu momento predominante, a reprodução da totalidade social e do ser que a produz.

O ser social se reproduz sobre a base irrevogável do ser da natureza. Se manter vivo é manter vivo as condições e características biológicas desse fato ontológico fundamental do ser social. Mas apenas como um momento, ou seja, com o momento predominante, pois todas as demais ações humanas são transformadoras, até mesmo das formas de reprodução biológica (LUKÁCS, 2013).

A esse respeito, Moraes (2007, p. 98) nos esclarece que:

[...] o elemento insuprimível de existência dos indivíduos reais é a reprodução biológica, fisiológica, enfim, a reprodução de seu corpo – a *naturalidade*, da qual cada exemplar da espécie humana herda uma individualidade biológica com seus atributos e carecimentos; indivíduos que pelo *trabalho*, intercâmbio ineliminável do homem com a natureza, e em sociedade, ou seja, só no encontro com outros indivíduos – *atividade vital consciente* e essencialmente *genérica*, rompem com os limites naturais de sua existência.

Como evidencia a autora, o trabalho rompe a naturalidade do corpo meramente biológico. Naturalidade sempre necessária, pois o ser da natureza está na base do desenvolvimento do ser social. Contudo, o trabalho, ao romper a naturalidade do corpo, ou seja, reproduzir o corpo do ser social, essa naturalidade passa a ser também social, como todo produto do trabalho. Se nos primeiros estágios do desenvolvimento humano, a germe do trabalho, coagia o corpo dentro dos limites biológicos de sobrevivência, o trabalho efetivamente posto, enquanto categoria de mediação e essencialmente humana-social, o corpo é produzido e produtor da ação corporal consciente e intencional na transformação da natureza.

Nesse sentido, a reprodução do ser social só pode acontecer e só podemos ter clareza desse acontecimento quando compreendemos que tal reprodução acontece, por um lado, pelo fundamento irrevogável do ser biológico que está na base do desenvolvimento do ser social, e por outro, que a reprodução é produto da atividade humana e, como já vimos, é produto da uma atividade corporal intencional. Lukács nos esclarece em seus termos:

[...] por um lado, ter conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num estorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana. (2013, p. 171).

Assim, o ser social fica afastado cada vez mais na relação que o coloca frente a frente com a natureza. A forma de se manter vivo diariamente e, portanto, a forma de se reproduzir socialmente, é cada vez mais autocriada através de suas práxis sociais, e, cada vez menos, como encontrada na natureza. Ou seja, o homem, enquanto ser social, se reproduz e se desenvolve com uma ação corporal teleologicamente posta, e cada vez mais com causalidades postas. Logo, causalidades que também são produtos de intencionalidades e não meramente fenômenos naturais de causalidades dadas.

O pôr teleológico é a força motriz que determina a existência do ser social e é ao mesmo tempo o motivo decisivo da diferença entre as esferas do ser. Portanto, “A prioridade ontológica dessas forças motrizes especificamente sociais pode ser evidenciada em toda parte no processo de reprodução” (LUKÁCS, 2013, p. 172). Nesse sentido, pode ser evidenciado no desenvolvimento das práxis corporais relativamente autônomas e ontologicamente dependentes da relação com a natureza.

Com um baixo desenvolvimento das forças produtivas, o arcabouço de ações corporais era, por conseguinte, baixo. Como os primórdios do *Homo* foram coletores e caçadores, o desenvolvimento de práxis corporal estava intimamente ligado à atividade da caça. Já com o desenvolvimento da agricultura, colocou esse *Homo* sobre nova roupagem. O ser social desenvolveu técnicas do arado de terra, de colheita, em suma, de atividades corporais novas, sempre mediadas pelo processo de trabalho.

As técnicas do corpo historicamente produzido estão, então, em seu germe, essencialmente ligadas à processualidade do trabalho, da transformação ininterrupta da natureza. São técnicas de uso atual.

A educação física nasce, em germe, ao mesmo tempo em que a sociedade humana é constituída; é apenas apropriado ao homem. A transmissão da experiência técnica motora de uma geração para outra é *conditio sine qua non* da existência da própria sociedade, sendo a educação física, em germe, orientada, em regra, para a disponibilidade para o trabalho, principalmente para a caça e a agricultura.

Mas a potência de se realizar novos processos já estava posta. Fora do trabalho, o ser social já era possível desenvolver jogos, competitivos ou não, que

possuíam como referência o trabalho, mas não era mais trabalho. Correr, saltar, arremessar, lançar, elementos corporais que de forma direta ou indireta estavam contidos no processo de produção da existência, puderam ser alçadas ao patamar de práxis corporal, social e histórica que, em última instância, o conjunto de produção humana, como é o caso dos elementos corporais, interagem em si e com a práxis fundante.

Fica claro que o processo de tornar-se homem do homem não é um acontecer aleatório. O que não significa dizer que seja determinado aprioristicamente. É uma processualidade que, tendo como fundante o trabalho, vai se pondo sob forma de um complexo de complexos, ou seja, de um conjunto de dimensões que interagem entre si e com a dimensão fundante. (TONET, 2019, p. 46).

O movimento de lançar é o movimento de lançar, mas o homem que lança para acertar uma fera e poder se alimentar é diferente do homem que lança para alcançar um recorde. Assim, fica evidente, como afirma Lukács (2013), a clara e expressa dupla determinação do ser social. A primeira é seu caráter irrevogável de ser o ser da natureza, da ação corporal como satisfação da sua necessidade e, ao mesmo tempo, todas as formas concretas da última, são produtos do desenvolvimento social.

Nesse sentido, é sobre esse entendimento de que o afastamento das barreiras biológicas para o desenvolvimento de práxis corporais cada vez mais autônomas que compreendemos a gênese ontológica da educação física. E a temos também como complexo social, fundado e partícipe no próprio ato de produção do ser social. Um ser com exigências complexas que não podem ser solucionadas no âmbito puro da relação homem *versus* natureza. Portanto, é necessário o desenvolvimento de complexos sociais autônomos para dar ritmo a trilha sonora da processualidade do desenvolvimento do ser social.

A partir do trabalho, e como exigência da complexificação do ser social, surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com a função própria na reprodução do ser social. E, enfim, da análise do trabalho decorre, naturalmente, a constatação de que o homem é um ser radicalmente histórico. (TONET, 2019, p. 46).

Por conseguinte, a busca de uma gênese ontológica da educação física não pode estar deslocada da compreensão da função social da educação física no processo de reprodução social, pois é desde modo, que se originam as categorias

fundamentais e como estas se estruturam e se desenvolve na dinâmica social real, portanto, é o próprio movimento real que está à resposta para o que é educação física, um produto histórico que não possui uma essência *a priori*.

Mas esse complexo passa a ser compreendido separado da relação material, desenvolvendo-se à luz de uma falsa dicotomia entre corpo e consciência. Falsa dicotomia causada pelo próprio afastamento das barreiras naturais. Esse recuo das barreiras naturais, ou seja, um afastamento e jamais uma eliminação do ser biológico, não pode ser compreendida como sendo o homem uma constituição dual.

Ao passar do desenvolvimento humano, e esse longo período de adaptação biológica para o salto qualitativamente superior, que eleva o homem para um novo patamar de ser, a saber: o ser social, os homens se tornam habituados a explicar seus atos, como pura determinação da consciência, visto que a criação das coisas se dá a partir de um ato do cérebro, assim, nos deparamos com umas das problemáticas do estudo, a dicotomia entre corpo e consciência presente no entendimento do que é educação física.

Problemática que só pode ser compreendida na relação que dá forma aos complexos sociais. Uma unidade indissociável entre teleologia e causalidade que necessita ser posta. Pelo motivo de toda e qualquer ação humana ser um ato teleológico posto, sem a compreensão desses elementos como frutos de uma unidade, cria-se uma separação entre corpo e mente que passam a ser entendidos como partes possíveis de serem compreendidas de forma isolada.

A coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e práxis, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação. (LUKÁCS, 2013, p. 90).

Somente no trabalho, protoforma para as demais práxis sociais, já estão contidos *in nunc* os fundamentos basilares para o desenvolvimento dos demais complexos sociais. Ou seja, não se pode confundir o trabalho com as práxis sociais fundadas por ele. Diz Lukács:

Mais importante, porém, é deixar claro o que distingue o trabalho nesse sentido das formas mais desenvolvidas da práxis social. Nesse sentido originário e mais restrito, o trabalho é um processo

entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Assim, quando ensinamos as técnicas corporais para o desenvolvimento de qualquer práxis corporal, essa ação é mediada pela relação homens *versus* homens, mesmo que o treinamento seja realizado com a finalidade de transformar a natureza orgânica do homem, essa ação não é trabalho. Isso porque o que se transforma é o gesto motor do movimento e sua cadeia de nexos causais que expressam sentido e significado aquele movimento.

Destarte, a educação física em germe é uma exigência da própria complexidade do ser social em sua processualidade do desenvolvimento histórico e de sua reprodução enquanto ser social. Como afirma Moraes (2007), a naturalidade [o corpo] é modificada pela atividade consciente, em embora seja uma barreira intransponível, é progressivamente mediada pelas atividades humana.

Nesse sentido, a ação corporal consciente modifica o próprio corpo do ser social, sua naturalidade. Ou seja, a educação física e as capacidades corporais são inerentes ao complexo do ser social e só podem ser compreendidas neles por meio das funções que exprime no interior desse complexo social no qual possui como momento predominante o trabalho, a mediação ininterrupta com a natureza.

4.1 A educação física enquanto complexo do ser social: a busca por uma compreensão de corpo onto-materialista da história

A educação física é um dos complexos sociais fundados no trabalho e partícipe dele. Não existe trabalho sem o controle das capacidades corporais. Mas, como todo e qualquer outro complexo social, a educação física se desenvolve com certa autonomia, constitui assim uma estrutura própria em relação à totalidade social (MELLO, 2014). A respeito disso, Luckács (2013) reflete:

[...] uma vez em cada pôr teleológico põe em movimento cadeias causais mais numerosas e diversas que aquelas conscientemente intencionadas no próprio pôr, essa síntese que se tornou social vai além de todos os pores singulares, realizando – em termos genericamente objetivos – mais do que estava contido neles. (LUKÁCS, 2013, p. 174).

A cada novo pôr não se sabe a cadeia de nexos causais e, portanto, de causalidades postas produzidas pelo ser social, mas podemos afirmar que as potencialidades e as complexibilidades desses novos pores já se fazem presentes. Seja a utilização do enriquecimento do urânio para gerar energia e como potência pode se tornar – se tornou – uma bomba nuclear, ou o desenvolvimento do drible elástico no futebol, realizado pela primeira vez na década de 1960²⁹, e de lá para cá aperfeiçoado e realizado até mesmo de forma diferente, invertido.

A relação homem *versus* natureza é, desde sempre, uma ação corporal. O que demonstra que o trabalho é, portanto, a práxis corporal fundante, teleológica, objetivada. “Assim, o *dever-ser* exige que o homem controle seu próprio corpo, domine-o para poder utilizá-lo em conformidade com o fim posto, uma vez que sua ação não se dá sem um pôr teleológico” (LIMA, 2009, p. 41). O corpo, nesse entendimento, é a expressão da vida do ser social que no processo de trabalho comprova a não separação entre atividade corporal e mental. Nos termos dos materialistas:

[...] a troca é fundamentalmente entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho daqueles é trocado pelos produtos desta última; [...] é suficiente o entendimento médio dos homens, a atividade corporal e a espiritual ainda estão de forma alguma separadas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 51)

Ou seja, a produção da existência humana, os pressupostos reais dos quais partimos, estão centrados na atividade de produção da existência do ser social, que não é outra coisa senão uma práxis corporal, sua própria ação comprovada, segundo Marx e Engels (2007), por vias puramente empíricas. “O primeiro fato a constatar é, pois, a **organização corporal desses indivíduos** e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, **negritos nossos**).

Em concordância com a supracitada passagem da obra *Ideologia Alemã*, podemos afirmar que o corpo é a própria expressão da vida do indivíduo. É a prova

²⁹ Brasileiro, filho de imigrantes de japoneses, Sérgio Echigo, realizou em um treino um movimento com a bola de dribla o adversário, que posteriormente foi chamado de drible elástico. Foi aperfeiçoado pelo jogador Rivelino, jogador com maior habilidade para executar o movimento criado pelo seu companheiro de time.

cabal do primeiro pressuposto de toda a história, a existência de indivíduos vivos que só podem ser distinguidos por sua capacidade material de produzir sua existência.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, *itálicos dos autores*).

O corpo, portanto, não é mero produto do trabalho. É também produto do trabalho, assim como partícipe e produtor da ação corporal necessário no ato do trabalho. O trabalho só existe pela organização corporal ao passo em que é a necessidade de realizar esse trabalho. Ou seja, são as condições materiais de produção que tornam possível essa organização corporal.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. [...]. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

O trabalho é a produção dos meios de vida, ao passo em que a organização corporal é a própria constituição dos meios de vida. O corpo, como alerta Marx e Engels, não pode ser compreendido somente pelos aspectos físicos do indivíduo, sendo, portanto, uma unidade indissociável entre as capacidades físicas e intelectuais do homem, ou seja, a consciência.

Nesse sentido, a consciência humana não está deslocada de sua atividade material, pelo contrário, só pode existir como representação ideal da materialidade. Destarte, entendemos que a consciência é um desdobramento do distanciamento sujeito/objeto que surge no processo metabólico de transformação consciente da natureza. A consciência humana está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo (MELLO, 2014, p. 70).

No processo de inter-relação, ao surgir o distanciamento entre o sujeito e o objeto, entre o objeto e seu conceito, é que se constrói a consciência. Ela é um desdobramento do distanciamento entre

sujeito e objeto ocorrido no salto ontológico a partir do trabalho. (MELLO, 2014, p. 69).

É a reprodução biológica do corpo do ser social que torna possível a consciência. Somente os homens, a partir do seu salto ontológico, possuem consciência, não meramente pela reprodução biológica, pois essa reprodução os animais também o fazem, mas, pela transformação consciente da natureza para suprir suas necessidades. Tais assertivas da autora vão de encontro com as formulações de Marx e recuperadas por Lukács.

Esse domínio da consciência sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma condição elementar do trabalho mais primitivo, e por isso não pode deixar de marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma atitude qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea em relação à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho. (LUKÁCS, s.n, p. 49)

O ato do pensar necessita de substâncias externas ao nosso corpo, precisa do desenvolvimento biológico do nosso corpo, necessita atender as necessidades fisiológicas. O ato de pensar pressupõe múltiplas sinapses realizadas pelos neurônios, múltiplas comunicações celulares, processos metabólicos do funcionamento biológico do nosso corpo. Para o funcionamento desse corpo, são necessários elementos que não são produzidos pelo nosso organismo e precisamos buscar os mesmos na natureza. Logo, o ato de pensar pressupõe inúmeras sinapses controladas pelo Sistema Nervoso Central e demais sistemas do nosso corpo, que por sua vez, têm relação direta com alimentação e ingestão de proteínas, carboidratos, lipídios, entre outros. Isso de forma alguma invalida que todo esse processo só acontece permeado pelos complexos sociais. Ao contrário, a funcionalidade fisiológica do corpo só comprova a ineliminável relação que possui o ser social com o ser de sua esfera antecedente, ou seja, a esfera da natureza.

Em síntese, o afastamento das barreiras naturais, é *condito sine qua non* da esfera do ser social, pois o ser social não se limita ao trabalho. Ao passo que tendo elevado a capacidade de trabalho, está livre para desenvolver novos complexos sociais. As condições de subsistência biológicas, fisiológicas, serem inelimináveis, só demonstra q eu sobre a base do desenvolvimento da esfera do ser

social está a esfera do ser da natureza. Ou seja, as condições fisiológicas do ser biológico é a condição concreta para existência do ser social. Sobre essa compreensão, Vygotsky e Luria (1996) afirmam que o desenvolvimento humano pode ser explicado sobre três aspectos: a linha evolutiva (filogênese), o desenvolvimento do indivíduo dentro das circunstâncias históricas dadas (ontogênese) e a histórica.

Somente com o processo de desenvolvimento ontogenético do ser, possibilitado pelo salto ontológico, o indivíduo pode se apropriar historicamente da produção humana e, portanto, desenvolver sua subjetividade individual. O indivíduo, diz Marx (2006), é a manifestação do ser social, de sua própria vida e em conjunto com os demais homens são a confirmação da vida social.

A práxis corporal, desse modo, não é um mero movimento corpóreo de sair de um ponto A para um ponto B, se relaciona com a subjetividade do indivíduo. Tem a ver com a consciência, com os sentidos e significados atribuídos à práxis corporal em cada momento e com as escolhas entre alternativas historicamente postas. Todo ato corporal humano é um ato inerente ao desenvolvimento da subjetividade humana e, portanto, é um ato posto da consciência.

Nesse sentido, a consciência humana pressupõe indivíduos vivos. O ser social que não desenvolver as necessidades biológicas do seu corpo estará fadado a sucumbir. Não existe consciência morta, só existe consciência se existir corpo³⁰. Na medida em que o gênero humano reproduz sua existência biológica, reproduz também sua consciência. Enquanto só é possível uma consciência em corpos vivos, para manterem-se nessa situação – vivos –, esses corpos necessitam da consciência para, com prévias ideações exteriorizadas, objetivar os processos de transformação da natureza e de sua própria natureza humana atendendo suas necessidades mediatas ou imediatas.

O trabalho modifica, por sua própria natureza, também a natureza do homem que o realiza. A linha através da qual se efetiva este processo de mudança é dada pela posição teleológica e pela sua realização prática (...) o ponto central do processo de transformação

³⁰ É preciso dizer que, do ponto de vista ontológico, é possível a existência de um corpo sem consciência quando, por exemplo, por causa de uma doença, esta deixa de funcionar, ao passo que uma consciência sem base biológica não pode existir. Isto não contradiz o papel autônomo, dirigente e planificador da consciência nas suas relações como o corpo, pelo contrário, é o seu fundamento ontológico (LUKÁCS, s.n, p. 50).

interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. Não somente o objetivo existe na consciência antes de realiza-se praticamente, como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e controlar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. (LUKÁCS, s.n, p. 49).

Para Mello (2014), a consciência torna-se portadora das posições teleológicas da práxis e essencialmente ativa. Processo que faz com que nasça no homem a ideia equivocada de que a consciência domina o corpo, domina o homem. Limitações presentes nas próprias abordagens da educação física. Ao passo em que o confronto com o movimento do real nos coloca objetivamente a possibilidade de afirmar que a consciência nada mais é do que produto da atividade complexa humana e de todos os seus múltiplos determinantes. Sendo assim, a consciência não é autônoma ao ser, só existe como produto dele. O que é autônomo é a produção síntese das capacidades corporais e, sendo assim, produto de um ato posto da consciência.

Nessas condições, a consciência está entrelaçada com a materialidade do corpo, não existe consciência sem reprodução biológica. Nesse sentido, em nada interferem as transformações da consciência na sua necessidade ontológica com o processo vital de manutenção do corpo. Ou seja, a necessidade dos homens de estarem vivos é produzida em decorrência das condições objetivas postas. Lukács (2013) explica que a consciência vai se tornando cada vez mais autônoma nos processos de mediações, mas sempre, em última instância, continuará como reprodução do próprio homem.

Mas, embora esteja explicando a relação do complexo do ser social e do momento predominante do trabalho à consciência, podemos afirmar que essa generalização serve para os demais complexos sociais. Assim, podemos dizer que as práxis corporais, ou seja, o próprio complexo social da educação física torna-se cada vez mais autônomo ao passo em que o homem se torna progressivamente mais afastado da natureza, com a relação metabólica desse trabalho simples, abstrato, necessidade eterna em qualquer forma de organização social.

É nesse processo de trabalho, em germe, que se criam as necessidades para própria adaptação biológica. Engels (1986) afirma que mesmo a mão do

macaco antropeide mais desenvolvido e a do homem dispõem dos mesmos números de ossos e músculos, mas somente os homens foram capazes de executar centenas de operações que nenhum macaco conseguiu.

Como o desenvolvimento da história é um suceder-se de gerações, e estando as mãos livres ocasionadas pelo longo período de metabolismo com a natureza, as novas habilidades seriam transmitidas por hereditariedade e aumentariam a cada nova geração.

Essa hereditariedade continua a ser transmitida porque o ser social possui sobre sua base de desenvolvimento o ser natural. No entanto, diferente do ser natural, essa hereditariedade não é mais ocasionada pela lei de determinação biológica, como os *Homo* durante o seu processo de adaptação biológica para o salto. Assim, a cada novo processo de aperfeiçoamento da atividade corporal e mudanças nas habilidades, as capacidades corporais são colocadas em um patamar que as novas gerações se apropriam e podem até mesmo melhorar.

Segundo Engels (1986, p. 22), a transmissão hereditária e os aperfeiçoamentos nos músculos, nos ligamentos e, de forma mais lenta, nos ossos, não acontecem de forma isolada em parte do corpo, pelo contrário, com o intercâmbio com a natureza, os benefícios na mão reverberam no corpo inteiro sobre dois aspectos. Em seus termos:

Primeiro, pelos reflexos da chamada correlação do crescimento, lei descoberta por Darwin. Essa lei revela que, nos seres orgânicos [como o ser social], determinadas formas de diferentes partes do corpo estão sempre correlacionadas com outras formas de outras partes, que aparentemente nada têm a ver com as primeiras.

O intercâmbio com a natureza impulsionou o progresso e desenvolvimento do homem a cada novo domínio sobre a natureza, consolidando cada vez mais as relações sociais e a necessidade de dizer algo a alguém. Conseqüentemente, o segundo aspecto está centrado na capacidade adquirida socialmente de comunicação.

Dessa necessidade nasceu o órgão vocal que pouco a pouco, mas sem interrupção, produzia a boca e desenvolvia no mesmo ritmo o número de possíveis sons articulados (ENGELS, 1986). Não obstante, é somente com a capacidade de produção dos meios para satisfazer suas necessidades que o intercambio material com a natureza deixa de ser em germe e passar a ser o fundamento de toda a

existência do ser social. E só pode existir com uma atividade corporal intencional de produção incessantemente do novo e de novas necessidades.

Novas formas de alimentação, novas formas de satisfazer essas necessidades aparecem agora como possibilidades. Segundo Engels (1986), duas atividades corporais – aqui já como germe das práticas corporais – foram essenciais para a mudança de alimentação, antes exclusivamente vegetal, que provocaram mudanças nas capacidades de realizações de sinapse, aumento da capacidade do intelecto e fortalecimento físico, ou seja, desenvolvimento das potencialidades corporais.

Outros dois avanços na condução das atividades corporais foram dados com a ingestão de carne, colheita de madeira para produção do fogo e os cuidados e domesticação de animais, mas, mudanças corporais e modo de vida também foram contribuídos pela causalidade.

A caça e a pesca contribuíram para a modificação da alimentação, antes exclusivamente vegetal e agora mais mista. [...]. A carne, como alimentação, trouxe ao organismo, de maneira quase acabada, os ingredientes essenciais para o seu metabolismo. [...]. Do mesmo modo que a alimentação foi convertendo pouco a pouco o gato e o cão selvagens em servidores domésticos do homem, assim também o hábito de combinar a carne com a alimentação vegetal oferecia condições excelentes para fortalecer fisicamente o homem em formação e dar-lhe independência. (ENGELS, 1986, p. 28).

Mudanças climáticas, aparecimento de lugares frios, outros uniformemente quentes, outros com inverno e verão bem distintos, criaram necessidades novas para a vida em sociabilidade. Construções de casa para proteção, vestimentas para o corpo adequadas a esses padrões naturais, possibilitando também novas formas de trabalhos (ENGELS, 1986).

Quanto mais o homem se afasta das barreiras naturais, mais domina e coloca a natureza ajoelhada a seus pés. Ou seja, os objetos da natureza permanecem como tal até o momento de o homem transformá-los, potencializando as latências neles existentes³¹.

³¹ Lukács (2018) ainda adverte que os objetos da natureza vão continuar o que são. Existem independentemente da consciência do homem. E que somente com a mediação no processo de trabalho, os objetos da natureza ser postos em movimento tornando-se coisas úteis como meios de trabalho, objetos de trabalho, matérias primas.

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. (LUKÁCS, 2018, p. 286).

Segundo Engels (1986), exerce uma influência sobre a natureza para alcançar seus objetivos e finalidades previamente elaboradas. Afastados das limitações e das barreiras biológicas, os homens estão prontos para desenvolver complexos determinados ontologicamente pelo trabalho, mas com um grau relativo de autonomia.

A atividade corporal de metabolismo com a natureza e a forma de realização de intercâmbio material vai determinar, em última instância, as outras práxis sociais. Assim como as necessidades de satisfação dessas práxis vão determinar a forma de realização da atividade corporal do trabalho. Destarte, essa afirmação não pode ser conduzida por um exame laboratorial, ao contrário, só pode ser constatada com uma abstração consciente da própria prática real e concreta como elemento posto.

Nesse sentido, tendo como modelo para o desenvolvimento social a atividade corporal do trabalho como determinação recíproca, as práxis corporais vão depender cada vez mais das práxis corporais já existentes e teleologicamente postas e não mais, naturalmente operada pela causalidade, do intercâmbio imediato com a natureza e, portanto, da atividade corporal do trabalho e, cada vez mais, serão realizadas de forma autônomas, socialmente determinadas, como um produto do processo histórico.

De modo imediato, trata-se de que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e mais intenso a partir de categorias próprias, de categorias sociais. Esse aspecto do processo de reprodução, que de imediato parece ser de cunho ontológico-formal, é, contudo, ao mesmo tempo – sendo igualmente de cunho ontológico objetivo – um processo de integração das comunidades humanas singulares, o processo de realização de um gênero humano não mais mudo e, desde modo, da individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral. (LUKÁCS, 2013, p. 178, grifos nossos).

Assim, o processo de trabalho imputa a todos os complexos fundados, não somente sua crescente disseminação, mas também seu necessário

aperfeiçoamento. Seus pores teleológicos, de homens singulares se confrontam não somente ou outros homens singulares, mas com toda a totalidade social, na forma de poder social (LUKÁCS, 2013).

Ou seja, os pores teleológicos singulares do correr, saltar, lançar, em primeira instância estavam presentes no processo de mediação com a natureza, transformando a si mesmos e transformando esses próprios atos singulares em categorias sociais, importantes na realização das individualidades humanas e, por conseguinte, do próprio gênero humano. Dessa forma, a práxis corporal, mesmo possuindo autonomia relativa, sua dependência otológica ainda faz com que seus elementos sejam aperfeiçoados, assim como na categoria fundante e, confrontados com a totalidade social, influenciando e até determinando a própria práxis originária.

Destarte, essas práxis corporais cada vez mais desenvolvidas fora da mediação do trabalho são apropriadas de forma cada vez mais limitadas. A apropriação torna-se individual e não se desenvolve no patamar de totalidades para o gênero humano. Não se desenvolve numa totalidade de capacidades corporais humanas em potencial. Isso porque, a autoatividade humana existe meramente como forma de assegurar a existência.

Nessa perspectiva, todas as práxis sociais, vão se desenvolver de forma, relativamente, autônoma, ao passo em que, ontologicamente dependerá do metabolismo com a natureza. Os complexos sociais, fundados pelo trabalho, influenciam no desenvolvimento de novos trabalhos, assim, o trabalho e os complexos sociais, portanto, se inter-relacionam com uma determinação recíproca que, em última instância, o momento predominante é o trabalho, ou seja, os complexos sociais são produtos da reprodução humana.

A caça, por exemplo, possibilitou o desenvolvimento de técnicas corporais e a criação de novas ferramentas de trabalho no processo de mediação com a natureza. Contudo, essas técnicas passaram a ser utilizadas com outra finalidade, com outro sentido e significado pelos gregos. Atirar uma lança, ou mesmo acertar um determinado alvo a uma determinada distância, sem que essa atividade estivesse ligação imediata com a produção da existência, é de fato uma generalização visualizada no ato do trabalho. Assim, essa práxis corporal, é realizada de forma autônoma, sem que precise de uma necessidade imediata de metabolismo com a natureza. Por outro lado, e, em última instância, essa práxis

autônoma, depende ontologicamente do ato metabólico de transformação da natureza, isso porque, é essa a condição primeira que faz o ser social estar vivo.

Para a caça e a pesca, atividade corporal impulsionadora para desenvolvimento do ser social, ser realizada fora da esfera produtiva, pressupõe que exista um tempo livre para essa realização na qual não interfira na manutenção e reprodução do gênero humano. Em outras palavras, um desenvolvimento das forças produtivas, das capacidades do trabalho que possibilitem a produção da existência em um menor tempo do que antes. Desse modo, uma produção excedente proporcionada pelo domínio da agricultura, pela domesticação de animais e pela organização na forma de produzir, ou seja, pela divisão do trabalho.

Destarte, a divisão social do trabalho, não possibilitou apenas um afastamento das barreiras naturais, possibilitou que o processo de trabalho que não acontecia mais de forma voluntária, mas que lhe era imposto. O indivíduo passa a ser caçador, ou pescador, ou coletor, em suma, as atividades corporais passam a ser limitadas pela forma sobre a qual o trabalho está sendo dividido. Nos termos de Marx e Engels:

[...] a divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesses particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem uma vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida. (2007, p. 38).

Segundo Marx e Engels (2007), essa divisão social do trabalho ganha maior proporção quando separa o campo da cidade. Aparece a necessidade de organizações para manutenção de um controle social, como formas de administração, instituições políticas e militares. Essa divisão coloca frente a frente os diferentes produtores particulares que se relacionam mediados pelas mercadorias que produzem, independentemente de seu caráter útil.

A divisão social do trabalho faz confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coroação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses, do mesmo modo, que

no reino animal, a guerra de todos contra todos, o *bellum omnium contra omnes*, preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies. (MARX, 2011b, p. 411, *itálicos do autor*).

O afastamento das barreiras naturais foi possibilitado, em cada tempo/modo de produção, pelo trabalho escravo, pelo trabalho camponês e, na sociabilidade capitalista, pelo trabalho assalariado. Ou seja, pelo confronto de opressores e oprimidos.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e artífice, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta que acabou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta. (MARX, 2015, p. 62)³².

Não é nossa intenção discutir as práticas corporais em cada modo de produção separadamente. Nosso objetivo aqui é compreender como as práticas corporais são conduzidas a um patamar de autonomia frente à atividade corporal ligada diretamente com o processo de trabalho. Ou seja, o que nos interessa é demonstrar que a práxis da educação física, enquanto um complexo social, mesmo possuindo no trabalho uma determinação ontológica, possui um certo grau de autonomia relativa para desenvolver práxis corporais não mais ligadas à ação e a atividade corporal do ato do trabalho.

4.1.1 Trabalho e atividade corporal em diferentes modos de produção

Com o elevado metabolismo com a natureza, o ser social conduz um processo de desenvolvimento à luz da relativa autonomia dos complexos sociais. Além disso, temos um maior controle da natureza as finalidades idealmente planejadas pelo homem. Ao passo na ininterrupta relação metabólica com a natureza, o homem cria novas tarefas a serem desenvolvidas, complexificando cada vez mais o seu entono e necessitando de complexos sociais particulares para

³² Engels esclarece em uma nota de rodapé, que os escritos do *Manifesto Comunista* de 1847, ao se referir que a história de toda a sociedade é a história da luta de classe, que o termo correto, seria a história escrita até aquele momento. Pois, se comprovou na prática social e concreta, com os estudos de Morgan, por exemplo, que não existiam classes sociais e, principalmente antagônicas, nas sociedades primitivas. (MARX; ENGELS, 2015).

solucionar as problemáticas criadas pelas suas constantes transformações da natureza e de sua própria natureza. Segundo Lessa (2010, p. 71)

Tal como nos primeiros momentos do gênero humano, nas sociedades mais evoluídas o processo de diferenciação é uma resposta aos novos e mais diversificados desafios postos pelo processo de reprodução social em cada momento histórico. Ou seja, o processo de diferenciação, de desenvolvimento dos momentos de não-identidade, tem, como fundamento último, uma necessidade em si unitária: a reprodução da vida humana tornada crescentemente social.

É com essa crescente vida humana social que as atividades corporais foram produzidas com diferentes sentidos e significados. Assim, o complexo social da educação física acompanha a reprodução social do ser social. Ao passo que para a existência da reprodução social, seja necessário a reprodução biológica (física) do sujeito.

Para que os homens dominassem as técnicas de trabalho mais primitivas, como a construção de um machado de pedra, ou o domínio da agricultura, transformando os objetos da natureza em ferramentas de trabalho, era necessário um domínio de gestos e movimentos corporais melhorados, para um maior sucesso no ato das atividades corporal e de transformação da natureza.

Convertendo os objetos naturais em objetos do trabalho, em meios de trabalho, em suma, desenvolvendo em escala cada vez mais ampliada as forças produtivas, foram criadas as possibilidades de uma divisão do trabalho, ao passo que foi criado as possibilidades de exploração do trabalho do outro. O desenvolvimento social aumentou as produtividades do trabalho e começou a se produzir um excedente econômico, não mais para satisfazer às necessidades imediatas do homem e de sua comunidade, ao contrário, a produção desse excedente, possibilitou que os homens pudessem passar um tempo sem produzir, ou seja, um tempo de ócio. Concomitantemente, a própria sociedade escravocrata caracterizada pela apropriação do trabalho alheio por meio de trabalho forçado é produto desse processo de produção excedente.

Iniciaram-se nesse período primitivo, também, inúmeras sociedades guerreiras. Segundo Manacorda (2001), na época de Ramsés, houve uma formação de dirigentes e uma preparação física deles com vista a guerra, ou seja, um esforço militar.

É também a época em que o Egito, seguindo o exemplo dos asiáticos e especialmente dos mesopotâmicos, moderniza as suas técnicas de guerra (carro e cavalo, arco composto, couraça de escamas metálicas) e atribui novo prestígio às virtudes militares, das quais, naturalmente o faraó é a expressão suprema. (MANACORDA, 2001, p. 28)

Em regra, as atividades das classes subalternas estavam inseridas no processo produtivo, na mediação com a natureza. Enquanto as classes dominantes com a expressão máxima do Faraó eram de sua prerrogativa as atividades de guerra como virtudes. O tiro com arco, a corrida, a natação a corrida, além da oratória. (MANACORDA, 2001).

Segundo Manacorda (2001), o convívio com a guerra poderia trazer a morte, assim, o treinamento era um espaço separados para os adolescentes, como uma escola. A morte era uma das opções ao entrar em contato com outros povos. Os diferentes povos se opunham através da luta por mais excedente e maior dominação. A tribo vencedora do combate matava seus inimigos ou os escravizava.

Na região situada entre os rios Tigre e Eufrates estavam os sumérios, os caldeus ou babilônios e os assírios, que disputam com os egípcios a primazia histórica de terem alcançado o momento cultural denominado civilização. Ferrenhos cultores da força e da resistência física, desenvolveram denodadamente a sua formação guerreira através de um adestramento no uso do arco e flecha, na prática da equitação, na luta etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 9).

Na luta pela existência e manutenção de suas vidas, em um período de escassez, o que estava em jogo de modo imediato era a vida ou a morte. Segundo Oliveira (2004), por intermédio de Sócrates, Platão fala que a Paideia era a educação ideal para os gregos, unindo a ginástica à música. Postulava dessa forma o mais significativo dos princípios humanistas, considerando que o homem só se torna humano quando é completo.

Grécia histórica como educação através da “música” (*mousiké*) e da “ginástica” (*gymnastiké*): por música entende-se a aculturação ao patrimônio ideal, transmitido através dos hinos religiosos e militares, cantados em coros pelos jovens (naquele tempo não havia transmissão escrita, portanto o verso cantado era necessário para a memória e a prática coral para a sociedade), e por ginástica entende-se a preparação do guerreiro (MANACORDA, 2001, p. 46, *itálicos do autor*).

Em Creta e Esparta, a música e a ginástica é a base para a educação. Segundo Manacorda (2001), essa educação preparava o adolescente para a sua vida adulta como cidadão grego, preparava assim os jovens para seu futuro uso de armas e na defesa da Grécia e na ofensa à pátria alheia.

Contudo, o desenvolvimento do homem integral era para o cidadão grego, possuidor de poses, possuidor de escravos. Os exercícios atléticos eram para aristocracia guerreira que se caracterizava essencialmente por um mais alto ideal cavalheiresco e o desejo de ser sempre o melhor.

A prática de natação, equitação, caça, música, filosofia, astronomia, por uma pequena camada da sociedade grega, só é possibilitada pela prática do ócio dessa pequena parcela da sociabilidade grega. Os gregos “*Desligados do trabalho manual e do intercâmbio dos produtos, as classes superiores já eram nessa época socialmente improdutivas*” (PONCE, 2015, p. 70, *itálicos do autor*). Ou seja, os homens, cidadão gregos, não possuíam nenhuma obrigação com a mediação direta com a natureza (trabalho) e de produzirem os meios de sua existência (subsistência), assim como outras atividades necessárias para o bem-estar não diretamente ligadas a produção da riqueza social, como por exemplo preparar sua própria refeição.

Essas atividades e as que se faziam necessárias ao metabolismo com a natureza eram realizadas pelos escravos, portanto, não havia uma necessidade do melhoramento/aperfeiçoamento das técnicas de trabalho. Assim, mesmo que baixo, todo o desenvolvimento guerreiro, filosófico e intelectual na antiga Grécia era possibilitado pela forma escravista da sociabilidade grega. Sobre o modo de produção escravista Netto e Braz (2011), afirmam que as relações escravistas eram presididas pelo antagonismo entre escravos e seus proprietários, em suas palavras:

Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (o escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial. Compreende-se, pois, que no escravismo, dividida a sociedade em duas *classes sociais fundamentais* e diferenciados os demais grupos sociais, tenham surgido as primeiras formas de poder político condensadas no que se denominará *Estado*. (p. 77).

Na Grécia escravista, duas cidades-estados, Atenas e Esparta, se destacavam por seus posicionamentos antagônicos que contribuíram para o desenvolvimento social grego. Segundo Oliveira (2004), Esparta e seus ideais

totalitários, representava uma espécie de anti-humanismo. Perpetuavam na formação guerreira, aristocrática e cavalheiresca militar com um certo grau de desprezo pelos elementos culturais. Era um estado guerreiro no qual para todos os membros da sociedade deveriam ser soldados, além de uma política de eugenismo que “eliminava” as crianças nascidas raquíticas e com deformidades (deficiência). Enquanto suas mulheres deveriam ser fortes para sua prole nascer forte.

As atividades corporais nessa época estavam intimamente ligadas às religiosidades. Surgem nessa época os gregos, para homenagear os deuses. Esses jogos, observavam as práticas corporais do correr, saltar, pular necessárias ao processo produtivo, em um formato competitivo, assim, possuindo um sentido e significado próprio. Ou seja, os participantes “copiavam” os elementos corporais necessários no ato metabólico do trabalho e simulavam situações presentes na própria relação de produção escrava e, portanto, no próprio trabalho como fundante do ser social.

De acordo com Oliveira (2004), as atividades gregas eram basicamente os fundamentos de correr, saltar e lançar que conhecemos no esporte moderno como fundamentos inerentes ao atletismo e eram realizados de forma totalmente desnuda como maneira de demonstrar todo seu aspecto estético, todo o aspecto da educação e da paidéia. “Seu princípio é que frente aos bens não-transmissíveis, como a força, a saúde, a beleza, a coragem [...] é a educação, a paidéia” (MANACORDA, 2001, p. 47).

Essa atividade corporal era denominada pelos gregos como *Gymnazein*, derivado do radical *gymnos* que significa literalmente a arte de exercitar-se nu. Acreditavam os gregos que, além de conseguir bons desempenhos nas competições, os homens atletas precisavam mostrar todo seu vigor atlético como ideário de beleza. Por esse motivo, as atividades corporais, eram praticadas sem as vestes, ou com pequenas porções de tecido.

Segundo Tubino (1992), os Jogos Gregos disputados na época eram: Jogos Píticos; os Jogos Ístmicos; os Jogos Olímpicos; e os Jogos Fúnebres; Três dos grandes jogos organizados pelos gregos eram em homenagem a deuses e outro homenageava seus mortos, respectivamente. As influências religiosas na explicação do real, em outras palavras, as ontologias fictícias de tentativa de explicação do real, influenciavam as atividades corporais.

Em Roma, sociedade também regida pelo modo de produção escravista, as atividades físicas estavam ligadas aos cruéis espetáculos dos gladiadores nos circos romanos. Além da intensificação da formação guerreira, a educação moral e cívica eram pilares da aculturação das jovens gerações gregas. Dessa maneira, a educação física em germe, era responsável, segundo Manacorda (2011), pela preparação do futuro cidadão romano, para o uso de arma e na defesa de sua pátria, como o mais importante aspecto de formação do homem romano.

Existia uma organização sistematizada da preparação físico-militar através de jogos competitivos que representava de forma imediata a guerra, como jogos que combinavam fugas e batalhas. “Este é de fato um “brincar de guerra” que serve de preparação para a guerra. Evidentemente, pressupõe uma preparação física básica, com exercícios de corrida, de equitação, de lançamentos de dardos e flechas” (MANACORDA, 2001, p. 101).

Roma e a organização do seu império, subjugava as pequenas cidades ao seu desejo. Sua economia possuía como estrutura o trabalho escravo. As conquistas de guerra aumentavam a sua riqueza e seus escravos. A miséria e a escravização dos povos conquistados, pagavam pela luxúria de Roma e dos romanos. O *status quo* romano permitia que alguns homens com um simples movimento de polegar para baixo indicasse a morte de um escravo gladiador, em regra, um soldado vencido e transformado em escravo por Roma, como ocorria nos cruéis espetáculos de gladiadores nos circos romanos. Escravos estes que recebiam treinamentos para posteriormente entrarem no “campo” de batalha.

[...] em Roma o treinamento físico-militar, que, com a oratória política era o fundamento da formação do cidadão, além de sofrer a influência grega, foi suplantado pelo profissionalismo dos atletas, servos e estrangeiros, e dos gladiadores, perdendo totalmente o caráter antigo de privilégio dos homens livres (MANACORDA, 2001, p, 103).

A expansão de Roma nas conquistas cada vez mais longínqua, causou sua própria queda. Com a decadência de Roma e do modo de produção escravista, e sob pressão, das invasões bárbaras aos seus territórios – terras que outrora Roma conquistou por meio de violentas guerras –, foi imposto um período de transição que culminou como o desenvolvimento do modo de produção feudal.

Segundo Netto e Braz:

A centralização imperial foi substituída pela atomização dos *feudos*, unidades econômico-sociais desse modo de produção: base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e servos – [...] (2011, p. 78).

Assim como no modo de produção escravistas, os trabalhadores continuam sendo expropriados de sua produção. Contudo, a condição do camponês servil não é a mesma do escravo. Os servos produziam para os nobres através de mútuos acordos como, por exemplo, proteção de sua vida. Concomitantemente, a expropriação do excedente produzido pelos servos era realizada mediante violentas ações exercidas nos limites dos seus feudos.

Para Netto e Braz (2011), não se pode esquecer que a igreja católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza, detinha grandes extensões de terra, fonte de riqueza que alicerçava seu poder.

Assim, o trabalho passa a ser algo que dignifique o homem ao passo que o ócio é algo a ser banido.

O trabalho tem, portanto, sua motivação moral na convicção de que o ócio é o pai dos vícios; porém suas manifestações mais concretas e ao menos semelhantes àquilo que hoje se diria um *hobby*, como a colheita do trigo, são motivadas pelas necessidades da vida do mosteiro, a *necessitas loci*, e a eventual *paupertas* (MANACORDA, 2001, p. 121, *itálicos do autor*)

As manifestações corporais como, por exemplo, os Jogos Olímpicos, foram proibidas, pois eram assimiladas como práticas pagãs de culto a deuses mitológicos. Então, a atividade atlética praticada era a cavalaria. Segundo Oliveira (2004), a cavalaria era destinada a uma minoria aristocrática, visando a proteção dos feudos, e em tempo de paz, essa atividade corpórea servia como preparação para as guerras.

Uma atividade física guerreira na qual as virtudes dos nobres é a paz e as guerras, assim como outrora. Equitação, caça fazia parte da exclusiva formação guerreira e aos nobres ainda cabia um aspecto cultural (MANACORDA, 2001).

As atividades corporais só vão voltar a ganhar destaque novamente no período chamado de renascimento, durante a baixa idade média.

O renascimento foi um movimento intelectual, estético e social que representou uma relação à decadência estrutural feudal do início do século XIV. Representou uma nova concepção do mundo e de homem [...]. A educação física torna a ser assunto dos intelectuais, numa tentativa de reintegração do físico e do estético às preocupações educacionais. (OLIVEIRA, 2004, p. 16).

Segundo Oliveira (2004), destinados somente às minorias, ou seja, à classe dominante aristocrática da época, a educação física aparece nos currículos de uma pedagogia liberal com exercícios de salto, corrida, natação e equitação como prioridades para a formação cortesã.

Nessa época, a antiga educação guerreira torna-se educação cavaleiresca, isto é, assume também aspectos intelectuais naturalmente diferentes da ciência dos *clerici*, embora fazendo parte da mesma cultura – reveste de gentileza seus costumes. (MANACORDA, 2001, p. 159, *itálicos do autor*).

Renasce a ideia de uma formação integral do sujeito, sendo a educação física parte essencial para a formação do homem e o cuidado com o corpo que somente a Grécia antiga conheceu e desenvolveu em formas originais (MANACORDA, 2011). Contudo, a formação omnilateral³³, e não como cuidado do corpo, foi defendido por Marx em conjunto da formação intelectual e tecnológica, a educação física, nas Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório.

Por educação entendemos três coisas:

1. Educação Intelectual
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica³⁴ e militares.

³³ Na esteira dos formuladores do Materialismo Histórico, usamos o termo omnilateral, para nos referirmos a uma formação humana com sentidos e significados próprios de uma sociabilidade emancipada. São inúmeras as passagens nos Marx, ou em conjunto com seu companheiro Engels, expressam os pressupostos gerais de uma sociedade emancipada e a formação humana dos seus membros. Evidenciamos a nossa compreensão de formação omnilateral, como sendo o desenvolvimento das capacidades humanas, na passagem dos *Grundrisse*: “[Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles”. (MARX, 2011a, p. 588).

³⁴ “Escolas de ginásticas surgiram na Alemanha, como livres associações (*Turnverein*) a partir de 1811, num momento em que renascia o espírito nacional-popular alemão, e de lá se espalharam a outros países da Europa e da América. Aqui mais tarde (1869) se constituirá aquela YMCA, que depois se difundiu na Europa e alhures, promovendo o uso das livres atividades físicas. O resultado

3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos indústrias. (MARX; ENGELS, 2011, p. 85).

Importante ressaltar, que essas atividades corporais, relativamente autônomas ligadas à educação guerreira, cavaleiresca e artística, faz parte não só da dimensão econômica produtiva e militar, mas também faz parte da dimensão lúdica dos sujeitos, do brincar da criança e, portanto, uma atividade posta pela consciência, tal qual as atividades produtivas também são.

Marx, estava preocupado com a formação do homem total, integral, uma formação omnilateralmente desenvolvida. Por outro lado, os teóricos da burguesia liberais (tais como Locke, Smith), afirmavam a necessidade de mudanças nos processos de formação que rebaixava os trabalhadores a uma mera força de trabalho produtiva de capital em suas teorias e ideias. Ideias que são dominantes, porque são expressões da dominação no controle do processo de produção da existência e produção das riquezas materiais. Portanto, expressão da dominação nas relações de produção. Nas palavras de Marx em *A Ideologia Alemã*:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. **As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.** (2007, p. 47, itálicos do autor, **negritos nossos**).

Com a consolidação do modo de produção capitalista e, portanto, consolidação das ideias burguesas, a humanidade entra em outro estágio de

mais elevado dessas iniciativas, também pela sua evocação à antiga Grécia e pelo caráter internacional, foi a instituição das novas “Olimpíadas”, a partir de 1896. Como as antigas, estas pressupõem a exigem a introdução nas escolas de todos os pises da ginástica, ou melhor, da educação física, mesmo que não seja organizada e voltada para elas”. (MANACORDA, 2011, p. 289, *itálicos do autor*).

sociabilidade. Os servos, livres das correntes do seu senhor feudal, tornam-se presas fáceis para serem expropriados por outra classe que coloca a seu serviço o exército, a política, a educação e etc. criando as condições necessárias para consolidar-se enquanto classe dominante, a saber: a classe burguesa.

Na sociabilidade capitalista de produção da existência, se confrontam cotidianamente no mercado os possuidores de capital e os possuidores da força de trabalho. Desde o início da apropriação capitalista na manufatura, as habilidades dos trabalhadores, o desenvolvimento das técnicas de trabalho, sempre foram e continuaram sendo importantes no processo de produção da existência e, historicamente no modo de produção capitalista, no processo de produção do capitalista, nas palavras de Marx, a “habilidade manual constituía o fundamento da manufatura” (2011b, p. 423). Na manufatura, as especificidades do trabalhador parcial, e a diferenciação cada vez mais latente do processo de produção de ferramentas, só possui emprego útil e opera plenamente nas mãos dos trabalhadores (MARX, 2011b).

Por isso, é na forma de organização social capitalista, que podemos deslumbrar o *quantum* de capacidades corporais autônomas o homem desenvolveu ao longo do seu longo percurso histórico que se inicia no salto ontológico. Ou seja, é na forma social mais desenvolvida a chave para compreender as demais formas. Formas essas que só foi possível mediante a adaptação biológica e transformação evolutiva do corpo, que salta a um novo estágio de ser com o processo metabólico de mediação entre o homem e a natureza, o trabalho.

Mas, o trabalho em geral, passa ser subordinado pela relação capitalista de produção. O trabalho produtor de uso passa a ser o veículo para a produção de mercadorias, e assim, não interessa mais as técnicas ou habilidades empregadas pelo ser social, contanto que elas se transformem em produtos úteis, a serem passíveis de troca. Ou seja, as diferentes características do trabalho, só vão interessar na medida em que pode ser abstraída sua propriedade de ser trabalho humano.

Depende-se trabalho humano tanto na forma do trabalho do alfaiate quanto na do trabalho do tecelão. Ambos possuem a propriedade comum de serem trabalho humano e, por isso, podem ser considerados apenas desse ponto de vista em certos casos, quando se trata, por exemplo, da produção do valor (MARX, 2011b, p. 80).

Os produtos de dois tipos de trabalho de qualquer espécie estão corporificados, em síntese, na mercadoria. O trabalho criador de valor de uso e o trabalho criador de valor. Revela-se assim, o duplo caráter da sociedade capitalista, de produzir valor, ao mesmo tempo que continua produzindo valores de uso. Na própria essência produtiva de capital, já estão dadas as possibilidades de práticas sobre outra lógica, mas, o momento predominante nessa forma de organização social, é o trabalho produtor de valor.

Deste jeito, esse duplo caráter corporificado na mercadoria, aparece com um segredo, como um fetichismo. Do ponto de vista do trabalho produtor de valor de uso, não há nada de misterioso.

O caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinados do valor. E, para isso, há motivos. Primeiro, por mais que difiram os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos etc. do homem. Segundo, quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade da qualidade do trabalho (MARX, 2011b, p. 93).

Portanto, o caráter misterioso, que obnubila as relações e características próprias do trabalho dos homens, inerentes ao processo de produção da sua existência, ficando escondida atrás do véu como uma noiva que encobre seu rosto no caminho até o altar, está na forma de igualdade dada aos diferentes tipos de trabalho humano.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. [...]. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos (MARX, 2011b, p. 94).

Mas, quando o capitalista compra as capacidades físicas e espirituais da força de trabalho, ele não o faz somente para produzir mercadoria. O faz para, ao produzir mercadorias, vendê-las no mercado e, posteriormente, transformar o

dinheiro em capital. Nessa relação social, o comprador da força de trabalho, aparece como vendedor do produto do trabalho. A fórmula que expressa essa relação é D-M-D, ou seja, o dinheiro é transmutado a forma de mercadoria e novamente convertido para a forma dinheiro, ao final do processo, dinheiro transformou-se em dinheiro, D-D (MARX, 2011b).

Mas, saindo de D_1 e chegando em D_2 , em nada torna de especial o modo produção capitalista. Isso porque, a chegada em D_2 o montante de dinheiro é quantitativamente superior ao D_1 . Assim, chegamos na fórmula geral de desenvolvimento do capital, D-M-D', dinheiro produzindo mais dinheiro. Mas o segredo não está no dinheiro, mas na especificidade da mercadoria que o capitalista compra no processo que faz o D_2 variar. Ou seja, na especificidade da mercadoria força de trabalho que medeia a relação entre os Ds.

Assim, o ser social, subjugado a veracidade que possui por valor a sociedade capitalista, aparece com a mercadoria específica e necessária na produção e transmutação de dinheiro em capital. As **“faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano”** (MARX, 2011b, p. 197, **grifos nossos**), ao produzir valores de uso de qualquer espécie, torna-se a joia da coroa do modo de produção capitalista.

O ser social e sua força de trabalho confrontam-se com as personificações do capital da mesma forma análoga que uma presa se confronta com seu predador. São partes integrantes do mesmo sistema metabólico. No primeiro caso, o sistema metabólico de produção do capital e no segundo caso no sistema metabólico das cadeias alimentares.

Destarte, a história das práxis corporais será também a história do desenvolvimento das forças produtivas e, conseguinte, das capacidades corporais dispendidas na produção social da vida. No modo de produção capitalista, a força de trabalho é, além da força motriz do processo de produção do valor, uma mercadoria quantificada. A força de trabalho deixa de ser as aptidões, ou habilidades e capacidades dos indivíduos vivos, para ser determinada por uma quantidade de tempo de trabalho socialmente médio.

Dada a existência o indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para mante-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistências. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se,

portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência (MARX, 2011b, p. 201).

A cada novo progresso no desenvolvimento das capacidades de produção, ou seja, o desenvolvimento do processo de trabalho, também ocorre um progresso na possibilidade de realizações de novas práxis corporais. Nesse aspecto, “em cada fase, correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo e que foram recebidas por cada nova geração e, deste modo, é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 68).

A relação das forças produtivas com a forma de intercâmbio é a relação da forma de intercâmbio com a atividade ou atuação dos indivíduos. (A forma fundamental dessa atividade é, naturalmente, material, e dela dependem todas as outras formas de atividade, como a espiritual, a política, a religiosa [as práticas corporais] etc. A diversa configuração da vida material depende cada vez, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas, e tanto a produção como a satisfação dessas necessidades são um processo histórico [...]). (MARX; ENGELS, 2007, p. 68).

Como já afirmamos nesse item, a divisão do trabalho e aumento do excedente de produção, não só possibilitou que práticas corporais fossem desenvolvidas afastadas das barreiras biológicas, como possibilitou que o homem subjugassem outro e se apropriasse de sua produção. Ao homem que mantinha o processo de intercâmbio com a natureza como única forma de manter-se vivo, o trabalho para ele não era mais sua autoatividade, condição eterna de estar vivo, mas um fardo que conservava sua vida na medida que suas capacidades corporais são sugadas. Nas sociedades de classes, a apropriação das práticas corporais se torna limitada pela necessidade de estar vivo e, nesse sentido, a finalidade passa a ser o meio.

O trabalho, único vínculo que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência, perdeu para eles toda aparência de autoatividade e só conserva sua vida definindo-a. Enquanto, em períodos precedentes, a autoatividade e a produção da vida material estavam separadas pelo único fato de que elas incumbiam a pessoas diferentes e que a produção da vida material, devida à limitação dos próprios indivíduos, era concebida ainda como uma forma inferior de autoatividade, agora a autoatividade e a produção da vida material se encontram tão separadas que a vida material aparece como a finalidade, e a criação da vida material, o trabalho (que é, agora, a única forma possível mas, como veremos,

negativa, da autoatividade), aparece como meio. (MARX; ENGELS, 2007, ps. 72-73).

As técnicas corporais estão em germe, intimamente determinadas pelo processo de produção e reprodução da vida material concreta, assim, os desenvolvimentos das práxis corporais, competitivas, lúdicas dos esportes, do brincar, derivam das ações corporais no próprio ato do trabalho, ou seja, na realização da atividade corporal do trabalho, o aperfeiçoamento de movimentos e técnicas corporais já estão presentes, e, portanto, no próprio trabalho no modo de produção capitalista, como forma histórico do trabalho simples e genérico.

Marx (2011b), ao explicar a primeira forma histórica do capitalismo, a origem da manufatura, nos explica como a especialização do trabalho estava presente em um dos modos originários da manufatura, o modo pelo qual os trabalhadores, são colocados sobre o comando do mesmo capital.

O costureiro, o serralheiro, o correeiro etc. que se ocupam apenas com a feitura de carruagens perdem pouco a pouco, com o costume apenas de exercer seu antigo ofício em toda a extensão. Além disso, sua atividade especializada assume a forma mais apropriada a essa esfera restrita (MARX, 2011b, p. 391).

No outro modo, ou forma da origem da manufatura, os trabalhadores desempenham a mesma espécie de trabalho sobre o comando também do mesmo capital. Continua, portanto, a trabalhar na forma profissional antiga. Mas, a própria lógica do capital, de produção incessante, torna esse processo, acelerado, repetitivo, para produzir um maior número de mercadorias em um prazo determinado (MARX, 2011b) e, conseguinte, surgem novas técnicas corporais para atender e saciar essa demanda do capital. Seja como for, o ponto final dos dois processos é o mesmo, “um mecanismo de produção cujos órgãos são os seres humano” (MARX, 2011b, p. 393).

Destarte, como já afirmamos, foi necessário um longo período de adaptação biológica para possibilitar o salto ontológico e passagem do ser natural para o ser social. O homem, para produzir sua existência, depende de como estão os meios para atender essa necessidade, ou seja, como está a organização corporal para realizar o intercâmbio com a natureza. O corpo não é somente uma ferramenta necessária no processo de produção da vida, mas também, um produto deste próprio processo, assim, ao se reproduzir socialmente, a força de trabalho realiza

diferentes técnicas corporais, seja no ato simples e abstrato do trabalho humano em geral, seja no processo de produção, mediado pelo capitalismo. Marx nos esclarece as modificações na formatação do trabalho do artesão, sobre a égide do capital, no processo de manufatura.

Antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas diferentes fases coincide inteiramente com a decomposição da **atividade do artesão nas diversas operações** que o compõem. Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto, da força, habilidade rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento (MARX, 2011b, p. 393, **grifos nossos**).

Sob essa perspectiva, portanto, tal apropriação precisa ter um caráter correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. A apropriação dessas forças não é em si mesmo nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. Essa apropriação é, além disso, condicionada pelos indivíduos que apropriam. (MARX; ENGELS, 2007, p. 73).

O afastamento das barreiras que limitavam os seus desenvolvimentos, com o salto já efetivado, cria novas necessidades corporais, para satisfazer novas necessidades sociais, ao passo em que no desenvolvimento histórico do ato do trabalho, até mesmo os produtos, aparentemente naturais, decorrem de uma série das cadeias causais postas pelo ato da transformação consciente da natureza. Marx, evidência como os elementos considerados naturais, produtos de uma gama de transformações, estão realizadas sob o controle do homem.

Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são, possivelmente, não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizadas sob controle do homem e pelo seu trabalho (MARX, 2011b, p. 215).

Destarte, o processo de produção da existência, põe a necessidade do desenvolvimento de técnicas corporais, habilidades presentes no corpo do trabalhador e, portanto, na força motriz e na vitalidade de sua força de trabalho. Como consequência, um desenvolvimento de alcance antes inimaginável de destrezas motoras e capacidades atléticas impulsionadas a cada dia pelos diferentes

treinamentos e melhorias de performance que possuem sua gênese com a efetivação do processo de trabalho. Todo esse desenvolvimento das capacidades corporais são generalizações observadas que ganham relativa autonomia ao processo originário.

O movimento corporal continua sendo produzido historicamente e a transformação não se dá na natureza, ou seja, o “pôr teleológico, no qual o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens” (LUKÁCS, 2013, p. 83) e, conseguinte, o pôr da finalidade do ensino das técnicas de qualquer práxis corporal é condicionado, em última instância, ao pôr fim de quem apreende essa técnica. Assim, conseguimos compreender a teleologia e causalidade como unidades, que também estão nos demais complexos sociais nas quais as mediações se dão por pares teleológicos secundários, ou seja, uma relação homem *versus* homem.

Dessa maneira, o complexo social da educação física, como síntese indissociável das capacidades corporais, se desenvolve no plano ontológico sob a esfera biológica. Na ação corporal da práxis originária e se afastando dela, o ser social produz práxis corporais relativamente autônomas, quase infinitas formas de movimentos e técnicas corporais que, como produto histórico e, só pode existir como produto histórico, possui sentidos e significados próprios. Ontologicamente dependente do complexo fundante, suas práxis corporais são produzidas consumidas, em última instância, ao controle do processo metabólico de transformação do homem e da natureza no processo de trabalho. Mas, como práxis relativamente autônoma, pode contribuir o modificar o próprio processo de trabalho, sendo, portando, uma relação de determinação recíproca que, somente em última instância, o trabalho aparece como o momento predominante.

5 A COMPREENSÃO DE CORPO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A educação física, na atual configuração social, aparece como um cardápio de exercícios físicos e movimentos treinados, servindo como ferramenta no combate ao sedentarismo e à obesidade. São inúmeros exercícios, criados e reformulados, colocados numa prateleira *fitness* para serem consumidos e saciarem as necessidades criadas pela própria realidade concreta e objetiva de produção e reprodução do capital.

Não obstante, esses mesmos exercícios são reproduzidos na escola, ora pela batuta da recreação, extrapolação da rigidez e seriedades necessárias nas ditas “disciplinas importantes”, ora pela justificativa do bem-estar, aquisição de qualidade de vida para um público que, em regra, sobrevive pelo trabalho informal, pelos baixos salários pagos pela sua força de trabalho, pelas ações de políticas assistencialistas, em suma, com pouca capacidade de adquirir os meios de subsistências necessários para se manterem vivos diariamente.

Seja como for, o corpo aparece como central, ponto de convergências das inúmeras análises acerca da educação física e da sua função social. Ou seja, o seu papel perante a vida saudável do indivíduo. Entretanto, trazer a afirmação de que o corpo é objeto da educação física traria para a área um objeto não exclusivo a ela e, portanto, não teria uma ligação de identidade. Dessa maneira, aparecem ao longo da história da educação física e a busca pela sua identidade, diferentes formulações e abordagens que apresentam o seu entendimento a uma pergunta básica, mas também complexa, que seria: o que é educação física?

Nesse bojo, estão teorias críticas, reprodutivistas, conservadoras, enfim, uma gama extensa, como o próprio leque que se abre à referida pergunta. Contudo, nenhuma dessas teorias ou abordagens pedagógicas podem escapar de explicar, mesmo que nas chamadas entrelinhas, a sua concepção de corpo.

No campo das abordagens pedagógicas na educação física, o que mais nos interessa ao examinar o seu objeto, não está na particularidade de cada abordagem, mas sim na concepção na qual sua abordagem está inserida. Nesse sentido, podemos afirmar que existem três grandes grupos, à luz das explicações de

Castellani Filho (2013): as abordagens não propositivas, as propositivas não sistematizadas e propositivas sistematizadas. No quadro abaixo, apresentamos as diferentes abordagens e concepções que emergiram no Brasil, como uma crítica à educação física higienista, militarista e tradicional.

Quadro 2 - Abordagens e concepções da educação física

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES		REPRESENTANTES	
NÃO PROPOSITIVAS	Fenomenológica	Silvino Santin e Wagner Wey Moreira	
	Sociológica	Mauro Betti;	
	Freiriana	João Paulo Medina;	
	Humanista	Vitor Marinho de Oliveira	
	Progressista	Paulo Ghiraldelli Junior	
	Cultural	JocimarDaólio	
PROPOSITIVAS	NÃO SISTEMATIZADAS	Desenvolvimentista	Gallahue; Go Tani
		Construtivista	João Batista Freire
		Psicomotricidade	Jean Le Boulch
		Crítico-Emancipatória	ElenorKunz
		Plural	JocimarDaólio
		Aulas Abertas	Reiner Hildebrandt
	SISTEMATIZADAS	Aptidão física	Nahas, Guedes e Guedes
		Crítico-Superadora	Coletivo de Autores: Carmen Lúcia Soares; Celi NelzaZülke Taffarel; Elizabeth Varjal; Lino Castellani Filho; Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht

Fonte: Elaborado pelo autor

Inúmeras abordagens que, ao confrontarmos seus escritos com a compreensão de corpo, podemos definir, de um lado, as perspectivas de determinação biológica, desenvolvimentista e aptidão física; e do outro lado as perspectivas de determinação da consciência – entre elas até as subjetivistas, pós-modernas – crítico-emancipatória, construtivista, sociológica, e finalmente, a concepção do Coletivo de Autores que busca, à luz da linguagem, uma concepção que vá além da dicotomia corpo e mente.

Os objetivos e as finalidades singulares da educação física, como todo processo real, não são imutáveis, são produtos históricos produzidos sobre circunstâncias sociais dadas. Assim, vão se modificando e, com eles, as

formulações acerca da educação física. Na educação física em particular coexistem diferentes concepções que influenciam a prática sistematizada seja ela na escola ou fora dela.

5.1 A educação física no Brasil: as concepções de corpo em diferentes abordagens

Dissertar sobre a educação física no Brasil é sempre uma tarefa árdua. Principalmente quando não temos a intenção de apresentar seus pormenores. Isso porque esse exercício teórico já foi realizado em maior ou menor profundidade das laudas e linhas que iremos apresentar, por vários pesquisadores, sobretudo a partir da década de 1980. Entretanto, essa retomada é crucial para demonstrar que nosso objeto não só faz parte de uma gama de relações com as abordagens da educação física, como é o centro dessas relações.

Se Marx estiver certo ao afirmar que a mercadoria é o veículo de valor, por ser a célula que carrega em si os determinantes do funcionamento do modo de produção capitalista, e traçarmos um paralelo, guardadas as devidas proporções, o corpo é o veículo de toda ação corporal. Portanto, da própria educação física. Podemos afirmar que toda e qualquer abordagem teórica sobre a educação física possui fincada nela uma concepção de corpo e, por isso, uma concepção do homem e do mundo.

Nessa perspectiva, discutiremos nesse item a educação física no seu desenvolvimento histórico-concreto, passível de análise e de transformações, assim como a categoria chave que a funda. É mister compreender a diferença da gênese ontológica da educação física a própria como produto histórico da sociabilidade capitalista. Essa confusão possui sob pena a abordagem das particularidades sociais da educação física no modo de produção capitalista, como categorias *a priori*, de maneira abstrata e universal.

Como exemplo dessa confusão podemos identificar as formulações acerca do desenvolvimento histórico do esporte. Tratado por inúmeros autores como algo presente desde os primórdios da sociabilidade humana, chamados de esporte na antiguidade, e os esportes condicionados pelo desenvolvimento histórico dos

ideais da Revolução Francesa e Revolução Industrial, como esporte moderno e, portanto, produto do desenvolvimento histórico da sociabilidade capitalista.

Estas reflexiones metodológicas son importantes para la comprensión histórica del deporte en tanto que categoría práctica. El “deporte antiguo”, al que los ideólogos del deporte gustan presentar como el ancestro directo del deporte olímpico moderno, no puede ser comprendido em su forma elemental, embrionaria, más que por comparación con as formas evolucionadas y modernas del deporte industrial capitalista y pos capitalista. Es indudable que ciertas virtualidades y elementos existían ya em él “deporte” antiguo y medieval (competición, mercantilismo). Peto solamente com la forma históricamente más desarrollada del modo de producción capitalista sé convierte el deporte en una categoría abstracta y simple. (BROHNM, 1982, p. 31)³⁵.

Evidentemente, na antiguidade existiram práticas de exercícios corporais treinados. Contudo, com sentidos e significados próprios regidos pelos processos reais e concretos do seu modo de produzir a vida. Não são e não se assemelham com os claros objetivos de uma formação corporal, à luz de uma educação no qual os exercícios físicos serviriam para tornar o homem dócil e ordeiro. Disciplinados pelo caráter com sentidos patrióticos, uma necessidade para a formação dos estados nacionais.

É sobre esse contexto que a educação física é inserida na escola, não porque fora da escola é uma coisa e dentro da escola é outra, mas pela necessidade do modo de produção capitalista em se desenvolver. Segundo Mello (2014), mesmo com as particularidades de todos os países, suas especificidades histórico-concretas estão interligadas universalmente pelo modo de produção capitalista e pelos anseios globais desse modo metabólico de produção da existência. Assim, a educação física se apresenta como disciplina escolar com a criação dos sistemas nacionais de ensino e fortalecimento, concomitantemente, aos estados nacionais.

³⁵ Essas reflexões metodológicas são importantes para a compreensão histórica do esporte como categoria prática. O “esporte antigo”, que os ideólogos esportivos gostam de apresentar como o ancestral direto do esporte olímpico moderno, não pode ser entendido em sua forma elemental, embrionária, mais do que em comparação com as formas evoluídas e modernas do esporte industrial capitalista e pós-capitalista. Sem dúvida, certas virtualidades e elementos já existiam no antigo “esporte” e medieval (concorrência, mercantilismo). Mas, apenas com a forma historicamente mais desenvolvida do modo de produção capitalista, o esporte se transforma em uma categoria abstrata e simples (Tradução própria).

Do início do século XVIII ao final do século XIX temos o início e consolidação dos Sistemas Nacionais de Ensino. Mesmo período que o capitalismo, já feroz como um Wolverine irritado, põe suas garras de *adamantium* para fora, e se mostra em sua totalidade, deixando evidenciadas as suas facetas e contradições inerentes a sua própria forma de acumular a riqueza social. E como se tivesse o mesmo poder de cura do herói da Marvel que se recupera constantemente de crises cíclicas e estruturais.

A educação física, na perspectiva de formação do corpo, engendrada nessa lógica metabólica de acumulação da riqueza, começa a ser defendida para amenizar as consequências de uma sociedade capitalista produtora. Por um lado, de uma riqueza e desenvolvimento científico e tecnológico jamais visto. Do outro, nas mesmas proporções, um oceano de miséria. Essa miséria socializada para a parte da população possuidora única e exclusivamente de sua força de trabalho *livre*³⁶.

É exatamente essa força de trabalho que, colocada para produzir incessantemente mais valor, passa por um apodrecimento corporal que precisa de cuidados específicos de recomposição para ser consumida diariamente pelo capitalismo devorador de “corpos” de trabalho. Digo, de forças de trabalho.

No modo de produção capitalista, a força de trabalho é sugada até a última capacidade vital de produção de mais valor. Produção humana, pelos sujeitos históricos e concretos. Todavia, essa produção é apropriada privadamente pelos detentores dos meios de produção, a classe capitalista. É essa classe que incorpora a educação física, com a perspectiva de educação do corpo: a escola. Com isso, a educação física já não é mais compreendida com os sentidos e significados das antigas práticas corporais na Grécia, por exemplo. Mas vai cumprir funções sociais específicas engendradas pelas relações sociais concretas da época. Suas “raízes

³⁶ André Petitat, em seu enorme esforço no estudo da origem da escola na obra: Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente, de forma certa, afirma que a liberdade na nova ordem social, a sociedade capitalista, não passa de um direito limitado, exposto como algo natural, de acumular e dispor de bens próprios. Bens muitas vezes únicos e se constituem de suas capacidades físicas e mentais, estando subordinada ao direito de propriedade. As capacidades físicas e mentais do ser social constituem o bem mais precioso em toda e qualquer forma de organização social, isso porque, somente essas capacidades, inerentes a força de trabalho, é capaz de produzir o novo, de produzir valores de uso, bens de consumo, que na forma social do capital, só interessa na medida em que são veículos da produção de valores e capital. E são bens únicos, como alertou Petitat, porque a classe trabalhadora é desprovida das demais mercadorias, justamente para, na relação social do capital, der que vender sua força de trabalho.

estão fincadas nas determinações sociais emergentes daquele momento histórico, isto é, na lógica concreta do capital mercantil, que se chocava com o conjunto da ordem social feudal” (MELLO, 2014, p. 114).

Ao passo em que a sociedade vai confrontando seus interesses, ou seja, o capital mercantil se confrontando com o antigo regime feudal, sempre no passo de consolidação da nova ordem social, os sistemas nacionais de ensino, foram abandonando/expulsando as premissas religiosas da Companhia de Jesus, até que a aparente divisão de poderes, entre igreja e estado evaporasse como um rastro de pólvora. Acerca desse assunto, recorreremos a explicação de Petitat:

As medidas contra os jesuítas revelam as novas ambições do Estado nesta área. Rússia (1719), Portugal (1759). França (1762) e Espanha (1764) expulsavam, cada um por sua vez, a Companhia de Jesus. [...] justificava essa medida com as palavras que traduzem bem os sentimentos da época: “O ensino das leis divinas é assunto da Igreja, mas o ensino da moral é atributo do Estado”. (1994, p. 141).

É nesse contexto que aparecem as embrionárias discussões e preocupação com a formação e os cuidados com o corpo. Contudo, a preocupação com o corpo do trabalhador ainda é incipiente. Nesse sentido, o capitalista se preocupa com o corpo do trabalhador, tanto quanto o Venon³⁷ se preocupa com as almas que ele pretende devorar. As preocupações e a batuta da Educação Física na educação se dão na perspectiva da formação do novo homem em conformidade com a efetivação dos interesses e arranjos do modo de produção capitalista.

Essa conjuntura permitiu com que Locke, na metade do século XVII, afirmasse que:

El educar bien a los niños, es de tal modo el deber y la misión de los padres, y el bienestar y la prosperidad de las naciones depende tanto de ello, que yo quisiera llevar la convicción al corazón de todos; y que después de haber examinado lo que la fantasía, la costumbre o la razón enseñan sobre el caso, contribuyeran con su auxilio a extender esa convicción de que el modo de educar a la juventud, en relación con su diversa condición, es también el modo más fácil, breve y adecuada para producir hombres virtuosos, hábiles y útiles en sus distintas vocaciones; y que aquella vocación o profesión de que más debe cuidarse, es de la del **caballero [gentleman]**. Porque si los de ese rango son colocadas por la educación en el recto

³⁷ Referência ao personagem de um alienígena simbiote que devora almas para se alimentar. Filme de Fleischer (2018).

camino, ellos pondrán rápidamente en orden a los demás. (LOCKE, 1986, p. 26-7, **grifos nossos**)³⁸.

Para Locke (1986), os homens estavam em um mesmo patamar de desenvolvimento, nasciam como um papel em branco e que as diferenças eram ocasionadas pelas suas experiências e pela educação. Com esse pensamento, Locke, como um latifundiário que era, e posteriormente um servidor do novo modo de produção que ganhava 1.500 libras anuais e, concomitantemente, defendia que fosse pago aos pobres um centavo ao dia (*a penny per dien*) deixou de lado as relações concretas e objetivas que diferenciam o rei e escravo, o rico e o pobre, ao fazer tal afirmação. Em seus escritos, Locke sempre deixou explícitas suas intenções (MELLO, 2014). Ele defendia, inclusive, que a educação dos aristocratas fosse realizada de forma distinta de um burguês comum.

No entanto, sua preocupação com o vigor e a saúde desse novo homem, burguês e capitalista, propõe a inclusão da atividade física – que se tornaria a inclusão da disciplina de Educação Física nos currículos escolares, na educação, argumentando que:

“Nadie ignora el saber nadar es una gran ventaja, y que esto salva la vida diariamente a muchos; y los romanos lo consideraron tan necesario, que lo ponian en el mismo rango que las letras, y era frase común, para designar a uno mal educado e inútil para todo, que no había aprendido ni a ler ni a nadar. (LOCKE, 1986, p. 42)³⁹.

No interior da lógica de produção capitalista, educar o corpo aparece como solução, mas não é nesse momento o remédio para amenizar a deterioração corporal que o homem moderno e trabalhador do capitalista estava sendo submetido. Jornadas de trabalho longas e extenuantes, além dos maus hábitos dos

³⁸ “O educar bem às crianças, é de tal maneira o dever e a missão dos pais, e o bem estar e a prosperidade das nações depende tanto deste fato, que eu gostaria de colocar essa convicção no coração de todos; e que depois de ter examinado o que a fantasia, o costume ou a razão ensinou sobre este tema, contribuísem auxiliando a expandir essa convicção de que o modo de educar a juventude, tendo em conta sua diversa condição, é também a maneira mais fácil, breve e adequada para produzir homens virtuosos, hábeis e úteis em suas distintas vocações; e que aquela vocação ou profissão de que mais devemos cuidar é a do *gentleman*. Porque se os dessa posição são colocados pela educação no caminho certo, eles colocarão rapidamente em ordem os demais” (Tradução própria).

³⁹ “Ninguém pode ignorar que saber nadar é uma grande vantagem, e que isto salva muitas vidas diariamente, os romanos o consideravam tão necessário, que o colocavam no mesmo lugar que as letras e era frase comum, para designar a um mal educado e inútil para tudo, que não tinha aprendido nem a ler nem a nadar” (Tradução própria).

novos cidadãos, que não tomam banhos regulares e faziam suas necessidades fisiológicas nas ruas das cidades, cada vez maiores, não faziam parte de uma cultura na formação de um *gentleman*, mas era o princípio elementar dicotômico que Locke possuía.

Educar o corpo é a solução para Locke, enquanto princípio, pois, para ele, a felicidade do indivíduo estava condicionada ao seu corpo saudável. Ao examinarmos mais de perto, a dicotomia corpo e mente já aparece enraizada em Locke, ao buscar a felicidade do sujeito a partir do corpo saudável. Diz ele: “Un espíritu sano en un cuerpo sano⁴⁰ es una descripción breve, pero completa de un estado feliz en este mundo” (LOCKE, 1986, p. 31)⁴¹.

O fim do antigo regime feudal e o crescimento, desenvolvimento global do modo de produção capitalista em escalas cada vez maiores, trouxeram para a Europa, e depois para os demais países do globo, a mudança drástica da vida rural para uma vida urbana crescente e desorganizada. A ampliação dos grandes centros urbanos trouxe consigo problemas novos. O crescente movimento urbano não foi acompanhado na mesma proporção, nem se quer perto disso, de uma infraestrutura que pudesse acomodar as pessoas a essa nova realidade social. Ao contrário, o que se viu foi um aumento populacional e excesso de lixo nas ruas, dos esgotos ao relento. O crescimento de cortiços e abrigos de trabalhadores que dormiam e viviam amontoados, e com essa aglomeração surgiram os surtos de doenças, que por sinal, em regra, esses problemas são sentidos com maior frequência nos bairros de má fama. Engels mostra um retrato de Londres em 1844, mas poderia ser uma descrição de um grande centro urbano nos dias atuais (2022).

Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma em que todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostos de maneira irregular. Essas pequenas casas de três a quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas,

⁴⁰ Podemos perceber, uma clara referência a concepção grega sobre o corpo e o homem expressa pela frase “*mens sana in corpore sano*”.

⁴¹ “Um espírito saudável em um corpo saudável e uma descrição breve, mas completa de um estado de felicidade neste mundo” (Tradução própria).

tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. (ENGELS, 2015, p. 70).

Destarte, os efeitos dessa vexatória situação em que vive a classe trabalhadora são um colírio para os capitalistas, isso porque o próprio desenvolvimento urbano colocava os trabalhadores em lugares afastados das residências capitalistas (SOARES, 2012). Dessa forma, cada passo que o modo de produção capitalista dá para avançar no processo de produção do capital é um passo na “preocupação com o corpo” do trabalhador. Assim, a necessidade de uma formação para o corpo do trabalhador, perpassa pelo respaldo da forma de trabalho desenvolvida pelo próprio modo de produção capitalista.

Nesse sentido, pensar as mudanças na educação física, suas concepções e abordagens pedagógicas é pensar na própria realidade social que está alicerçada pela organização social do trabalho. Pensar o corpo do trabalhador e em formas para educá-lo só importa ao capital. De modo em que sirva não para melhorar sua saúde, não para interromper o processo de empobrecimento corporal causado pelo trabalho capitalista, mas para dar a possibilidade ao trabalhador de recompor sua força de trabalho para poder, no dia seguinte, produzir mais capital que, em regra, se dá por um processo de trabalho que não necessita de muitas habilidades do trabalhador.

[...] uma das principais características do capitalismo está na divisão do trabalho dentro da fábrica, na qual alguns realizam o trabalho intelectual e muitos apenas executam tarefas repetitivas. A simplificação do trabalho transformou o trabalhador em apenas uma peça a mais na engrenagem. (MELLO, 2014, p. 128).

A produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, é um processo pelo qual estão inseridos os meios de produção as ferramentas de trabalho e as capacidades contidas no corpo do trabalhador, ou seja, sua força de trabalho. Essa relação social põe frente a frente indivíduos sociais específicos que atuam como compradores e vendedores. De um lado estão os capitalistas, detentores dos meios de produção, que atuam como compradores, do outro lado estão os trabalhadores que possuem de forma única e exclusiva sua força de trabalho, entra na relação social do capital como vendedor da sua força de trabalho, sua única mercadoria.

Marx (2011b) define mercadoria como sendo, antes de tudo, algo externo ao homem, que pelas suas próprias características satisfaz necessidades humanas, sejam elas do estômago: necessidades básicas como comer, beber. Ou seja, elas necessidades espirituais, fantasias. Mas, no modo de produção capitalista, a mercadoria deixa de ser algo somente externo para satisfazer as necessidades, ela passa a ser veículo do valor, ou seja, passa a conter nela, tempo de trabalho médio socialmente necessário. Dessa forma, “como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza” (MARX, 2011b, p. 61).

Nesse contexto, na relação social capital, a compra e venda da força de trabalho, é uma relação mediada pela mercadoria, ou seja, pelo veículo do valor, a venda da força de trabalho só é possível pelo *quantum* de valor que ela possui, ou seja, a força de trabalho precisa ser quantificada, abstraindo somente o que ela possui de comum entre as outras mercadorias que estão na prateleira para ser trocada. Essa abstração torna a força de trabalho elegível a ser comparada como qualquer outra mercadoria. Possuindo assim, características comuns entre todas elas.

Para ser mercadoria, incluindo a força de trabalho, é necessário que a coisa externa, ou melhor, o produto do trabalho, possua um duplo caráter, o de ser valor de uso⁴² e valor. E na medida em que se troca, na proporção em que se troca e que se confronta, portanto com outras mercadorias, expressar ainda o seu valor de troca⁴³.

Uma relação específica na qual a força de trabalho se confronta com outras mercadorias, ou seja, o seu possuidor necessita vender suas capacidades humanas, sua mercadoria força de trabalho, para obter dinheiro – expressão monetária do valor – para somente depois, conseguir os meios de subsistência e, portanto, a forma de manter-se vivo na sociabilidade capitalista. Uma relação que parte do M e o D cumpre papel transitório na mediação para obter outro M. Dessa

⁴² “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [...]. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. [...]. Os valores-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. (MARX, 2011b, p. 58).

⁴³ “O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se troca”. (MARX, 2011b, p. 58).

forma, uma relação mercantil simples M-D-M, que como veremos adiante, está subsumida pela acumulação capitalista numa relação D-M-D'.

Na expressão M-D-M, o primeiro M expressa a mercadoria, aqui, especificamente a força de trabalho. O D expressa o dinheiro e, portanto, o salário pago pelo capitalista para comprar a força de trabalho diariamente – mesmo que pago, em regra, mensalmente. Já o segundo M se refere às mercadorias que serão os meios de subsistências do trabalhador, do estômago à fantasia, ou seja, os meios de subsistência servem para atender minimamente a fome, vestuário, moradia, lazer, educação, saúde da força de trabalho, para o seu possuidor se fazer vivo e vender novamente suas capacidades humanas (físicas e mentais) inerentes à força de trabalho.

Essa relação de compra e venda da força de trabalho só faz sentido para o capitalista, e está exatamente nesse sentido o enigma de toda produção capitalista: que a força de trabalho produza mais valores do que o seu próprio valor. Em outras palavras, essa relação funda o processo de exploração do trabalho⁴⁴, de apropriação privada do produto do trabalho, efetiva, assim a produção capitalista.

Ora, a produção do capital só se realiza na medida em que o capitalista consome o valor de uso da força de trabalho, o que só ocorre sob a condição de a força de trabalho consumir o valor de uso dos meios de produção, quer dizer, quando se estabelece a articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção, entre o capital variável e o capital constante. (TUMOLO, 2015, p. 247).

Ainda de forma tímida, a preocupação com o corpo do trabalhador, começa a despontar como elemento de reflexão no século XVIII. Essa educação do

⁴⁴ Engels afirma que a exploração do trabalho está presente em todas as formas de sociedade que possuíam o antagonismo entre classes sociais. Diz ele: “Mais-trabalho, trabalho além do tempo necessário para autossustento do trabalhador e apropriação do produto desse mais-trabalho por outros (ou seja, a exploração do trabalho) é comum a todas as formas de sociedade até agora existentes, na medida em que se movem em antagonismo de classes” (ENGELS, 2015, p. 234). Exploração do trabalho, não é produto do capitalismo. Ao passo que a exploração do trabalho é histórica e são essencialmente diferentes de uma forma social para outra. O trabalhador assalariado não é um escravo como no modo de produção escravista e, também não é um camponês, como no modo de produção feudal. O trabalhador assalariado e suas capacidades e potencialidades de produção do mais valor. A exploração do trabalho está na contida no processo de apropriação privado dos produtos do trabalho, visto que na jornada de trabalho, a força de trabalho produz o necessário para pagar pelos seus meios de subsistências e produz um excedente que é apropriado pelo capitalista. Quando maior for o produto (tempo) excedente em relação ao produto (tempo) necessário, maior é o grau de exploração na forma social capital.

corpo, não só preocupada com o desgaste corporal das longas e extenuantes jornadas de trabalho, mas aparece como remédio para outros males como a “letargia, indolência, preguiça, imoralidade” (SOARES, 2012, p. 4).

Não está, portanto, no desenvolvimento motor, no desenvolvimento das aptidões físicas a necessidade da educação física, seja ela dentro ou fora do lócus escolar. Essa necessidade perpassa a necessidade, como já estamos afirmando, do capital. “No Brasil, a educação física aparecerá vinculada aos ideais eugênicos de regeneração e embranquecimento da raça, figurando em congressos médicos, em propostas pedagógicas e em discursos parlamentares” (SOARES, 2012, p. 14). Desse modo, passa a compor um discurso que vai balizar justificar e dar identidade inicial para a educação física no Brasil, a saber: o discurso médico higienista.

À luz desse discurso, segundo Soares (2012), reinava a ideologia das aptidões naturais. As leis biológicas subordinavam as leis sociais e históricas. Mello (2014), afirma que toda a ciência que dava fundamentação para a educação física e os exercícios físicos, possuía em sua base matricial o fundamento biológico e médico. Nesse sentido, o homem estava acorrentado às amarras das determinações biológicas, e suas ações não eram outras coisas senão as necessidades orgânicas e biológicas.

À vista de uma ciência positivista, a burguesia justificava a necessidade dos exercícios físicos, que se preocupava com sua fonte de riqueza, o corpo da classe trabalhadora, na medida em que esse corpo, suas capacidades físicas e mentais irão produzir valores a serem apropriados privadamente, assim:

[...] as práticas pedagógicas como a Educação Física foram pensadas e postas em ação, uma vez que correspondiam aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico, ou seja, a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a nova sociedade (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 51).

A batuta do desenvolvimento da educação física no Brasil e o próprio ideário higienista, foram marcados pela influência militar para sua efetivação, para além da própria ciência positivista, com o horizonte do progresso desejado pelas classes dominantes (CASTELLANI FILHO, 2013), desse modo, pondo em ordem a desordem de todo processo de educação iniciado pelas Companhias de Jesus, também no Brasil.

A educação física passa a ser atrelada à educação do corpo e sua necessidade de formatar o corpo biológico do sujeito, às demandas e exigências da sociabilidade burguesa. Entretanto, não somente os militares possuíam essa fixação com os exercícios físicos e sua efetivação com caráter moralizador e higiênico, pelo contrário,

[...] juntavam-se aos médicos que, mediante uma ação calcada nos princípios de medicina social de índole higiênica, imbuíram-se da tarefa de ditar à sociedade, através da instituição familiar, os fundamentos próprios ao processo de reorganização daquela célula social (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 30).

Em síntese, o corpo, para a educação física higienista, é um conjunto de órgãos e sistemas orgânicos que precisam ser adestrados, para atender às demandas de primeira e segunda ordem⁴⁵, a saber: de ordem secundária da sociedade, com o falso socialmente necessário para a multiplicação de indivíduos brancos adeptos a política nacionalista, e as demandas de ordem primária, relacionadas à produção da riqueza e exploração do trabalho assalariado. Assim, a educação física aparecia com um notório papel⁴⁶, fundamentada nas bases biológicas, de caráter higiênico, eugênico e moral.

A Educação Física estava na escola – não era dela – como uma disciplina exclusivamente prática, que como tal, era indissociável da instrução física militar. Era rígida, disciplinadora, conduzida “pedagogicamente” por instrutores de ginástica. O conteúdo das aulas eram os próprios métodos ginásticos.

Os métodos (escolas) de ginástica intensificam o auge da militarização da educação física no Brasil. Seja dentro ou fora da escola, cria-se o binômio de determinação, medico-higienista e ginástica-militarista (higiênico-militar) para desenvolver o progresso da sociedade, tendo a educação física como ferramenta e a saúde do corpo como elemento chave a ser desenvolvido e, embora possuam

⁴⁵ As demandas da sociedade capitalista permeiam todos os complexos sociais e, portanto, toda a totalidade social, no qual os nexos causais se articulam para o devir fim dessa forma de organização e metabolismo social que é a relação social capital, existente pela relação de indivíduos que se relacionam como coisas, numa relação de compra e venda da força de trabalho. Nesse sentido, é essa relação capital que, em última análise determina as demais relações humanas. Portanto, a ordem de primeira e segunda, está relacionada a essa determinação ontológica.

⁴⁶ O notório papel da educação física se por um lado era um adestramento para as classes subalternas, para as *elites* sociais e econômicas, a educação física ditava do papel de ditar os comportamentos corporais saudáveis e, através dele incumbir uma formação racista, machista.

suas particularidades – no seu surgimento em diferentes países europeus –, o plano de fundo dos métodos de ginástica, é essencialmente o mesmo. A esse respeito, Soares nos esclarece que:

Apresentando algumas particularidades a partir do país de origem, essas escolas, de modo geral, possuem finalidades semelhantes: regenerar a raça (não nos esqueçamos do grande número de mortes e de doenças); promover a saúde (sem alterar as condições de vida); desenvolver a vontade, a coragem, a força, a energia de viver (para servir à pátria nas guerras e na indústria) e, finalmente, desenvolver a moral (que nada mais é do que uma intenção nas tradições e nos costumes dos povos). (SOARES, 2012, p. 43).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a educação física brasileira, sobre o regime ditatorial, deixa de lado o binômio higiênico-militar. E o método de educação desportiva generalizada passa a ser difundido nas escolas. Usado pela ditadura como arma ideológica para amenizar e principalmente velar as mazelas do chicote que estalava nas costas dos trabalhadores nas ruas e fábricas, em suma, na sociedade em geral.

O esporte não só dominava as aulas de Educação Física, como estampava as propagandas do regime. “Pra frente Brasil, salve a seleção”, “vamos juntos”, sigamos nossas orientações, não questione nossas determinações, trabalhem, produzam, “cale-se” que dessa forma, manteremos a “ordem e progresso”. Para alcançar e servir aos anseios do capital de produção de *mais valia relativa e absoluta*, no esporte e nessa nova concepção do corpo máquina, se prima por princípios da racionalidade, eficiência e eficácia e, sobretudo, da produtividade. Princípios inerentes à própria ordem social do capital.

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2011b, p. 62).

Importa ao capital, em última instância, que o trabalhador seja produtivo: “Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias” (MARX, 1985a, p. 584). Para o capital, não importa se a mais valia surge no processo de intensificação do trabalho ou da diminuição do valor relativo à força de trabalho, importa que o

trabalhador seja quanto for possível mais produtivo, assim, “[...] quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria” (MARX, 2011b, p. 62), produza incessantemente o valor e, portanto, vai interessar que a lógica da produtividade esteja disseminada socialmente e o esporte possui essa característica de disseminação ideológica das ideias dominantes, que são dominantes exatamente por serem expressão de dominação nas relações concreta e objetivas.

A relação objetiva que reduz toda a força de trabalho e, portanto, do trabalho específico de qualquer natureza, a uma gosma de trabalho humano quantificado, iguala os diferentes tipos qualitativos de trabalhos, reduzindo-os a trabalho humano em sua condição comum e, portanto, a trabalho abstrato.

Esse trabalho abstrato, ou seja, a forma geral e comum do trabalho humano corporificado em qualquer mercadoria, é o fator determinante no processo de produção do valor, assim como o trabalho específico de qualquer natureza, particular de qualquer força de trabalho, é necessário para a produção de um item do trabalho e de seu valor de uso.

Os trabalhos humanos específicos são a potência do trabalho abstrato. Marx, ao analisar essa relação, nos explica como dois tipos de trabalhos concretos se tornam potência do trabalho abstrato, por serem trabalhos humanos que podem ser quantificados e produtores, portanto, do valor.

Despense-se trabalho humano tanto na forma do trabalho humano do alfaiate quanto na do trabalho do tecelão. Ambos possuem a propriedade comum de serem trabalho humano e, por isso, podem ser considerados apenas desse ponto de vista em certos casos, quando se trata, por exemplo, da produção de valor. (MARX, 2011b, p. 80).

Como só interessa a quantificação e a produção corporal na medida em que seja criado valor, e para tão, o dispêndio de músculos, cérebro é o bastante para a produção capitalista progredir, a compreensão de educação física e de corpo, torna-se, em última instância, subsumida a compreensão pautada nos determinantes anátomo-fisiológicos e de forma mecânica, inseparável da educação do físico, e de uma falsa produção de saúde de responsabilidade individual.

Toda essa compreensão e entendimento do que é a educação física e o que é o corpo, não pode ser compreendida fora da relação social do capital. Pelo contrário, só pode ser compreendida, quando compreendemos o funcionamento do

modo de produção que produz essas ideias, e conduz a forma sobre a qual a educação física se apresenta.

Essa concepção, só reproduz o que é a própria esfera de produção de mercadorias, veículo do valor, uma esfera de trabalho humano abstrato, de dispêndio de capacidades físicas e mentais para produzir e valorizar valor.

Primeiro, por mais que difiram os trabalhos úteis ou atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente **dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos etc. do homem**. Segundo, quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade da qualidade do trabalho. (MARX, 2011b, p. 93, **grifos nossos**).

A produção da mercadoria, pelas suas características próprias, torna-se um mistério, pois encobri as relações de trabalho corporificados nela, inerentes aos diferentes tipos de trabalhos sobe circunstâncias histórico-sociais que ela é produzida. Ao contrário, o esporte, produto histórico social é utilizado como ferramenta que obnubila as relações concretas e objetivas, relações sociais a base da tortura, da mentira e da morte.

No que diz respeito ao Esporte, sua capacidade de catarze, de canalizar em torno de si, para seu universo mágico, os anseios, esperanças e frustrações dos brasileiros, foi imensamente explorada. A lembrança do “... Noventa milhões em ação, prá frente Brasil, salve a seleção!”, numa verdadeira ode à “corrente prá frente”, ainda está bastante, e hoje dolorosamente, viva 17 anos passados – em nossas mentes e nossos corações, pois na esteira desses hinos ufanistas – apologistas de uma postura cívica exacerbadamente alienada, patológica – que vieram os odientos crimes políticos cometidos, voluntariamente, pelos aparelhos repressivos – estatais e paraestatais – num ritmo e forma poucas vezes presenciados na história política da sociedade brasileira. (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 91).

A luta contra esse período da ditadura no Brasil influenciou a reflexão crítica acerca da educação física. Concomitantemente, o capital global passava por um processo de reorganização produtiva e substituição do modelo de acumulação fordista-taylorista, para um modelo toyotista. O que não altera significativamente a na relação social capital de compra e venda da força de trabalho e o objetivo do

trabalho produtivo⁴⁷ em produzir e valorizar valor de forma cada vez mais intensa, ao contrário, a reorganização do trabalho intensifica tal relação social, pautada e engendrada no consumo das capacidades humanas da força de trabalho.

O conjunto de reflexões acerca da especificidade da educação física, com formulações críticas em seu bojo, coloca a educação física em uma crise de identidade e de uma compreensão de que ela pode agir tanto na conformidade social, quanto na crítica social. A busca pela identidade e pela legitimidade passa a ser o foco principal da atenção e estudos de pesquisadores.

Na busca de uma orientação não pautada nos determinantes biológicos e do positivismo, João Paulo Subirá Medina inaugura essa crítica, refletindo sobre o papel e função social da educação física. Apresenta uma nova forma de compreensão do que é educação física e no seu bojo uma compreensão do que é o corpo, à luz de uma fundamentação nas formulações de Paulo Freire. Essa é a viragem da educação física para uma nova fase do seu desenvolvimento histórico no Brasil e, portanto, o primeiro passo na direção de formulações e concepção, paradigmas teóricos e filosóficos diferentes dos pautados pelo higienismo, militarismo e esportivismo tecnicista.

As abordagens pedagógicas vão buscar responder as demandas específicas da educação física, ao mesmo tempo em que no campo da educação é retomada a pedagogia de Paulo Freire (por certo, não por parte do Estado e da política educacional em geral), proibida após golpe de 1964, e dá início a construção da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Demerval Saviani, à luz do referencial do “Materialismo Histórico-Dialético”.

Concomitantemente, os discursos da aptidão física e do exercício físico com bases biológicas de determinação, ganharam novas roupagens e novos termos para se tratar, em última instância, da mesma coisa, a saber, da aptidão física. Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento motor, busca explicar o desenvolvimento humano à luz dos exercícios e aptidões motoras, com determinação biológica.

⁴⁷ O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz o trabalhador o instrumento direto de criar mais valia (MARX, 1985a, p. 584).

Outras teorias vão aparecer como suporte e base de fundamentação de outras concepções e abordagens pedagógicas na educação física, como a Escola de Frankfurt, os estudos da antropologia, o construtivismo com base em Jean Piaget, o humanismo de Carl Rogers, além dos inúmeros escritos de justificativa biológica.

Apresentaremos de forma sucinta, a ideia central de algumas abordagens pedagógicas da educação física, que consideramos, entre a gama de possibilidades disponíveis, as que suscitam as respostas do nosso objeto de pesquisa. A seguir, exemplificaremos como as abordagens, mesmo não sendo alvo de nossa análise pormenorizada neste estudo, construtivista, cultural e crítico-emancipatória se articulam com os limites e contradições inerentes a compressão do que é o homem e, portanto, na nossa perspectiva, o que é o ser social.

Para Elenor Kunz, e sua teoria crítico-emancipatória, com fundamentação na perspectiva alemã da pedagogia do esporte e fundamentação teoria na Escola de Frankfurt, afirma que:

[...] uma Pedagogia Crítico-Emancipatória para Educação Física, busca, além dos aprofundamentos teóricos anteriormente referidos, engajar-se, mais uma vez, na crítica bem fundamentada sobre a Educação Física que tem o esporte como prática hegemônica, ou então, que tem o ensino de movimentos, esporte e jogos com o único sentido de compensar a falta dessas atividades no modelo do atual “mundo de vida”, promovendo, assim, saúde, e prevenindo doenças. (KUNZ, 2006, p. 19).

Para o autor, a emancipação pode ser alcançada com a relação ensino-aprendizado como a implementação da Pedagogia Crítico-Emancipatória, e uma transformação didática do esporte. É com essa transformação, que o “Movimento Humano”, objeto da educação física, pode ser ensinado. Tenta realizar a crítica ao processo do esporte de alto rendimento, afirma que discussão do que é corpo está saturada e finda a tratar o objeto da educação física como movimento humano, que por ironia, só pode ser realizado pelo corpo. E sua transformação didática do esporte, mesmo afirmando o conceito de esporte como sendo mais amplo, continua a tratar somente as modalidades oficiais a título de exemplo.

Mas, o que mais interessa a nossa pesquisa, é visualizar a determinação dada à consciência para a efetivação de sua Pedagogia Crítico-Emancipatória. Para Kunz (2006), os indivíduos devem se compreender como sujeito de sua própria ação

e a educação e educação física vão auxiliar do desenvolvimento dessas competências emancipatórias. Está na subjetividade a superação e emancipação dos sujeitos. Em última instância, podem se emancipar de forma individual.

Para Jocimar Daolio, na busca de uma educação física plural e cultural, ao analisar a compreensão dos professores de educação física, o corpo é pensado de forma exclusivamente biológica, natural e, portanto, sem cultura. “Em decorrência dessa suposição, eles negam que os alunos chegam à escola possuindo técnicas corporais, que por isso mesmo, dever ser-lhes ensinadas” (DAOLIO, 1995, p. 94).

Para o autor, o problema está na falta de articulação do corpo, do movimento com a cultura. Uma educação física plural efetiva deve articular a aprendizagem motora com os aspectos culturais. Com o corpo, se aprende movimentos e habilidades motoras considerando os aspectos culturais (DAOLIO, 1995).

Com uma celeuma de proposições para a educação física, o autor tenta misturar de forma homogenia água e óleo. Sua perspectiva tenta ser crítica, por usar o elemento da antropologia social, afirmando que toda produção é cultural, mas cai na conformidade do movimento humano como objeto de estudo, afirmando que o papel da educação física é ensinar o corpo a aprender as habilidades motoras.

Sua pesquisa, objetiva demonstrar que a cultura, a produção cultural deva determinar a prática dos professores, contudo, quando vai tratar da especificidade da educação física, e não dos professores, reafirma a determinação biológico, reafirma que toda ação deve estar centrada no “saber considerar as diferenças culturais existentes entre os alunos e, assim, poder utilizar adequadamente os ensinamentos da Aprendizagem Motora” (DAOLIO, 1995, p. 96).

O construtivismo sobre a base de Jean Piaget, aparece na educação física, com maior consistência na obra “Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física” de João Batista Freire, que compreende o movimento como elemento médium para o desenvolvimento da aprendizagem da escrita, da linguagem, da matemática. Na proposta do autor, ao se tratar de uma concepção da infância a adolescência, o jogo possui papel de centralidade, no qual o resgate as brincadeiras de ruas e populares, em suma, o movimento é um facilitador no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo.

Para Freire (2009), o desenvolvimento da infância é uma manifestação de organização de movimentos construídos pelo o sujeito, nas diferentes situações do seu cotidiano e dependem dos recursos biológicos, psicológicos e do meio em que ela vive que ele denomina como esquemas motores.

Assim como no desenvolvimentismo, no construtivismo da proposta de Freire, o elemento da dualidade corpo e mente está fortemente calcada sobre a mesma base, a saber, os períodos do desenvolvimento de Jean Piaget. Com essa limitação do desenvolvimento humano, Freire, mesmo criticando padrões de movimento, se aproxima cada vez mais o determinismo biológico, ao passo que se encaminha nas explicações de esquemas motores. Diz ele: “Acontece que o esquema que permite manipular um objeto não serve de imediato para a manipulação de outro. Cada coisa a ser pega exige uma atividade motora particular. Cada assimilação exige uma acomodação” (FREIRE, 2002, p. 26).

Para o autor, por outro lado, os esquemas corporais, ou seja, os movimentos devem servir de ferramenta para aquilo que é realmente importante, o desenvolvimento de capacidades mais sofisticadas do que as funções biológicas ligadas ao movimento e aos esquemas motores que são menos sofisticadas.

Do ponto de vista da gênese do movimento, até o momento em que surge a linguagem, todos os esquemas motores básicos deverão ter sido estruturados. [...]. Simplesmente porque envolvem funções biológicas menos sofisticadas que outras, como a linguagem e o pensamento, e porque, para dar conta das adaptações e transformações no mundo, são esses os recursos de que a criança dispõe: as condutas motoras. (FREIRE, 2002, p. 27).

Ao tratar do objeto da educação física – assim como as demais teorias, tenta dar uma resposta à famosa perguntada área: o que é educação física? – afirma que o objeto pode ser a educação corporal, ou menos a educação do movimento, ou ainda a educação pelo movimento. E essa última, o autor reafirma que os movimentos “dever servir de base para outras aquisições mais elaboradas” (FREIRE, 2002, p. 77).

Freire também apresenta seu entendimento de corpo dualista. Para o autor, é através da aprendizagem dos movimentos que o ser é possibilitado às aquisições não motoras, intelectuais e sociais (FREIRE, 2002). Ou seja, rasgando a afirmação do autor, sua compreensão de corpo é alicerçada em um tripé. O

movimento forma o corpo, possibilita o desenvolvimento intelectual, da mente, assim como as de outras aquisições externas, do ambiente, ou seja, sociais.

Nesse sentido ele afirma: “No meu entender, a Educação Física não é apenas educação do ou pelo movimento: é **educação de corpo inteiro**, entendendo-se, por isso, um corpo em relação com os outros corpos e objetos no espaço” (FREIRE, 2002, p. 77, **negritos do autor**).

Em suma, a educação de corpo inteiro é, em última análise, uma educação de um corpo biológico que ao se desenvolver possibilita o desenvolvimento intelectual e pode com isso apreender e se relacionar com o ambiente, ou seja, com o mundo externo e social, um passo de cada vez, de forma que cada nova aprendizagem assimilada é necessária uma acomodação realizada.

Evidentemente que trazer à tona as abordagens pedagógicas⁴⁸ não é algo necessariamente novo, e aos olhos mais distraídos, pode aparentar algo, inicialmente, ultrapassado, ou uma espécie de viagem ao *multiverso da loucura*⁴⁹ das abordagens pedagógicas, porém, essa retomada é essencial. Isso porque as divergências entre as abordagens, aparentemente mais próximas, se tornam cada vez mais latente, enquanto outras que se pareciam mais progressistas, seus autores caminham no sentido inverso⁵⁰.

⁴⁸ Antes de prosseguirmos, é necessário fazermos um esclarecimento de reconhecimento. As abordagens pedagógicas da educação física são produtos histórico, produzidos em circunstâncias históricas e, portanto, com validade, assim como o presente texto. Nesse sentido, reconhecemos o fundamental papel que elas tiveram e ainda possuem, para o debate do objeto de estudo na educação física. Por outro lado, os seus méritos individuais não as tornam isentas de análise e críticas de suas limitações, sejam elas temporais ou teóricas.

⁴⁹ Nas revistas em quadrinhos e agora no cinema (RAIMI, 2022) no chamado Universo Cinematográfico da Marvel, o conceito de multiverso é a possibilidade de várias dimensões e linhas temporais coexistirem, paralelamente, cada uma com a sua variável. É a existência de vários universos com realidades únicas entre eles. De certa forma, no campo da aparência, é o que acontece com as abordagens pedagógicas na educação física. Se deixarmos de lados os determinantes fundamentais para compreensão da educação física e nela a concepção de corpo, o que nos sobra é uma gama quase que infinita de concepções, aparentemente divergentes uma da outra, assim como os infinitos universos e suas possibilidades no multiverso da Marvel.

⁵⁰ Celi Tafarrel, afirma em entrevista comemorativa aos 10 anos do livro “Metodologia do ensino de educação física”, ou simplesmente, Coletivo de Autores, afirma que a produção do livro foi um consenso possível na época de sua publicação, mas com os acirramentos das lutas, no cotidiano, as divergências tornaram-se mais latente e cada um dos autores tomou o seu rumo. (CASTELLANI FILHO et al, 2009). Já Mello (2014), no primeiro capítulo de sua tese de doutoramento, discute as posições tomadas por Valter Bracht, na busca pela legitimidade da educação física, abondando a cultura corporal, como objeto da educação física, e assumindo a cultura do movimento e toda sua perspectiva, não mais vinculada ao projeto histórico de uma sociedade emancipada humanamente.

Destarte, o objeto da educação física, defendido por uns como sendo a cultura corporal, por outros, como cultura corporal do/de movimento, ou somente movimento, não é consenso. Assim, os posicionamentos acerca da compreensão do que é educação física e nesse mesmo contexto do que é o corpo, são divergentes e cada vez mais separados por uma falha de San Andreas⁵¹ que as distanciam.

Essas divergências se mostraram presentes durante a década de 1980 e permaneceram até hoje. Existia em principio uma preocupação com a cientificidade da Educação Física, que parece ser comum a todos. Mas a partir do momento em que é denunciado o forte conteúdo ideológico da Educação Física, bem como a sua restrição à aptidão física e ao esporte, o que não deixa de ser também um componente ideológico, os grupos se distanciam. (MELLO, 2014, p. 157).

Essas abordagens influenciaram e influenciam inúmeras posições e contribuem nas diferentes compreensões de educação física e de corpo, ainda na atual conjuntura. Três diferentes posições, podem ser colocadas para caracterizar essas abordagens, para além da classificação realizada no quadro 1.

O primeiro grupo de teorias se caracteriza pelas teorias que se articulam às determinações biológicas da aptidão física e o desenvolvimento motor. O desenvolvimento motor, inclusive, dá nome a inúmeras disciplinas espalhadas pelos cursos de formação inicial em educação física no Brasil⁵², cujos nomes variam entre Desenvolvimento Motor, Aprendizagem Motora e Crescimento Motor. Às vezes com mais de uma dessas disciplinas no mesmo currículo e possui em David Gallahue sua expressão teórica máxima e, no Brasil, o professor Go Tani. Esse grupo ainda conta

⁵¹ A falha de San Andreas é uma gigantesca e famosa rachadura resultado da movimentação de duas placas tectônicas que trazem instabilidade sísmica à região do oeste norte americano. A movimentação das placas fez surgir uma das mais famosas falhas do planeta e seu atrito poderá ser responsável por frequentes tremores na Califórnia. Essa falha é, potencialmente, a mais perigosa por marcar o limite entre as duas maiores placas tectônicas do planeta e sua extensão de, aproximadamente, 1,3 mil quilômetros.

⁵² No curso de educação física da Universidade Federal do Ceará, Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora, aparecem como disciplinas separadas que apresentam 48 horas de carga horária cada uma. Informação que pode ser visualizada em: <https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>. Acesso em 01/01/2022. Na Universidade Estadual de Maringá, a abordagem desenvolvimentista dá nome às disciplinas de: Crescimento e desenvolvimento físico, 60 horas; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor, 60 horas; além e ser a fundamentação matricial da ementa da disciplina de Educação Física Escolar, 180 horas. Informações disponíveis em: <http://www.def.uem.br/downloads/horario-de-aula-2020/horario-de-aula-discente-2020-licenciatura-integral-1>, acesso em 01/01/2022. Tomamos essas duas universidades a título de exemplificação, pelos simples motivos, a primeira, é local de produção dessa tese e a segunda, é local na qual o pesquisador realizou a sua formação inicial.

com as teorias que na sua aparência são teorias sociais, ou mesmo com predominância da consciência, mas suas essências demonstram que dando as teorias com abordagem cultural de Jocimar Daolio quanto o construtivismo de João Batista Freire, são abordagens na qual seu momento predominante é a determinação biológica.

O segundo grupo de teorias são as de determinação da consciência, podem ser colocados nesse grupo a crítico-emancipatória, a psicomotricidade⁵³, a progressista⁵⁴, além da concepção freiriana de Medina entre outras. Todas possuem em comum os atos da consciência como determinante, para elas, os atos cognitivos controlam os atos motores e corporais, de forma que para a formação integral do sujeito passe a ser um ato consciente e da consciência.

No terceiro grupo, caracterizamos a proposta vinculada ao “materialismo histórico-dialético” do Coletivo de Autores. Essa proposta compreende a educação física como uma forma de linguagem, e como tal subsumida a expressão da linguagem.

Como podemos notar, no quadro 2, as várias abordagens e concepções diferentes, semelhantes, antagônicas que a educação física possui. Esses posicionamentos na educação física encontram-se numa linha tênue entre propostas de um “movimento crítico”, iniciado por Medina em 1983 até a produção do Coletivo de Autores em 1992, e uma perspectiva conservadora sintetizada na abordagem desenvolvimentista.

Entendemos o movimento crítico como uma forma de organização dos professores de educação física, principalmente ao que se refere ao início da década de 1980, que possuíam como finalidade responder a pergunta “o que é educação física?” (OLIVEIRA, 2004) e qual sua função social? Esses professores buscavam dar respostas para a problemática de identidade e legitimidade na educação física escolar, além de uma superação das antigas práticas higienistas, militarista e esportistas.

⁵³ A síntese dessa concepção está na obra intitulada “*O corpo na escola no século XXI*” de autoria de Jean Le Boulch.

⁵⁴ A síntese dessa concepção está na obra intitulada “*Educação Física Progressista*” de autoria de Paulo Ghiraldelli Junior, e possui como base matricial a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos de José Carlos Libâneo.

Contudo, muitos se apropriaram do discurso da educação física como produto social, mas continuaram reforçando seu caráter biológico e a-histórico. A grande obra do movimento crítico é o Coletivo de Autores de 1992, que se soma as teorias que embarcaram no Mara Hope⁵⁵, os humanistas, os progressistas, os culturalistas, que assim como o Mara Hope, espera a ação do tempo para acabar de se deteriorar.

À luz dessa constatação, consideramos importante apresentar de forma sucinta, as concepções que, em regra, determinam os posicionamentos da educação física. A primeira que apresentaremos, diz respeito à continuidade e, portanto, conservação da educação física aos determinantes biológicos. Já a segunda, é o ponto de partida do movimento crítico, contudo, compreende a consciência como momento predominante. Terceira concepção, apresentaremos a sistematização do Coletivo de Autores.

5.2 A subordinação do corpo à consciência e a determinação biológica do desenvolvimento humano

O entendimento do corpo na educação física, mesmo possuindo apontamentos críticos ao seu respeito é, em regra, tendencialmente determinado por aspectos biológicos e naturais. Constantemente recai a compreensão de que a mente domina o corpo.

Ao tratar o tema do desenvolvimento humano na educação física, majoritariamente a temática é revertida para o debate de crescimento, maturação, desenvolvimento motor, aprendizagem motora. O plano de fundo são as análises biológicas, fisiológicas e anatômicas dos sujeitos. A hereditariedade genética se torna o centro das análises.

A própria busca pela legitimidade da educação física, enquanto área ligada a saúde, é justificada pelas questões relacionadas à parte orgânica do sujeito.

⁵⁵ Mara Hope é um navio que está encalhado no litoral de Fortaleza-Ceará, há 37 anos. Faz parte da paisagem turística local mais a cada dia que passa, sofrem ações do tempo – sol, água, maresia – e está se deteriorando. Cerca de 70% da sua carcaça original já não existe mais. O navio encalhado possui tempo contado para naufragar, assim como as teorias sem sustentação da prática real e concreta da totalidade social.

Por exemplo, a prática de exercícios físicos constantemente, a quantidade de atividades semanais e os parâmetros de qualidade de vida. Isso mantém sempre secundária a vida social do indivíduo e as relações sociais onde está inserido.

Neste item, demonstraremos como umas das mais difundidas formulações teóricas na educação física brasileira possui na sua base de desenvolvimento a compreensão prioritária da biologia no desenvolvimento social. Teoria essa que não só formula ideias na educação física brasileira como é destinada a um espaço central no processo de formação com disciplinas exclusivas que tratam o desenvolvimento humano sobre os seus aspectos, a saber, a teoria do desenvolvimento motor que possui na sua expressão David Gallahue.

Ademais, discutiremos as falsificações teóricas que se utilizam como base as formulações biológicas para explicar as mazelas sociais, justificar, entre outras coisas, o racismo.

Posteriormente, debateremos uma das principais referências na educação física, quando o assunto é desmistificar a unidade entre corpo e mente. Isso porque essa crítica decorre de uma equivocada compreensão da consciência possuindo papel central na análise, ou seja, a consciência como produtora da realidade e não o contrário. Essa compreensão possui em sua expressão João Paulo Medina.

Evidentemente, existem outras compreensões de corpo na educação física e suas especificidades, mas ao examinarmos mais de perto, pôr uma lupa sobre essas especificidades, podemos afirmar que tomam três caminhos. Além dos dois acima descritos de determinação biológica, da consciência determinando o corpo, um terceiro pressuposto é que não existe dicotomia entre corpo e mente e o momento determinante está na prática social. Sua expressão está na obra *Metodologia do Ensino da Educação Física*, conhecida como Coletivo de Autores. Mesmo compreendendo, assim como Medina, uma falsa dicotomia entre corpo e mente, o Coletivo de Autores (2009) entende que a gênese social da educação física está na apropriação dos elementos da cultura corporal, tratadas como forma de expressão e comunicação e, portanto, como linguagem.

Acerca desse assunto, entendemos que precisa ser analisado e debatido ao ponto de uma crítica voltada para a compreensão da educação física no Coletivo de Autores e seus desdobramentos, o que não é intenção desse estudo. Contudo, optamos por apresentar em linhas gerais, as duas principais, no sentido de difusão

na educação física, da compreensão de corpo e no ponto seguinte, a compreensão do Coletivo de Autores.

5.2.1 A determinação biológica na compreensão de corpo na obra *Compreendendo o Desenvolvimento Motor*

Go Tani et al (1998) entende que a proposta da abordagem desenvolvimentista se apresenta como responsável pela caracterização do progresso normal do crescimento físico, motor, cognitivo, entre outros, no processo de aprendizagem motora. Nesse sentido, o movimento não é só o meio pelo qual as crianças irão se desenvolver, mas também é o fim. Seu desenvolvimento surge para aprendizagem motora, esta que é o ponto final da educação física.

Não é função da educação física, segundo a compreensão desenvolvimentista, privilegiar nenhum outro aspecto de aprendizagem, embora isso possa ocorrer, ao passo que se realiza tarefas para a aprendizagem motora, assim, não é função da educação física interferir na realidade concreta e objetiva, em suma, no movimento histórico-social, porque o desenvolvimento motor, pode ser alcançado em si mesmo. Isto posto, para a abordagem desenvolvimentista, o papel central da educação física é oferecer uma gama de movimentos de manipulação, locomoção, equilíbrio, dando condições ao desenvolvimento do seu comportamento motor.

Toda essa ideia base, mesmo sistematizada no Brasil por Tani (1998), possui a referência matricial em David Gallahue. Através disso, tomamos como ponto de análise não as formulações de Go Tani, mas sim as formulações de Gallahue e Ozmun (2005) que estão apresentadas como síntese na obra *“Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos”*.

A produção da concepção desenvolvimentista de Gallahue possui como fundamentação os escritos do desenvolvimento humano com determinação biológica. Destaque para as teorias da psicanálise de Sigmund Freud e as três teorias do desenvolvimento humano que são o marco na produção de Gallahue, a saber: a teoria psicossocial de Erik Erikson, a teoria ambiental de Robert Havighurst e a teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget.

Gallahue e Ozmun (2005) iniciam apresentando seu conceito chave, afirmando que o desenvolvimento motor é a contínua alteração no comportamento motor do nascimento até a morte, consonante da interação da tarefa, a biologia individual e as condições do ambiente.

Além do mais, para justificar a importância do movimento pelo movimento, o autor critica os psicólogos sociais que se preocupavam com o movimento e deram atenção de forma superficial ao movimento, e os estudos do desenvolvimento motor não tiveram estudos da sua própria causa. E acrescenta que: “o estudo do desenvolvimento motor, no passado, foi ofuscado pelo interesse nos processos cognitivos e afetivos do desenvolvimento” (GALLAHUE; OZMUN, 2005, p. 3).

Segundo o autor, desde a década de 1980, os estudos do desenvolvimento deixam de ser ofuscados e passam a ser uma “área legítima de pesquisa científica nos campos da cinesiologia e da psicologia desenvolvimentista” (2005, p. 4), justificando sua legitimidade de pesquisa ao apresentar e explicar os modelos transacional, afirmando que:

Estudiosos do desenvolvimento motor reconhecem que as exigências físicas e motoras específicas de uma tarefa motora interagem como o indivíduo (fatores biológicos) e o ambiente (fatores de experiência ou aprendizagem). Os modelos transacionais [...], concluem que os fatores relativos à tarefa, ao indivíduo e ao ambiente não são apenas influenciados (interação), mas também podem ser modificados (transformação) um pelo outro (2005, p. 4).

O movimento para Gallahue é equivocadamente naturalizado, o autor não compreende os determinantes do movimento e afirma que o desenvolvimento motor pode ser examinado por si só. Fato que fica explícito em sua explicação que a tarefa, ou melhor, o movimento, produzirá o tão almejado comportamento motor. Este por sua vez, condicionado à determinação biológica, e não somente, condicionado à determinação biológica individual.

Nesse sentido, podemos afirmar que a existência do ser biológico individual de Gallahue – compreensão equivocada – é na verdade o ser social que só existe porque existe o seu gênero. Em outras palavras, a existência do homem individual depende ontologicamente da existência do gênero humano, do ser social.

Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade *científica*, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com os outros, sou *social*, porque é como *homem* que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi

dado como produto social. A minha *própria* existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social. (MARX, 2006, p. 140, *itálicos do autor*).

Gallahue não só não compreende os determinantes sociais, como os ignora, ele deixa claro que sua preocupação é sempre o movimento, demonstrando sua insatisfação teórica até que o desenvolvimento motor passa a ser centrado e somente preocupado com a tarefa em si e, portanto, com o movimento.

Está na determinação biológica o termo mais puro do desenvolvimento motor, pois se referem às “alterações no nível de funcionamento de um indivíduo ao longo do tempo” (GALLAHUE; OZMUN, 2005, p. 14). Ou seja, alterações nos níveis biológicos do funcionamento do corpo, ou melhor, “no organismo humano em sua jornada desde a concepção até a maturidade e, depois, a morte” (2005, p. 15).

Porém, a reprodução do indivíduo não se realiza nem pelo desenvolvimento motor, nem pelos níveis de alteração biológica individual, se concretiza pela eterna necessidade de mediação com a natureza. Na esteira de Marx, Moraes e Jimenez (2009) a reprodução dos homens é balizada necessariamente pela transformação metabólica da natureza, pelo trabalho, através de atos postos orientados que implicam indivíduos a construírem a si próprios enquanto individualidades singulares e, concomitantemente, constroem a totalidade social, se constroem enquanto generalidade humana.

Nesse entendimento, a própria educação física é uma sociedade cada vez mais determinada pelos sujeitos e cada vez menos pelas leis biológicas. Desse modo, movimentos de locomoção, equilíbrio e manipulação não se realizam por si só, como alteração orgânica e movimentos equilibrados pelos ossos, articulados pelos tendões e fortificados pelos músculos. Ao contrário, se realizam como resposta a realidade social concreta e somente como ato teleologicamente posto.

Quando a necessidade é posta concretamente, os seres humanos se deparam tanto com o problema quanto com as alternativas para atender essas necessidades. Mas a existência, ou seja, o torna-se real, só pode acontecer a partir de uma objetivação, mediante uma ação consciente e, portanto, por um ato posto, mediante às escolhas entre as alternativas postas. O torna-se objetivado vale tanto para o movimento de uma rebatida de bola, com a manipulação de um taco de beisebol, quanto para o ato do trabalho. Isso porque esse segundo, como categoria

fundante, é protoforma para o desenvolvimento de todas as outras práxis, entre elas as práxis corporais e, portanto, protoforma para a rebatida acima descrita.

[...] a atividade produtiva humana, conforme a análise marxiana é, ao mesmo tempo, produção do objeto de sua necessidade e produção de si mesmo enquanto indivíduos sociais e singulares: o homem, no ato de produzir e reproduzir os objetos de sua necessidade produz a si mesmo, genérica e individualmente. (GONÇALVES; MORAES; JIMENEZ, 2012, p. 64).

Gallahue passa longe de compreender o ser enquanto uma totalidade dialética, no qual o indivíduo é um ser social, e sua singularidade é a representação plena da existência do seu gênero, concomitantemente e dialeticamente, o ser genérico se confirma na sua universalidade pela existência do indivíduo singular. O indivíduo singular, só interessa na medida em que é o indivíduo e seus fatores biológicos, assim, sua análise recai somente para o indivíduo biológico e para o movimento, como ação conjunto dos organismos do corpo (biológico) humano.

O termo **movimento** refere-se à alteração real observável na posição de qualquer parte do corpo. O movimento é o ato culminante dos processos motores subjacentes. A palavra *movimento* está freqüentemente [sic] vinculada a outras para ampliar ou para esclarecer o seu significado, porém em geral, ela se refere ao ato manifesto de move-se. (GALLAHUE; OZMUN, 2015, p. 19, **grifos do autor**).

Dessa maneira, sua proposta de intervenção do desenvolvimentismo na educação física começa a ser apresentada. Para ele, se faz necessário uma organização seriada de movimentos relacionados para se apresentarem como um padrão de movimento, que representa, de forma isolada, o desempenho do movimento. A restrição isolada desses movimentos é que vai configurar em sua proposta, a organização do padrão de movimento fundamental que ele a define como:

Um padrão de movimento fundamental refere-se ao desempenho observável de movimentos básicos locomotores, manipulativos e estabilizadores. Os padrões de movimentos fundamentais envolvem a combinação de padrões de dois ou mais segmentos corporais. Correr, pular, derrubar, arremessar, girar e virar são exemplos de padrões de movimentos fundamentais (GALLAHUE; OZMUN, 2015, p. 19).

Para Gallahue e Ozmun (2005), esses padrões de movimentos podem ser refinados para desempenhar atividades relacionadas ao esporte e surgem de uma combinação de padrões, chamadas de habilidades esportivas.

Figura 2 – Ampulheta de Gallahue



Fonte: Gallahue (2015, p. 57).

Na criação de seu modelo teórico, Gallahue e Ozmun (2005), sistematiza a chamada por ele de fases do desenvolvimento motor, as quais, segundo o próprio, podem ser observadas nas alterações do comportamento motor ao longo da vida. Por meio disso, ele categoriza o *movimento* em três formas: movimentos estabilizadores, movimentos locomotores e movimentos manipulativos, e os explica em seus termos:

Em sentido mais amplo, um movimento estabilizador é qualquer movimento no qual algum grau de equilíbrio é necessário (isto é, virtualmente toda atividade motora rudimentar). Em sentido mais restrito, um movimento estabilizador é aquele não locomotor e não-manipulativo. (GALLAHUE e OZMUN, p. 56).

Para Gallahue e Ozmun (2005), os movimentos estabilizadores, estão relacionadas com a manutenção de equilíbrio em relação a força da gravidade, os movimentos locomotores, estão relacionados a mudar a localização do corpo em relação a um ponto fixo da superfície, já os movimentos manipulativos, são divididos em rudimentar e refinada. A rudimentar se relaciona a aplicação de força sobre o objeto e a refinada envolve o complexo da musculatura da mão e do punho.

O autor desenvolvimentista constrói então um modelo do desenvolvimento motor: o modelo da ampulheta (Figura 1). Nesse modelo, ele sintetiza sua concepção de como acontece o desenvolvimento motor, que apresentam divididos em quatro fases: reflexa, rudimentar, fundamental e especializada, em qual cada fase, possui os estágios do desenvolvimento motor e as faixas etárias para cada fase e estágio.

Na proposta desenvolvimentista de Gallahue, acerca do desenvolvimento motor, é sintetizado pela sua ampulheta. Nesse modelo, Gallahue quer explicar e sintetizar as fases do desenvolvimento motor e como esse é adquirida durante a vida. Gallahue então realiza uma analogia com a areia, que através de dois diferentes recipientes, pode ser colocada areia na ampulheta para medir o grau de desenvolvimento motor do indivíduo. O primeiro recipiente é o da hereditariedade, possui uma tampa fechada, pois a estrutura genética já está fixada desde a concepção. O segundo recipiente é o do ambiente, sem tampa. Pois não se sabe a quantidade de areia nele (2005, p. 64).

É importante ressaltar que para o autor canadense, o resultado final da areia é o que importa, não importando de onde a areia vem, ou seja, “não importa se sua ampulheta está preenchida com areia hereditária ou com uma areia ambiental” (Ibid, 2005, p. 64).

A fase motora reflexa é composta pelos movimentos involuntários. Os reflexos para Gallahue e Ozmun (2005), são os movimentos involuntários do bebê, que formam a base para as demais fases e para o desenvolvimento motor. Já a fase dos movimentos rudimentares, são determinados pela maturação do bebê e são aqueles relacionados à faixa etária de até 0 a 2 anos e, apresentam-se de forma voluntária ligada a sobrevivência do bebê. A fase de movimentos fundamentais, se relacionam as habilidades motoras da primeira infância e são decorrentes da fase

anterior. Por fim, a fase de movimentos especializados, que são decorrentes do desenvolvimento da fase anterior.

Fica cada vez mais evidente que Gallahue compreende o homem e seu corpo, unicamente como elemento biológico. Sua compreensão de homem serve como uma prisão, mantendo restrita sua análise ao determinismo biológico. O autor, sempre que apresenta o indivíduo, o faz como fatores biológicos, e sempre que apresenta a tarefa na mediação, está se referindo ao movimento realizado por esse corpo biológico. Assim, a consciência, ou a mente e seus aspectos cognitivos, aparece como algo externo, conseguidos pelo acúmulo de experiências e aprendizagens.

Não compreender o indivíduo como uma singularidade do ser social e do seu gênero, tornar a análise de Gallahue uma distorção de como as coisas acontecem na realidade social. Tratar o indivíduo como uma determinação biológica individual é não compreender o processo de desenvolvimento humano. A humanidade se desenvolveu e continua a se desenvolver na forma de gênero, socialmente.

Portanto, o autor não compreende que o desenvolvimento individual [ontogênese], acontece sobre circunstâncias históricas dadas, e sua apropriação individual não se relacionam de forma imediata hereditariamente. Ou seja, o indivíduo não precisa inventar o fogo e a roda, que já foram produzidas pelo seu gênero do processo de adaptação biológica e evolutivo [filogênese], ao passo que o processo de desenvolvimento do seu gênero, não cessa. Ambos os processos, desse modo, são produtos da história.

Carmo (2008) levanta a bola para ser cortada. A autora afirma, em seus estudos de doutoramento, ao delinear a centralidade do trabalho em Vigotsky, que o trabalho explicita a inter-relação entre as categorias tanto no plano da ontogênese, quanto no plano da filogênese, assim, no desenvolvimento da espécie e do indivíduo, se confirma o papel do trabalho nessa relação.

Aparentemente, a classificação dos movimentos realizados pelo autor, não parece ter problemas alguns. Movimentos caracterizados como sendo de estabilidade, outros como sendo de locomoção, outros de manipulação. Contudo, se a aparência e a essência, fosse a mesma coisa, nosso exame aqui seria inútil. Mas, como presentes no mesmo ente e não necessariamente a mesma coisa, nosso

examinar se faz necessário, e é nesse processo árduo de compreender e abstrair conceitualmente, e o mais importante, contrapor com a realidade concreta e objetiva, podemos verificar que tais classificações obnubila a determinação biológica do desenvolvimento humano que possui o autor.

Seja feita de forma intencional ou não, o fato é que ela mascara e põe uma armadura no fato de essa classificação ser puramente biológica. Quem poderá questionar que uma corrida é um processo de locomoção? que um aviãozinho é um processo de equilíbrio? ou que lançar uma bola de beisebol é um processo de manipulação?

Entretanto, está na forma como se realiza, na concepção do autor, cada tipo de movimento o “pecado original”. Se sua determinação é pura e simplesmente biológica, o que nos diferencia dos demais animais?

O ser biológico está preso às determinações biológicas, sua atividade vital não produz nada de novo. Mas, ao examinar a classificação e as explicações de Gallahue para cada tipo de movimento, tomaremos como exemplo, levada às últimas consequências, um cachorro⁵⁶ doméstico de nome Pub, que “brinca” com seu dono de ir buscar a bolinha, o “brinquedo dele”⁵⁷.

Pub, a maior parte do dia, fica no quintal de sua casa, a espera que seu dono retorne do trabalho. Quando chega essa hora, a sua primeira reação é pegar uma bola e sair atrás de seu dono. Sempre colocando a bola o mais perto do alcance de seu dono. Ele espera com essa ação, que seu dono pegue a bola e

⁵⁶ Marx, ao realizar o estudo do capitalismo, identifica que um em um ente superior, repousa as determinações do ente superado. Para tanto, afirma que está na anatomia do homem a chave para a compreensão da anatomia do macaco (MARX, 2008a). Pelo mesmo caminho metodológico, compreendemos que está no movimento essencialmente humano a chave compreendermos os limites dos movimentos essencialmente biológicos. Assim, está no ser social as respostas que os difere do ser da natureza e a labilidade dos animais superiores, como é o caso dos animais domésticos, nos parece ser determinante para refutar, principalmente, a explicação do movimento simplória, à luz dos aspectos biológicos (físicos, químicos, mecânicos).

⁵⁷ As palavras brincar e brinquedo aparecem entre aspas, pois para o cachorro doméstico, esses dois não possui a criação de uma consciência ativa. Ao passo que para a criança, por exemplo, o brinquedo cria uma situação imaginária no ato do brincar. A partir da brincadeira a criança apreende relações de sua própria realidade objetiva, e as coloca no campo imaginário. Toda a brincadeira possui regras, seja explícitas a priori, seja desenvolvida a partir da imaginação (VIGOTSKI, 2007). Elementos que não podem ser visualizados no “brincar” do cachorro – sua consciência permanece um epifenômeno e não a sinais de que se tornará uma escola entre alternativas – e não podem ser a partir de experimentos, assim, essas afirmações são possíveis conceitualmente, por comprovação desses elementos no ser social, *post festum*.

jogue para ele correr atrás dela e pegá-la, trazendo novamente e assim, repetindo esse ciclo, até que esteja cansado para realizá-lo e se deite em outro lugar.

Nessa “brincadeira”, Pub, que também já foi um filhote que não sabia se pôr de quatro patas, fica parado, ou às vezes se equilibrando em duas patas, até que seu dono lance a bolinha. Então, se a simples definição de equilíbrio estiver relacionada a sua manutenção da força da gravidade, Pub, ao esperar de quatro patas sobre o solo, está equilibrado com a força da gravidade. Quando corre para pegar a bolinha, Pub desloca seu corpo para outro ponto da superfície, diferente do seu ponto inicial. Ao pegar a bola, exerce uma força sobre o objeto, e o manipula com a boca.

Se o movimento é por si só o condutor desse desenvolvimento motor, que desenvolve cada vez mais seu comportamento motor, com padrões de movimento que os leva a construção de habilidades esportivas, indago: por que Pub não sai do estágio em que se encontra seu movimento, e controle motor, e não desenvolve uma habilidade esportiva? O porquê disto ocorre pelo simples fato de os animais estarem presos às suas determinações próprias da esfera animal.

Logo, não é que o movimento não seja o deslocamento de um ponto a outro em relação a uma determinada superfície, é que o movimento essencialmente humano, salta a essas barreiras de determinação simplória mecânica. Para Fromm (1962, p. 39) o movimento é o princípio que caracteriza o homem, e adverte que: “O princípio do movimento não dever ser interpretado mecanicamente, mas como impulso, vitalidade criadora, energia”.

Dito de outra forma, o movimento, como define Gallahue, não explica o movimento do ser social, apenas explica o movimento de qualquer ser biológico e, portanto, pode ser adequando para explicar o movimento do Pub, mas jamais para explicar ou meramente exemplificar o movimento concreto do seu dono e, portanto, síntese de múltiplas determinações e, um pôr teleológico.

O ser social, não é só qualitativamente diferente dos demais animais, é também quantitativamente diferente. Pub não está brincando, porque até a brincadeira é produto sócio-histórico, carrega com ela sentido e significados puramente humanos, ou seja, atos posto teleologicamente. O brincar para o dono do Pub, possui intencionalidade, é previamente idealizada na consciência, enquanto para Pub, sua consciência é um mero epifenômeno.

O animal identifica-se prontamente com sua atividade vital, não se diferenciando em nada dela. O animal é sua própria atividade vital. Já o homem faz de sua atividade vital – o trabalho – objeto de sua vontade por meio da consciência. Nesse sentido, é uma atividade lúcida, realizada da forma que já imaginou, ou seja, antecipa o resultado em sua consciência, diferentemente dos outros animais. O animal, não consegue se desvincular da natureza, mesmo quando se desenvolve, evolui e se complexifica. Sua consciência permanece limitada pela reprodução biológica, ao passo que, a consciência do homem se dirige por ela mesma, mediada pelas relações concretas de pôr teleológicos e nexos causais desses pôr (OLIVEIRA, 2018, p. 82).

São apenas os homens, que por sua atividade fundante do trabalho, se diferem da natureza, e se afastam das barreiras do desenvolvimento biológico, por isso, põem finalidade em todas as suas ações. Finalidades essas, históricas, ao passo que os sentidos e significados do homem que corre para fugir de uma ferra, não se aproximam em nada, dos sentidos e significados do homem que corre para alcançar um recorde.

A consciência fenomênica de Pub sugere que para ele, o cérebro não é o ponto médio da relação com a natureza, é apenas os receptores e controlador das funções fisiológicas do seu corpo. Não é capaz – e não existem indícios que isso ocorra – de refletir sobre seus atos ou mesmo apropriá-los para além do que realiza cotidianamente. Ficando assim, sua consciência determinada pelos condicionantes biológicos. A esse respeito, Maceno nos ajuda a compreender:

Entre os animais, mesmo entre aqueles superiores na escala evolutiva, a consciência opera como mero epifenômeno. Nesses, ela é um subproduto da evolução e das condições biológicas, sendo incapaz, de se elevar para além de suas premissas biologicamente dadas. Ou seja, a consciência animal não é um fator determinante para a reprodução da espécie, e tampouco para a reprodução do indivíduo animal. A consciência animal tem sua determinação fundada pelas condicionantes biológicas e genéticas. (MACENO, 2017, p. 87).

No entanto, desdobramentos da determinação do corpo como essencialmente biológico, podem se apresentar de maneiras sociais mais perversas, não somente como erro, mas, principalmente como uma falsificação intencional para justificar as atrocidades sociais, concepções de raça, concepção de classe dominante, em suma, um falso socialmente necessário.

5.2.2 A compreensão de corpo na perspectiva biológica: a falsificação enquanto falso socialmente necessário

O homem é um ser da natureza, e como tal, sempre continuará sendo, até sua morte. Como ser da natureza, o homem possui ossos e cartilagens que permitem, juntamente aos músculos, uma sustentação. As articulações minimizam os atritos entre os ossos, além de servir como uma dobradiça, possibilitando a produção de movimentos. Esses três sistemas em conjunto, formam o aparelho locomotor.

Esse organismo biológico que nos é apresentando como um corpo, que possui membros, cabeça e tronco, necessita, para o seu funcionamento, de algo externo ao seu organismo. Precisa produzir energia, mas não pode realizar internamente, assim como não conseguem também realizar de forma involuntária. Nesse sentido, o homem é um ser finito, e os objetos essenciais que impulsionam a sua existência, existem fora dele.

[...] o homem também é um ser *finito, limitado*. Isto significa, por um lado, que ele é um sofredor dependente-condicionados: “os *objetos* dos seus impulsos existem fora dele, como *objetos* independentes dele; mas esses objetos são *objetos* de suas *necessidades, objetos* essenciais, indispensáveis para a ação e confirmação das suas forças essenciais” (MÁRKUS, 2015, p. 21).

No processo de preparação biológica, desenvolvem-se as capacidades relacionadas à respiração e todo o seu sistema que as executam de forma involuntária. Necessitam de algo externo que seja transformado internamente em energia. Desenvolve-se o sistema digestório e urinário, para filtrar tudo que é colocado no corpo voluntariamente, o que tornará energia, será armazenado como tal, e o que dever sair do corpo.

Como ser da natureza, precisa de um sistema que leve toda a energia e o oxigênio e um órgão específico que pulse a energia através do sangue arterial a cada pedacinho de corpo, inclusive para a cabeça, onde se encontra o cérebro, órgão do sistema nervoso, responsável por toda ação voluntária do corpo. Sua célula é o neurônio, altamente especializada na condução de energia e na produção de sinais elétricos de comunicação entre as demais células corporais.

Mas, somente com o que está interno ao organismo do ser da natureza, ele pode se desenvolver como tal. Necessita do oxigênio, que captura no ar de

forma involuntária, e precisa de energia. Como não tem energia no ar, precisa adquirir a energia no meio ambiente. Essa energia, encontra-se nos diferentes alimentos, e diferentes formas energéticas como os carboidratos, os lipídios, a glicose. Internamente, precisa formar Adenosina trifosfato, ou simplesmente ATP, a energia capaz de colocar todos esses sistemas em funcionamento. Sem a alimentação, não existe ser da natureza.

Mas, o ser da natureza limita-se exclusivamente a esse processo. Não existe, portanto, no ser da natureza, nenhum resquício de práxis corporais. Não existe no ser da natureza o desenvolvimento social, o homem continua em cima da árvore, sem saber como saltar de lá.

A naturalização das determinações biológicas para explicar os condicionantes sociais e históricos concretos foi e ainda é bastante difundida nas práticas corporais, e na própria educação física. Não é particular do atletismo e da natação essa naturalização. Mas acontece corriqueiramente na ginástica, no balé, no futebol, no basquete, nos esportes de gelo, em suma, numa gama de práticas corporais, tanto quando nas brincadeiras de rua e na própria Educação Física escolar. Distorções que contribuem em falas cada vez mais reacionárias e no contínuo ato de racismo no esporte, elemento já alertado por Leontiev.

O essencial das discussões científicas incidiu antes sobre o papel dos caracteres e das dificuldades biológicas inatas do homem. Uma grosseira exageração do seu papel serviu de fundamento teórico às teses pseudobiológicas mais reacionárias e mais racistas (LEONTIEV, 1978, p. 261).

Essa naturalização assume posturas e se vincula a discursos sociais dominantes. Assim como Martin Kane fez em 1971, Adrian Bejan, Edward C. Jones e Jordan D. Charles, seguem o mesmo caminho em 2010. Os autores, ao analisarem os resultados do desempenho atlético entre negros e brancos nas provas de corrida de velocidade do atletismo e das provas de velocidade da natação, atribuem os resultados a uma análise antropológica que aponta 3% de diferença entre o centro da massa corporal entre brancos e negros.

The anthropometric literature shows that the center of mass in blacks is 3 percent higher above the ground than in whites. This means that blacks hold a 1.5 percent speed advantage in running, and whites

hold a 1.5 percent speed advantage in swimming. (BEJAN; JONES; CHARLES, 2010, p. 199)⁵⁸.

Nessa análise, os autores também afirmam que essa disposição é atribuída aos negros oriundos de uma determinada região geográfica do globo terrestre. Não se aplicando, portanto, a qualquer negro, mas a um negro específico. Assim, condicionando a performance da prática corporal a cor da pele e a localização do sujeito, ou seja, naturalizando as questões de comportamento humano e puramente social aos determinantes biológicos e hereditários. “comportamento humano e puramente social aos determinantes biológicos e hereditários. “More and more, the winning runners are black athletes, particularly of West African origin, and the winning swimmers are White” (BEJAN; JONES; CHARLES, 2010, p. 199)⁵⁹.

Os autores sugerem que a explicação do rendimento nas provas de corrida dos negros e nas provas de natação dos brancos está na diferença entre as densidades corporais. O negro possui densidade corporal de 1% maior que a dos brancos. Dizem eles:

[...] the observation that blacks have body densities (ρ) that are slightly (roughly 1 percent) larger than the body densities of whites [13–15]. This fact may be relevant to a comparison of the efforts needed by swimmers to stay afloat in place (treading water), but cannot explain the differences in horizontal speeds in running and swimming. (BEJAN; JONES; CHARLES, 2010, p. 204)⁶⁰.

Não importa para o autor, nem o ano da permissão do negro em praticar esporte, não importa para o autor, a segregação racial sofrida pelo negro ao longo do processo histórico norte americano – e aqui nos limitamos a falar norte americano, simplesmente por ser o país de origem e de análise do autor – importa

⁵⁸ A literatura antropométrica mostra que o centro de massa em negros é 3 por cento mais alto acima do solo do que em brancos. Isso significa que os negros têm uma vantagem de 1,5 por cento na velocidade na corrida e os brancos têm uma vantagem de 1,5 por cento na velocidade na natação (Tradução própria).

⁵⁹ “Cada vez mais, os corredores vencedores são atletas negros, principalmente de origem da África Ocidental, e os nadadores vencedores são brancos” (Tradução própria).

⁶⁰ “a observação de que os negros têm densidades corporais que são ligeiramente (aproximadamente 1%) maiores do que as densidades corporais dos brancos. Este fato pode ser relevante para uma comparação dos esforços necessários dos nadadores para se manterem flutuando no local (pisar na água), mas não pode explicar as diferenças nas velocidades horizontais na corrida e na natação” (Tradução própria).

para ele justificar ou ainda, encontrar motivos em esportes completamente distintos e os compará-los, para imputar ao fator biológico ao fato dos negros começarem a vencer no atletismo, naturalizando a natação como esporte de branco e as corridas como esporte de preto. Nas palavras dos autores:

In summary, 3 percent is the order of magnitude that differentiates between the positions of the centers of mass in the bodies of blacks and whites, and favors the two groups differently in the two speed sports: blacks in running, and whites in swimming. (BEJAN; JONES; CHARLES, 2010, p. 206)⁶¹.

E ainda:

For swimming, the conclusion is quantitatively the same, but in favor of white athletes. The 3 percent increase in the correct length [L2, instead of D in eqn (3)] means a 1.5 percent increase in winning speed, and a 1.5 percent decrease in winning time. Because the winning times for 100 m freestyle are of the order of 50 s, this represents a decrease of the order of 0.75 s in the winning time. This is a significant advantage for white swimmers, because it corresponds to evolution of the records over 10 years, for example, from 1976 (James Montgomery) to 1985 (Matt Biondi). (BEJAN; JONES; CHARLES, 2010, p. 206)⁶².

Segundo Silva et al (2020, p. 13), a hipótese biológica torna-se suporte e uma profecia que fundamenta um doutrinário racismo, que se revela na contemporaneidade como uma pseudociência. Para o autor, “quando as pessoas começam a acreditar que os negros são favorecidos fisicamente, e intelectualmente limitados, o comportamento individual pode até mudar para refletir e reforçar tal pensamento”.

Para Leontiev (1978), a desigualdade no desenvolvimento da apropriação cultural realizada pelos diferentes homens manifesta-se em países que buscam dar respostas e justificar ideologicamente suas dominações, falsificando essa relação

⁶¹ Em resumo, 3% é a ordem de grandeza que diferencia as posições dos centros de massa nos corpos de negros e brancos, e favorece os dois grupos de forma diferente nos dois esportes de velocidade: negros na corrida e brancos na natação. (Tradução própria).

⁶² Para a natação, a conclusão é quantitativamente a mesma, mas a favor dos atletas brancos. O aumento de 3% no comprimento correto [L2, em vez de D na eqn (3)] significa um aumento de 1,5% na velocidade de vitória e uma diminuição de 1,5% no tempo de vitória. Como os tempos de vitória dos 100 m livres são da ordem de 50 s, isso representa uma diminuição da ordem de 0,75 s no tempo de vitória. Esta é uma vantagem significativa para os nadadores brancos, pois corresponde à evolução dos recordes ao longo de 10 anos, por exemplo, de 1976 (James Montgomery) a 1985 (Matt Biondi). (Tradução própria).

social de dominação, afirmando a existência de raças inferiores e superiores. Segundo o autor, nos Estados Unidos da América, essas teorias ganharam força para submeter o negro a cultura e o desenvolvimento econômico do país. Esse esforço se deu principalmente nos primeiros anos do movimento de libertação dos negros e, para dar conotação científica, utilizavam argumentos ligados aos elementos biológicos, a morfologia e a genética.

É aos primeiros que pertencem as tentativas repetidamente feitas para provas a existência de diferenças anatômicas no cérebro dos homens que pertencem a raças diferentes. Essas tentativas não podiam deixar de fracassar. Foi assim, por exemplo, que o volume médio do cérebro de certas tribos negras se revelou mesmo, após um estudo escrupuloso, mais elevado que o dos Brancos (dos Escoceses). O mesmo para a estrutura fina do cérebro. (LEONTIEV, 1978, p. 277).

Assim, a ideologia de raça, trajada de teoria, cumpre sua função social de falsificação da realidade, de produzir o quanto de consenso for possível atrelado sempre aos interesses da classe dominante e, por isso, se apresentam como ideias dessa dominação. Nesse sentido, tomar as determinações das ações humanas e seu desenvolvimento, como determinações biológicas, são utilizadas, em regra, como esforço de grupos sociais para solucionar os problemas, também de ordem social, segundo seus próprios interesses, com generalizações falsas, analógicas. (LUKÁCS, 2010).

[...] é frequente que o homem seja considerado unicamente como ser biológico, até sua psicologia (de todo derivada da biologia ou, em alguns casos, até contrastando com ela) e, de modo absoluto, contraposta às determinações sociais, como mutuamente excludentes. A tenacidade de tais preconceitos é quase sempre reforçada porque estes se tornam elementos de uma ideologia [...] e, conseqüentemente, são utilizadas para desempenhar papel importante no esforço de grupos sociais para resolver seus conflitos segundo seus interesses. (LUKÁCS, 2010, p. 43).

A realidade concreta e objetiva busca um jeito para emergir e ser analisada tal qual ela é. David Epstein, em seu *best-seller* do *The New York Times*, intitulado: *A genética do esporte: como a biologia determina a alta performance esportiva*, disserta sobre inúmeros resultados nas maiores competições esportivas, explicando como o elemento biológico determina o motivo de as coisas acontecerem. Evidentemente que esses fatores sempre existiram com o homem

enquanto ser biológico, mas como ser social passa a ser determinado pela produção social e histórica. E dentro do esporte pela produção de técnicas, por exemplo.

Retornando ao autor, no capítulo sétimo, intitulado: *o big bang dos tipos corporais*, ele segue apresentando as diferenças dos corpos para o desenvolvimento em cada esporte específico. Mas, como a realidade emerge sem pedir passagem, seus próprios exemplos, para ele justamente o elemento biológico como determinante, deixa evidente o produto histórico como plano de fundo. Ou seja, ao tentar explicar a determinação biológica, só fica mais clara e evidente a determinação histórico-concreta. No primeiro momento, pela influência do próprio modo de produção capitalista, de transformar, tendencialmente, toda a produção humana em mercadoria. Diz ele:

À medida que se expande a base de espectadores de performances atléticas extraordinárias, a fama e os prêmios financeiros se deslocam para a pontinha da pirâmide do desempenho. Como essas recompensas vêm aumentando e se concentrando no topo, os profissionais que as elevam têm se tornado cada vez mais rápidos, mais fortes e mais qualificados. (EPSTEIN, 2014, p. 105).

O aumento no rendimento esportivo, a busca por melhores resultados no esporte moderno está condicionada pela própria lógica da sociedade na qual o esporte é produzido. O esporte de alto rendimento deixa para trás todas as manifestações sistematizadas de práticas corporais, superando-as em números e qualidades. Aperfeiçoando-as incessantemente. Não é biológico tornar a prática corporal um espetáculo, assim como não é biológico o dinheiro que se ganha com o alcance dos resultados.

Ao explicar a origem da técnica do salto em Fosbury, o autor identifica que após a realização do salto por Dick Fosbury em 1968, que exige uma elevação do centro de gravidade do atleta, o perfil dos praticantes se alterou, elevando-se em média 10 centímetros (Ibid., 2014).

Mas, como podemos notar a elevação e, portanto, a alteração biológica do perfil dos atletas praticantes só é alterada anos após a realização e, portanto, a produção histórica do salto como ato posto já estava realizada, assim, as mudanças do perfil só pode ser identificada *post festum*. Em última instância, não são os fatores biológicos, como altura, neste caso, que alteram o desenvolvimento histórico do esporte e de suas técnicas é exatamente oposto. É somente depois da consolidação da técnica como ato posto, por Dick, que o salto Fosbury passa a ser

apropriado pelo conjunto dos atletas desta modalidade, como técnica socialmente produzida e superior as demais.

Para Epstein (2014), todo esporte possui seu tipo corporal. Os velocistas possuem pernas longas, os nadadores são mais altos, com troncos mais largos e pernas mais curtas, em suma, geralmente nos mesmos esportes os tipos físicos relacionados a peso e altura se apresentam como semelhantes. Para o autor, a explicação está nos genes, por afetarem o peso corporal. Para ele, os atletas de basquete, têm torsos curtos e pernas relativamente longas, melhores para a aceleração dos membros inferiores e a obtenção de uma decolagem mais potente.

Basicamente, até a temporada de 2014-2015, o principal basquete mundial, o basquete norte americano, *National Basketball Association* (NBA), era dominado por um jogo de garrafão, “enterradas”. Mas tudo isso mudou com a facilidade do time do *Golden State Warriors* em atacar de longe do garrafão/cesta. Pela primeira vez na história, foi possível em um jogo decisivo, possuir mais arremessos de três pontos, do que arremessos de dentro do garrafão. Essa facilidade, pode ser personificada em um atleta que não só jogou diferente do que era o convencional de sua modalidade, como não possui o perfil do basquete apresentado pelo autor. Stephen Curry com 1,88m de altura está longe de ser um jogador alto, mas a mudança na forma de jogar, com uma precisão maior dos arremessos de três pontos, fazem com que não só Curry como outros atletas – que não correspondem ao perfil com torsos curtos e pernas longas – se destaquem.

Como todo produto histórico e social, a práxis corporal é histórica e, portanto, mutável. Não existe um perfil a priori, depende dos processos históricos, das mudanças das regras, do desenvolvimento das técnicas e dos modelos de apropriação dessa prática.

O emprego dos conceitos anátomo-fisiológicos, ou seja, ligados à biologia, ocorre seja de forma ingênua, seja de forma intencional. Mas, a constante afirmação do determinismo biológico é um celeiro de formulações, tendencialmente, reacionárias. Lukács, ao analisar o assunto, afirma que:

O biologismo, quer na filosofia, quer na sociologia, sempre foi a base de tendências ideológicas reacionárias. Mas isso nada tem a ver com a biologia enquanto ciência; é antes o resultado das condições da luta de classes, que deram às tendências reacionárias conceitos e métodos pseudo biológicos como instrumento adequado de combate à concepção de progresso. (LUKÁCS, 2020, p. 577).

Como falsificação, as teorias das raças assumem posturas intencionalmente reacionárias. O grande exemplo pode ser identificado com a derrota da Alemanha na primeira grande guerra, que faz surgir um campo de reação falso, socialmente necessário, para cumprir com os ideais do movimento nazista comandado por Adolf Hitler (1899-1945).

Segundo Lukács (2020), as ações do general nazista e seus asseclas, sintetizam os círculos mais reacionários dos grandes capitalistas alemães. E ideologia de Hitler, refina uma utilização cínica demandada por uma demagogia social com a finalidade de mascarar os objetivos do imperialismo alemão apresentando sob forma de uma revolução nacional e social.

As teorias de raças, nada mais são do que falsificações inerentes ao propósito de uma efetivação ideológica, uma doutrina a ser seguida, e uma comprovação falsificada de uma realidade produzida em laboratórios. Por isso, os fascistas criaram e difundiram uma ciência específica no laboratório do partido nazista. Lukács apresenta uma conversa que Rauschning com Himmler, demonstra os motivos da criação de uma ciência específica:

Não importa qual seja a verdade real e efetiva acerca da pré-história das tribos germânicas. A ciência trabalha com hipótese que mudam a cada dois ou três anos. Portanto, não há nenhuma razão para que o partido não possa estabelecer também sua própria hipótese como ponto de partida, ainda que se encontre em contradição com as ideias científicas imperantes. A única coisa importantes [...] é que as ideias professadas acerca da história fortaleçam o nosso povo em seu necessário orgulho nacional. (LUKÁCS, 2020, p. 629).

Com objetivo de ludibriar as massas, Hitler utilizava a falsificação e o discurso de que os povos germânicos possuem descendência de uma raça nórdica, no qual esse sangue, “trata-se de uma nova nobreza; em sua composição encontra-se 80% de nórdicos” (LUKÁCS, 2020) que se sobrepunha sobre as demais, constituindo-se em uma verdadeira e pura raça ariana.

O ariano, o germânico, é, aos olhos da teoria de raças, um ser vivo qualitativamente distinto, sob todos os pontos de vistas, das demais raças humanas. Eles não falam uma língua comum em nenhum dos campos das atividades humanas; por princípio, é impossível que se entendam, a menos que ocorra uma corrupção, uma contaminação da raça pura. (LUKÁCS, 2020, p. 642).

Hitler e o movimento nazista, adentra o povo alemão a se comportarem de forma bestial e compreender qualquer sinal de diferença, como um atentado a

linhagem do sangue puro. A finalidade desse falso ideário era expurgar todo aquele, dentro ou fora do país, que pense diferente, e tratá-lo como um animal, com um ser de uma raça inferior.

Contudo, as principais características do ser social, estão presentes em todo o seu gênero. Enquanto o ser biológico se produz e se reproduz como tal, não existe nenhuma novidade no ser da natureza. Mas, ele é essencial para a produção de algo novo. Porque estão na sua própria condição de ser, as possibilidades de sua superação. Como só se reproduz, com algo externo ao seu ser, sua preparação biológica no longo processo de adaptação, o conduziu – não se sabe quando – ao momento decisivo de transformação radical do seu ser e, portanto, do seu gênero, de mediação e transformação consciente da natureza.

O trabalho é a consagração, a efetivação, é a forma como sabemos que o momento decisivo existiu, pois, ao transformar a natureza, o homem também transforma sua própria natureza, ao final do processo, intencional, lúcido, já não é o mesmo homem que o iniciou. Toda a ação humana, toda a ação da práxis corporal, não é mais um epifenômeno, ao contrário, é consciente.

5.2.3 A subordinação do corpo à consciência na obra *Educação Física Cuida do Corpo e... Mente*

O livro *A Educação Física Cuida do Corpo... e "Mente"* é um clássico brasileiro dentro da área da educação física. Uma monumental obra que defende a totalidade do corpo fazendo uma crítica às tendências biologicistas da educação física, muito fortes ainda nos dias de hoje. Trazer um debate com essa obra, nesse sentido, não é apenas identificar problemas teóricos de compreensão do pesquisador, pelo contrário, a busca se faz necessária para usar o seu texto com base para uma crítica e reafirmação do corpo não só como um elemento biológico, mas, sobretudo, como um produto sócio-histórico, produto de sua história e produzido por circunstâncias históricas dadas, assim, passível de transformações.

Nessa perspectiva, realizar uma análise crítica dessa obra, mesmo como apontamentos introdutórios, é preciso por dois motivos. O primeiro, como já afirmamos acima, é questionar a centralidade da consciência no processo sócio-histórico da produção do homem, reafirmando a centralidade do trabalho no

processo de produção social – como já afirmamos essa centralidade durante o item 3. O segundo, que dialogaremos nesse mesmo item com o autor, ao passo em que iremos expor seu pensamento, é a reverberação dessa compreensão na educação física e no movimento social dos trabalhadores. Isso porque os desdobramentos da apropriação não crítica dessa obra contribuem no campo educacional para “produzir conformidade ou “consenso” quanto for capaz” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45), além de contribuir para a manutenção da própria ordem social do capital.

Como, aparentemente, as práticas corporais nos são apresentadas desligadas do intercâmbio material com a natureza, desligadas da produção real da vida, ou seja, da relação homem e natureza, pela autonomia socialmente produzida no processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas e, conseguinte, desenvolvimento das capacidades e das práticas corporais, o corpo na educação física, assim como suas práticas, é compreendido fora dessa relação de produção real da vida, dentre os resultados, criando uma dicotomia entre corpo e mente.

Esse entendimento de corpo engendra a oposição/cisão entre corpo e consciência. Daí o entendimento de corpo e seus aspectos biológicos e a consciência como momento do pensamento. Momentos distintos que podem contribuir/interferir um no outro, mas nunca são entendidos como uma unidade na qual o momento predominante é uma prática corporal, pelo contrário, o entendimento é de que o corpo é subordinado pela mente.

Acerca desse entendimento sobre o qual a consciência domina o corpo, Medina (1990, p. 22) afirma que:

O que diferencia fundamentalmente os seres humanos dos outros seres vivos conhecidos são as possibilidades de suas consciências. A consciência do homem pode ser entendida como o estado pelo qual o corpo percebe a própria existência e tudo o mais que existe. [...] qualquer aspecto do homem é manifestado, e assim precisa ser entendido, por meio da unidade do seu corpo, se é que pretendemos dar a ele uma dimensão humana.

Medina considera a consciência do indivíduo como fator principal para as mudanças necessárias na educação física. Para ele, é preciso uma mudança nos homens para depois transformar a sociedade. Uma modificação na consciência humana para transformar a realidade social. Em última instância isso significa a própria manutenção da sociedade capitalista, pois a consciência não é produtora da

sociedade, mais reflete idealmente ela, ou seja, é categoria tardia. Portanto, uma ação consciente transformadora, produz uma mudança na consciência.

Em suma, a consciência só pode ser interpretada como manifestação mental na medida em que esta, em última análise, seja entendida como uma manifestação somática. [...] *a consciência está gravada no corpo* (MEDINA, 1990, p. 23, itálicos do autor).

Esse entendimento fica mais evidente por sua compreensão da centralidade da consciência nas mudanças da realidade. Para Medina, é a consciência humana que diferencia os homens dos demais seres vivos. Essa consciência de forma alguma, para o autor, pode ser compreendida separadamente do corpo. Contudo, ao evidenciar a dimensão humana como uma totalidade, o autor considera equivocadamente a consciência como o elemento determinante na relação corpo e consciência, e/ou consciência *versus* realidade.

Tal equívoco, guardadas as devidas proporções, principalmente no que diz respeito à importância e influências de Hegel para a filosofia e as formulações para a dialética marxiana, também foi apontado por Marx ao analisar o método hegeliano. O autor reflete: “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede em si” (MARX, 2008a, p. 259).

A abstração do corpo de sua totalidade, necessária para compreender certas particularidades, é esclarecedora e ao mesmo tempo perigosa, na medida em que nos distanciamos da compreensão do corpo como constituinte de uma totalidade, o ser social. A tentativa de valorizar a educação física, criando para ela um objeto dela – o corpo –, fragmenta o homem, desrespeita a totalidade do ser social. O ser social se torna multifacetado conforme tentamos explicar as particularidades desconsiderando a totalidade. Medina adverte que “o que ocorre é que essa valorização parece diluir-se gradativamente, à medida que tentamos compreender o todo a partir das partes” (MEDINA, 1990, p. 42).

Medina afirma que “ao tentar explicar todas as suas dimensões, o homem se retalha em duas, três ou quatro partes e depois se torna incapaz de perceber a totalidade em que elas se realizam. Uma totalidade que inclua o outro e a natureza” (MEDINA, 1990, p. 42).

O corpo humano quando tratado de forma exclusivamente separada de sua totalidade, como um simples objeto que pode ser comparado até com uma máquina, na melhor das hipóteses comparado a um computador sofisticado, elimina todas as particularidades do ser social capaz de sentir suas emoções, excluindo a subjetividade humana. O corpo humano em sua totalidade criou o computador, criou as máquinas, enquanto transformava a natureza e tornava as relações sociais complexas para atender as necessidades.

Não se tinha a necessidade de um celular com acesso à internet sem antes atender a necessidade de possuir um telefone móvel. Só foi possível ter sua necessidade quando se produziu um telefone fixo para comunicação de pessoas que não estão presentes no mesmo ambiente. Ou seja, os mais complexos telefones celulares têm sua gênese na mais simples forma de comunicação. Em outras palavras, as complexidades possuem raízes nas mais singelas formas das categorias inerentes e necessárias no processo metabólico e eterno de transformação da natureza pelo homem.

O homem isolado é uma abstração. O homem concreto é aquele entendido no seu contexto, inseparável de suas circunstâncias, onde suas relações se fazem dinâmica e reciprocamente. Isso quer dizer que o mundo, por meio da cultura, do ambiente, do momento histórico e dos valores, enfim, forma – ou deforma – os homens, que, por sua vez, constroem – ou destroem – o mundo. (MEDINA, 1990, p. 46).

Quando se fala em corpo na educação física – não só pelos teóricos da educação física, mas, um entendimento predominante –, prevalece a ideia de confronto com a consciência – mente – e, essa perspectiva equivocada, tende a tornar a compreensão do homem reduzida em partes.

Ao contrário, compreendemos que o ser social não é a soma das partes presentes na sua composição enquanto totalidade, mas, uma totalidade na qual as partes se relacionam. Compreender essa totalidade nos permite compreender as suas particularidades. É na totalidade que as particularidades se manifestam e é essa manifestação que abstraímos para ser estudada e compreendida assim como ela é, sua estrutura e dinâmica.

Medina, ao dar à consciência a centralidade no processo unitário indissociável entre corpo e mente, atribui à educação a mediação da autorrealização humana e social. Diz ele:

Educação seria um processo pelo qual os seres humanos buscam sistemática ou assistemática o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, sempre no sentido de uma autorrealização, **em conformidade com a própria realização da sociedade**. (MEDINA, 1990, p. 47, **grifos nossos**).

Concordados com a definição de Medina ao que diz respeito à educação como mediação no processos de sistematização e do desenvolvimento das potencialidade humanas. No entanto, fica claro em Medina que esse processo possui a consciência como momento predominante, visto que esse processo deve estar em conformidade com a realização da sociedade. Ou seja, essa conformidade social, passa pelo desenvolvimento de uma consciência transformadora. A educação em Medina, não é uma mediação necessária , ao contrário, é a mediação necessária.

Destarte, a conformidade da sociedade capitalista não permite o desenvolvimento, em regra, das potencialidades humanas. Essas potencialidades são limitadas pelos anseios da busca pelo valor. A autorrealização de grande parcela dos homens e mulheres está subsumida pelo trabalho assalariado e, portanto, pela compra e venda da força de trabalho. A sua reprodução enquanto indivíduo depende da venda de suas capacidades corporais para, em regra, produzir valores que se expressam pelo seu salário e serão trocados pelos meios de subsistência, e mais valores que se expressam nos lucros obtidos pelo capitalista no processo de exploração do trabalho.

Não são processos isolados, são processos opostos de uma mesma relação. Do ponto de vista do trabalhador, essa relação é uma circulação simples de mercadoria. O trabalhador, possuidor de uma única mercadoria, vai ao mercado para vendê-la. Vende sua força de trabalho a ser utilizada em um processo de trabalho e recebe em troca um salário que será revestido na compra dos meios de subsistência. Uma relação de M-D-M, mercadoria-dinheiro-mercadoria.

Do ponto de vista do capitalista, para transformar seu dinheiro em capital ele vai ao mercado para comprar a força de trabalho de um trabalhador livre, para pôr em um processo de produção, juntamente com os meios de produção e ferramentas de trabalho, produzindo uma nova mercadoria que será colocada em circulação para ser vendida e se realizar enquanto mercadoria. Uma relação dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D).

Entretanto, somente essa relação não explica a produção de valores, para satisfazer as necessidades do trabalhador e muito menos explica a produção de mais valores, para satisfazer as necessidades do próprio capital e do capitalista como sua personificação.

Nesse sentido, a mercadoria força de trabalho é a mercadoria chave no processo de produção, pois é a única mercadoria que possui valor menor do que pode produzir, se relaciona, pois, com sua capacidade de se reproduzir, ou seja, com os meios de subsistência, ao passo que seu trabalho produz muito mais.

O valor da força de trabalho é determinado, como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência [sic], a sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais a aptidão do indivíduo vivo. A reprodução dela supõe a existência desde. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. (MARX, 2011b, p. 200-2001).

Ao comprar essa força de trabalho, o capitalista a consome, fazendo o vendedor dela trabalhar e produzir uma quantidade de valor, tempo de trabalho socialmente médio necessário, expresso nas mercadorias, muito maior do que o que vai ser pago pela força de trabalho e na compra também dos meios de produção e ferramentas de trabalho. Assim, “produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho” (MARX, 2011b, p. 220).

Nesse processo de jornada de trabalho, portanto, existe um tempo de trabalho necessário que representa o valor da força de trabalho e um tempo de trabalho excedente que representa exatamente os mais valores produzidos pela força de trabalho e um tendencial movimento de diminuição de tempo do primeiro para o aumento na mesma proporção do segundo.

A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma das duas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. (MARX, 2011b, p. 270).

Destarte, não são dois tempos isolados de trabalho, ambos fazem parte do mesmo processo e sua separação é uma abstração para fins explicativos. Sua

totalidade (tempo excedente e tempo necessário), ao final da jornada de trabalho, produz mais valores a serem apropriados pelas personas do capital.

Como tudo nessa forma social, as atividades corporais se tornam mercadorias e são vendidas em cada esquina com aumento de academias, clubes, faculdades e artigos de vestuários ligados à essa prática.

Correr, saltar, trepar, rolar só têm sentido educativo quando possuem significado humano. Como uma atividade intencional de caráter concreto, fora desse âmbito, cria um caráter abstrato no qual o que menos interessa é a utilidade dessas atividades corporais para a formação integral do ser social. Importa somente a magnitude da mais-valia que vai ser produzida com esses elementos corporais na forma social capital.

O aumento potencial do número de escolas de educação física no final da década de 60 até meados da década de 70 é prova cabal da mercantilização das atividades corporais. Se criou uma “necessidade” de cuidar do corpo e com isso uma necessidade de formação profissional para atender a lógica do capital.

Aparentemente, a criação de faculdades de educação física é para atender a uma necessidade do mercado que inseriu nas suas prateleiras atividades corporais variadas para serem compradas e consumidas. Entretanto, as próprias faculdades de educação física produzem uma mercadoria nova ao comprar a força de trabalho dos professores e os meios de produção necessários para que se vendam aulas aos estudantes interessados. Ao fim do processo, a força de trabalho produzirá valores e mais valores a serem apropriados pelo capitalista do ensino. A esse capitalista pouco importa se a força de trabalho vai entrar no mercado após a formação ou não, interessa a ele a extração de mais-valia do mestre-escola.

Assim, a busca do capitalista é uma busca de trabalhos produtivos, de um movimento incessante de valorização do valor e, portanto, de produção de mais-valia. Não basta que o trabalhador produza, ele deve produzir mais-valia, independente do seu caráter útil.

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este [sic] inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação (MARX, 1985a, p. 584, **grifos nossos**).

As práticas corporais, para a maioria dos sujeitos pertencentes a classe trabalhadora, estão condicionadas a essa lógica de venda das forças de trabalho e produção de mais-valia para o capital. Assim, as possibilidades concretas para uma prática “humanizante” não podem estar subordinadas ao simples fato de conhecer sobre, no qual o conhecer, determinará uma prática humanizante sobre a realidade concreta, uma realidade que subordina, em regra, o trabalho concreto ao trabalho produtivo de capital. A compreensão de Medina dialoga assim com uma conformidade social de manutenção do *status quo*, mesmo ao buscar superar a compreensão de determinação biológica sobre os elementos sociais.

A Educação Física deve ocupar-se do corpo e de seus movimentos, voltando-se para a ampliação constante das possibilidades concretas dos seres humanos [...] sua realização mais plena e autêntica. [...] a finalidade educativa torna-se inviável se reduzir o corpo a uma de suas dimensões apenas [...] não os percebamos dentro de sua totalidade. Acredito que somente de uma maneira integral o corpo poderá se constituir num objeto específico da **Educação Física como uma ciência do movimento**. Só entendo o corpo na posse de todas as suas dimensões. Diante de todas as suas potencialidades é que o profissional da Educação Física poderá realizar um trabalho efetivamente humanizante. (MEDINA, 1990, p. 62, **grifos nossos**).

Para o autor, a prática da educação física não é humanizante, pois, segundo ele, os professores não compreendem o corpo em suas múltiplas determinações. Para ele, basta essa compreensão do corpo como unidade indissociável de corpo e mente que a efetivação do seu trabalho será humanizante. Portanto, para Medina, o grande problema da educação física é a falta de consciência – sinônimo de conhecimento – do que é o corpo.

É essa consciência como determinante da realidade que vai transformar as estruturas escolares para as diversas práticas corporais? Como é a consciência que determina a realidade, para o autor, seus apontamentos sempre sugerem o conhecimento, ou melhor dizendo, a falta dele, como central para a produção da realidade.

Mesmo compreendendo e criticando a dicotomia entre corpo e mente, Medina entende que o objeto da educação física é o movimento humano, é a própria educação física como uma ciência, o que acaba contribuindo para a reprodução da própria crítica do autor. Ou seja, entender a educação física como ciência do movimento humano contribui até hoje para discutirmos a legitimidade da Educação

Física como disciplina responsável para manutenção do corpo orgânico, saudável e preparado para as necessidades do capital de comprar as capacidades físicas e psíquicas. Em outras palavras, a vitalidade humana, energia, para pôr em processo de trabalho e ao final da jornada de trabalho ter criado valor e mais valor para o capitalista que comprou seus requisitos humanos.

É corriqueiro ouvirmos de professores de educação física, na tentativa de legitimar ou dar maior importância a educação física, argumentos de que todas as pessoas necessitam cuidar do “corpo” para uma melhor qualidade de vida. Sempre como uma visão fragmentada do homem. Na época do Império Brasileiro (1822 a 1889), por exemplo, a educação física tinha como objetivo básico, a preocupação de melhorar os níveis de saúde e higiene da população escolar. A divisão entre corpo, mente e espírito era nítida. Então, era necessária uma educação para o corpo, uma educação intelectual e, por fim, uma educação moral. Uma educação com pressupostos de higiene e qualidade de vida e, nesse sentido, voltada para aquisição e manutenção da saúde, ainda hoje é presente na nossa área. Não é nova, é o oposto, é atrasada nos séculos e pressupõe um entendimento fragmentado do homem.

A Educação Física assim delineada estará procurando cuidar de um corpo isento de suas totais significações e, portanto, mentindo ao homem integral. Essa ação que a Educação Física vem desenvolvendo no plano educacional [...] constitui-se, por assim dizer, numa verdadeira mentira. (MEDINA, 1990, p. 63).

Uma educação física verdadeira, para Medina (1990), precisa possuir uma concepção revolucionária, na qual o homem deve ser entendido em sua totalidade, considerando todas as suas dimensões e suas relações com os outros e com o mundo. Nessa perspectiva, Medina caracteriza além da concepção revolucionária, outras duas concepções de educação física: concepção convencional, onde seu pilar é o senso comum e a concepção modernizadora, que se afasta do senso comum e opõem-se a ele.

Para Medina (1990), a concepção convencional tem como pressuposto básico que a educação física se constitui de educar o físico, fundamentada nos aspectos anatômicos e fisiológicos com preocupação voltada para o ser biológico.

Preocupa-se com os aspectos físicos da saúde ou do rendimento motor do homem. Os adeptos dessa concepção definem a Educação Física simplesmente como *um conjunto de conhecimentos e*

atividades específicas que visam ao aprimoramento físico das pessoas. Os aspectos psicológicos e sociais aqui ocupam um papel periférico, secundário ou mesmo irrelevante. (MEDINA, 1990, p. 78, itálicos do autor).

Medina (1990) nos esclarece que a concepção modernizadora se distancia da primeira concepção, na medida em que educar o físico não é o fim, mas o meio. Uma educação através do físico.

Contudo, apesar das diferenças, ela igualmente possui uma visão dualista ou pluralista do homem. Considera que o ser humano é composto por substâncias essencialmente irreduzíveis (corpo e mente ou espírito). Todavia, ainda que continue a dar prioridade ao mecanismo anátomo-fisiológico [...] considera ser seu papel atender às necessidades psíquicas e/ou espirituais dos indivíduos. [...] *é a disciplina que, através do movimento, cuida do corpo e da mente. (MEDINA, 1990, p. 79-80, itálicos do autor).*

Na concepção revolucionária, segundo Medina (1990), o corpo é considerado em todas as suas manifestações e significados, não se constituindo em apenas uma parte que possa ser entendida de forma isolada, mas sendo o próprio homem.

A Educação Física revolucionária pode ser definida como a arte e a ciência do movimento humano que, por meios de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido de sua autorrealização e conformidade com a própria realidade e conformidade com a própria realização de uma sociedade justa e livre. (MEDINA, 1990, p. 81-2).

Uma sociedade socialmente justa com direitos e deveres e pessoas livres que possuam somente seu corpo a seu controle, para serem vendidas suas capacidades corporais físicas e mentais e, portanto, uma autorrealização da educação física, em Medina, significa a permanência da educação física sobre a égide do capital.

A limitação do autor o faz concluir que a emancipação política⁶³ é que torna a educação física um elemento revolucionário. A autorrealização da educação

⁶³ Marx trata da emancipação política quando analisa as posições da “sagrada família” de Bauer e da luta dos judeus alemães na busca de direitos. Marx compreende as limitações da emancipação política, mas defende a luta dos judeus em busca de direitos. Ao fazer essa defesa, Marx realiza uma crítica a Bauer que confunde os direitos do homem e o homem, confunde emancipação política com

física para Medina está calcada na subjetividade da consciência e na formação de uma sociedade justa, com pessoas livres construindo, pelo diálogo e na concepção de leis, uma sociedade emancipada.

Com esse entendimento, discutiremos no próximo item a gênese social do complexo social da educação física, enquanto ação corporal no processo de trabalho esclarecendo não só a participação do corpo no processo de produção do ser social, como produto também desse processo. Desse modo, evidenciaremos uma ruptura com a compreensão de corpo limitada pelas barreiras biológicas de desenvolvimento, para reafirmar o corpo, como diz Marx, pelas suas capacidades corporais, físicas e mentais e, portanto, a expressão da própria personalidade viva do ser humano. Desse modo, uma compreensão de corpo à luz do materialismo histórico com sua recuperação ontológica.

5.3 A educação física crítica: a educação física como prática social na obra metodologia do ensino de educação física

A proposta do Coletivo de Autores é uma tríade em seu arcabouço teórico referencial. A base está centrada no trabalho enquanto fundante do ser social, e, portanto, nas formulações do *materialismo histórico-dialético*. Diz Castellani Filho (1999) que a proposta “pauta-se no *Materialismo Histórico-Dialético*, enquanto método de análise da realidade” (p. 153).

O segundo ponto é a psicologia soviética. As formulações da Psicologia Histórico-Cultural⁶⁴ são situadas no bojo de uma teoria crítica de educação, terceiro

emancipação humana. Segundo Marx, a emancipação pela qual lutam os judeus é uma emancipação política, mesmo que um progresso para os judeus, não é a forma superior de emancipação, já que essa emancipação é limitada. Nas palavras do alemão: “[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política” (MARX, 2010, p. 54, *itálicos do autor*).

⁶⁴ A psicologia soviética descarta o determinismo biológico das relações sociais e aponta para uma necessária e importante análise para compreender os processos psíquicos à luz do seu caráter histórico. Para tanto, possui no materialismo histórico sua artéria aorta matricial. “O método escolhido para essa nova psicologia foi o materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Por isso, surge uma teoria que vai além dos aspectos biológicos, cuja visão materialista histórica contesta o idealismo, o dualismo e o materialismo mecanicista, utilizando-se da dialética em suas concepções” (TULESKI, 2021, p. 181).

ponto, que possui no seu quadro teórico as formulações da Pedagogia Histórico-Crítica e seu formulador principal, Demerval Saviani⁶⁵.

Toda a construção teórica do Coletivo perpassa a sua compreensão de outra tríade, no qual o Coletivo de Autores denomina de “atividades produtivas da história da humanidade: linguagem, trabalho e poder”⁶⁶ (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 40).

O Coletivo de Autores apresenta a Educação Física como sendo uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, sistematiza e tematiza os elementos da chamada cultura corporal. Esses elementos do esporte, da dança, da luta, da ginástica e outros, são produzidos historicamente pela humanidade necessitam ser transmitidos socialmente (CASTELLANI FILHO et al, 2009).

Na tentativa de se opor às concepções hegemônicas da educação física e das práticas que se vinculam a essas narrativas, o Coletivo de Autores, fundamentado no referencial teórico do *Materialista Histórico-Dialético* se contrapõe apresenta uma proposta de como deve ser o ensino da disciplina e dos elementos da cultura corporal na escola, norteados por alguns princípios que se articulam com a realidade concreta dos alunos e, portanto, as múltiplas determinações.

A **relevância social do conteúdo** é o primeiro princípio apresentado pelo coletivo. “Este deverá estar vinculado à explicação da realidade social concreta e oferecer subsídios para a compreensão dos determinantes sócio históricos do aluno, particularmente a sua condição de classe social” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 32).

Posteriormente, é apresentado o segundo princípio, a saber: o da **contemporaneidade do conteúdo** que “deve garantir aos alunos o conhecimento do que de mais moderno existe no mundo contemporâneo” (CASTELLANI FILHO et

⁶⁵ As ideias defendidas por Saviani foram expostas, primeiramente, em uma concepção de educação presentes na obra *Escola e Democracia*, publicada pela primeira vez em 1983, em que o autor expõe a necessidade de uma educação revolucionária, para além da curvatura da vara, que cumpriria o papel de democratizar a educação escolar de retirar os indivíduos da marginalidade. (SAVIANI, 1999).

⁶⁶ A cerca dessas três tríades presentes no coletivo e como o mesmo as apresenta, se faz necessários apontamentos críticos futuros, no intuito de esclarecer os equívocos presentes nessa tríade e o que esses conceitos significam dentro da obra do Coletivo de Autores, o que não é objetivo dessa pesquisa aprofundar sobre esse tema.

al, 2009, p. 32), não eliminando o que é clássico, que por ser clássico, não perde sua contemporaneidade.

O princípio de **adequação às possibilidades sociocognoscitivas do aluno** se relaciona às possibilidades dos alunos enquanto sujeitos sociais e históricos. Esse terceiro princípio articula o confronto dos saberes populares com o conhecimento científico, ao passo que ambos compõem a realidade histórica e concreta. A aparência e a essência são integrantes do conhecimento e, ambos, produzidos historicamente pela humanidade.

O confronto do saber popular (senso comum) com o conhecimento científico universal [...], fundamental para a reflexão pedagógica. Isso porque instiga o aluno, ao longo de sua escolarização, a ultrapassar o senso comum e construir formas mais elaboradas de pensamento. (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 33).

A **simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade** é o quarto princípio. Ajuda a compreender que o conhecimento e sua apropriação não se realizam em degraus, assim, esse princípio confronta o “etapismo” da aprendizagem, explicando sempre os nexos de relações entre os diferentes conteúdos, “explicitando a relação que mantém entre si para desenvolver a compreensão de que são dados da realidade que não podem ser pensados nem explicitados isoladamente” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 34), desenvolvidos na relação ensino e apropriação do conhecimento, de forma espiralada.

Princípio da **espiralidade da incorporação das referências do pensamento** é o quinto princípio. “Significa compreender as diferentes formas de organizar as referências do pensamento sobre o conhecimento para ampliá-las” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 34).

O sexto princípio é o da **provisoriedade do conhecimento**. Nele, o Coletivo de Autores finaliza o seu entendimento acerca do trato com o conhecimento. Esse princípio trata o conhecimento sempre como aproximativo ao objeto e, portanto, demonstrando a historicidade dada a toda sua proposta, ao passo em que não está, *a priori*, a essência do objeto. Assim, todas suas problemáticas podem ser superadas com outras aproximações e, por isso, o conhecimento possui um caráter de provisoriedade.

Esses princípios se opõem radicalmente ao emaranhado das outras concepções e abordagens pedagógicas da educação física, que em última instância,

ao tratarem a essência como *a priori*, o corpo e os movimentos como “natural” proclamam o fim da história.

Diferentemente, a dinâmica curricular na perspectiva dialética favorece a formação do sujeito histórico à medida que lhe permite construir, por aproximações sucessivas, novas e diferentes referências sobre o real no seu pensamento. Permite-lhe, portanto, compreender como o conhecimento foi produzido historicamente pela humanidade e o seu papel na história dessa produção. (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 35).

Essa inflexão na área realizada pelo Coletivo de Autores, se posicionando contra a hegemônica análise da educação física e do seu fim, o desenvolvimento da aptidão física, proporcionou uma reflexão não só no campo científico, mas nos posicionamentos políticos da área, se colocando na trincheira contrária da concepção de homem e de mundo que contribui para a manutenção do *status quo* e da dicotomia corpo e mente.

As formulações do coletivo implicaram no modo de compreender o homem e o mundo em suas íntimas relações com a Educação física escolar, e sua ligação umbilical com o complexo da Educação, sobretudo, evidenciadas com a compreensão de escola e currículo à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. A obra *Metodologia do Ensino de Educação Física* é uma formulação teórica e política que se opõe à hegemonia da compreensão da Educação Física a partir da aptidão física como centralidade, assim como, se opõe a própria sociedade que cria os sentido e significados dessa função social da educação física, a saber, a sociedade burguesa. Nesse sentido, apresentam-se interesses que se colocam em lados antagônicos e irreconciliáveis com as demais concepções de educação física.

Segundo Castellani Filho et al (2009), em uma das extremidades estão as concepções que defendem a aptidão física como objeto de estudos e conseguinte manutenção do *status quo* com. Já na outra extremidade estão os que propunham, com base na fundamentação marxista, a cultura corporal como objeto de estudo e comprometidos com o horizonte de uma emancipação humana.

Taffarel, que fez parte⁶⁷ da formulação do Coletivo de Autores, em uma entrevista para a segunda edição do livro do Coletivo de Autores, afirma a respeito dessas duas extremidades que “definiram-se no debate duas grandes tendências da Educação Física, uma que defendia como objeto da Educação Física a aptidão física e outra que defendia como objeto da Educação Física a cultura corporal” (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 158), em forma de um consenso possível entre os professores pertencentes ao coletivo.

O consenso possível, sem dúvidas é um dos determinantes para os equívocos cometidos e, portanto, para as limitações existentes na obra⁶⁸. Sobre esse processo de consenso, Taffarel nos esclarece alguns pontos, diz a autora:

Vale destacar que éramos um grupo heterogêneo, tínhamos deferentes graus de consciência sobre os acontecimentos, diferentes inserções na luta coletivo, nos movimentos sociais e partidos políticos. [...]. Nossas divergências manifestaram-se posteriormente, porque as lutas se tornam mais acirramento todos os autores que se posicionar e, cada um tomou seu rumo. Isso é claro, visível, medível, comparável. Qualquer um pode observar as posições dos autores. (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 160-1).

E ainda:

O Coletivo de Autores não voltará a se reunir nunca mais. Com o passar dos anos ficaram evidentes as divergências, e nesses dez anos acentuaram-se as diferenças nas posições teóricas, políticas e ideológicas entre o Coletivo. (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 164).

Segundo Húngaro (2013), o projeto histórico na qual as formulações do Coletivo de Autores se vinculam, sobre um recuo. O projeto de uma Educação Física alicerçado pela ruptura da lógica do capital não possui espaço como outrora, sobretudo, pela desfavorável correlação de força com o colapso do socialismo real

⁶⁷ A entrevista da autora, juntamente com as posições políticas que tomaram os diferentes autores da obra denominada como Coletivo de Autores, podemos afirmar que esse coletivo não existe mais, como diz a própria autora, jamais se reunirá novamente.

⁶⁸ Discutir as limitações do Coletivo de Autores é tarefa urgente e ao mesmo tempo complexa. Pois necessita de tempo e páginas que essa pesquisa e seu caráter de tese de doutorado não permitem, sobretudo, com suas formulações sendo construídas em tão desgastante época, com uma pandemia, a covid-19 que ceifou milhões de vidas. O Coletivo de Autores representa um avanço incomensurável para a educação física. Todos os seus méritos devem ser exaltados e as críticas necessárias dever ser realizadas exatamente por esses méritos. A crítica superadora precisa ser superada, ao passo em que se discute suas limitações e contradições. Algo extremamente necessário para que possamos avançar ao horizonte da emancipação humana, mas não será possível nesse estudo. Ficará para escritos futuros.

(HÚNGARO, 2013) e fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O autor argumenta que a crítica da Educação Física na década de 1980 só foi possível, porque, desde a Revolução Russa de 1848, a defesa do socialismo era o espectro que rondava a Europa, ou seja, que pressionava até a existência de políticas pautadas pela social-democracia e conquistas de direitos para os trabalhadores.

A defesa do socialismo foi a pauta fundamental, desde 1848, do movimento operário europeu. A Revolução Russa, em 1917, instalou a primeira experiência socialista no mundo e de lá se iniciou um importante processo de expansão. Uma estratégia para conter esse crescimento foi o atendimento, em alguns países, de inúmeros pontos de pauta das lutas operários que acabaram por constituir as experiências social-democratas. (HÚNGARO, 2013, p. 148).

Húngaro argumenta pela necessidade do capital de voltar a acumular e sem uma efetiva ameaça do socialismo, frente à crise imanente a sua existência, as políticas sociais entram em derrocada fazendo com que o projeto defendido pelo Coletivo de Autores da Educação Física fosse adiado.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o chamado “socialismo real” entrou em colapso não só em virtude das circunstâncias globais da crise de acumulação capitalista, mas também em razão de suas especificidades históricas, e, indubitavelmente, interferiu no colapso da “social-democracia”. Ora, sem a ameaça de que o socialismo pudesse se espalhar, o corte de direitos sociais e trabalhadors pôde ser facilmente aplicada aquelas sociedades que haviam experimentado o chamado “Estado de bem-estar social”. (HÚNGARO, 2013, p. 148).

Sem o avanço do socialismo, “o espectro do comunismo” (MARX, 2015) deixa de rondar a Europa, não sendo mais uma ameaça real ao modo de produção capitalista. Consequentemente, a classe trabalhadora tornou-se refém da lógica do capital de substituição do capital variável pelo capital constante, perda de direitos conquistados historicamente em decorrência da desfavorável correlação de força, existente no auge das formulações críticas da educação física.

Todo esse movimento na Educação Física acontece em um cenário em que o modo de produção capitalista, reorganizava sua lógica incontrolável. Reordenava as relações de produção com ajustes em sua estrutura e dinâmica, com vistas sempre a diminuição do tempo necessário e aumento do tempo excedente de produção. Ou seja, um movimento incessante de valorização do valor e aumento da

taxa de lucro com a diminuição do trabalho necessário em relação ao trabalho excedente de produção. “Como o capital não pode se valorizar sem processos de trabalho, para os capitalistas, a questão decisiva é procurar adequar da melhor forma possível os processos de trabalho à maximização valorativa dos seus respectivos capitais” (LAZARINI, 2010, p. 347). Destarte, esses reordenamentos é uma necessidade do capital, mesmo como medida paliativa, em última análise, porque o capital necessita continuar seu processo de produção da mais valia e só pode fazê-lo com processo de trabalho.

Nesse sentido, compreender o processo de trabalho é a chave para compreender o desenvolvimento das práxis oriundas dele. Assim sendo, discutiremos no próximo item a íntima relação do corpo no processo de trabalho e, portanto, a gênese ontológica da educação física enquanto complexo social.

Sobre esse fundamento, portanto, é que empregaremos nossas análises no item que segue acerca do processo de desenvolvimento do ser social, na qual o trabalho é o fundamento central da análise. Não porque queremos dar um papel de destaque a essa categoria, mas pelo fato de que a “primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fundamento em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Esse fundamento é o trabalho, “condição natural eterna da vida humana” (MARX, 2011b, p. 218) que sem a manutenção do intercâmbio com a natureza, não há possibilidade de existência de indivíduos vivos e produtores da história.

6 PRESSUPOSTOS GERAIS DO FUNDAMENTO ONTOLÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA HUMANAMENTE EMANCIPADA

O trabalho é categoria chave e eterna, ao passo em que os homens, para manter suas vidas biológicas, necessitam de um intercâmbio material e metabólico com a natureza, transformando a natureza e sua própria unidade indissociavelmente dialética, objetiva/subjetiva, de sua natureza. Mas esse trabalho é o fundamento geral de qualquer forma social e não o seu processo histórico-concreto. Assim, em cada sociabilidade humana, esse trabalho estará subsumido ao desenvolvimento histórico e a finalidade desse trabalho em determinada sociabilidade histórica. Marx explica esse processo tomando como base a sociabilidade capitalista:

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva”, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. (MARX, 2011b, p. 83).

Destarte, pensar nos fundamentos gerais para uma educação física humanamente emancipada, é pensar as possibilidades históricas, já datadas, pelas próprias contradições da sociabilidade burguesa, porém jamais como produto de uma mera apropriação consciente. Tornar a educação física uma práxis cada vez mais autônoma, perpassa por igual transformação na totalidade social, como afirma Marx (2008):

O que é a **sociedade**, qualquer que seja a sua forma? **O produto da ação recíproca dos homens**. Os homens são livres para escolher tal ou tal forma social? Absolutamente não. Ponha um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens, e terá tal forma de comércio e de consumo. **Coloquemos certos graus de desenvolvimento da produção**, do comércio, do consumo, e **teremos tal forma da constituição social**, tal organização da família, de ordens ou de classes, em uma palavra, tal sociedade civil. (MARX, 2008b, p. 48, **grifos nossos**).

Com esse pressuposto, podemos afirmar que em uma sociedade totalmente livre e humanamente emancipada, produzida pelo trabalho associado, as práxis corporais – a própria educação física – serão radicalmente transformadas, possuirão sentidos e significados igualmente radiais da própria práxis fundante.

Assim, relacionadas com a totalidade de nexos causais produzidas pelo trabalho livre e associado. Desse modo, o objetivo social passa a ser o tempo livre, ou seja, o tempo para desenvolver produções materiais e espirituais, e não mais a produção de capital.

Por outro lado, as formulações aqui expressas são, como o próprio título do item indica, pressupostos gerais. Pois, somente podemos apontar tendências históricas à luz das tendências históricas observadas; não se trata aqui, portanto, de previsões ou profecias de como serão as práxis corporais não determinadas mais pelo processo de trabalho assalariado.

6.1 Trabalho e emancipação humana como pressupostos gerais para uma educação física humanamente emancipada

A formação humana enquanto desenvolvimento dos sentidos físicos e espirituais não pode ser princípio basilar de uma sociedade que aliena todos esses sentidos e coloca em seu lugar o sentido do ter (AMORIM, 2018, p. 49).

A lógica exposta na epígrafe que abre esse subitem impõe a totalidade do gênero humano, limites para o seu desenvolvimento e sua formação humana. Contudo, não mais os limites da esfera biológica, mas limites socialmente perversos, da própria lógica incorrigível de seu sistema metabólico e, portanto, independente da postura moral da persona do capital.

Na forma histórica da sociabilidade capitalista, o trabalho como produtor de valores de uso está subsumido à produção capitalista e às suas determinações fundamentais. Como afirma Mészáros (2008), sua lógica incontrolável, ou seja, suas determinações fundamentais são irreformáveis, por sua própria natureza sistêmica e reguladora.

A construção de uma sociedade é dada pelas gerações presentes nelas e com apropriações das objetivações das gerações passadas. Portanto, não existe uma sociedade imutável com determinações infinitas *ad a eternum*. As gerações desenvolvem-se sob condições históricas produzidas pelas gerações passadas, na tentativa de responder os impasses atuais. De acordo com Marx, a construção de novas objetivações se faz necessário constantemente.

[...] à “luta” do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças produtivas sobre uma base correspondente. A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento (MARX; ENGELS, 2007, p. 31).

A construção da história da humanidade está coligada com as relações de produção presentes em cada época histórica. Portanto, as potencialidades humanas e as relações humanas são construídas de forma que o parâmetro desse desenvolvimento humano é o desenvolvimento nas relações de produção. Dessa maneira, a emancipação humana não pode acontecer nas amarras da sociabilidade de classes. A condição humana, a produção da vida do ser humano se torna limitada, quando a atividade vital está subjugada a uma lógica de apropriação privada da produção humana, na qual os interesses particulares levam ao detrimento dos interesses comuns e ao gênero humano:

Divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

O trabalho, dessa maneira, é imposto ao trabalhador. As condições em que se trabalha parecem não fazer o menor sentido a quem realiza o trabalho. Isso porque o objetivo final não é satisfazer as necessidades humanas, mas as necessidades do capital, cada dia mais voraz em busca de expandir a produção de valor. O trabalho não é criativo, mas é uma simples gosma de trabalho humano, de dispêndio de capacidades humanas para produzir e valorizar o capital. “O indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38), dessa maneira, transmutando sua força de trabalho em salário e depois em meios de subsistência.

As potencialidades humanas são reduzidas e, portanto, minguam o desenvolvimento integral do ser social no que tange às potencialidades das quais ele podia se apropriar, caso a liberdade real estivesse posta. A especialização, nesse sentido, não é algo a ser reivindicado, pelo contrário, é algo a ser condenado, pois limita as potencialidades individuais e, conseguinte, do próprio gênero humano.

Degrada, assim, o próprio trabalhador, adoce e deforma seu corpo, em regra por esforços repetitivos, cada vez mais como “peça” auxiliar das máquinas aperfeiçoadas.

Destarte, imputada pela própria lógica do capital de produzir *mais valia*, o reino da necessidade nessa forma de organização social, está subsumido à necessidade de produção desta. Contanto que o trabalhador seja produtivo, pouco importa a característica do seu trabalho para o capitalista, se o reino da necessidade do trabalhador estiver atrelado ao trabalho produtivo de qualquer espécie.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele [sic] tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. [...] ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. (MARX, 1985a, p. 584).

Quando existe o processo de prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites do trabalho necessário, ou seja, do reino da necessidade na forma social do capital, trabalho que produz os equivalentes às necessidades da manutenção da força de trabalho e é apropriado pelo capital, esse processo é denominado *mais valia absoluta*. É o princípio da lógica de acumulação capitalista e a base para o desenvolvimento da *mais valia relativa*: “Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente” (MARX, p. 584).

Assim, para o capitalista se apropriar de mais valor, ou seja, de mais tempo de trabalho, sem que ache um aumento da quantidade de horas trabalhadas, visto a necessidade do trabalhador se recompor para continuar o processo de produção no outro dia, ele necessita diminuir relativamente uma das partes compostas na jornada de trabalho, ou seja, precisa diminuir relativamente o tempo de trabalho necessário em relação ao aumento, na mesma proporção do trabalho excedente. Acerca disso, Karl Marx reflete:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se tem de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, o vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se, “como todo ser vivo se perpetua, através da procriação”. As forças de trabalhos retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. (MARX, 2011b, p. 201-2).

Com a subordinação do trabalho ao capital, o trabalhador produz *mais valia relativa*. “A produção de mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista” (MARX, 1985a, p. 584). Essa subordinação, formal, torna-se real no próprio processo de consumo da força de trabalho na processualidade produtiva do trabalho de qualquer espécie.

A necessidade do trabalho é, nessa sociedade, uma condição apenas para os indivíduos se manterem vivos. “Chegou-se a tal ponto, portanto, que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 73). A apropriação das forças produtivas é na verdade uma apropriação das capacidades humanas individuais que foram em determinado tempo e circunstâncias objetivadas, como aponta Sève (2019):

Assim como a própria humanidade historicamente desenvolvida, a emancipação humana é de dupla face: social e individual. E se a primeira – superação de todos os traços essenciais das sociedades de classes, estimulados aos seus extremos pelo capitalismo contemporâneo – é de maneira geral o fundamento necessário de todo o processo, a segunda não deixa de ser para cada um de seus estágios uma condição decisiva de suas superações mesmas. (SÈVE, 2019, p. 80)

“É claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41). Quanto maior forem as relações reais de apropriação da produção humana, sejam elas advindas do produto do trabalho, seja ela das relações humanas como a educação a arte, a cultura a educação física.

Leontiev (1978) afirma que a concentração das riquezas nas mãos de uma classe dominante é acompanhada por igual concentração da produção humana relacionadas a cultura intelectual sobre o mesmo domínio. Quando observamos essa afirmação do autor e a confrontamos com a realidade social, com a acumulação de

práticas corporais e quais que classe, em regra, se apropria, podemos afirmar que existe uma concentração de práticas corporais nas quais a classes subalternas não se apropriam, ou sua apropriação é exígua.

Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças física e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. (MARX, 2011b, p. 306).

O desenvolvimento das práticas corporais presentes nos esportes, dança, luta, ginástica também se concentram, em regra, com a classe detentora dos meios de produção fundamentais da riqueza material. Para a classe trabalhadora, em regra, os mais básicos esportes, os “bols”, futebol, basquetebol, handebol, voleibol, beisebol etc., para a burguesia, tênis, natação, equitação, esgrima, polo, golfe, esqui, em suma, esportes para além dos praticados nas praças e nas quadras espelhadas pelos bairros onde residem, em regra, os trabalhadores.

A apropriação dos elementos da educação física, pelo ser social, só podem se dar após o tempo de trabalho necessário ser realizado, contudo, o trabalhador não trabalha a quantidade de tempo necessário, mais trabalha uma jornada inteira de trabalho que possui a duas partes, trabalho necessário e trabalho excedente. Isso porque o trabalho é subsumido ao processo de produção capitalista. Processo que por sua própria lógica, usurpa todo o tempo do trabalhador no consumo de sua força de trabalho, inviabilizando o crescimento, o desenvolvimento e a saúde do ser social, do trabalhador.

O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade. (MARX, 2011b, p. 307).

Na forma social do capital, uma classe é degradada pela situação ativa da outra. Ou seja, a ação ativa de apropriação privada pela burguesia, degrada a classe trabalhadora. Como consequência disso, o acesso à produção humana é fragmentado; produto da existência das classes sociais antagônicas. Enquanto uma

classe possui as possibilidades de se desenvolver, dentro dos próprios limites do capital, a outra se apropria em “dozes, prudentemente homeopáticas” da produção social e, na particularidade da educação física, as crianças, dessa segunda classe, não aprendem a correr, a pular, ao rolar ao cair, de forma que sua técnica seja realizada com o menor esforço ao realizá-la de forma não danosa a seu corpo biológico, sua base de desenvolvimento social.

Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criações dos homens). A dependência *multifacetada*, essa forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, é transformada, por obra dessa revolução comunista, no controle e domínio consciente desses poderes, que, criados pela atuação recíproca dos homens, a eles se impuseram como poderes completamente estranhos e os dominaram. (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Mas, “é somente com a grande indústria, portanto, que se torna possível a superação da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52). Ou seja, a própria sociedade capitalista produziu as condições concretas para sua superação. Assim, a superação da propriedade privada possibilita a liberdade real:

O trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder *sobre* os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada. A superação da oposição entre cidade e campo é uma das primeiras condições da comunidade, uma condição que, por seu turno, depende de uma massa de pressupostos materiais e que não pode ser satisfeita pela mera vontade. (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

É com o emprego das máquinas que o capital consegue diminuir os preços das mercadorias, entre elas, as necessárias para a manutenção da força de trabalho. Seu emprego não é por paixão à máquina, mas pela paixão arrebatadora que possui em produzir *mais valia*. Ou seja, ampliar a parte excedente do tempo de trabalho em relação ao tempo necessário. Quando maior é o emprego da máquina, maior a possibilidade da substituição da força muscular humana⁶⁹, que passa a mera atividade de impulsionar o seu funcionamento:

⁶⁹ A apropriação capitalista com o emprego da maquinaria torna o uso da força muscular um item supérfluo. Esse desenvolvimento tecno-científico permite a substituição da força de trabalho do home

Quando o homem passa a atuar apenas como ferramenta motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar como ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz. Essas mudanças dão origem a grandes modificações técnicas no mecanismo primitivamente construído apenas para ser impulsionado pela força humana. (MARX, 2011b, p. 431-2).

Desse modo, diminuindo a necessidade da força de trabalho em determinados processos produtivos. Pois, nem que seja para apertar o botão, é necessária a força de trabalho para desencadear o processo produtivo. É necessária a força de trabalho para desenvolver as programações das máquinas, ou seja, o trabalho como mediação do homem com a natureza, sempre será necessário independentemente da forma societal na qual existam os seres humanos. Por outro lado, o que estamos demonstrando são as condições reais de superação capitalista presente em seu próprio desenvolvimento, isso porque, o capitalismo nada mais é do que um produto histórico produzido por homens históricos e, como tal, não é uma necessidade de existência. Para que exista o capitalismo, em última instância, é necessário que homens produzam valores de uso; para produzirem valores de uso, os homens não necessitam estar sobre a égide do capital.

É com a grande indústria que os indivíduos se tornam dependentes do conjunto de mediações mundiais. Universalizou-se as ações dos indivíduos para a constituição de sua generalidade humana. Contudo, de forma desigual e combinada. Para uma classe, a apropriação dos produtos do trabalho e das relações humanas, para outra miséria e ignorância tal quanto for possível. Em ambas, dentro dos limites da própria lógica incorrigível do modo de produção capitalista, conforme apontam Marx e Engels:

pela força de trabalho da mulher, além do trabalho infantil. Na atualidade, querem colocar como uma conquista feminina a entrada da mulher ao mercado de trabalho, mas essa entrada é na verdade um azar. Isso porque entrar no mercado para vender sua força de trabalho num processo de exploração do trabalho. Além da mulher, a criança é encorajada a ter um emprego, ser um “jovem aprendiz”, que novamente, nada para comemorar, é novamente um azar. O que é jovem vai aprender, quando muito, é ser explorado no processo de produção. Marx afirma que: “Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital” (MARX, 2011b, p. 451).

A grande indústria, apesar desses meios protecionistas, universalizou a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, a tarifa protecionista é nela somente um paliativo, uma arma de defesa *na* liberdade de comércio), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais. criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades. (MARX; ENGELS, 2007, p. 60).

A atividade vital torna-se atividade meramente de obtenção de equivalente geral, para obter as mercadorias necessárias para que os indivíduos se mantenham vivos. O homem renega a sua própria atividade vital. Não ver nela a necessidade, que é ontológica, de manter-se vivo e manter seu próprio gênero humano.

[...] a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída; uma classe que, de fato, está livre de todo o mundo antigo e, ao mesmo tempo, com ele se defronta. A grande indústria torna insuportável para o trabalhador não apenas a relação com o capitalista, mas sim o próprio trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p. 61).

Assim, o trabalhador livre vai ao mercado, contente com a possibilidade de vender sua força de trabalho em troca do recebimento de um salário. Com este, já planeja ir ao cinema, praia, viajar; mas, mal consegue pagar pelos alimentos necessários à sua vida, pelas vestimentas e moradia. O trabalhador descobre que o tempo livre para vender sua força de trabalho de um tempo forçado, na qual necessita vender suas capacidades físicas e mentais, dessa maneira, o processo de trabalho não lhe é prazeroso, mas um martírio.

O contrato pelo qual vendeu sua força de trabalho ao capitalista demonstra, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Concluído o negócio, descobre que ele não é nenhum agente livre, que o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la e que **seu vampiro não o solta “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar”**. (MARX, 2011b, p. 345-6, **grifos nossos**).

Os trabalhadores, nessa condição social, estão exaustos. Seu tempo é consumido pelas demandas do capital. Tempo de trabalho necessário para produzir

sua existência; tempo de trabalho excedente produzindo mais valia a ser apropriada pelo capitalista; e o “tempo livre” recompondo sua força vital de trabalho sugada no processo de trabalho produtivo.

O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda atividade livre do trabalhador, física e espiritual. [...] toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. (MARX, 2011b, p. 483).

Os indivíduos que não estão sequer inseridos em tamanha desgraça, estão situados em condições humanas ainda pior. Renegados à condição de vagância. Condição essa que é possibilitada por existirem sujeitos particulares nas melhores condições humanas produzidas por essa sociedade. O capital não só põe a maior parte dos seres humanos em situações de força de trabalho, mas, ao consumi-las no processo de trabalho, as atrofiam, lhe sugam, elevam-na ao esgotamento e a morte prematura, põe barreiras sociais para o seu desenvolvimento e, portanto, um entrave ao desenvolvimento das capacidades e potencialidades essencialmente humanas.

Todo esse processo de ampliação da relação social do capital é substanciado pela lógica capitalista aplicadas nas fábricas. O próprio Marx compreende a substancial importância entre os processos produtivos, apresentando de forma inequívoca a diferença elementar entre os processos da manufatura dos que são realizados na fábrica. Diz ele:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. (Ibid, p. 482).

Lógica incorrigível de uma pequena camada dos indivíduos com acesso ao alto grau do desenvolvimento das capacidades humanas e a grande maioria sendo atentada por sua própria espécie, pelo seu próprio par, enquanto gênero humano.

[...] os proletários criados pela grande indústria colocam-se à frente desse movimento e arrastam consigo toda a massa, e já que os trabalhadores excluídos da grande indústria são jogados por esta

última numa situação ainda pior do que a dos trabalhadores da própria grande indústria. (MARX; ENGELS, 2007, p. 61).

A atividade vital do trabalhador, do proletariado, é algo estranho e acidental. Sobretudo porque essa atividade é sacrificadora, sendo o trabalhador desprovido de quaisquer chances de alcançar a outra classe e ter condições de desenvolver, dentro dos limites do capital, suas capacidades.

Entre os proletários, ao contrário, suas próprias condições de vida, o trabalho e, desse modo, todo o conjunto das condições de existência da sociedade atual tornaram-se para eles algo acidental, sobre o qual os proletários isolados não possuem nenhum controle e sobre o qual nenhuma organização *social* pode lhes dar algum controle, e a contradição entre [...] A personalidade do proletário singular e sua condição de vida que lhe foi imposta, o trabalho, é revelada para ele mesmo, sobretudo porque ele é sacrificado desde a juventude e porque, no interior de sua classe, é desprovido da chance de alcançar as condições que o coloquem na outra classe. (MARX; ENGELS, 2007, p. 65).

Os proletários negam sua própria atividade vital para se afirmarem enquanto seres individuais. Negam, pois o processo de produção capitalista os imputa a condição de meros vendedores de força de trabalho. Vendedores de capacidades humanas a serem dispendidas durante o processo produtivo de capital.

Enquanto os servos fugitivos visavam apenas desenvolver livremente e afirmar suas condições de existência já dadas e, por isso, não ultrapassavam, em última instância, os limites do trabalho livre, os proletários, para afirmar a si mesmos como pessoas, têm de supressumir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a condição de toda a sociedade anterior, isto é, o trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p. 66).

As contradições entre as forças produtivas e a forma de produção é a mostra cabal da fissura deixada por essa forma social. Fissura que deve ser preenchida e ocupada em todos os espaços e âmbitos sociais. Caso ocorra, uma ação coletiva organizada com a finalidade da superação social e, conseguinte liberdade real do indivíduo particular e de sua generalidade, ocorrerá porque as forças produtivas e o intercâmbio material entraram em conflito⁷⁰.

⁷⁰ Apontando a cientificidade do Materialismo Histórico e o diferenciando do socialismo utópico, Engels, disserta sobre esse conflito entre as forças produtivas e a produção material. Diz ele: "As novas forças produtivas já ultrapassaram as formas burguesas de sua exploração. Esse conflito entre

Essa contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que, como vimos, ocorreu várias vezes na história anterior sem, no entanto, ameaçar o seu fundamento, teve de irromper numa revolução em que a contradição assumiu ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade de colisões, colisões entre classes distintas, contradição da consciência, luta de ideias, luta política etc. (MARX; ENGELS, 2007, p. 61).

É nesse mesmo processo que, ao buscar mais valor, diminui-se o tempo de trabalho necessário a uma tendência e possibilidade histórica da substituição da jornada de trabalho de suas partes, tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, pelos reinos da necessidade e liberdade. Com isso, a própria lógica capitalista produz as possibilidades históricas de sua superação.

A produção da necessidade do homem de se manter vivo (alimentar-se, vestir-se) e seu intercâmbio para suprir essa necessidade (trabalho) é a condição estrutural das diferentes classes sociais, ao mesmo tempo em que as classes sociais condicionam quem se apropria da produção da necessidade vital. No modo de produção capitalista, o conjunto do gênero humano não pode apropriar-se da produção que ele mesmo realiza, não pode, portanto, se libertar social e espiritualmente. “A meta de Marx era a emancipação espiritual do homem, sua libertação dos grilhões do determinismo econômico, sua reintegração como ser humano, sua aptidão para encontrar unidade e harmonia com seus semelhantes e com a natureza” (FROMM, 1962, p. 15).

[...] a própria meta de Marx é libertar o homem da pressão das necessidades econômicas, de modo a poder ser completamente humano; que Marx está fundamentalmente interessado na emancipação do homem como indivíduo, na superação da alienação, na restauração da capacidade dêle [sic] **para relacionar-se inteiramente com seus semelhantes e com a natureza.** (FROMM, 1962, p. 16, **grifos nossos**).

Como é notório, os fundadores do materialismo histórico estavam preocupados com a singularidade de cada indivíduo humano. A subjetividade das relações humanas, para Marx e Engels, é a expressão máxima das ações essencialmente humanas. Não é à toa que o que se busca numa sociedade

as forças produtivas e a forma de produção não é um conflito gerado no cérebro humano, como o do pecado original e a justiça divina, mas existe realmente, sob uma forma objetiva, independente da vontade e da conduta dos próprios homens que o determinaram”. (ENGELS, 2011, p. 78).

humanamente emancipada é o reino da liberdade, o reino das apropriações humanas, dos produtos sociais de qualquer espécie.

Dessa forma, essa fundação do materialismo histórico se difere substancialmente e cientificamente da utopia idealista de outrora. Além disso, comprova ainda as possibilidades de uma libertação real do homem. Marx e Engels expressam os equívocos dos socialistas utópicos:

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 30).

E ainda:

[...] ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “o homem” e não vai além de reconhecer no plano sentimental o “homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” “do homem com o homem [...]”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32)

O homem é um ser ativo que possui subjetividade (sentimentos e emoções), e ao mesmo tempo um homem real, individual e corporal. Por isso, as relações humanas do homem com o homem são mais do que relações sentimentais e de afeto. Perpassam as atividades exclusivamente humanas relacionadas à processualidade da relação homem *versus* homem e são substanciadas pela relação homem *versus* natureza, como *conditio sine qua non* da continuidade do gênero humano.

Hegel foi o primeiro a expor corretamente a relação entre liberdade e necessidade. Para ele, liberdade é ter noção da necessidade. “cega a necessidade só é enquanto não é conceituada”. A liberdade não reside na tão sonhada independência em relação às leis da natureza, mas no conhecimento dessas leis e na possibilidade proporcionada por ele de fazer com que elas atuem, conforme um plano, em função de determinados fins. (ENGELS, 2015, p. 145-6).

Ou seja, a libertação real em nada significa a não dependência das relações com a natureza, pelo contrário, “consiste, portanto, no domínio sobre nós mesmos e sobre a natureza exterior baseada no conhecimento das necessidades

naturais; desde modo, é necessariamente um produto do desenvolvimento histórico” (ENGELS, p. 146).

Ao satisfazer a necessidade de estar vivo, conduz o homem a se relacionar com as condições concretas até então produzidas e pensar novas formas de objetivações. Ou seja, abre-se um leque de possibilidades humanas para serem objetivadas, a partir da primeira condição humana estar realizada. Mas, os primeiros homens que transformaram a natureza com prévia ideação eram tão carentes de liberdade que o próprio ser orgânico que o antecedeu. Por outro lado, estavam libertos das amarras do desenvolvimento causal da natureza, para se realizarem enquanto seres sociais.

Com o salto ontológico realizado e irreversível, o homem possui a possibilidade de pôr a natureza de joelhos aos seus desejos e vontades, de forma a produzir novas necessidades, com a realização das mais básicas necessidades. Homens vivos podem se relacionar e produzir ciência, educação, cultura, arte, educação física. Uma gama de complexos necessários para o desenvolvimento do ser social, essencialmente humano, em escalas cada vez mais ampliadas de complexibilidade. Atividades que vão contribuir na formação desse ser humano, individual e genérico. O desenvolvimento dessa processualidade, indo da particularidade a generalidade humana, já pressupõe o afastamento das barreiras biológicas e, por conseguinte, salto qualitativo no desenvolvimento humano e aparecimento do ser social.

A forma como os indivíduos se apropriam ou devem se apropriar das capacidades humanas está condicionada a como deve ser realizada. A apropriação das capacidades humanas existentes hoje, presentes nos meios de produção, na cultura e na educação física, necessita de uma derrubada das condições existentes de apropriação dessas capacidades humanas. Nesse sentido, uma revolução radical na forma de organização social.

Somente nessa fase a autoatividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais e à perda de todo seu caráter natural; e, assim, a transformação do trabalho em autoatividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio anterior em intercâmbio entre os indivíduos como tais. (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

O trabalho, sob essas circunstâncias, se tornará somente um ato vital da processualidade humana, e não mais condição meramente de sobrevivência do

indivíduo. Isso porque a continuidade do gênero humano, continuará condicionada a manutenção do ser da natureza, base do desenvolvimento do ser social e, portanto, a força motriz de toda a história.

Os indivíduos que não estão mais subsumidos à divisão do trabalho foram representados pelos filósofos como um ideal sob o nome “o homem”, e todo esse processo que aqui expusemos foi apreendido como o processo de desenvolvimento “do homem”, de modo que “o homem” foi, em cada fase histórica, furtivamente introduzido por sob os indivíduos precedentes e apresentado como a força motriz da história. (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

As organizações dos indivíduos singulares em uma classe só ocorrem quando essa classe se coloca em oposição a outra classe. Concomitantemente, os indivíduos singulares nascem já inseridos em determinadas classes. Sua condição de vida e seu desenvolvimento enquanto ser social pertencente a determinada classe social, está subsumido a ela.

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

O homem, portanto, é produto e produtor da sociedade em que habita e se desenvolve. Nesse sentido é o produtor da história e o faz sob as condições de desenvolvimento que foi possível ser alcançado e transmitido pelas gerações anteriores. As atuais gerações entram em contato com as gerações que antecederam.

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Como necessidade eterna de manutenção do ser biológico, o ser social não pode chamais pensar em deixar de entrar em metabolismo com a natureza. Realizar uma ação corporal consciente de transformação da natureza. Essa condição é a chave para a existência do ser social, indivíduo e gênero. Nesse

sentido, mesmo o trabalho sobre a égide do reino da liberdade não deixará de ser um elemento necessário e coagulante ao reino da necessidade.

Tonet (2019) aponta dois motivos para essa continua permanência do trabalho emancipado ao reino da necessidade, a primeira pois a necessidade faz parte da essência humana e a segunda porque o trabalho é o intercâmbio metabólico com a natureza que mesmo sobre o seu controle, sempre será necessário o metabolismo com a natureza, visto que o ser social continua sendo um ser da natureza.

Ora, sem as necessidades, como os seres humanos se relacionariam em complexos sociais cada vez mais autônomos em pores teleológicos de segunda ordem numa relação homem *versus* homem? A necessidade aparece como um coração que pulsa o sangue em toda a corrente sanguínea. Faz a engrenagem rodar. Quando o ser social sacia suas necessidades, cria uma cadeia de nexos causais, que não estão ao seu controle e nem são o objeto de sua intervenção, criando novas necessidades para novamente satisfazê-las. Assim, a criação sempre do novo, faz com que a necessidade seja própria ao ser social, seja *conditio sine qua non* de sua existência.

A história dos indivíduos passada de geração por geração e seu desenvolvimento de suas forças, correspondem também ao processo de desenvolvimento, simultâneo, das forças produtivas⁷¹. A objetividade das relações de produção, as diferentes fases de seu desenvolvimento, determina como são as relações dos indivíduos.

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

A liberdade real só pode ser alcançada com a superação da propriedade privada, portanto, as barreiras, nas quais encontram os indivíduos singulares

⁷¹ Dado que essas condições, em cada fase, correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo a história das forças produtivas em desenvolvimento e que foram recebidas por cada nova geração e, desse modo, é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 68).

inseridos, que impossibilitam o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, tem com fator gênese os pilares de sustentação da forma societal vigente, e, portanto, na atual configuração de ordem social, a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, o trabalho assalariado, exploração do homem pelo homem.

[...] e com a superação da propriedade privada, superação esta que é idêntica àquela revolução, esse poder, que para os teóricos alemães é tão misterioso, é dissolvido e então a libertação de cada indivíduo singular é atingida na mesma medida em que a história se transforma plenamente em história mundial. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

A organização e conseguinte realização da liberdade real, perpassa a condição livre associação dos indivíduos para desenvolver sua atividade vital e condição eterna de vida. O existente que o comunismo cria é precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos, na medida em que o existente nada mais é do que um produto do intercâmbio anterior dos próprios indivíduos.

O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados. (MARX; ENGELS, 2007, p. 67).

Só é possível pela criação das bases reais. A subjetividade do indivíduo desenvolverá sobre uma planície de nova forma. A objetividade do trabalho livre associado será a base para as novas relações humanas. A criação dessa sociedade é também uma construção histórica de radical transformação da atual sociedade pelos sujeitos históricos.

O conjunto de condições de existência, que até aqui dominou os homens, **será então submetido a seu controle**. Tornando-se eles senhores de sua própria organização social, tornar-se-ão por isso mesmo, pela primeira vez, senhores reais e conscientes da natureza. (ENGELS, 2011, p. 94, **grifos nossos**).

Para Tonet (2019), esse controle se relaciona com o domínio coletivo e consciente realizados pelos trabalhadores durante o processo de produção material da existência e, conseguinte, a finalidade da produção se vincula a satisfação das

necessidades humanas e não as necessidades de reprodução do modo de produção burguês.

Em um processo radical de transformação social, o indivíduo possibilitará e oportunizará o desenvolvimento de suas potencialidades humanas. Fazer uma crítica pela manhã, desenhar à tarde, praticar esporte à noite, sem que necessite ser nenhuma dessas coisas – crítico, desenhista, atleta –, mais simplesmente por ter condições concretas e objetivas para desenvolver essas capacidades humanas, escolher entre as alternativas postas em um ontológico tempo livre.

Na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

Em suma, os homens são construtos históricos. Suas formas de pensar e agir são uma construção, ora transmitida pelas gerações passadas, ora alteradas pelas gerações futuras. São produtos e produtores de sua história, porém, sob circunstâncias postas. Estão presentes nos indivíduos, portanto, as relações sociais de cada época.

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. [...] A estrutura social e o estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

A superação não pode se dar pela vontade subjetiva. E essa própria vontade só existe como teleologia posta. As alterações subjetivas dos indivíduos em nada alteram as relações de produção, ao mesmo tempo, que possibilitam que eles alterem as relações de produção. Ou seja, a subjetividade é formada pela objetividade, entretanto a própria objetividade, ou a transformação radical, perpassa pela subjetividade do sujeito. É necessário que os sujeitos individuais ajam de forma coletiva e ativamente nessa objetividade com a finalidade da superação das

condições concretas da vida e, assim, a “humanidade sairá, por fim, do reino da fatalidade para entrar no reino da liberdade” (ENGELS, 2011, p. 94).

Quando se trata do complexo social da educação física, o desenvolvimento de práxis corporais emancipadas só pode ser efetivado em sua plenitude, quando não há entraves para o desenvolvimento de apropriação dessas práxis corporais. Concordamos com Leontiev, portanto, que afirma que o “problema é que cada homem, cada povo, tenha a possibilidade prática de tomar o caminho de um desenvolvimento que nada entrave” (1978, p. 283). Assim, pensar uma educação física emancipada é pensar uma possibilidade histórica de uma emancipação real e concretamente possível, sobre condições históricas construídas que permita ao homem se desenvolver plenamente no reino da liberdade.

Destarte, “em um sentido determinado, poderia falar-se aqui, pois, do núcleo ontológico da liberdade” (LUKÁCS, 2004, p. 96), pois, a liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado pela causalidade da natureza ou pela causalidade posta por uma ação teleológica, não é um dom concedido a partir do alto e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria práxis originária, a qual “(...) termina por ter consequências que ampliam, de modo objetivo e contínuo, o espaço no qual a liberdade se torna possível” (LUKÁCS, 2007, p. 241).

De fato, **o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta**; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. (MARX, 1985b, p. 942, **grifos nossos**).

O reino da necessidade é ineliminável, visto que o homem permanece como um ser da natureza, mas quando o homem se torna homem social, quando suas necessidades imediatas estão saciadas, surge no horizonte a possibilidade de uma liberdade real, de um reino da liberdade. “Só é possível conquistar a libertação real [*wirklichebefreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

Acresce, desenvolve-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, **os produtores associados regulam**

racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; **efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e condignas com a natureza humana**. (MARX, 1985b, p. 942, **grifos nossos**).

É com a produção consciente e regulada pelo trabalho associado que as técnicas corporais no ato do trabalho, ou seja, o dispêndio de energias será mais adequado. Isso porque o sentido e significado para a realização desse trabalho não será mais a produção de valor, e sim, a produção de valores de uso, pois as capacidades humanas singulares, que aparecem como potências corporais, sempre serão necessárias para a produção de valores de uso.

A “capacidade” singular dos seres humanos [...] teve e terá de estar presente enquanto existirem homens. Isso não é um dogma teórico, mas uma condição concreta de existência da humanidade, pois nenhuma sociedade humana pôde ou poderá existir em produzir valores de uso. E a produção de valores de uso “de qualquer espécie”, aqueles que atendam às necessidades do estômago ou da fantasia, não tem como ocorrer sem a mediação direta ou indireta da força de trabalho humana. (LAZARINI, 2015, p. 143).

O homem para se constituir como ser social necessita antes de qualquer coisa estar vivo. Produz valores de uso para saciar as necessidades do ser que possui em sua base de desenvolvimento. Em última análise, sua condição primeira é fator primordial da sua verdadeira libertação. Mas, a consolidação do reino da liberdade, pressupõe homens produtores associados, de forma que sua jornada de trabalho seja relativa ao produtor necessário e não mais uma produção excedente.

Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano **é a redução da jornada de trabalho**. (MARX, 1985b, p. 942, **grifos nossos**).

Marx reafirma o papel da história. É a condição histórica (objetividade), produzida pelos homens (subjetividade), que pode contribuir para a libertação do homem. Ou seja, a libertação real – reino da liberdade – é uma processualidade objetiva e subjetiva. É o movimento dialético dos homens como seres historicamente determinados, e que ao mesmo tempo criam as possibilidades de sua determinação, sob circunstâncias concretas e objetivas. Fazem suas escolhas mediante alternativas postas concretamente pelo movimento do real. Suas próprias vontades,

desejos subjetivos, tem como alicerce a realidade objetiva – o que demonstra também, mais uma vez, a consciência como produto do trabalho e este como momento predominante.

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 2011b, p. 101).

Não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas. Assim, a consciência que nasce na relação metabólica com a natureza é produto social e, portanto, expressa, em última instância, relações com os indivíduos e a sociedade criada por suas próprias mãos.

6.2 Pressupostos gerais dos sentidos e significados de uma educação física humanamente emancipada

Como estamos defendendo desta as primeiras laudas desse estudo, a educação física é uma práxis corporal, uma unidade indissociável das capacidades e potencialidades presentes no corpo do ser social. Reafirmamos a sua presença no ato do trabalho, nesse sentido, produto e produtora da ação corporal necessária para que o ser social se produza e se reproduza.

Nesse sentido, a reprodução social é elemento categorial decisivo para formularmos os pilares matriciais dos fundamentos onto-históricos dos sentidos e significados de uma educação física com fins a emancipação humana. A reprodução biológica do ser social é irrevogável, produzir e saciar as necessidades biológicas da naturalidade do ser social, sempre será necessário. Desde modo, quando apresentamos os sentidos e significados da educação física, ou seja, seus pressupostos gerais e preliminares com fins a emancipação humana, devemos ter clareza, sobretudo, que a reprodução do ser social lhe torna afastado das barreiras limitantes do desenvolvimento natural, mas nunca é uma eliminação dessa condição.

Em outras palavras, o ser social afasta-se das barreiras naturais, mas jamais elimina essa necessidade basilar. Contudo, são os elementos essencialmente sociais e que tem afeito modificador na própria forma que o ser social se autorreproduz. A esse respeito, Lukács possui a seguinte argumentação:

[...] a reprodução é categoria decisiva para o ser em geral: a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo. Em termos biológicos, as características fundamentais e elementares da vida se chamam nascimento, vida e morte, as quais não possuem nenhuma analogia no ser físico; elas são consequências diretas desse fato ontológico fundamental. Como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, esta claro que essa forma da reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também da reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, como já vimos e ainda veremos, têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana (LUKÁCS, 2013, p.170).

Fica claro que a relação entre o complexo fundante – trabalho – e os complexos fundados – educação física, por exemplo – não é uma relação de determinismo absoluto, pelo contrário, essa relação é sempre dialética, de determinação recíproca, ao passo que, mesmo o complexo fundado possuindo dependência ontológica e uma relativa autonomia, sempre será uma relação de reciprocidade com os demais complexos sociais.

Como a ação do trabalho é sempre uma ação corporal intencional, o complexo da educação física estará presente em qualquer forma de organização social. Em qualquer forma de organização social, será necessário o controle corporal consciente e sua ação na mediação metabólica de transformação da natureza. E o elemento contido nessa ação corporal, afastadas da relação do pôr teleológico primário, está livre para desenvolver-se e serem sistematizadas no esporte, na dança, nos jogos, na ginástica. Desenvolve-se ao ponto de se tornarem mais aperfeiçoadas também na práxis corporal originária, ou seja, na ação corporal do trabalho.

Assim, com esse entendimento, podemos afirmar que o complexo social da educação física no sentido amplo é o momento pelo qual o ser social se utiliza de suas capacidades e potencialidades humanas necessárias para a reprodução social e, em cada época histórica, no sentido estrito a educação física se restringe às

circunstâncias históricas criadas, ou seja, a educação física é um produto das relações históricas concretas.

A educação física é, portanto, uma práxis corporal essencialmente humana. Na esfera biológica, os animais não podem pôr finalidade em suas ações, somente os homens, mediados pelo salto ontológico, de caráter irreversível, põe finalidade as suas ações. Seja nos esportes, na dança, na luta, nos jogos ou nos diferentes movimentos de força, equilíbrio, resistência, flexibilidade da ginástica, só podem existir, por uma ação corporal posta, na qual que o fez, já previamente idealizou o resultado em suas consciência.

Cada vez mais livre das dependências ontológicas das barreiras naturais do desenvolvimento, o ser social complexifica suas relações e desenvolve complexos relativamente autônomos, que sempre continuará sendo ontologicamente dependente do complexo do trabalho, fundante do ser social e dos demais complexos sociais. Com certo grau de autonomia, é possível pensar em práxis corporais opostas a própria ordem social vigente e, portanto, com a finalidade de um horizonte humanamente emancipado.

Em *a situação da classe trabalhadora na Inglaterra* Engels (2010), demonstra o quanto é árdua a tarefa do movimento operário de retirar a classe trabalhadora dessa incômoda situação, lutando contra os interesses da burguesia, possibilitando alternativas para que os homens e mulheres possam desenvolver-se humanamente – dentro dos limites da ferocidade do capital em acumular mais valia – e desenvolver suas capacidades e potencialidades humanas, como por exemplo, a educação física, ou seja, “o operário só pode salvar sua condição humana pelo ódio e pela rebelião contra a burguesia. E o modo por que protesta com a paixão mais violenta contra a tirania dos possuidores tem raízes na sua educação – ou melhor, na sua falta de educação” (p. 247).

O Revolucionário alemão, que residia e trabalhava em uma Fábrica de propriedade de seu pai, não está sugerindo que a classe trabalhadora não deva lutar pelos conhecimentos sistematizados e transmitidos pela escola. Ao contrário, esses conhecimentos – entre eles os oriundos das práticas corporais ligadas à própria Educação Física escolar – deve ser pauta de luta da classe trabalhadora, pois é um conhecimento que a ela é negado, conhecimento construído pela própria humanidade. Nesse sentido, a própria prática da Educação Física na escola, por

exemplo, mesmo sendo ontologicamente dependente do modo de produção capitalista, pode ser mediado por atividades emancipatórias.

Segundo Tonet (2014), são atividades emancipatórias, toda aquelas atividades que contribuem para a apropriação do que se tem de mais elevado na produção humana, sobre algumas características chaves, que apresentaremos no quadro abaixo.

Quadro 3 – Caracterização das atividades educativas de caráter emancipatórias segundo Tonet (2014)



Fonte: Produção própria

Acerca das atividades de caráter emancipador, Tonet (2014), discorre sobre uma proposição de como devem ser realizadas essas atividades. Para o autor, deve-se entender que essas práticas estão vinculadas aos processos da totalidade social e devem ser refletidas a partir do objetivo final que é transformação radical da sociedade capitalista e, portanto, com a finalidade da emancipação humana.

Entendo, então, por emancipação humana uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão

plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disso, o conjunto da vida social (TONET, 2014, p. 11).

É ainda:

Uma forma de sociabilidade que, por estar baseada no trabalho associado, portanto livre de toda exploração e dominação do homem sobre o homem, produtor de riqueza abundante, em quantidade e qualidade, permitirá a todos os indivíduos desenvolverem, da melhor maneira possível, suas mais variadas potencialidades (TONET, 2014, p. 11).

Segundo Tonet (2014), a sociedade capitalista é a sociabilidade humana na qual apresenta o mais elevado nível de desenvolvimento. Assim, seria a forma mais evidente da diminuição da jornada de trabalho para uma necessidade de reprodução social e, portanto, uma possibilidade concreta de articulação entre o reino da necessidade, a relação metabólica com a natureza como necessidade para a existência social, e o reino da liberdade, o tempo livre, dado pelo trabalho necessário não articulado aos interesses de classe e sim ao desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, no qual o trabalho associado rege as relações de produção.

Com vista a aumentar a apropriação da produção artística, cultural, intelectual, em suma, da produção histórica da humanidade, Tonet (2014), apresenta sua proposta de atividades emancipatórias em cinco momentos articulados – como expostos no quadro 3.

No primeiro momento, essas atividades devem contribuir para a compreensão do processo histórico, suas origens e fundamentos de forma que se entenda que as relações humanas, são relações históricas fruto de relações humanas, e possui múltiplas determinações em seu seio. Como aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos etc.

Um sólido compromisso com a emancipação humana supõe a convicção, racionalmente fundada, de que a História é feita exclusiva e integralmente pelos homens. Daí porque seu estudo, não como disciplina especializada, mas como compreensão articulada dos vários aspectos – econômicos, políticos, sociais, ideológicos, culturais – do que realmente aconteceu ao longo do processo histórico é de capital importância. Por sua vez, esta compreensão, para ser o mais elevada possível, deveria estar embasada no patamar cognitivo também mais elevado à disposição da humanidade, hoje. (TONET, 2014, p. 18-9)

Na segunda característica, o supracitado autor afirma que essas atividades devem compreender a origem e a natureza do modo de produção capitalista, suas contradições, seus agentes, ou seja, suas duas principais classes, em suma, o funcionamento estrutural e subestrutura da sociabilidade regida pelo capital. Para além de compreender suas estrutura e dinâmica, a finalidade deve estar relacionada com a superação da alienação e da ordem social do capital.

Com o entendimento relacionado aos fundamentos da sociabilidade capitalista e sua possibilidade real de superação, Tonet (2014) apresenta a terceira característica das atividades emancipatórias, para ele as atividades de caráter emancipador devem permitir a compreensão dos fundamentos e da possibilidade real de uma construção de uma sociabilidade comunista. Nas palavras dele:

Em terceiro lugar, também são atividades educativas que permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista. A correta compreensão, pelo menos em seus elementos fundamentais, do que será, se vier a existir, uma sociedade comunista, é de fundamental importância para evitar as idealizações e as imprecisões. [...]. Uma fundamentação sólida dessas convicções tem que tomar como ponto de partida a categoria do trabalho e compreender como, a partir dela, originam-se todas as outras dimensões da vida social (p. 19).

A quarta característica das atividades educativas emancipatórias na proposta de Tonet (2014), deve-se levar em conta a compreensão da natureza e especificidade da educação e, portanto de suas particularidades. Dever ter claro o propósito para as atividades, ou seja, ter clareza na função que cumpre e quais as possibilidades. Por conseguinte, evitará tanto a supervalorização do complexo da educação frente aos demais complexos e, principalmente ao complexo fundante, quanto à desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária.

[...] considerarmos que hoje predominam, de um lado, concepções idealistas de educação, que lhe atribuem o papel de elemento fundamental no “desenvolvimento” da sociedade e, de outro lado, concepções que visam meramente adequar esta atividade aos interesses da reprodução do capital, veremos a enorme importância da correta compreensão da natureza específica da educação. (TONET, 2014, p. 21).

Para o autor, a quinta característica é a contribuição dessas atividades na articulação com a luta pela emancipação humana. Ou seja, é a possibilidades do engajamento nos processos de resistências ao capital e, por conseguinte, nas lutas pela construção de uma nova sociabilidade humana, “participando tanto das lutas específicas” dos complexos “quanto das lutas mais gerais” (TONET, 2014, p. 21).

Diferentemente da ordem social vigente, ou seja, do modo de produção capitalista, o caráter de suas atividades é, predominantemente, alienante, impondo barreiras ao pleno desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, o caráter de uma atividade emancipatória deve ser essencialmente e radicalmente oposta.

[...] o caráter de uma atividade é definido por sua articulação com o objetivo a ser conquistado. Dependendo do objetivo, a mesma atividade pode ter um sentido muito diferente. O caráter emancipador de qualquer atividade resultará de sua conexão, direta ou indireta, com o objetivo final, isto é, neste caso, com a construção de uma sociedade plenamente livre. Como, porém, ocorrerá essa conexão, somente a análise do processo concreto poderá trazer à luz. Isto porque, em momentos e lugares diferentes, a mesma atividade pode assumir sentidos muito diferentes (TONET, 2014, p. 12).

“Destas atividades que permitirão construir uma sociedade plenamente livre também poderá participar a dimensão educativa, tanto em sua expressão escolar como extraescolar” (TONET, 2014, p. 12), e, por conseguinte, poderá participar, portanto, as atividades corpóreas ligadas ao esporte, lutas, ginastica, enfim, a própria educação física.

O complexo social da educação física, não é só produto das relações humanas, ela participa na produção e reprodução social e, portanto, é parte integrante da formação humana. Ou seja, a defesa da educação física, aqui, não é uma defesa corporativista, mais sim uma necessidade, visto que, ao participar da formação do ser social, a educação física constitui um dos momentos necessários para a formação humana.

Assim, na particularidade da educação física, ao menos quadro grandes pilares dever ser traçados que corroboram com as cinco características de atividades educativas emancipatórias apontadas por Tonet. São pilares de uma especificidade da própria educação física para que práxis corporal possua outro sentido e outro significado dos que já possuiu ao longo do processo histórico e dos que possui na atual ordem social do capital.

Quadro 4 – Pressupostos gerais para as práxis corporais emancipatórias



Fonte: Produção própria

O primeiro pressuposto extrapola a particularidade da educação física, mas é ele a chave para o desenvolvimentos das práxis corporais com sentidos e significados diferentes ao da formação des(humana) do modo de produção capitalista. A saber, o trabalho livremente associado.

Zeferino (2020), ao realizar um estudo do fundamento ontológico de uma sociabilidade humanamente emancipada, afirma que está contido no trabalho associado o caráter universal e coletivo da produção, distribuição e consumo coletivo da sociabilidade humana rompida com as amarras do capital. Corroborando com a autora, podemos afirma ainda que somente sobre essas circunstâncias históricas datas, o gênero humano pode desenvolver de forma livre e consciente suas capacidades humanas. E na particularidade da educação física, poderá desenvolver suas capacidades e potencialidades corporais (físicas e mentais).

Nas palavras da autora:

[...] o elemento sobre o qual reside o caráter universal e coletivo do trabalho associado, pois libertados das amarras da propriedade privada os indivíduos estarão livres das diversas barreiras locais, nacionais e da exploração que os reduzem a vendedores da força de trabalho, tornando-se sujeitos coletivos da produção material e espiritual aptos a viabilizar uma sociabilidade coletiva e assentada no trabalho livremente associado (ZEFERINO, 2020, p. 123).

O trabalho associado se apresenta como a mais livre expressão de trabalho produzido historicamente. Assim, passa a ser o fundamento histórico de uma sociabilidade humana que regula de forma consciente o seu produto e suas finalidades não são mais impostas por estranhamentos alienantes. Ao contrário, essa forma social de trabalho será a possibilidade histórica do desenvolvimento dos complexos sociais parciais, ao passo que o dispêndio de capacidades humanas possui sentido e significados articulados com o desenvolvimento humano. É a possibilidade real das práxis corporais se desenvolverem e poderem ser apropriadas pelo indivíduo e pelo gênero humano.

Essas potencialidades só podem ser realizadas em sua concretude através da emancipação humana, ou seja, pela liberdade real, pelas condições concretas e objetivas nas quais os homens e mulheres possam realizar as diferentes atividades exclusivamente humanas, é quanto às condições da vida, ou seja, alimentação, vestimenta e moradia estejam asseguradas de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as necessidades adequadas.

[...] só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

Libertação real é objetiva e subjetiva. É o movimento dialético dos homens como seres historicamente determinados, e que ao mesmo tempo criam as possibilidades de sua determinação sob circunstâncias concretas e objetivas. Fazem suas escolhas mediante alternativas postas concretamente no movimento do real. Sua própria vontade subjetiva tem como alicerce a realidade objetiva. Nesse sentido,

com a produção livremente associado, o homem pode se realizar humanamente em seu tempo livre.

O tempo livre aparece como segundo pressuposto. As possibilidades indicativas ao tempo livre, apontadas por Marx, na apresentação das bases e pressupostos gerais para uma sociedade emancipada, apresentam-nos a formação do ser omnilateral, um ser social integral e não mais multifacetado. Está na relação, portanto, entre as forças produtivas e a forma do seu intercâmbio, a possibilidade de um ser integral, isso porque ele é fruto do processo histórico, no processo de saciar as necessidades historicamente criadas, ou seja, o processo de desenvolvimento das capacidades humanas, um ultima instância, é determinado pelo processo de produção material, que não se encontra em nenhum outro lugar na vida biológica.

A relação das forças produtivas com a forma de intercâmbio é a relação da forma de intercâmbio com a atividade ou atuação dos indivíduos. (A forma fundamental dessa atividade é, naturalmente, material, e dela dependem todas as outras formas de atividade, como a espiritual, a política, a religiosa etc. A diversa configuração da vida material depende a cada vez, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas, e tanto a produção como a satisfação dessas necessidades são um processo histórico que não se encontra no caso de uma ovelha ou de um cão [...], embora ovelhas e cães, em sua forma atual, também sejam, *malgré eux*⁷², produtos de um processo histórico. (MARX;ENGELS, 2007, p. 68).

Um ser social produto de múltiplas determinações, sob o qual todos os espaços de organização da vida deverão ser valorizados no processo de constituição do novo homem, assim como, os espaços de organização da educação física no denominado tempo livre. Essa organização perpassa pela organização do trabalho associado, livre das amarras do fetichismo alienante da mercadoria. Estas tarefas preparam o gênero humano ao autorreconhecimento de sua totalidade, no qual o ser social em sua auto-organização coletiva é o sujeito definidor de todos os momentos da reprodução da vida e não mais reboque do trabalho produtivo de mais valia.

[...] uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social. [...] em nossa associação, o produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizada como novo meio de produção. Continua

⁷² Expressão que significa contra a sua vontade.

sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade. Tem, portanto, de ser distribuída entre eles. (MARX, 2011b, p.100).

O terceiro pressuposto é a função social da educação física, ou seja, é a compreensão do que são as práxis corporais e a função que cumpre no atual modo de produção capitalista. Nesse sentido, é compreender as práxis corporais no bojo na sociabilidade capitalista com vista à superação dessas práxis, historicamente criadas e culturalmente apropriadas pelo conjunto do gênero humano, e conjunto superação da sociedade que a criou. Como tal, apontando as possibilidades históricas para o desenvolvimento dessas práxis corporais com outros sentidos e significados.

Nesse sentido, articular a especificidade da educação física com os princípios das atividades educativas de caráter emancipador. Tendo a clareza que essa proposição não pode estar subsumida aos limites da cidadania, segundo nos alerta Lazarini (2015, p. 436-437), como sendo um “aperfeiçoamento da cidadania burguesa e, por conseguinte, ao desenvolvimento de práticas educativas cujo elemento norteador, em última instância, é o de contribuir com a formatação da ordem social capitalista”.

O quarto pressuposto é o examinar criticamente o movimento do real, discutir a gênese das práxis corporais, compreendendo sua íntima relação com os processos históricos, apontando os conhecimentos inerentes à natureza e a sociedade, para uma compreensão do movimento corporal, como produto de múltiplas determinações, como algo concreto produzido historicamente à luz do plano ontológico.

Evidentemente que nenhuma práxis social, ao desenvolver atividades emancipatórias, transformará a sociabilidade por si só, mas por mais limitadas que sejam, as atividades de caráter emancipador devem caminhar no sentido de uma sistematização da realidade e uma igualmente apreensão dessa sistematização. Assim sendo, a importância de compreensão da educação física como produto histórico social e do movimento corporal como uma potencialidade das capacidades presente no corpo, produzidas sob circunstâncias históricas dadas.

Ter conhecimento do objeto é, portanto, indispensável para uma práxis social – práxis corporal na especificidade da educação física – que queira

estabelecer os nexos necessários com a apropriação do que é a sociabilidade capitalista em seus pormenores. Nesse sentido, concordamos com a posição de Lazarini. Diz o autor:

Não é possível desenvolver atividades educativas de cunho revolucionário apenas com boa vontade e com intenções políticas sinceras. Se apenas a erudição não é suficiente para efetivar tais práticas, a pobreza intelectual não pode ser o ponto e partida para desenvolvê-las. É preciso estudar a fundo aquilo que será objeto de discussão [...] e conhecer aprofundadamente as principais conexões desse objeto com as leis sociais determinadas da sociedade capitalista. (LAZARINI, 2015, p. 437).

O quinto pressuposto é o da práxis corporal à luz da ontologia materialista. Ou seja, é a afirmação de que as práxis corporais, com outros sentidos e outros significados, podem ser desenvolvidas e identificadas com a classe trabalhadora e seus respectivos interesses de superação do capital na direção de uma formação de outra generidade humana, com práxis corporais com sentidos e significados historicamente construídos pela sociabilidade emancipada. Nesse sentido, somente uma sociabilidade emancipada possibilitará a formação omnilateral do ser social, desse modo, somente com o intercâmbio material mediado pelo trabalho associado será possível o desenvolvimento das capacidades humanas.

Somente nessa fase a autoatividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais e à perda de todo seu caráter natural; e, assim, a transformação do trabalho em autoatividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio anterior em intercâmbio entre os indivíduos como tais. Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, acaba a propriedade privada. Enquanto na história anterior uma condição particular aparecia sempre como acidental, agora se tornou acidental o isolamento dos próprios indivíduos, a aquisição privada particular de cada um (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

Dessa maneira, entendemos que a proposta do Coletivo de Autores, apontando os princípios pedagógicos, os ciclos de ensino e os objetivos dentro desse ciclo, e o mais importante, apontando os conhecimentos específicos a que se trata a Educação Física, ou seja, os elementos da cultura corporal, o esporte, a dança, os jogos, as lutas, a ginástica, é sem dúvida um enorme avanço. Principalmente considerando aqui que os sentidos e significados das práxis corporais, podem ser desenvolvidos com os princípios de atividades emancipatórias.

Caso ocorra uma transformação social a partir de um processo radical, e a construção de uma sociedade com base no trabalho associado livre e lúcido, o ser social terá a possibilidade do desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades humanas. Fazer uma crítica, desenhar, praticar esporte, sem que necessite ser nenhuma dessas coisas especificamente, terá tempo livre para tal.

É na sociedade humanamente emancipada que possibilitará o desenvolvimento das capacidades corporais de cada indivíduo do gênero humano. O qual seu desenvolvimento possui como pressuposto ser livre e lúcido. Contudo, somente com os indivíduos formados com princípios de formação omnilateral, com princípios de uma formação das capacidades humanas, através de atividades emancipatórias, tornará mais latente as possibilidades já postas da superação da ordem social vigente.

A sociabilidade emancipada humanamente não pode existir sem uma formação humana e omnilateral dos seus sujeitos. Isso porque a condição específica de uma sociedade emancipada a o desenvolvimento das capacidades humanas, com a diminuição do tempo necessário de trabalho e aumento do tempo livre.

É tarefa urgente e imprescindível que se possua uma intensificação das práxis corporais, tomando como pontapé inicial as atividades educativas emancipatórias, não podendo perder de vista a compreensão ontológica do que é a educação física e as práxis corporais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse esforço teórico, a práxis social da educação física, por nós aqui defendida como um entre os complexos sociais criados pelo complexo fundante do trabalho e partícipe da sua própria criação, estava sobre o examinar do pesquisador. Buscando a compreensão ontológica, ou seja, os fundamentos que nos ajude a compreender a gênese desse complexo, e sua função social no sentido amplo, assim como nos sentidos mais restritos condicionados sobre circunstâncias historicamente dadas e, portanto, como produto histórico social concreto, síntese de múltiplas determinações.

A necessidade, ou mesmo o fardo histórico dessa necessidade, parte da própria prática social e do desenrolar da educação física com as funções sociais que são atribuídas a ela. Cuidado com o corpo saudável, combate ao sedentarismo são exemplos da nova roupagem apresentada para a educação física, seja fora ou dentro da escola.

Concomitantemente a essas preocupações com o corpo saudável, a totalidade da sociabilidade capitalista, na sua fome insaciável por acúmulo e apropriação de mais trabalho, ou seja, tempo de trabalho médio socialmente necessário, continuamente degrada os corpos.

Com jornadas de trabalho extenuantes, os corpos são degradados para que a lógica perversa do capital continue sua expansão. Lógica essa que cotidianamente diminui a necessidade de trabalho vivo, com o aumento de “capital morto” no processo de produção. Além das longas jornadas de trabalho e seus constantes prolongamentos com horas extras, uma grande parcela desses corpos são submetidos a terceiras jornadas, quando não integralmente degradam seus corpos na informalidade cada vez maior, principalmente em tempos de crise.

Nos últimos anos (2019 – atualmente), além da crise econômica, a crise sanitária em decorrência da pandemia da COVID-19, e a negação da sua existência, acelerou o processo de degradação corporal de muitos, chegando ao seu estágio final de vida social, a morte.

Aos que conseguem permanecer nos seus postos de trabalho, devem suportar o *chicote* do aumento da produtividade em seus *lombos*. Concomitantemente, são responsabilizados pelo cuidado do seu próprio corpo.

Assim, a educação física deve cuidar individualmente desse corpo degradado pelo processo de trabalho, independentemente da relação social na qual está inserido. Ou seja, o trato que se dá para o cuidado com o corpo é um trato na perspectiva biológica.

A própria gênese moderna da educação física está centrada nos preceitos positivistas e biologistas de uma educação para o corpo se manter forte no processo de produção capitalista. Em outras palavras, a origem social da educação física, tal qual conhecemos, possui como base histórica o trabalho sobre a égide do capital. Em outras palavras, a educação física moderna e sua íntima relação com o corpo não são mais as antigas práticas de sobrevivência, a antiga educação guerreira ou educação cortesã. São a própria formação do cidadão moderno regido pelas demandas do capital em ascensão.

O modo de produção capitalista, não é uma coisa, é fruto histórico das relações sociais de pessoas históricas. Com isso, queremos dizer que, como produto histórico, é produzido sob circunstâncias postas no desenrolar da vida social, assim, não possui aqui nenhum resquício de causalidade da natureza em ambas as criações.

Ter essa clareza, é o que nos possibilita entender que as explicações de natureza biologistas, quando não falsificadas para atender à interesses sociais, são limitadas. Pois naturaliza uma práxis social e histórica aos determinantes naturais e biológicos.

Para tanto, partimos do pressuposto de que o trabalho é a categoria central, pois é encontrada na transição entre os determinantes naturais e os determinantes sociais. Ou seja, é central, pois é a mediação na passagem do ser biologicamente determinado para o ser socialmente determinado.

É com o trabalho que o ser social salta de um estágio de determinação biológica, para um estágio de determinação social. Assim, todos os aspectos da vida humana, como por exemplo, o corpo, passam a ser determinados socialmente, mesmo que não possa eliminar a condição natural de sua existência.

O corpo, no primeiro momento, é a naturalidade biológica na espécie humana e, como tal, deve estar vivo. É necessário que as necessidades biológicas e fisiológicas estejam supridas para que a vida possua uma continuidade. Nesse estágio, a mediação com a natureza é realizada por causalidades dadas pela própria

natureza, e o desenvolvimento dos movimentos pela coesão necessária à mediação com a natureza, ou seja, pela necessidade imposta da natureza ao corpo do ser vivo, para conseguir manter sua vida.

Até a ação corporal consciente do trabalho enquanto pôr teleológico, há um grande processo de adaptação passiva do ser humano para a comprovação *post festum* do salto ontológico mediado pelo trabalho.

O pôr teleológico do trabalho imprime quantitativamente e qualitativamente, ações corporais jamais presenciadas em outro lugar na natureza. E quanto maior é o afastamento das limitações biológicas, maior é a gama de possibilidades para novas ações corporais. Ou seja, o processo de trabalho não só sacia as necessidades biológicas para a manutenção de sua base ontológica, o ser da natureza, como cria novas necessidades afastadas da relação teleológica primária da ação corporal do trabalho.

É com o afastamento das barreiras naturais que o ser social é possibilitado a se desenvolver de outra forma, criando necessidades e pores teleológicos secundários e exclusivamente humanos.

Assim, quando confrontamos a aparência da função social da educação física, produto das relações capitalistas, com as explicações do que é o ser social, chegamos a seguinte pergunta-problema: **A ação corporal na atividade vital do trabalho torna a educação física um complexo social? Qual a relação de autonomia e dependência ao complexo do trabalho que possui a educação física?**

Para substanciar essa pergunta de partida, outros questionamentos foram desdobrados, e aqui destacamos dois, a saber: **Qual a relação entre o entendimento do corpo como prioridade de determinação biológica e as formulações teóricas sobre o desenvolvimento humano na educação física? Qual é a relação existente entre o complexo do trabalho e a passagem do "corpo natural" ao corpo socialmente produzido?**

Na busca de respostas para essas inquietações, o presente estudo possuiu como objetivo geral **examinar as principais perspectivas de corpo e educação física, formuladas pela área reverberada nas abordagens e concepções de educação física no Brasil**

No caminho a ser trilhado na pesquisa pela compreensão do real, emergiram três objetivos específicos, a saber: perquirir o papel do trabalho na passagem do corpo biologicamente determinado para o corpo socialmente determinado; entender o corpo como produto sócio-histórico, como síntese indissociável das capacidades humanas (físicas e mentais), necessárias para o salto ontológico e, portanto, a educação física, como um complexo social; assim como examinar a educação física como um complexo social que possui autonomia relativa, dependência ontológica e determinação recíproca ao processo metabólico da produção da existência, perscrutando como a participação da práxis corporal no ato do trabalho torna o trabalho fator determinante na produção do corpo.

Essas inquietações não devem ser entendidas e compreendidas por elas mesmas. Isso porque, todas as práxis sociais só possuem relativa autonomia, assim como é produto concreto e como tal, síntese de múltiplas determinações. É mister entendermos que essa problemática da educação física e seu entendimento do corpo, em regra, nos seus aspectos físicos/biológicos, só pode ser melhor compreendida por uma explicação ontológica, na qual seus determinantes partem sempre de um processo real e concreto e, desse modo, de uma síntese de múltiplas determinações.

É sobre a base desses pressupostos que nossa pesquisa trilhou os caminhos metodológicos do Materialismo Histórico, formulado por Marx e Engels, assim como a sua recuperação ontológica realizada por Lukács. Não como receita, mas como a teoria social que, além de conseguir dar as melhores respostas às problemáticas estudadas, está centrada na superação dessas problemáticas, ou seja, não está centrada em compreender a realidade, mas sim de transformá-la. Nesse sentido, utilizamos o item segundo desse estudo, para apresentar os pressupostos do onto-método, ou dito de outra forma, os caminhos analíticos de Marx, Engels e Lukács.

Nessa perspectiva, assumimos o trabalho como categoria central dessa pesquisa. Isso porque é essa a categoria intermediária no processo do salto ontológico. Ou seja, é com o trabalho que o homem se afasta das barreiras de determinação biológica para se desenvolver socialmente.

O trabalho aparece como categoria chave não como uma imposição de importância ou meramente escolha do pesquisadores, mas, pelo simples motivo de

estar contida no trabalho a potência do devenir humano. Ou seja, para a existência de todas as práxis exclusivamente humanas, o trabalho como ação corporal teleologicamente posta já deve ter sido realizada.

É somente com uma análise *post festum* que podemos afirmar o trabalho como uma categoria transitória entre os estágios do ser biológico e o ser social. É com o trabalho que o ser social transforma a natureza para atender às suas necessidades de forma ativa e consciente, transformando sua própria natureza. Ou seja, essa ação corporal é realizada de forma teleologicamente consciente, portanto, antes do ato posto, já existe previamente na consciência do ser social o projeto com a finalidade do ato posto, transformando também sua própria naturalidade, ao passo que suas necessidades presentes em sua corporeidade, biológicas e fisiológicas e sexuais passam a ser cada vez mais social. Assim, à medida em que o homem se afasta das limitações do desenvolvimento casual do ser da natureza, mais exclusivamente humanas são suas ações, atos, produtos e suas necessidades.

É válido ressaltar o longo período de adaptação biológica que foi necessária para que a espécie *Homo* tivesse a possibilidade de saltar para a esfera do ser social. Nesse sentido, o trabalho também é fruto dessas necessárias adaptações. As condições de sua existência, como produto exclusivamente humano e coletivo, está no processo do *Homo* se tornar bípede, no processo de ingestão de carne e aumento do órgão natural da consciência, o cérebro, do desenvolvimento da mão e principalmente do polegar, em suma, de todo o processo de mudanças corporais pela ação de atividade vital extintiva – o trabalho em germe – para uma ação corporal – o trabalho, pôr teleológico primário. Portanto, perquirimos o papel do trabalho na passagem do corpo biologicamente determinado para o corpo socialmente determinado.

A naturalidade humana, ou seja, o corpo do ser social, passa a ser determinado socialmente com o afastamento das barreiras biológicas. Seu desenvolvimento parte de uma ação corporal consciente e, portanto, o corpo não é um mero produto do complexo fundante, mas partícipe desse processo.

O corpo, ou melhor, as capacidades corporais de produzir esporte, dança, ginástica, jogos – produtos histórico-sociais –, é o objeto da educação física, assim como os movimentos e técnicas produzidos por essas práticas. Portanto, a educação física não é outra coisa senão uma ação corporal, sistematizada e

consciente, nas práxis corporais. Portanto, sua germe está na ação corporal fundante. Com esse entendimento, buscamos rastrear as capacidades humanas corporais necessárias para o salto ontológico.

Com esse movimento, definimos a educação física como um complexo do ser social, pois o rastreio da necessidade corporal para o ato do trabalho nos levou a verificar que, para a realização do trabalho, sempre será necessário um controle corporal das capacidades físicas e mentais presentes no corpo para a transformação consciente da natureza, seja qual for à sociabilidade humana.

Sempre será necessário também corpos vivos para trabalhar. Isso porque é sobre a base do ser da natureza que se finca o desenvolvimento do ser social. Ou seja, mesmo que o ser social se afaste das barreiras biológicas, ele jamais as elimina. Assim, as necessidades biológicas e fisiológicas, mesmo que sociais, continuam a existir. Embora o ato de o homem contemporâneo saciar sua fome através de pedidos do *ifood* seja quantitativamente e qualitativamente diferente do ato de quem sacia a fome com restos de ossos, há nos dois casos uma semelhança: em ambos permanece a necessidade biológica de manter o corpo vivo.

O corpo é, portanto, portador das capacidades e potencialidades humanas, é síntese indissociável de tais capacidades (físicas e mentais), necessárias para o salto ontológico. Nesse sentido, a educação física, possuindo no corpo a sua expressão, é produto sócio-histórico, a qual possui sua gênese ontológica no processo de trabalho; mas, como produto do trabalho, ontologicamente determinada, possui também relativa autonomia ao complexo fundante.

É somente com uma ação corporal (objetiva) orientada para uma finalidade (subjativa) que o ser social se afasta das barreiras de determinação biológica e torna-se um ser determinado socialmente, realiza portanto, um salto entre as esferas do ser. É com esse salto ontológico entre as esferas, intermediado pela ação metabólica do intercâmbio material entre o homem e a natureza, que o homem tem a potência de se desenvolver socialmente fora da esfera do trabalho, mesmo que com somente relativa autonomia. Apenas o ser social pode desenvolver, e pôr ao seu controle o corpo, suas capacidades físicas e espirituais, para produzir ciência, educação, política, arte, educação física, entre outros complexos. Dessa maneira, é irrevogável a relação do complexo da educação física com o trabalho.

Durante os diferentes modos de produção, ou seja, nas diferentes sociabilidades humanas, a autonomia relativa da ação corporal, produziu práxis corporais sistematizadas fora dos limites dos processos produtivos. Desde ação militar, guerreira ou cortesã, a educação física em germe, ou seja, a autonomia relativa das ações corporais, produzindo práxis corporais sistematizadas, estava sendo desenvolvida.

A educação física tal qual conhecemos, é fruto da própria sociabilidade capitalista. Possui sua gênese moderna nas teorias biológicas e positivistas do cuidado com o corpo. Esses discursos, em nada se relacionam a uma tentativa de melhoria nas condições péssimas em que se encontrava a classe trabalhadora. Os maus hábitos, resultantes da própria lógica do capital, afetava a burguesia que enxergou nos exercícios físicos, uma ferramenta para alterá-los, assim como responsabilizar o indivíduo individualmente pela sua condição social coletiva, na qual está inserido, sem controle. Portanto, é resultado dos nexos causais que são engendrados na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos advindos dos diferentes trabalhos e das diferentes forças de trabalho empregadas neles.

No Brasil, é somente na década de 1980 que se começa a questionar a compreensão de educação física reverberadas na aptidão física enquanto objeto da educação física, vinculados aos pressupostos biologistas e positivista. Nessa perspectiva, a concepção de corpo, o movimento humano, o exercício físico, a atividade física, aparece como o carro-chefe das concepções e formulações da educação física. O movimento humano, explicado pela base epistemológica/gnosiológica da biologia, é uma reprodução somática de ações dos sistemas corporais interligados, podendo ser explicada independentemente do sujeito real e concreto que o executa.

As críticas iniciadas da década de 1980 reverberaram nas abordagens e concepções de educação física no Brasil. Nesse estudo, caracterizamos as abordagens à luz do que as mesmas defendem como momento predominante, ou seja, como essas concepções defendem a função social da educação física e o papel do corpo nesse processo.

Assim, as colocamos em três grupos. O primeiro grupo, a base biológica é o que determina o desenvolvimento humana e, portanto, a produção de movimentos.

Esse primeiro grupo se divide entre os equívocos, ou seja, sobre o não entendimento do que é o ser social e o seu funcionamento; e entre as falsificações, que usam de elementos biológicos para falsificar teorias e justificas as ações sociais com interesses humanamente repugnantes.

O movimento aparece como objeto central do primeiro grupo. Movimento biológico, ato de se deslocar de um lado para o outro. Não compreendem que todas as ações do corpo são produtos sociais e que suas explicações, comparadas com qualquer outro ser da natureza não se diferem em nada. Ao contrário, sempre que apresentam exemplos históricos e buscam articular com elementos naturais e biológicos, mais comprovam que somente a produção histórica foi capaz de produzir aquele momento do exemplo e de todas as características biológicas alteradas a partir da realização posta daquele momento.

As falsificações serviram/servem para a naturalização de elementos exclusivamente humanos para justificar posicionamentos políticos e sociais. O nazismo, o racismo, a homofobia e mais recentemente a transfobia no esporte.

No segundo grupo, colocamos as teorias que se vinculam com a relação da consciência como elemento predominante. Medina é o grande expoente desse pensamento. Apesar de compreender que existe uma falsa dicotomia entre corpo e mente, ele considera ser a consciência o momento predominante. Mas, como vimos ao longo desse estudo, a consciência é, na verdade, um momento tardio em relação a ação corporal do trabalho. Portanto, é a ação do trabalho que possui a prioridade ontológica em relação à consciência.

Já no terceiro grupo, a crítica materialista da história, que possui na tríade, linguagem, trabalho e poder o elemento predominante. Para o coletivo de autores, é linguagem porque o corpo passa uma expressão corporal, é trabalho porque desenvolve movimentos sistematizados de forma simbólica e é poder quando expressa uma disputa.

Contudo, a germe da educação física não está na linguagem, pois a ação corporal é partícipe do ato fundante. A educação física possui como germe o próprio trabalho. Mas não é trabalho, as práxis corporais possuem sentidos e significados diferentes aos do processo de trabalho, mesmo que possuam no trabalho o modelo (produção simbólica) de práxis, só existe como relativamente autônoma ao processo de trabalho. Nesse sentido, pensar as transformações na educação física, suas

concepções e abordagens pedagógicas, é pensar na própria realidade social que está alicerçada pela organização social do trabalho.

Por fim, compreendemos a educação física com um duplo caráter: como elemento que compõe a totalidade do ser social, constitui os elementos corporais necessários para o intercâmbio metabólico com a natureza no seu aspecto ontológico e sofre alterações no seu sentido e significado, servindo como ferramenta para a reprodução social. E o segundo caráter é por meio da sistematização das práxis corporais – seja no lócus escolar ou fora dele –, um construto histórico, sob circunstâncias históricas. A educação física surge como um complexo qualitativamente distinto, no qual as possibilidades de novas objetivações, de construção de atividades corporais cada vez mais afastadas das barreiras naturais e, portanto, cada vez mais autônomas em relação à práxis fundante, deverá ser uma atividade na perspectiva das necessidades humanas, desenvolvendo plenamente as subjetividades dos sujeitos objetivos à luz das suas escolhas entre as alternativas postas.

Tal compreensão de educação física, por sinal, só é possível pelas pesquisas que me antecederam. Para além de todo o movimento crítico da década de 1980, duas outras teses foram primordiais para abrir as possibilidades para a presente pesquisa. Os estudos de Vidalcir Ortigara e Rosangela Mello, fazem parte do arcabouço que apontam para a necessidade da compreensão da educação física à luz da recuperação do materialismo histórico realizada por Lukács.

Nesse sentido, defendemos os pressupostos gerais do fundamento ontológico para uma educação física humanamente emancipada. Pois é concretamente possível pensar numa educação física com sentidos e significados articulados com atividades educativas de caráter emancipador articulados com uma perspectiva de uma sociedade emancipada, na qual seus fundamentos basilares se opõem à propriedade privada dos meios de produção fundamentais, ao trabalho assalariado e à exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

ALKALIMAT, ABD-L. HAKIMU IBN, and GERALD McWorter. The ideology of black social Science. **The Black Scholar**, vol. 1, n. 2, p. 28-35.1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41202826>. Acesso em: 14 mai. 2022.

AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **Educação para o trabalhador no capitalismo**: o ProJovem como negação da formação humana. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

ARISTÓTELES. Livro Z (sétimo). *In*: ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

BARBOSA, Fabiano Geraldo; RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana. Lukács e a autêntica ontologia de Marx. *In*: JIMENEZ, Susana; ALCÂNTARA, Norma. (org.). **Anuário Lukács 2018**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

BEJAN, Adrian; JONES, Edward C; CHARLES, Jordan D. The evolution of speed in athletics: Why the fastest runners are black and swimmers White. **Int. Journal of Design & Nature**, vol. 5, n. 3, p. 199-211. 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final, Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 4 fev. 2022.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología política del deporte**. México: Fondo de cultura econômica, 1982.

CARMO. Francisca Maurilene do. **Vigotski**: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho. Orientadora: Susana Vasconcelos Jimenez. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3165>. Acesso em: 13 fev. 2020.

CASTELLANI FILHO, Lino et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. (COLETIVO DE AUTORES). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLANI FILHO. **Educação física no Brasil**: A história que não se conta. (Coleção Corpo & Motricidade). 19. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2013.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. (Coleção corpo e motricidade). Campinas-SP: Papyrus, 1995.

DOUTOR Estranho no Multiverso da Loucura. Direção: Sam Raimi. Intérpretes: Benedict Cumberbatch, Elizabeth Olsen, Chiwetel Ejiofor et al. Estados Unidos: Walt Disney Pictures & Marvel Studios, 2022. 1 vídeo (126 min). Título

original: Doctor Strange in the Multiverse of Madness. Acesso pelo serviço de streaming Disney+.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

EPSTEIN, David. **A genética do esporte**: como a biologia determina a alta performance esportiva. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: 2014.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, 2019.

FERNANDES, Fernanda Herran. **A relação indivisível entre corpo e consciência à luz da teoria histórico-cultural**: o balé Bolshoi como espetáculo exemplificador. Orientadora: Sonia Mari Shima Barroco. 2016. 112 f. Monografia (Especialização em Psicologia Histórico-Cultural) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

FERNANDES, Fernanda Herran. **Ensino da educação física nos anos iniciais: a relação entre as teorias da psicologia histórico-cultural e da psicomotricidade**. Orientador: Giuliano Gomes de Assis Pimentel. 2021. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte editora, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista**: A pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GIANNA, Sérgio; COSTA, Gilmaisa. La reproducción en la sociabilidad humana: aspectos ontológicos centrales. *In*: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma. (org.). **Anuário Lukács 2016**. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

GOLÇALVES, Ruth. Maria de Paula; MORAES, Betânia; JIMENEZ, Susana. O trabalho como fundamento onto-histórico do ser social: lineamentos de Marx a Leontiev. *In*: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana. (org.).

Ontologia, estética e crise estrutural do capital. Campina Grande: EDUFPG; Fortaleza: EDUECE, 2012.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. **Manual prático para avaliação em educação física.** Barueri: Manole, 2006.

HOBBSAWM, E. J. **A Era dos Impérios (1875-1914).** 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KANE, Martin. An assessment of 'blackisbest'. **Sports Illustrated**, New York, v. 34, n. 3, p. 72-83. jan. 1971. Disponível em: <https://www.si.com/vault/issue/40664/1/1>. Acesso em: 14 mai. 2022.

KUNZ, Elenor; TREBELS, Andreas Heinrich. (org). **Educação Física Crítico-Emancipatória:** com uma perspectiva da pedagogia alemã do esporte. (Coleção educação física). Ijuí-SC: Ed. Unijui, 2006.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani:** Apontamentos críticos. Orientador: Paulo Sergio Tumolo. 2010. 528 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94563>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **Capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani:** Apontamentos críticos. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LE BOULCH, Jean. **O corpo na escola no século XXI:** práticas corporais. Tradução de Cristiane Hirata. São Paulo: Phorte editora, 2008.

LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. *In:* LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens.** 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016a.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016b.

LIMA, Marteano Ferreira. György Lukács: acerca da viragem ontológica de 1930. *In:* JIMENEZ, Susana; ALCÂNTARA, Norma. (org.). **Anuário Lukács 2018.** São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LIMA, Marteano Ferreira. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács.** Orientadora: Maria Susana Vasconcelos Jimenez. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

LOCKE, J. **Pensamientos sobre la educación.** Madrid – Espanha. Ediciones Akal, 1986.

LOPES, Adriano Jorge Torres. **Trabalho, educação e sociedades hominínias na gênese do ser social**: contribuições da ontologia marxiana para a formação de professores. Orientador: Frederico Jorge Ferreira Costa. 2018. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Mário Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. [S.l.: s.n], 1969.

LUKÁCS, György. IL Lavoro. *In*: LUKÁCS, György. **Per una Ontologia dell' Essere Sociale**. Tradução de Ivo Tonet. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Forte. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. Sétimo capítulo: Darwinismo social, teoria das raças, fascismo. *In*: LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LURIA, Alexander Romanovich. **Desenvolvimento Cognitivo**: seus fundamentos culturais e sociais. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1994.

LURIA, Alexander Romanovich. O cérebro humano e a atividade consciente. *In*: VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 16. ed. São Paulo: Ícone editora, 2017.

MACENO, Talvanes Eugênio. *In*: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma. (org.). **Anuário Lukács 2017**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINHO, Vitor. **Consenso e conflito, educação física brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape editora, 2005.

MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia**: o conceito de 'essência humana' na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Clarent, 2006.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Clarent, 2008b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume II. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume I. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Volume III. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1991.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Volume IV. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Volume VI. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985b.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**: Novas contradições e desafios do século XXI. 26 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da Educação Física na escola**: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Betânia Moreira. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individualização na sociedade capitalista**: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx. Orientadora: Maria Susana Vasconcelos Jimenez. 2007. 160 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2964>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MORGAN. Lewis Henry. **A sociedade antiga**. Expresso Zahar, 2014.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5. ed. Londrina: Midiograf, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Rogério Paes de. **A participação da educação física na formação humana**: uma necessidade onto-histórica para além da particularidade do capital. Orientador: Frederico Jorge Ferreira Costa. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, (coleção primeiros passos), 2004.

ORTIGARA, Vidalcir. **Ausência sentida nos estudos em Educação Física**: a determinação ontológica do ser social. Orientadora: Maria Célia Marcondes de Moraes. 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84327>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SÈNE, Lucien. Emancipação social e livre desenvolvimento de cada um. *In*: ALCÂNTARA, Norma; JIMENEZ, Susana. (org.). **Anuário Lukács 2019**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Vladimir Schuindt da et al. **Um ensaio sobre a questão racial no esporte**. Motrivivência, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 01-17. jun/dez, 2020.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. (Coleção educação contemporânea). 5. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

SOUZA, Felipe Guilherme de. **Somos educados para um genocídio alimentar? O complexo da alimentação na crise estrutural do capital e seus desdobramentos nas políticas educacionais**. Orientadora: Maria Susana Vasconcelos Jimenez. 2018. 244 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/47109>. Acesso em: 15 set. 2019.

SOUZA, Sheila Mendonça de. Dispersão de Homo sapiens e Povoamento dos Continentes. *In*: FERREIRA, Luiz Fernando; REINHARD, Karl Jean; ARAÚJO, Adauto (orgs.). **Fundamentos da paleoparasitologia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

TANI, Go; MANOEL, Edison de Jesus.; KOKUBUN, Eduardo.; PROENÇA, José Elias. **Educação Física Escolar**: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

TELES, Kátia Inês; BELO, Lucas Lima Andrade; SILVA, Hesley Machado. **Efeitos da alimentação na evolução humana**: uma revisão. Conexão Ci. Formiga, MG. v.12, n.3. p. 93-105. 2017.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, p.54-69. 1996.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipatórias. **Revista Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, 2014.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Esporte e cultura física**. São Paulo: Ibrasa, 1992.

TULESKI, Silvana; GOMES, Marília Daefiol Herrero. As apropriações dos estudos neuropsicológicos de Luria na atualidade. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, n.13, p. 178-201, mai. 2020.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo; uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

VENON. Direção: Ruben Fleischer. Intérpretes: Tom Hardy, Michelle Williams, Riz Ahmed et al. Estados Unidos: Sony Pictures, 2018. 1 vídeo (112 min). Título original: Venon. Acesso pelo serviço de streaming Disney+.

VERNE, Júlio. **A volta ao mundo em 80 dias**. Jandira, SP: Principis, 2019.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a História do Comportamento**: símios, homem primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny Gomes. **Trabalho livremente associado**: Fundamento da sociedade emancipada. Orientador: Osterne Maia Filho. 2020. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/56779>. Acesso em: 13 mai. 2022.